

PROGRAMA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO



BAIXO MONDEGO

OREN 2007 + 2013

Programa Territorial de Desenvolvimento 2008 - 2013 do Baixo Mondego

Uma conurbação urbana relevante com mobilidade internacional
*Uma economia inovadora alavancada pelo domínio das ciências da vida,
pela ligação com a universidade e pelas facilidades empresariais*
Uma valorização diversificada e sustentável dos recursos endógenos

Baixo Mondego, Abril de 2008

Ficha Técnica

Baixo Mondego – Programa Territorial de Desenvolvimento 2008-2013, Abril de 2008



AMBM – Associação de Municípios do Baixo Mondego

Com base no Estudo Técnico elaborado por:



Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores

www.amconsultores.pt e-mail: amconsultores@amconsultores.pt

Rua Mouzinho da Silveira, 27 2º

1250-166 Lisboa

Tel.: +351 21 351 14 00

Coordenação Global

Augusto Mateus

Coordenação Sectorial -Área de Estudos e Políticas de Base Territorial

Paulo Madruga

Gestão Executiva do projecto: André Barbado, Ana Caetano

Equipa Técnica: André Barbado, Ana Caetano, Ana Cristina Silva, Cristina Cabral, Diogo Martins, Filipa Lopes, João Romão, Rui Maia, Vânia Rosa

Apresentação

O Baixo Mondego é hoje protagonista de grandes mudanças acompanhando e até antecipando os desafios de uma sociedade competitiva e globalizada.

A Associação de Municípios do Baixo Mondego, com o espaço de actuação que lhe é próprio, entende que tem um papel nuclear em criar condições que permitam um melhor desenvolvimento territorial.

Esta consciência esteve na base da elaboração do presente Plano de Acção e sobretudo na estratégia subjacente, “Baixo Mondego 2020”, onde a partir de uma leitura positiva das condições de partida da região, se projecta o desenvolvimento económico e social.

O Plano de Acção simboliza e dá corpo à coesão política, em torno de uma estratégia de desenvolvimento, assente numa visão de futuro, numa óptica de médio prazo, que promova a competitividade e coesão territorial.

É inegável que o Baixo Mondego tem uma longa e prestigiada História contudo, importa valorizar este património conferindo-lhe actualidade com visibilidade em termos de emprego e criação de valor.

O facto de estarmos perante um território com grande riqueza institucional, cultural, patrimonial e natural, dotado de boas infra-estruturas e com uma localização privilegiada, é em si factor de satisfação, mas também de responsabilidade, que exige ser devidamente rentabilizado.

Importa promover e valorizar as grandes potencialidades regionais, sem esquecer a diversidade local, que permitem o estabelecimento de malhas e lógicas de actuação complementares, garantes da coesão territorial.

Os trabalhos em curso visam colocar no terreno um conjunto de propostas para que as instituições e os cidadãos se sintam mobilizados, em torno de opções convergentes, que a todos beneficiem.

O Plano de Acção é um instrumento de política regional, ao definir, de entre um vasto leque de intervenções, necessárias à competitividade da região, um conjunto relativamente restrito de prioridades. Este documento clarifica o sentido estratégico da actuação e institui o quadro para a convergência de esforços na transformação regional.

Estes propósitos, de crescimento e desenvolvimento territorial, são motivados pelo equilíbrio dinâmico entre quatro grandes áreas que sustentam a sua capacidade de afirmação e projecção externa, através da afirmação das seguintes componentes:

- Residencial enquanto “espaço para viver”;*
- Empresarial enquanto “espaço para trabalhar e investir”;*
- Turística enquanto “espaço para visitar”;*
- Aprendizagem enquanto “espaço para aprender e conhecer”.*

Uma vez estabelecidas as prioridades importa, agora, apontar os meios e encontrar as condições para garantir o alcance dos objectivos.

Em primeiro lugar merece ser destacado o QREN, atendendo à sua vocação e dimensão financeira, através do apoio a projectos diversos, e com uma moldura que inclua a contratualização.

Em segundo lugar a relação entre a Associação de Municípios e os agentes económicos. O relacionamento deve promover o envolvimento mútuo em projectos concretos portadores de benefícios para os envolvidos e o território.

É esta a nossa vontade que expressamos ao Governo, à Administração, instituições, agentes económicos, sociais científicos e culturais da Região.

Queremos que o Baixo Mondego ocupe um lugar de relevo, por mérito próprio, usando o que tem de melhor: espírito empreendedor, vontade colectiva, solidariedade e capacidade de fazer bem.

Baixo Mondego, Abril de 2008

Presidente do Conselho Directivo da AMBM
Pres. da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho



Luis Leal

Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede



João Pais de Moura

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra



Carlos Encarnação

Presidente da Câmara Municipal de Condeixa



Jorge Bento

Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz



António Silva

Presidente da Câmara Municipal da Mealhada



Carlos Cabral

Presidente da Câmara Municipal de Mira



João Reigota

Presidente da Câmara Municipal de Mortágua



Afonso Abrantes

Presidente da Câmara Municipal de Penacova



Maurício Marques

Presidente da Câmara Municipal de Soure



João Gouveia

ÍNDICE DO DOCUMENTO FINAL

Apresentação

Nota Introdutória

Caixa 1 – Princípios, Metodologia e Instrumentos de Planeamento de Base Territorial

Parte I – Competitividade e Coesão Territorial: Posicionamento e Perspectivas Futuras para o Baixo Mondego

Caixa 2 – Lugares e Histórias do Baixo Mondego

Análise SWOT do Baixo Mondego Pontos Fortes e Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças

Parte II – Objectivos e Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Baixo Mondego

II.1. Visão, Estratégia, Prioridades e Objectivos

II.2. Coerência, Integração e Sinergias da Estratégia do Baixo Mondego com a Estratégia Regional, Nacional e Comunitária

Caixa 3 – Orientações Estratégicas Comunitárias da Política de Coesão para o período de Programação Estrutural (2007-2013)

Caixa 4 – O Quadro Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN)

Caixa 5 – O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

Caixa 6 – FEADER e PRODER

Caixa 7 – A Estratégia Regional e o Programa Operacional da Região Centro

Parte III – Plano de Acção

III.1. Estruturação Princípios e Metodologia

Caixa 8 – Princípios e Metodologia de Organização do Plano de Acção

III.2. Eixos, Objectivos Específicos, Acções Integradas e Operações

Eixo I: Alcançar massa crítica no plano “cidade”

Eixo II: Viabilizar a afirmação na região das actividades empresariais centradas na “Economia do Conhecimento”

Eixo III: Desenvolver na região uma jazida sustentável de emprego e crescimento baseados na valorização dos recursos endógenos

Eixo IV: Reforçar e aprofundar a vocação universitária de Coimbra

Eixo V: Garantir a coesão territorial interna da região

Eixo VI: Montagem de um sistema de governança regional

Parte IV – Diagnóstico Socioeconómico: Elementos de Base

Caixa 9 – Metodologia de Diagnóstico e Análise Territorial: Um duplo Referencial Articulação entre Competitividade e Coesão; A lógica Condições Processos Resultados

NOTA INTRODUTÓRIA

A percepção e compreensão do papel fundamental das estratégias de base territorial na promoção da competitividade, do crescimento sustentado, do emprego, da coesão social e do ordenamento do território estão na génese de um processo de reflexão e discussão, promovido pela Associação de Municípios do Baixo Mondego (AMBM) que assumiu como objectivo central a construção de uma Visão e Estratégia de desenvolvimento para a região no horizonte temporal de 2020 e de um Plano de Acção Operacional no horizonte de 2013.

A possibilidade de desenvolver o trabalho ao longo de um período relativamente longo permitiu, não só, um processo de reflexão, compatibilização e coerência entre os vários protagonistas regionais, mas também a integração das diversas orientações da política europeia de coesão e da nova agenda nacional proposta no QREN- Quadro de Referência Estratégico Nacional, 2007-2013.

A exploração de uma sólida correspondência entre a evolução da política europeia de coesão e as necessidades concretas de desenvolvimento do Baixo Mondego traduziu-se, neste contexto, na valorização de um maior articulação entre os objectivos da competitividade e coesão, procurando enfrentar os problemas colocados pela "saturação" da velocidade de convergência de Portugal no espaço da União Europeia, na medida em que se estimula, no domínio da competitividade, uma viragem para a inovação global em detrimento da estrita modernização de equipamentos e, no domínio da coesão, uma viragem para as lógicas de integração de redes de infraestruturas, serviços e organizações, de várias gerações, em detrimento da lógica de simples recuperação de atrasos na oferta de equipamentos colectivos básicos.

Este documento apresenta, de forma sintética, o resultado alcançado neste processo de construção da visão estratégica para 2020 e de coerência e compatibilização das acções e intervenções estruturantes a desenvolver no período 2008-2013 que assegurarão o alcançar dos objectivos e visão definida. O documento encontra-se estruturado em quatro grandes pontos. No primeiro, apresenta-se o posicionamento e perspectivas futuras para Baixo Mondego que se encontra articulado com o ponto 4 onde se desenvolvem os elementos base de suporte ao diagnóstico socioeconómico da região. Nos pontos 2 e 3 apresentam-se, respectivamente, a Visão e Opções Estratégicas e o Plano de Acção em que, neste caso, se indicam e caracterizam o conjunto de iniciativas relevantes que materializam as opções estratégicas e visão pretendida para o Baixo Mondego.

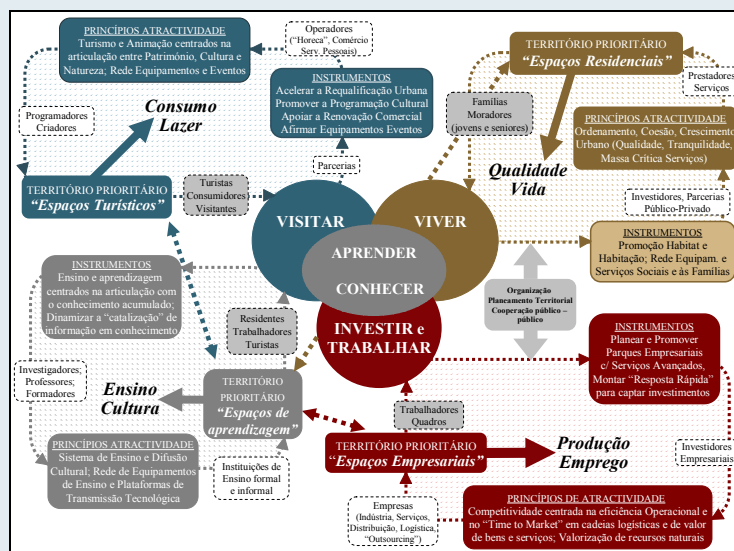
Caixa 1- Princípios, Metodologia e Instrumentos de Planeamento de Base Territorial

A perspectiva de **desenvolvimento territorial** adoptado na definição da estratégia de desenvolvimento regional articula as análises subjacentes à “utilização e fruição” do território com os respectivos “públicos e utentes”, através da construção de um diagnóstico prospectivo, em que as diversas ópticas de observação – mais centrada no território, nas empresas ou nas pessoas – são lidas no quadro do equilíbrio entre uma “economia competitiva” e uma “sociedade coesa” e à luz da forma como se processa a transformação das condições e recursos presentes em resultados sustentados.

Os diversos **modelos de afirmação regional** constituem um referencial importante na percepção das articulações e interacções que sustentam e justificam as actuais hierarquias em matéria de competitividade territorial. Os **processos de crescimento e desenvolvimento territorial** são baseados em **quatro grandes áreas** que sustentam a projecção e afirmação externa dos territórios, nomeadamente, por via:

- da *componente residencial e enquanto espaço para viver*, moldado pela adequação do modelo de vivência oferecido à população residente e pela capacidade de atracção sobre novos residentes;
- da *componente empresarial e enquanto espaço para “trabalhar e investir”*, dinamizado pela conjugação mais ou menos equilibrada de espaços de localização empresarial industrial com espaços comerciais e de serviços, e explicado pela *dinâmica de criação de riqueza, valor e emprego*;
- da *componente turística e enquanto espaço para “visitar”*, projectado pela relevância dos motores explicativos dos fenómenos de captação turística, *interligado* com o dinamismo das suas actividades complementares (qualidade e diversidade), e explicado pela sua capacidade de *induzir consumo e ser apetecível ao lazer*;
- da *componente aprendizagem e enquanto espaço para “aprender e conhecer”*, facilitado pela capacidade de accionar a articulação entre a realidade empresarial e o sistema científico, tecnológico, de ensino, formação e divulgação, *impulsionado* pela integração de componentes dos restantes vectores de crescimento nos pontos de contacto delineados pela *transversalidade do conhecimento, do ensino e da cultura*.

Dimensões associadas ao crescimento e desenvolvimento de base territorial



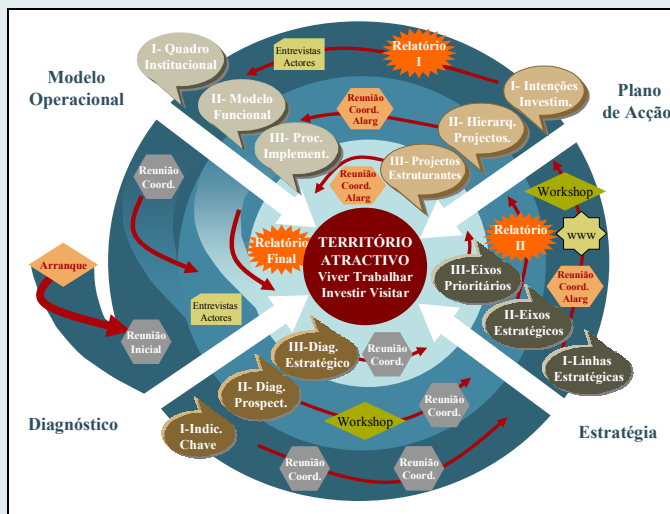
Os exemplos concretos de territórios que ganharam capacidade de afirmação e projecção externa confirmam o desequilíbrio sequencial e, por vezes, cumulativo dos respectivos “motores” de crescimento, no sentido em que o estágio de consolidação de cada um dos factores de afirmação numa dada região é, inevitavelmente, desequilibrado, e moldado por uma realidade que incorpora tendências pesadas de longo prazo.

O desenvolvimento territorial é, portanto, um processo interactivo, dinâmico e complexo, que se joga na articulação entre:

- **o quadro geral de definição dos objectivos de desenvolvimento territorial**, que remete para o posicionamento relativo das regiões no contexto mais lato das realidades económicas e sociais em que se inserem (*inserção no referencial regional, nacional e europeu de competitividade e coesão*) e pelas indicações sobre opções de desenvolvimento daí resultantes, e um **quadro mais específico** introduzido pela necessidade de *hierarquização de prioridades de desenvolvimento*, estabelecidas no quadro das restrições, impostas e assumidas com base na legitimidade de actuação reconhecida aos seus governantes;
- **a decisão sobre as opções de desenvolvimento a assumir**, que corresponde à definição de um equilíbrio coerente entre a fixação de objectivos necessários de desenvolvimento, onde se enquadra a satisfação das necessidades identificadas, sobretudo, ao nível da coesão e do fomento da igualdade de condições de acesso e utilização de bens e serviços colectivos, e a fixação de objectivos ambiciosos de desenvolvimento, onde se enquadram iniciativas e instrumentos orientados para a maximização das suas potencialidades de crescimento, sobretudo, ao nível competitivo (criação de riqueza e projecção em termos de nível médio de vida);
- **uma focalização de uma escala mais local**, que introduz critérios orientados para a promoção da **coesão social** e da **competitividade urbana** (com diferentes processos de desenvolvimento, sujeitos a lógicas espaciais específicas – *cidade residencial, empresarial, administrativa, logística, cultural, do conhecimento, da animação e sustentável*) e **os processos de desenvolvimento mais orientados para uma escala mais regional** que remete para a necessidade de garantir e fomentar uma maior articulação entre competitividade e coesão, nomeadamente utilizando a coesão com condição e factor de competitividade e a competitividade como suporte da consolidação da coesão.

A construção de Estratégias e de Planos de Acção de Base Territorial: Um processo em “espiral”

A construção destas estratégias, com a definição das intervenções estruturantes que lhes dão operacionalidade e eficácia, pressupõe um processo que engloba quatro dimensões relevantes (diagnóstico, estratégia, plano de acção e modelo operacional de governação e gestão) que se complementam e que devem processar-se de forma iterativa e numa “espiral” visando afirmar **os territórios como espaços atractivos para viver, trabalhar, aprender e conhecer**.



Esta caminho e metodologia seguida na construção dos **Programas Territoriais de Desenvolvimento** proporciona, nomeadamente, através do processo de participação e reflexão conjunta com os protagonistas e decisores regionais e locais, um acumular de conhecimentos e aprendizagens que constituem uma mais-valia significativa no desenvolvimento de futuros trabalhos.

Fonte: AM&A (2007), Princípios, Metodologia e Instrumentos de Planeamento de Base Territorial, v.2.0.

PARTE I – COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL: POSICIONAMENTO E PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O BAIXO MONDEGO

Dividido entre as terras férteis do vale do Mondego, a paisagem agreste da serra, o verde da floresta e as planícies da orla costeira, a região do Baixo Mondego reúne 10 concelhos [\(ver 4.1\)](#)¹ onde os diferentes vivências e experiências revelam um traço comum e perspectivam um futuro assente na partilha e na complementaridade dos **recursos estratégicos** que justificam o **posicionamento favorável da região nos referenciais nacionais de nível médio de vida** [\(ver 4.3\)](#) e enquadram a sua inserção na estratégia de desenvolvimento do país no período crítico que se avizinha.

A **posição geográfica estratégica** a “meio caminho” entre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e a articulação que poderá desempenhar com Espanha, beneficiária dos principais eixos de mobilidade Norte-Sul e Este-Oeste e com acesso privilegiado aos portos da Figueira da Foz, Aveiro e à fronteira de Vilar Formoso [\(ver 4.1\)](#), é um dos mais relevantes recursos deste território, a que se junta, por um lado, o assinalável património ambiental, em que o **rio Mondego** é o protagonista natural, e por outro, um modelo de ocupação urbana com uma notável potencialidade para o desenvolvimento económico e social do Baixo Mondego e do Centro. De facto, a consolidação de um conjunto de **sistemas urbanos polinucleados** na região Centro, fortemente estruturada ao longo de uma faixa litoral de urbanização difusa mas que, gradualmente, chega aos espaços interiores da região, tem um importante contributo do Baixo Mondego com o **eixo Coimbra-Figueira**, que assume um papel de charneira e que deverá ver potenciado o seu papel na fixação de serviços e estruturas de importância nacional e internacional.

Ainda que a região apresente, na sua globalidade, um pendor rural significativo, de que é evidência uma taxa de urbanização inferior à média do país, **Coimbra** e, em menor medida, **Figueira** emergem como relevantes pólos urbanos, não só pela densidade e pelo peso populacional que assumem [\(ver 4.10\)](#) mas, principalmente, pela **disponibilidade uma população mais jovem, qualificada e com um rendimento superior à média da região Centro e do País** [\(ver 4.7, 4.46 e 4.51\)](#). Assim, o eixo urbano do Baixo Mondego afirma-se como um espaço privilegiado de consumo, incrustado num conjunto de concelhos menos densos em termos populacionais, onde um modelo de industrialização com valências muito próprias convive com uma ruralidade expressa na floresta, na paisagem Gandaresa, nos campos do Mondego e num modo de vida mais descongestionado e tranquilo.

¹ As referências assinaladas remetem para os elementos de diagnóstico apresentados na parte IV.

Caixa 2 Lugares e Histórias do Baixo Mondego

As raízes históricas da ocupação humana do Baixo Mondego perdem-se no tempo mas os vestígios e os relatos que chegaram até aos nossos dias provam que a posição geográfica, o rio e a fertilidade dos campos atraíram sucessivas vagas de romanos, bárbaros, muçulmanos e cristãos, que aí se instalaram e prosperaram.

A ocupação pré-histórica da região é tida como certa, mas é com a ocupação fenícia no século VII A.C. e, principalmente, com a emergência da cidade romana de Conímbriga já no século II A.C. que os vestígios arqueológicos e históricos ganham maior consistência, podendo ainda hoje ser apreciados nas ruínas de Conímbriga, no Museu Nacional de Machado Castro em Coimbra e em diversos núcleos museológicos da região os testemunhos de uma cultura grandiosa. A posição estratégica do povoado, junto ao derradeiro estrangulamento do rio, não havia de passar despercebido ao espírito empreendedor e organizador dos romanos que aí ergueram uma cidade cujas ruínas revelam uma planificação urbanística cuidada, organizada em torno de um fórum e atenta a todas as funções urbanas desde o comércio à habitação. As potencialidades da navegação fluvial começam já nessa altura a ser exploradas, constituindo-se a região como um ponto de cruzamento de diversas rotas comerciais que, uma vez terminado o poderio romano, viriam a ser exploradas pelos bárbaros e árabes.

Em 1064, a reconquista definitiva pelos cristãos, liderados por Fernando Magno, transforma a cidade de Coimbra num importante entreposto comercial entre o Sul islâmico e o Norte cristão, estabelecendo-se aí uma forte comunidade moçárabe. A maioria das trocas comerciais processava-se pelo rio Mondego que, para além de uma via de comunicação e de acesso ao mar, era também a linha de defesa do condado, tendo sido construído um conjunto de fortificações que incluía os castelos de Penacova, Lousã, Coimbra, Penela, Soure e Montemor. Em tempos de paz, a igreja teve também um relevante papel no repovoamento destacando-se, pela influência e riqueza económica e artística, o Mosteiro do Lorvão, em torno do qual se desenvolveu a vocação agrícola e comercial da região.

Nos primeiros tempos da nacionalidade a região ganha o estatuto político com a ascensão de Coimbra a capital e é palco de nascimentos, intrigas e tragédias: aí nascem D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando, aí se decide o destino do reino com a condução de D. João Mestre de Avis ao trono e aí se planeia a morte de Inês de Castro tantas vezes cantada em prosa e em verso.

A criação do Mosteiro de Santa Cruz e a Universidade vem constituir uma marca de Coimbra e do País que assumiu um papel importante na cultura portuguesa e com projecção no mundo.

O imaginário da Arte Românica, assente na força da pedra bruta e na sobriedade dos louvores a Deus, ainda sobrevive na região com exemplares notáveis como a Sé Velha de Coimbra, mas é do período renascentista que nos chegam mais testemunhos do génio de artistas que transformaram recursos locais, como a famosa pedra de ançã, numa linguagem universal.

No século XVI os proveitos dos Descobrimentos inauguram uma época de prosperidade patente na construção de solares, palácios, igrejas e conventos que ainda hoje pontuam as cidades e vilas da região com referências aos estilos manuelino, renascentista e maneirista. É também no período quinhentista que a região se distingue secularmente com a transferência definitiva da Universidade para Coimbra que, com suas capas, fados e rituais de celebração, ficaria para sempre associado à imagem e à história da cidade.

Com a chegada dos reis espanhóis, o Baixo Mondego prova que não é só terra de doutores, lavradores e pescadores, mas também de heróis: D. António de Meneses, conde de Cantanhede, mostrou todo o seu patriotismo na vitória da batalha das Linhas de Elvas, merecendo o título de marquês de Marialva. O quarto marquês de Marialva, D. Pedro de Menezes, ficaria para sempre ligado a uma certa maneira de ser homem português e cujos ecos no chegam nas tradições da tourada e do fado.

Nos campos cultivava-se o milho, o trigo e o linho, no rio navegavam as barcas carregadas de sal e pescado e assim se ia desenrolando uma era de progresso que só viria a ser interrompida pelas invasões Francesas e, posteriormente, pelas lutas internas entre absolutistas e liberais que sacudiram o país no século XIX. Deste período chegam-nos os relatos e os espólios das batalhas, como o conservado no Museu Militar do Buçaco recordando que foi na Serra do Buçaco que Napoleão sofreu umas das primeiras derrotas do império perante o exército anglo-luso sob o comando do Duque de Wellington.

Já no fim do século XIX, com a construção do caminho de ferro da Beira Alta, e face às vantagens de comodidade e rapidez que apresentava, a navegação comercial no rio Mondego perde relevância, restando o movimento das lavadeiras e das suas trouxas. Na costa, de onde partiram caravelas e onde chegaram piratas, sobrevivem também outros ofícios duros e desgastantes: “obra de lavradores que resolveram um dia ir à sardinha”, como brinca Raul Brandão, as tradições da arte xávega ainda hoje juntam multidões atraídas por este colorido ritual de valentia.

Em pleno século XX, o som dos passos de heróis e reis nos adros das igrejas dá lugar às palavras de grandes vultos da literatura moderna portuguesa, como Miguel Torga e Vitorino Nemésio, inspirados pelas musas do Mondego; no pátio da Universidade o silêncio dos livros é quebrado pela revolta estudantil de 69 em nome de mais liberdade e solidariedade; no rio, as barcas são substituídas por caiaques em busca de outras aventuras; nas praias, os areais outrora ocupados por pescadores estão agora repletos de turistas. Hoje, as gentes do Mondego podem olhar para trás e recordar tantas glórias passadas, mas os espaços e as vontades permanecem, prontas para acolher novas lutas, artes e tradições.

Num quadro de **mobilidade facilitada** e de **colaboração institucional**, a diversidade territorial do Baixo Mondego surge não numa lógica de “dois pelotões” mas sim de **complementaridade entre mercados, equipamentos e factores de competitividade**, que deverá ultrapassar as fronteiras da região. De facto, o relacionamento funcional e económico forte da região com alguns concelhos das NUTS vizinhas –Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Interior e Dão-Lafões - e com concelhos integrados na Região de Polarização de Lisboa sugere desde já a definição de eixos e **polígonos urbanos de geometria variável** que permitam, num modelo de cooperação em rede, angariar a escala suficiente para atrair investimentos e infra-estruturas com uma área de influência nacional e europeia e cujos vértices dependem do sector ou do recursos a explorar.

O Baixo Mondego integra um eixo de **dinamismo industrial** que se estende entre Leiria e Aveiro e prolonga-se para o interior em direcção a Viseu, baseando o seu perfil de especialização nos sectores “Papel e Publicação”, “Material de Construção”, “Educação, Saúde e Cultura” (ver 4.20). A região reflecte o modelo de crescimento do Centro, mais assente na criação de empregos num número limitado de actividades do que na obtenção de ganhos significativos em termos de produtividade e de utilização mais eficiente de recursos progressivamente qualificados e diferenciados (ver 4.5), mas exhibe características diferenciadoras que merecem destaque.

O Baixo Mondego lidera o ranking de produtividade na região Centro e exhibe **níveis de produtividade nos sectores de especialização superiores à média do país** (ver 4.21). Por outro lado, a relação entre o valor criado pelos sectores transaccionáveis e serviços internacionalizáveis e o valor criados pelos serviços com maior vínculo à localização física revela uma **especialização produtiva bastante diversificada e menos dependente de sectores típicos da economia portuguesa** como a agricultura, a construção e o comércio (ver 4.22). O modelo de especialização assenta em indústrias que sustentam a sua competitividade na facilidade de acesso a recursos naturais, complementado com indústrias sustentadas pelo esforço de I&D (4.23), o que se traduz numa **intensidade tecnológica preponderante de nível alto** (4.24) e apoiada numa **oferta alargada de infra-estruturas de suporte de base tecnológica e de investigação** (ver 4.43).

Assim, os desafios que se apresentam no sector industrial passam pela **aceleração e densificação** de uma estratégia que já está a dar os primeiros passos no sentido da captação **de empresas que operam em sectores de elevado valor acrescentado e assentes em factores competitivos mais avançados**. Para além dos sectores que já se destacam no perfil produtivo da região, a combinação dos investimentos já realizados (por exemplo, nas **acessibilidades** e na **obra hidroagrícola do Mondego**), dos equipamentos disponíveis (os **activos na área da saúde e da educação** que constituem uma referência a nível nacional e cuja área de influencia ultrapassa claramente os limites da região), e dos recursos endógenos da região (desde o **património ambiental** até à experiência de **parcerias entre as universidades, unidades de investigação e o tecido empresarial** já acumulada na região) aponta no sentido de uma aposta num conjunto diversificado de actividades entre as quais se destacam as ligadas à **logística, energia, agro-alimentar, saúde e turismo**.

A perspectiva de um Baixo Mondego que se diferencia por um conjunto de **pólos de excelência** em domínios mais **inovadores e intensivos em conhecimento**, e que assume a sua posição de “**porta de entrada**” da região Centro, encontra na actual **fraqueza do segmento dos serviços avançados** (ver 4.19), nomeadamente dos serviços às empresas, um sério obstáculo que a região terá que ultrapassar numa base de cooperação interurbana. O desenvolvimento dos **eixos Aveiro–Coimbra–Leiria e Coimbra–Viseu** surgem assim como elemento fundamental na obtenção da **massa crítica** necessária para sustentar um conjunto de empresas que fogem à lógica de polarização pelas áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. O avanço nestas duas frentes e o papel charneira de Coimbra mostram-se cruciais para a inversão de uma situação de subaproveitamento de recursos qualificados patente na elevada proporção de desempregados com habilitações de nível médio/superior na estrutura de emprego da região (ver 4.57).

Acresce ainda o desafio de evitar que a pressão urbana e industrial coloque em causa o desenvolvimento dos concelhos mais rurais que vêm na **preservação da paisagem e da qualidades ambientais do território um importante factor de coesão social e de competitividade**, seja uma lógica de **promoção das tradições agrícolas** que permanecem como uma fonte de rendimento alternativo para muitas famílias, seja numa lógica de **atração de famílias** que preferem residir longe do bulício dos principais centros urbanos, de **visitantes e turistas**, ou ainda numa lógica de exploração das **actividades económicas ligadas à sustentabilidade**.

O sector do turismo tem na região uma representatividade assinalável ([ver 4.38](#)) - fruto da notoriedade dos destinos de **sol e praia** ao longo da sua costa, da **tradição termalista**, da singularidade do **património monumental** e de alguns exemplos pontuais de **turismo activo e de natureza** - mas debilitada por fracas taxas de crescimento da procura e da oferta, pela forte dependência do mercado nacional, por elevados índices de sazonalidade e pela curta duração da estadia média ([ver 4.39 e 4.42](#)). Num cenário de relativa dispersão e desconexão da oferta, e de ausência de um factor de atractividade que, por si só, justifique um aumento expressivo do número de turistas, o desenvolvimento do sector terá de passar pela **exploração da tendência de crescimento de novas procuras e públicos** - desde o Turismo de Bem-estar, Turismo Activo e de Natureza até aos nichos assente no touring com interesse científico e pedagógico ou nas as rotas em torno das gastronomia e vinhos – e na construção de “**novas soluções de visita**”: uma **oferta completa**, no sentido em que cada produto integre a oferta de alojamento com restauração, a animação e lazer, **integrada** na região sob a lógica da genuinidade das experiências e da sustentabilidade ambiental e **flexível**, permitindo ao turista combinar diferentes destinos e construir a sua própria rota.

Para além da força da **marca “Coimbra”** nos domínios da educação, do conhecimento e da cultura, a região beneficia também de algumas iniciativas de **descentralização da produção cultural** que indiciam o seu potencial no **sector da cultura e do lazer**, entendido na sua configuração mais vasta e abrangente envolvendo, o património, a museologia, as artes e espectáculos, a produção de conteúdos, o design, as comunicações e o software. No entanto, será necessário “olhar” a requalificação e a dinamização do património e consolidação e desenvolvimento da museologia e de equipamentos culturais, como argumentos estratégicos de **marketing territorial** capazes de se afirmar pela diferenciação positiva e pelo valor acrescentado, contribuindo para a dinamização do tecido empresarial, valorização dos produtos regionais, requalificação de centros históricos, consolidação de um modelo residencial atractivo assente na tranquilidade e na qualidade do espaço público e para atracção de um fluxo regular de visitantes.

A diversidade territorial do Baixo Mondego reflecte-se, portanto, numa diversidade de vocações, que importa compatibilizar em nome da **coesão social**, evitando que o desenvolvimento da região se faça a “duas velocidades” e que as dicotomias urbano/rural e indústria/turismo se transponham em fortes divergências de desenvolvimento. Para além do já referido esforço de ordenamento e contenção dos impactos ambientais das actividades industriais, exige-se que a **cultura de qualidade e de excelência** se estenda a todos os sectores estratégicos e a todos os territórios, assumindo particular relevância a questão da disponibilidade e qualidade do capital humano.

A disponibilidade de mão-de-obra na região mostra algumas debilidades patentes na **perda de efectivos populacionais** no período mais recente e no índice de **envelhecimento ligeiramente superior** à media nacional (ver 4.46 e 4.47). A **estrutura de habilitações dá sinais mais positivos**, na medida em que a região, na sua globalidade, apresenta um peso da população com habilitações ao nível do ensino secundário e superior mais elevado que o padrão nacional, mas revela **disparidades concelhias significativas** (ver 4.52). A correlação entre a disponibilidade e qualidade do capital humano, a capacidade de reconversão e requalificação profissional, a qualidade do emprego e, em última instância, o salário médio (ver 4.55) e o rendimento disponível na região, justifica assim que o **investimento em capital humano** seja uma necessidade transversal à questão da competitividade e da coesão. De facto, a avaliação da coesão social da região, não só no que respeita ao nível de rendimento mas também ao acesso a equipamentos e serviços nas áreas do ambiente, saúde, acção social, cultura, lazer e desporto, permite desenhar um cenário globalmente favorável (ver 4.13, 4.14, 4.16), mas onde subsistem algumas carências de equipamentos colectivos e serviços públicos específicos em determinados concelhos que urge ultrapassar, permitindo inserir esses espaços num sistema urbano complementar e competitivo.

**Figura 1.1. Análise SWOT do Baixo Mondego:
Pontos Fortes e Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças**

Forças	Fraquezas
Óptica do Território	
<ul style="list-style-type: none"> • Posição geográfica favorável entre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, servida de boas acessibilidades • Estrutura urbana policêntrica formada por um conjunto de pólos urbanos com características distintas e com dimensão média suficiente para desenvolver uma rede urbana numa lógica de complementaridade • Património ambiental rico e diversificado, com destaque para o rio Mondego, a floresta e a costa litoral • Património Histórico e Cultural de relevância nacional • Indicadores de acesso a equipamentos e serviços nas áreas do ambiente, saúde, acção social, cultura, lazer e desporto globalmente favoráveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficientes acessibilidades que permitam a ligação com as cidades do interior do país (designadamente Viseu, Castelo Branco e Covilhã) e com Espanha. • Permanecem algumas debilidades localizadas no domínio dos equipamentos colectivos • Permanecem alguns focos de poluição fluvial, frequentemente associados a descargas de efluentes sem tratamento ou com tratamento inadequado, quer de origem doméstica quer industrial.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Existência de equipamentos na área da educação e saúde cuja área de influência ultrapassa as fronteiras da região Força da marca "Coimbra" nos domínios da educação, cultura e saúde 	
Óptica das Empresas	
<ul style="list-style-type: none"> Perfil produtivo em que o esforço de I&D e a alta intensidade tecnológica têm uma representatividade superior à média nacional Perfil produtivo bastante diversificado e menos dependente de sectores típicos de economia portuguesa como a agricultura, construção e comércio. Oferta alargada de infraestruturas de suporte de base tecnológica e de investigação Sustentação do nível de iniciativa empresarial, num quadro global de retracção na região Centro 	<ul style="list-style-type: none"> Debilidades do sector do Turismo: baixa estada média, sazonalidade, oferta hoteleira tradicional Insuficiente aproveitamento dos locais de interesse ambiental e patrimonial, fraca divulgação da região e falta de coordenação nas acções promocionais desenvolvidas Fraco desenvolvimento dos serviços às empresas Exportações muito concentradas em dois concelhos A presença de capital estrangeiro encontra-se abaixo dos valores de referência nacional, indiciando, a esse nível, um grau de internacionalização ainda incipiente do tecido empresarial
Óptica das Pessoas	
<ul style="list-style-type: none"> Taxa de atracção populacional positiva Nível de vida superior à média do Centro e do país, tanto na óptica da produção (PIB pc) como do rendimento (Índice de Poder de Compra e Rendimento Colectável pc) Nível habilitacional globalmente elevado 	<ul style="list-style-type: none"> O indicador de poder de compra revela fortes divergências intra-regionais Uma estrutura etária onde a franja da população idosa assume uma maior expressão, em detrimento das camadas mais jovens da população Divergências internas no que respeita ao perfil etário e habilitacional colocam alguns concelhos numa posição particularmente desfavorável na avaliação da disponibilidade e qualidade do capital humano
Oportunidades	Ameaças
Óptica do Território	
<ul style="list-style-type: none"> O Baixo Mondego enquanto região alternativa às duas grandes áreas metropolitanas, altamente atractiva, oferecendo as vantagens associadas a uma região menos congestionadas e serviços urbanos avançados atractivos Afirmação internacional por via de equipamentos diferenciadores com maior visibilidade e capacidade de atracção, nomeadamente nas áreas da educação, cultura e saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Risco de desenvolvimento e "duas velocidades" em que as dicotomias rural/urbano se transpõe em fortes divergências de desenvolvimento A pressão urbanística sentida em alguns concelhos, nomeadamente pela proximidade a Coimbra, e o modelo de industrialização difusa acarreta riscos de insustentabilidade ambiental e desordenamento do território
Óptica das Empresas	
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do sector logístico, potenciado pelas boas acessibilidades da região: a região como porta de entrada para o interior do país e Estremadura Exploração da tendência de descentralização do mercado cultural – produção e consumo – alavancada no desenvolvimento das TIC e na consolidação de nichos de mercado centrados nas tradições e nos saberes locais Crescimento do mercado do turismo de saúde e bem-estar, turismo activo e de natureza, turismo cultural 	<ul style="list-style-type: none"> Risco da exploração plena das potencialidade ambientais da região ser colocada em causa pela lentidão ou insuficiência dos investimentos da administração central (por exemplo ao nível da Obra Hidroagrícola do Mondego, da organização e protecção florestal)

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização dos recursos endógenos da região – recursos ambientais, recursos imateriais organizados em torno das Universidade de Coimbra e de Aveiro e da rede de centros tecnológicos – em sectores utilizadores intensivos de conhecimento e I&D e geradores de elevado valor acrescentado 	
Óptica das Pessoas	
<ul style="list-style-type: none"> • Sustentação das taxas de atracção populacional e do diferencial positivo de nível de vida face à média do país • A dinamização da actividade turística e a valorização dos recursos endógenos em sectores de elevado valor acrescentado promovem a criação de emprego e a retenção/atracção de população nos pólos rurais 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco do desajustamentos entre a oferta e procura de qualificações • Criação de "bolsas" de desemprego estrutural resultante da regressão do sector primário e do sector industrial mais tradicional • Inadequação da distribuição territorial de infra-estruturas e de equipamentos face às dinâmicas demográficas e de mobilidade da população

PARTE II – OBJECTIVOS E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO BAIXO MONDEGO

Uma conurbação urbana relevante com mobilidade internacional

*Uma economia inovadora alavancada pelo domínio das ciências da vida,
pela ligação com a universidade e pelas facilidades empresariais*

Uma valorização diversificada e sustentável dos recursos endógenos

II.1. Visão, Estratégia, Prioridades e Objectivos

O Baixo Mondego conheceu, no passado recente, um conjunto de dificuldades de afirmação e desenvolvimento alimentadas, no essencial, pelas características de uma profunda reestruturação territorial dos processos de localização empresarial e residencial na sociedade portuguesa, no quadro mais geral da aceleração da sua plena integração europeia, que abriu oportunidades mais significativas aos espaços regionais mais próximos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, mas também, pela insuficiente capacidade de cooperação no interior da região e de obtenção de massa crítica e sinergias na valorização dos seus grandes elementos de afirmação à escala nacional, europeia e internacional (a Universidade, os recursos naturais específicos, as infraestruturas de mobilidade e os pólos urbanos). As dificuldades recentes de afirmação competitiva do Baixo Mondego, representam, também, em grande parte, as dificuldades de afirmação que a própria Região Centro tem conhecido no plano da convergência económica e do reforço da coesão social.

O Baixo Mondego é, no entanto, no presente, um **território onde despontam novas oportunidades de desenvolvimento económico e social**, que permitem não só corrigir as insuficiências do passado recente, como reorientar com sucesso a sua trajectória de desenvolvimento económico e social em direcção a um **modelo** simultaneamente **mais ambicioso** – criação de riqueza e de emprego com base nos factores avançados do conhecimento – **mais sustentado** – contribuição relevante para a conservação da natureza e valorização do património – **mais aberto** – desenvolvimento efectivo das infraestruturas e serviços cruciais da mobilidade e da internacionalização - **mais atractivo** – nova atenção à massa crítica necessária nas realidades urbanas - e **mais equilibrado** – aposta decisiva na descentralização das iniciativas e dos efeitos económicos e sociais no interior da região, qualificando as funções assumidas pelo Baixo Mondego no contexto das regiões portuguesas.

A visão que orienta a estratégia “Baixo Mondego 2020” assenta numa **leitura positiva das condições de partida da região no deste período de programação estrutural** e das

potencialidades de desenvolvimento económico e social encerradas nos recursos disponíveis para o futuro, mas temperada pelo reconhecimento de um conjunto de processos cuja prossecução não está completamente sob controlo dos municípios e que, a não serem colocados em marcha, limitam seriamente as perspectivas da região.

A conversão do Baixo Mondego num espaço gerador de oportunidades depende, de facto, da exploração da concentração de recursos naturais e imateriais – protagonizados pelo vale do Mondego e pela Universidade de Coimbra respectivamente – cujo ordenamento está, em grande medida, sob a alçada da administração central, mas cujo valor deve incentivar os responsáveis locais a caminharem até ao limite da sua legitimidade política, transformando assim a centralidade geográfica da região numa verdadeira centralidade de iniciativa e, espera-se, de crescimento articulado com os pólos a norte e a sul e com uma dinâmica muito própria.

A estratégia “Baixo Mondego 2020” constrói-se, portando, “de baixo para cima”, isto é, parte dos factores estratégicos, diferenciadores e competitivos da região para chegar às diferentes fontes de financiamento disponíveis, evitando-se a tentação de desenhar uma estratégia que se enquadra muito clara e facilmente no QREN, por ser uma cópia dos seus temas e eixos, mas que não encontra reflexo nas expectativas e escolhas dos actores da região.

O elemento central da visão construída para a estratégia “Baixo Mondego 2020” parte de um duplo reconhecimento sobre a natureza e alcance das grandes oportunidades e ameaças para o seu desenvolvimento económico e social.

As principais oportunidades do Baixo Mondego no horizonte do futuro próximo, embora suportadas, em grande medida, pelos **recursos endógenos da região**, exigem, em primeiro lugar, um processo de construção sustentada da respectiva valorização competitiva orientado pela **viragem ao exterior** e pela **internacionalização**, acompanhando, de forma singular, algumas das mais sólidas alavancas de progresso actuais, nomeadamente as actividades económicas associadas ao conhecimento e a mobilidade internacional de pessoas associada à capacidade diferenciadora do património, da cultura e da natureza conservada.

As principais oportunidades do Baixo Mondego no horizonte do futuro próximo exigem, em segundo lugar, para serem devidamente aproveitadas, a obtenção de **novos e mais exigentes níveis**, seja **na escala e dimensão das capacidades da região**, como espaço de produção, investigação e inovação com base na ciência, **reforçando necessariamente a vocação universitária da cidade de Coimbra**, e como conjunto de espaços especializados e complementares de localização empresarial facilitada com mobilidade assegurada, alargando internamente as fronteiras do desenvolvimento aos diferentes concelhos e valorizando as funções **logísticas do porto da Figueira da Foz**, seja

na atractividade dos seus elementos de “cidade”, como espaço de criatividade, de consumo, de qualidade de vida, de animação e de relevância turística.

O elemento determinante para recuperar das dificuldades do passado recente e construir um futuro onde estas oportunidades podem ser alcançadas reside na racionalidade e na pró-actividade das intervenções, públicas e privadas, isto é, na **focalização temática dos investimentos estruturantes**, permitindo à região construir uma plataforma efectiva de governança alimentada por uma muito mais vasta cooperação publico-público e público-privado e motivada por acções não fragmentadas de base supramunicipal.

O elemento central da visão construída para a estratégia “Baixo Mondego 2020” opta por confiar na capacidade de adaptação da região a novas exigências, competências e desafios, **alargando a sua base territorial e humana para as actividades económicas polarizadas pelo conhecimento e pela sustentabilidade**, valorizando a sua diversidade e procurando e equilibrar os seus progressos competitivos através de uma busca permanente de níveis mais elevados de coesão social.

A visão subjacente à estratégia “Baixo Mondego 2020” é sustentada por uma **vontade pró-activa de construção de situações e realidades** que se querem e podem alcançar e de realidades e situações que se querem e podem evitar, alimentada, quer pela avaliação das tendências do passado recente, traduzida nas grandes lições das experiências de desenvolvimento regional na Europa e em Portugal, quer pela antecipação das grandes tendências económicas, sociais e institucionais do futuro próximo, traduzida numa efectiva focalização num conjunto limitado e realista de grandes prioridades de acção, isto é, por um novo entendimento:

- Do actual papel das cidades no modelo de atractividade residencial, empresarial e turístico, apostando na consolidação de um eixo urbano com relevância nacional em que as lógicas de centro/periferia e as consequentes tensões entre as diferentes funções e vocações de uso do solo dão lugar a uma conurbação urbana com massa crítica mas sustentável, com um núcleo denso mas ordenado, com especialização e diferenciação de funções mas flexibilizado através de uma rede de acessibilidades internas.
- Da posição da região no sistema científico-tecnológico, promovendo o encontro entre a Universidade, os Centros Tecnológicos e de Investigação, o tecido empresarial e os territórios mais rurais e de menor densidade, numa lógica de incorporação do conhecimento em todos os sectores em que a região tem demonstrado vantagens competitivas, na medida em que se mostre rentável e eficiente, e não numa lógica de

completa redefinição do padrão de especialização da região no sentido dos sectores com maior intensidade de utilização de tecnologia e conhecimento.

- Do carácter distintivo que rio Mondego oferece à região e da diversidade de sectores que podem beneficiar da sua presença, não só enquanto palco para uma agricultura moderna e uma oferta turística desconcentrada e sustentável mas também enquanto elemento estratégico da marca e do imaginário criado em torno da região.

Este novo entendimento traduz-se em cinco grandes eixos estratégicos de intervenção que suportam as intervenções municipais, da associação de municípios e da administração central, cuja articulação será decisiva para o desenvolvimento operacional do plano acção que concretiza a estratégia “Baixo Mondego 2020”.

- **Eixo Estratégico I *Alcançar massa crítica no plano da cidade***, focado no eixo Coimbra - Figueira da Foz e na articulação do esforço de requalificação e valorização dos centros e perímetros urbanos com a promoção de habitação, num cenário de mobilidade facilitada, de oferta de serviços às famílias, de expansão dos espaços de fruição do estilo de vida urbano e de lazer , traduzindo-se, assim, num conjunto de medidas que pensam e abordam o *habitat* que a região oferece aos residentes e visitantes.
- **Eixo Estratégico II *Viabilizar um pólo empresarial plenamente integrado nas lógicas da Economia do Conhecimento e desenvolvido em torno das “ciências da vida”***, em que a articulação com a Universidade de Coimbra deve deixar espaço para o contributo de todo o tecido institucional e empresarial da região – Centros de Investigação, de Transferência Tecnológica, Parques de Negócios – e, principalmente, para a crescente descentralização dos espaços de localização empresarial, imprimindo na estratégia um contraponto à relativa concentração territorial de recursos consubstanciada no primeiro eixo.
- **Eixo Estratégico III *Transformar o Baixo Mondego numa jazida sustentável de emprego e crescimento, assumindo o rio como mais uma forma de ligação entre os diferentes territórios*** - já não assente na rede de pólos urbanos ou de conhecimento, mas sim no património natural, histórico e cultural expresso na paisagem, nos produtos regionais, nas tradições – potenciadora de formas inovadoras de turismo, de nichos da agricultura e da fileira florestal orientados para a distribuição em mercados exigentes e das “actividades económicas da sustentabilidade” .
- **Eixo Estratégico IV *Reforçar e aprofundar a vocação Universitária de Coimbra*** num modelo em que os serviços na área da educação e produção científica são articulados com a prestação de serviços em prol do desenvolvimento económico, numa lógica de descentralização do *campus* para junto das áreas de localização

empresarial e de plena integração do *campus* de Coimbra na dinâmica urbana da região.

- **Eixo Estratégico V *Garantir a coesão territorial interna da região***, organizado em torno da identificação das complementaridades e sinergias entre territórios que permitem equilibrar a rendibilização dos equipamentos e qualificação dos serviços às famílias com a flexibilidade, proximidade e facilidade de acesso das populações aos equipamentos e serviços públicos e sociais.
- **Eixo Estratégico VI *Criar uma rede de governação regional***, fomentando o desenvolvimento da cooperação e da constituição de parcerias público-público e público-privado que reforcem a capacitação institucional dos actores envolvidos no processo de desenvolvimento regional.

II.2. Coerência, Integração e Sinergias da Estratégia do Baixo Mondego com a Estratégia Regional, Nacional e Comunitária

A articulação em termos de coerência integração e sinergias dos eixos estratégicos avançados para o Baixo Mondego são reveladores de **fortes relações de interdependência quer com a estratégia global da região Centro** quer com os objectivos e prioridades definidas a nível nacional, quer com os princípios propostos nas Orientações Estratégicas Comunitárias em matéria de coesão.

A opção pela definição de uma Estratégia global e pelo desenho de um Plano de Acção que abrange as intervenções previstas para a região desde que envolvam a participação dos agentes públicos (de forma individual ou em parceria com actores privados) permitiu uma integração adequada, dos princípios e orientações definidos a nível da União Europeia (ver Caixa 3), das prioridades estratégicas definidas a nível nacional, em matéria de programação estrutural, no âmbito do QREN (ver caixa 4), dos objectivos nacionais em matéria de Ordenamento do Território (ver caixa 5) e de desenvolvimento rural (ver caixa 6), quer, ainda e sobretudo, com a estratégia para a região formulada no Programa Operacional da Região Centro (ver caixa 7).

Caixa 3 – Orientações Estratégicas Comunitárias da Política de Coesão para o período de Programação Estrutural (2007-2013)

A preparação do actual ciclo de programação dos Fundos Estruturais da União Europeia integrou, simultaneamente, preocupações de natureza mais defensiva (reactiva) ou mais ofensiva (pró-activa), associadas, nomeadamente, às novas realidades de diversidade interna criadas pelo alargamento, aos novos desafios colocados pela aceleração da globalização em articulação com um desempenho modesto em matéria de crescimento e emprego, à reavaliação dos esforços de prossecução dos objectivos de coesão económica e social e à necessidade de renovação e operacionalização da "estratégia de Lisboa". Este contexto conduziu a uma progressiva maturação de orientações estratégicas e modelos instrumentais que representa, em relação à experiência anterior, uma mudança bastante significativa, que pode mesmo ser considerada como podendo **originar uma nova geração de programas e políticas públicas** visando promover um **"desenvolvimento equilibrado, harmonioso e sustentável"**.

O conteúdo das **Orientações Estratégicas Comunitárias em matéria de Coesão**, impulsionada por uma nova articulação nas várias dimensões territoriais (comunitária, nacional e regional) entre as **prioridades da União Europeia** e os **pilares do desenvolvimento sustentável** (convergência; cooperação territorial; competitividade e inovação; emprego e inclusão social; protecção ambiental e prevenção de riscos), pode ser sistematizado em torno de cinco direcções principais de transformação:

- Uma abordagem mais **estratégica** centrada nas **prioridades globais** da União devidamente adaptadas e integradas em quadros nacionais de referência estratégica (coordenação mais eficiente das iniciativas nacionais e comunitárias);
- Uma menor dispersão dos recursos alcançada pela **concentração das intervenções em termos temáticos** (nas **prioridades de Lisboa e Gotemburgo**, isto é, na competitividade, inovação e sustentabilidade) e orçamentais (nos territórios, regiões e países mais necessitados do ponto de vista da convergência);
- Uma abordagem mais adaptada à **diversidade** interna da União, traduzida numa **maior responsabilização dos países, das regiões e das cidades**, apoiada numa maior **descentralização** e numa maior consideração das **especificidades territoriais** (integração da dimensão urbana, consideração de diversas desvantagens naturais e geográficas, compensação dos sobrecustos das regiões ultraperiféricas);
- Uma **significativa simplificação do modelo de gestão** dos fundos, menos fundos, um fundo por programa operacional, mais forte articulação entre Fundo de Coesão e Fundos Estruturais e uniformização da gestão financeira, regras nacionais de elegibilidade de despesas e programação por prioridade e não por medida);
- Uma busca de maior **eficiência e equilíbrio nos processos de monitorização e controlo**, nomeadamente, através da generalização da regra n+2, da clarificação das responsabilidades da Comissão Europeia e dos Estados Membros, da introdução de condicionantes financeiras associadas ao respeito dos objectivos de convergência e à adopção de mecanismos credíveis de gestão e controlo.

Os objectivos da reforma da política de coesão, procurando, também, responder às necessidades complexas da consolidação do alargamento mais recente da União, comportam duas mudanças potencialmente muito relevantes: a valorização, no **plano estratégico**, da sua articulação criativa com as prioridades comunitárias, em programas, nacionais e regionais, de desenvolvimento, e a valorização, no **plano operacional**, da sua apropriação, no terreno, a um nível mais descentralizado, através de uma partilha mais clara das responsabilidades entre a Comissão, os Estados-Membros e as regiões.

Os objectivos da reforma da política de coesão acolhem, neste quadro, as **grandes recomendações** do **"relatório Kok"** de avaliação das realizações da **"estratégia de Lisboa"** – a necessidade de instrumentos financeiros ao nível comunitário que suportem uma abordagem mais estratégica e permitam uma maior apropriação pelas regiões e parceiros sociais – e as **grandes propostas** para o seu relançamento na forma de uma **"agenda" relativa ao "crescimento e ao emprego"** – uma Europa mais atractiva para investir e trabalhar onde o conhecimento e a inovação sejam os motores do crescimento e as políticas públicas apoiem a iniciativa empresarial na criação de mais e melhores empregos.

O quadro global das orientações para os programas co-financiados a título da política de coesão cobre, deste modo, um conjunto de prioridades que se traduz no aumento das exigências das intervenções estruturais comunitárias em matéria de competitividade e já não exclusivamente centradas na promoção da equidade territorial.

Orientações da Política de Coesão 2007-2013

Tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atractivos para investir e para trabalhar			
Desenvolver e melhorar as infraestruturas de transportes	Reforçar as sinergias entre a protecção ambiental e o crescimento	Enfrentar a utilização intensiva das fontes de energia tradicionais	
Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento			
Reforçar e melhorar o investimento em IDT	Facilitar a inovação e promover o espírito empresarial	Promover a sociedade da informação para todos	Melhorar o acesso ao financiamento
Criar mais e melhores emprego			
Atrair e manter um maior nº de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social	Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e a flexibilidade do mercado de trabalho	Aumentar o investimento em capital humano, melhorando a educação e as competências	
Reforçar a Capacidade Administrativa	Contribuir para manter uma população activa saudável		
A Dimensão Territorial da Política de Coesão			
A contribuição das cidades para o crescimento e o emprego		Apoiar a diversificação económica das zonas rurais, pesqueiras e com desvantagens naturais	
Cooperação Transfronteiriça:	Cooperação Transnacional	Cooperação Interregional	

O estabelecimento das orientações da política de coesão para o próximo período de programação encontra, neste quadro, um novo fundamento, através dum esforço de clarificação dos principais eixos onde o **contributo da política de coesão para os objectivos da estratégia de Lisboa renovada**, nesta lógica de procura de novas sinergias, pode ser reforçado, que conduziu, nomeadamente, à identificação dos seguintes terrenos de acção:

- Reforçando a **capacidade de investimento das regiões com maior capacidade de "catching-up"** nas actividades com elevado potencial de crescimento e nos factores dinâmicos da competitividade (capital humano, adaptabilidade, investigação, infraestruturas, tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente) **renovando**, desse modo, a **abordagem da convergência** enraizando-a mais solidamente na criação sustentável de empregos;
- Mobilizando **recursos nacionais** adicionais, públicos e privados, afectados a estratégias coerentes de desenvolvimento num horizonte de médio e longo prazo, explorando adequadamente quer o grau de **adicionalidade dos fundos estruturais**, quer as **complementaridades com outras políticas comunitárias**, alavancando a eficácia da sua execução;
- Promovendo uma **abordagem integrada da coesão territorial**, permitindo a construção de **estratégias regionais específicas** integrando dimensões económicas, sociais e ambientais e facilitando a adopção de **modelos de governança** (qualidade e produtividade do sector público, eficácia e transparência na gestão dos fundos estruturais, dinamização das lógicas de rede e parceria) susceptíveis de permitir uma melhor apropriação da estratégia de Lisboa a nível infranacional.

Síntese elaborada por AM&A com base na Decisão do Conselho relativa às Orientações Estratégicas Comunitárias em Matéria de Coesão – COM (2006) 386 final

Caixa 4 – O Quadro Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN)

O **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)**, desenvolvido no contexto das novas orientações e princípios da política comunitária de coesão, assume de forma explícita o reajustamento estratégico das políticas comunitárias, afirmando a renovação da política regional nacional e atribuindo *“inequívoca prioridade à integração eficaz das intervenções pública e privadas de investimento de base territorial”*.

As novas orientações enquadram-se, também, em grande medida, com as lições retiradas da avaliação de resultados e impacte do QCA III em Portugal, que apontavam no sentido da programação ter sido marcada por:

- Insuficiente concentração do financiamento nos domínios-chave correspondentes aos grandes problemas de desenvolvimento do país;
- Insuficiente alinhamento dos instrumentos operacionais e dos projectos apoiados;
- Insuficiente atenção aos problemas da acção colectiva nos domínios da inovação e da valorização dos recursos humanos;
- Insuficiente atenção ao reforço da capacidade institucional da Administração Pública;
- Insuficiente enfoque na qualidade e na eficiência e sustentabilidade das operações co-financiadas;
- Subavaliação do factor tempo necessário à produção de efeitos de natureza sistémica.

O QREN surge, neste contexto, prioritariamente orientado para a promoção da qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, como factores fundamentais de desenvolvimento competitivo sustentado e equilibrado do país, das suas regiões e empresas, nas vertentes económica, sócio-cultural e de qualificação territorial.

Prioridades Estratégicas do QREN

Promover a qualificação dos Portugueses	Desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade.
Promover o crescimento sustentado	Através, especialmente, dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante.
Garantir a coesão social	Actuando em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social
Assegurar a qualificação do território e das cidades	Traduzida em especial nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento.
Aumentar a eficiência da Governação	Privilegiando, através de intervenções transversais nos Programas Operacionais relevantes, os objectivos de modernizar as instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação

A concretização destes desígnios estratégicos deverá assentar num modelo de programação estrutural promotor de um **aumento da eficiência, concentração e selectividade na utilização de recursos**, privilegiando a produção e sustentação de resultados e de impactos económicos, sócio-culturais e de qualificação territorial, fomentando, sempre que possível, o **desenvolvimento de parcerias público-privado**, a cooperação e o funcionamento em rede, e a deslocação do centro das prioridades para **projectos progressivamente mais integrados e estruturantes, às escalas supramunicipal, regional e nacional**.

O QREN, com base nestes desígnios e princípios, estabelece três **agendas temáticas**, organizadas de forma a incluir as seguintes grandes orientações:

- Agenda Operacional para **Potencial Humano**, apoiando a educação e formação profissional, incluindo a formação avançada, seja ao nível do emprego privado, seja ao nível do emprego público, promovendo-se, dessa forma, a coesão social, a empregabilidade e mobilidade e a igualdade de oportunidades, numa envolvente estrutural propiciadora da inovação de base empresarial e do conhecimento científico e tecnológico.
- Agenda Operacional para **Factores de Competitividade**, apoiando a I&D, a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, a modernização e internacionalização empresariais, a atracção e manutenção, no espaço nacional, de iniciativas e investimentos empresariais estruturantes e o reforço da eficiência, qualidade e credibilidade das instituições públicas, reduzindo-se os custos públicos de contexto e melhorando-se a eficiência colectiva e a regulação das actividades económicas e empresariais, dando-se, dessa forma, passos seguros no sentido da construção e afirmação progressivas de uma Sociedade de Informação e Conhecimento em Portugal.
- Agenda Operacional para **Valorização Territorial**, apoiando intervenções ao nível de infra-estruturas, redes e equipamentos e da capacitação institucional em domínios como a logística, transportes, ambiente e energia, património e prevenção e gestão de riscos e em áreas sociais como a saúde, educação, cultura e desporto.

A **organização operacional do QREN** é efectuada através de três Programas Operacionais Temáticos e Programas Operacionais Regionais, correspondentes a cada uma das NUTS II, que asseguram a prossecução, à escala regional das prioridades temáticas relativas aos factores competitivos e à valorização territorial, numa lógica desejável de complementaridade entre estes dois níveis de intervenção operacional (nacional e regional), evitando fenómenos de concorrência e sobreposição. Os PO das Regiões Autónomas são configurados de acordo com as prioridades definidas ao nível dos respectivos Governos Regionais, sem prejuízo da coerência estratégica global do QREN.

O **modelo de governação do QREN** procura incorporar as lições da experiência dos períodos de programação anteriores valorizando, entre outros aspectos, o resultado das práticas de contratualização revelando que *“o processo de contratualização é um instrumento de robustecimento do nível supramunicipal, contribui para elevar os níveis de planeamento estratégico de nível supramunicipal e cria condições favoráveis para uma gestão mais eficaz e eficiente dos fundos comunitários”* (QREN, p.101).

O modelo de governação do QREN adapta-se igualmente aos novos objectivos e desenho operacional atribuindo maior relevância às funções de âmbito estratégico e realçando **“as consequências relevantes na contratualização da execução de componentes da programação – que será consequentemente objecto de delegação, designadamente, em entidades da Administração Central e em Associações de Municípios.”** (QREN, p.107).

Síntese elaborada por AM&A com base do documento Quadro de Referência Estratégico Nacional – Portugal 2007-2013, editado pelo Observatório do QCA III em Setembro 2007.

Caixa 5 – O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

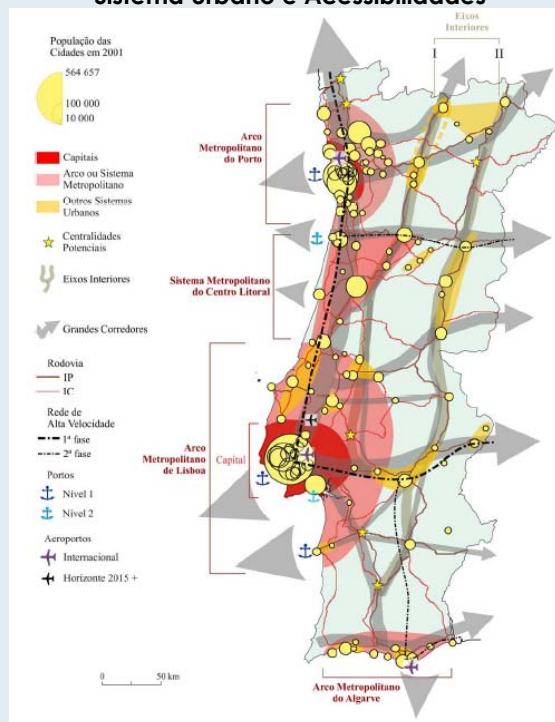
No quadro do regime jurídico de gestão do ordenamento do território, o **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)** constitui um instrumento de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica e de âmbito nacional, com precedência em relação aos restantes **instrumentos de gestão territorial**.

Tendo por base a identificação dos grandes problemas que o país enfrenta do ponto de vista do ordenamento do território, o **PNPOT** propõe uma **visão para ordenamento do território nacional no horizonte 2025** assente num conjunto de opções estratégicas que são incorporadas quer no **Modelo de Territorial** (ver figura ao lado) quer no **Programa de Políticas**.

O Programa de Políticas está organizado em torno de **seis grandes objectivos estratégicos** (ver quadro seguinte) que são estruturados num conjunto articulado de objectivos específicos e medidas que desenvolvem e concretizam a estratégia e que “representam também um quadro integrado de compromissos das políticas com incidência territorial na prossecução dessa estratégia”.

O PNPOT assume-se também como plataforma de encontro e resultado de uma forte concertação de políticas sectoriais com implicação na organização e ocupação do território.

PNPOT: Modelo Territorial do Sistema Urbano e Acessibilidades



Objectivos Estratégicos do PNPOT

Objectivo Estratégico 1	Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.
Objectivo Estratégico 2	Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.
Objectivo Estratégico 3	Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.
Objectivo Estratégico 4	Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.
Objectivo Estratégico 5	Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública.
Objectivo Estratégico 6	Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.

As propostas apresentadas no Programa de políticas representam um comprometimento de diversos actores na *prossecução* dos objectivos estratégicos estabelecidos o que “*confere a segurança e a estabilidade necessárias para o seu desenvolvimento através de outros instrumentos de política com incidência territorial*”.

Síntese elaborada por AM&A com base no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), Lei nº 58 /2007 de 4 de Setembro rectificado pela declaração nº 80-A de 7/09/2007.

Caixa 6 – O Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER, 2007-2013)

O **Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)**, decorre do Plano Estratégico Nacional (PEN) e da sua vertente dedicada ao Desenvolvimento Rural (DR) que define as orientações fundamentais para a utilização nacional do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

Num quadro institucional de alteração gradual da Política Agrícola Comum (PAC) que se tem vindo a processar desde 2003, importa implementar instrumentos que consubstanciem a opção de crescente liberalização da actividade no seio das fileiras do sector da agro-pecuária e floresta e de apoio e defesa do Ambiente e da Gestão do Espaço Rural.

A intervenção do FEADER no território português preocupa-se pois em explorar as áreas de competitividade agrícola e florestal não exploradas ou com potencial de crescimento nos mercados em que actuam. Paralelamente preocupa-se com a sustentabilidade ambiental destas actividades e com a defesa do património ecológico. Nesta perspectiva, a defesa do Espaço Rural, incide ainda na manutenção e fixação de pessoas através do desenvolvimento de actividades integradas nos respectivos sectores de actividade.

Assim as novas orientações deste Programa visam a concretização dos objectivos concretizados no FEADER e do PEN.

Objectivos FEADER e Nacionais do PRODER:

Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano. Promover a inovação. Restrukturar e desenvolver o potencial físico. Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas.
Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais	Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da rede Natura e outras. Proteger os recursos hídricos e o solo. Contribuir para a atenuação das alterações climáticas. Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas.
Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Diversificar a economia rural. Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais
Melhorar a Governança das Zonas Rurais	Valorizar o potencial de desenvolvimento local. Desenvolver competências nas zonas rurais. Melhorar a governança local.

A **organização operacional do PRODER** é efectivada através de quatro Sub-Programas ou Eixos:

- Sub-Programa 1: **Promoção da Competitividade** - integrado no primeiro objectivo, procura reestruturar o potencial físico e humano, promover a inovação e melhorar a qualidade de produção e dos produtos agrícolas.
- Sub-Programa 2: **Gestão Sustentável do Espaço Rural** – operacionaliza os objectivos definidos no objectivo 2.
- Sub-Programa 3: **Dinamização das Zonas Rurais** – enquadrado no objectivo 3 e 4 consubstanciando-se, nomeadamente, pela iniciativa *Leader*, busca diversificar a economia rural e a melhoria de qualidade de vida e desenvolver competências nas zonas rurais
- Sub-Programa 4: **Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências** – Integrado também no primeiro objectivo, pretende aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano e promover a inovação.

Síntese elaborada por AM&A com base no Programa de Desenvolvimento Rural, Novembro de 2007.

Caixa 7 – A Estratégia Regional e o Programa Operacional da Região Centro

A estratégia da região Centro, desenvolvida no âmbito da preparação do período de programação estrutural 2007-2013, está estruturada em torno de cinco grandes prioridades que configuram os cinco eixos estratégicos do Programa:

- **Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento:** procurando actuar na promoção do empreendedorismo, na promoção da inovação nas empresas existentes e no desenvolvimento de clusters com elevado potencial na região;
- **Eixo 2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos:** intervindo em matéria de regeneração e qualificação dos centros urbanos, na promoção da competitividade das cidades, na promoção e constituição de redes e no fomento da cooperação intermunicipal como forma de valorização dos recursos e da coesão do território mas também do desenvolvimento do capital humano;
- **Eixo 3 - Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais:** reforçando estes espaços, em particular os de baixa densidade, em matéria de acessibilidades à escala local, saneamento básico e equipamentos de uso colectivo, valorizando as intervenções de natureza integrada em detrimento de investimentos pontuais e isolados;
- **Eixo 4 - Protecção e Valorização Ambiental:** em que as prioridades definidas privilegiam a protecção de zonas sensíveis, como a orla costeira, as bacias hidrográficas, a valorização de zonas com valia ambiental e a valorização de recursos dos recursos específicos da região;
- **Eixo 5 - Governação e Capacitação Institucional:** marcado, no essencial, por objectivos em matéria de redução de custos de contexto, através de medidas de facilitação da relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local e do governo electrónico regional e local.

O PO Centro assume, naturalmente, as orientações estruturantes do QREN e o novo quadro mais exigente e complexo para a política regional com a introdução dos objectivos da Estratégia de Lisboa (conhecimento, inovação e competitividade, para assegurar crescimento e emprego) e da Agenda de Gotemburgo (desenvolvimento sustentável).

























Neste sentido, prevê-se, no QREN, que a articulação entre o PO Regional e os PO Temáticos deverá ser consequência da observação do **princípio da subsidiariedade**, segundo o qual “as responsabilidades pela governação pública devem ser desempenhadas pelo nível mais baixo da organização administrativa que assegure, com eficiência e eficácia, a produção de resultados” e do **princípio da localização do benefício**, em que “as responsabilidades pela governação pública deve localizar-se nas instituições públicas correspondentes ao nível do territorial onde os respectivos benefícios – isto é, os resultados e os impactos desejados – ocorrem e têm efectiva relevância.




O PO Centro consagra estes princípios no modelo de governação quer pela via dos seus órgãos de gestão técnica, aconselhamento estratégico e direcção política, quer pela possibilidade de delegação de competências de gestão, nomeadamente em **associações de municípios organizadas territorialmente de acordo com as unidades de nível III da NUTS**.

Síntese elaborada por AM&A com base no Programa Operacional da Região Centro, Setembro de 2007.

A análise de coerência dos eixos estratégicos definidos para o Baixo Mondego com os princípios e orientações comunitárias em matéria de coesão (ver Figura 2.1.) apresenta um grau de articulação elevado, resultante da relevância que a estratégia do Baixo Mondego coloca em termos da valorização do conhecimento, do papel das cidades para o crescimento e o emprego e do reforço da atractividade empresarial como alavanca para a criação de mais e melhores empregos.






























Figura 2.1. Articulação entre os Eixos Estratégicos do Baixo Mondego e as Orientações Estratégicas Comunitárias em Matéria de Coesão




Eixos Estratégicos Baixo Mondego	Orientações Estratégicas Comunitárias em Matéria de Coesão Prioridades			
	Tornar a Europa e as suas Regiões mais atractiva para investir e trabalhar	Melhorar os Conhecimentos e a inovação em Prol do Crescimento	Criar mais e melhores empregos	Dimensão Territorial da Coesão
I – Alcançar Massa Crítica no Domínio da Cidade				
II – Viabilizar a afirmação na região das actividades empresariais centradas na economia do conhecimento com suficiente dimensão e profundidade				
III – Desenvolver uma jazida sustentável de crescimento e emprego baseado na valorização dos recursos endógenos				
IV – Reforçar e Aprofundar a vocação Universitária de Coimbra				
V – Garantir a coesão territorial interna à região				
VI – Criar um sistema de governança Regional				

 Relação forte
  Relação relevante
  Relação fraca

Os seis eixos estratégicos definidos para Baixo Mondego apresentam uma forte articulação em termos de coerência e relevância com as Prioridades definidas no QREN (ver Figura 2.2.). Concretamente, observa-se uma relação forte de cada um dos eixos da estratégia da região com pelos menos duas das prioridades formuladas no QREN. Está articulação é objecto de maior detalhe, na parte relativa ao plano de acção, avaliando o contributo das várias acções integradas propostas para a região, para a concretização das agendas temáticas do QREN e para os objectivos da cooperação territorial europeia com aplicação à região (Cooperação Transnacional – Espaço Atlântico e Espaço Sudoeste Europeu e Cooperação Inter-regional, incluindo o PO de Redes).

Figura 2.2. Articulação entre os Eixos Estratégicos do Baixo Mondego e as Prioridades Estratégicas definidas no QREN

Eixos Estratégicos do Baixo Mondego	Prioridades Nacionais – QREN 2007-2013				
	Promover a Qualificação dos Portugueses	Promover o Crescimento Sustentado	Garantir a Coesão Social	Assegurar a Qualificação do Território e das Cidades	Aumentar a Eficiência da Governação
I – Alcançar Massa Crítica no Domínio da Cidade					
II – Viabilizar a afirmação na região das actividades empresariais centradas na economia do conhecimento com suficiente dimensão e profundidade					
III – Desenvolver uma jazida sustentável de crescimento e emprego baseado na valorização dos recursos endógenos					
IV – Reforçar e Aprofundar a vocação Universitária de Coimbra					
V – Garantir a coesão territorial interna à região					
VI – Criar um sistema de governança Regional					

 Relação forte
  Relação relevante
  Relação fraca

A estratégia regional do Baixo Mondego apresenta, igualmente, um grau de alinhamento elevado com o Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (ver Figura 2.3.), em particular, quando a estratégia regional acentua a afirmação e reforço da competitividade e internacionalização, aspectos que merecem igualmente destaque no modelo territorial do PNPT, onde se define o **Sistema Metropolitano do Centro Litoral** como um dos motores da competitividade e da estruturação do sistema urbano nacional.

A estratégia regional do Baixo Mondego acentua também de forma clara a promoção e valorização integrada dos recursos do litoral e a exploração sustentável dos recursos naturais, a qualificação da paisagem e a salvaguarda dos valores ambientais, patrimoniais e paisagísticos, aspectos que são igualmente considerados fundamentais nas opções do PNPT para o desenvolvimento do Centro Litoral.

Figura 2.3. Articulação entre os Eixos Estratégicos do Baixo Mondego e os Objectivos Estratégicos do PNPOT

Eixos Estratégicos Regionais Baixo Mondego	Objectivos Estratégicos Programa Nacional Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT)					
	OE 1 – Conservar e valorizar a biodiversidade (...)	OE 2 – Reforçar a Competitiv. Territorial de Portugal (...)	OE3 – Promover o desenv. Policêntrico (...)	OE4- Assegurar a equidade territorial (...)	OE5 – Expandir as redes e infra-estruturas (...)	OE6 – Reforçar a qualidade e eficiência da gestão territorial ...
I – Alcançar Massa Crítica no Domínio da Cidade						
II – Viabilizar a afirmação na região das actividades empresariais centradas na economia do conhecimento com suficiente dimensão e profundidade						
III – Desenvolver uma jazida sustentável de crescimento e emprego baseado na valorização dos recursos endógenos						
IV- Reforçar e Aprofundar a vocação Universitária de Coimbra						
V- Garantir a coesão territorial interna à região						
VI – Criar um sistema de governança Regional						

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

A articulação e sinergias da estratégia regional do Baixo Mondego com o Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (ver Figura 2.4.), processa-se, no essencial, pela prioridades que a região assume em matéria de afirmação e sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais e pela valorização do potencial de desenvolvimento e aumento da competitividade de algumas fileiras no domínio da agricultura.






























Figura 2.4. Articulação entre os Eixos Estratégicos do Baixo Mondego e os Objectivos Estratégicos definidos no Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (PRODER)




Eixos Estratégicos do Baixo Mondego	Objectivos Estratégicos definidos no Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (PRODER)			
	Aumentar a Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Melhorar a governança das zonas rurais
I – Alcançar Massa Crítica no Domínio da Cidade				
II – Viabilizar a afirmação na região das actividades empresariais centradas na economia do conhecimento com suficiente dimensão e profundidade				
III – Desenvolver uma jazida sustentável de crescimento e emprego baseado na valorização dos recursos endógenos				
IV- Reforçar e Aprofundar a vocação Universitária de Coimbra				
V- Garantir a coesão territorial interna à região				
VI – Criar um sistema de governança Regional				

Relação forte
 Relação relevante
 Relação fraca

A estratégia proposta para o Baixo Mondego apresenta um forte grau de alinhamento, integração e complementaridade com a estratégia regional avançada para a região Centro no respectivo Programa Operacional Regional (ver Figura 2.5.).

Figura 2.5. Articulação entre os Eixos Estratégicos do Baixo Mondego e as Prioridades Estratégicas da Região Centro

Eixos Estratégicos do Baixo Mondego	Prioridades Estratégicas da Região Centro – Programa Regional 2007-2013				
	Competitividade Inovação e Conhecimento	Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	Consolidação Qualificação dos Espaços Sub-regionais	Protecção e Valorização Ambiental	Governança e Capacitação Institucional
I – Alcançar Massa Crítica no Domínio da Cidade					
II – Viabilizar a afirmação na região das actividades empresariais centradas na economia do conhecimento com suficiente dimensão e profundidade					
III – Desenvolver uma jazida sustentável de crescimento e emprego baseado na valorização dos recursos endógenos					
IV- Reforçar e Aprofundar a vocação Universitária de Coimbra					
V- Garantir a coesão territorial interna à região					
VI – Criar um sistema de governança Regional					

 Relação forte
  Relação relevante
  Relação fraca

Esta elevada articulação e sinergia considerando os eixos estratégicos definidos para a NUTS II Centro e para o Baixo Mondego sintetizam os resultados detalhados por Acção Integrada apresentados na Parte III - Plano de Acção.

PARTE III – PLANO DE ACÇÃO DO BAIXO MONDEGO

O plano de acção do Baixo Mondego constitui o instrumento de operacionalização dos eixos assumidos como estratégicos para a região no período 2008-2013, no quadro global da visão adoptada e no âmbito mais específico da necessidade de estabelecer a sua articulação com o conjunto concreto de intervenções, físicas e imateriais, a realizar nesse período.

A preocupação de dotar o Plano de Acção de uma estrutura simples e operacional, mas que simultaneamente responda aos desafios e prioridades colocadas na estratégia, levou a que se definisse uma tipologia das intervenções (ver caixa 8) que integra os princípios orientadores para o actual período de programação estrutural, nomeadamente, em matéria de concentração, selectividade e focalização dos investimentos e acções a desenvolver. Neste sentido, procurando, igualmente, respeitar os princípios fixados para a governação do QREN (em particular o Decreto-Lei nº 312/2007 de 17 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril) optou-se por considerar como unidade elementar de intervenção, no plano de acção, a **operação**, entendida como “cacho de projectos” que integra **“um projecto ou um grupo de projectos coerentes que permitam alcançar os objectivos do eixo prioritário a que se referem”** - cfr. alínea a) do nº1 do art. 60º do Decreto-Lei nº 312/ 2007 de 17 de Setembro.

Paralelamente, na estruturação dos Eixos Estratégicos adoptou-se o mesmo conjunto de princípios, nomeadamente, organizando os vários eixos em torno de objectivos específicos e de **acções integradas** entendidas como **“mobilizando operações de tipologias diversas de forma coerente e integradas”** e que **“propiciem fortes sinergias e uma maior escala territorial ao nível dos benefícios que produzem no território”**¹.

A estruturação dos seis eixos estratégicos definidos para a região em objectivos específicos e acções integradas é apresentado na figura **3.1. Eixos Estratégicos, Objectivos e Acções Integradas para o Baixo Mondego**.

¹ Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, Orientações para a contratualização, Deliberação aprovada em 19 de Março de 2008.

Caixa 8 - Princípios e Metodologia de Organização do Plano de Acção

Os princípios e metodologia de organização e elaboração do plano de acção decorrem da visão do conjunto dos municípios que integram a associação para o desenvolvimento do seu território. O modelo adoptado na elaboração da estratégia regional exige, por isso, a construção de um plano de acção "completo", integrador das acções integradas, operações que conduzam à prossecução dos objectivos definidos, articulando adequadamente as diferentes escalas territoriais, promovendo uma compatibilização das iniciativas dos diversos actores relevantes e valorizando decisivamente os efeitos esperados ao nível da dimensão territorial regional como grande alavanca de coerência e integração das acções e projectos. Esta abrangência ao nível das operações e dos actores envolvidos deve, no entanto, ter em consideração o facto de se tratar de uma iniciativa da administração pública, desenvolvida pela respectiva Associação de Municípios.

O plano de acção tem subjacente a definição de uma tipologia de organização das operações que parte da consideração de dois critérios fundamentais. O primeiro critério resulta da aplicação de uma **tipologia de promotores** que considera três universos distintos:

- **Universo da Administração Local:** em que a responsabilidade na implementação das operações se pode estabelecer a três níveis, sucessivamente mais abrangentes do ponto de vista da concertação supra-municipal - **municipal** (envolvendo apenas um município), **multi-municipal** (envolvendo vários municípios integrados da mesma região, mas não a sua totalidade) e **associação de municípios** (envolvendo a totalidade dos municípios integrados na região);
- **Universo da Administração Central:** em que a responsabilidade na implementação das operações está **integralmente** dependente de organismos centrais e desconcentrados da administração central ou de outras entidades do sector público empresarial por si tuteladas;
- **Universo privado:** em que a implementação das iniciativas é da responsabilidade de entidades não **tuteladas** por qualquer nível da administração pública.

As características da iniciativa de elaboração do plano de acção fazem com que, neste caso, as acções desenvolvidas em *parceria público-privado* tenham sido consideradas junto da entidade pública que integra a respectiva parceria. Em particular, as *parcerias público-público* e *público-privado*, nos casos de envolverem alguma entidade da administração local, são sempre englobadas no nível administração local territorialmente mais elevado envolvido na parceria.

O segundo critério baseou-se na definição de uma **tipologia para a escala territorial de abrangência** das operações, considerando a área de influência e raio de acção das intervenções. Neste critério foram considerados três níveis diferentes de raio de acção dos projectos:

- **Local:** Para as operações cujo raio de acção não atinge, mais do que um concelho da região, distinguindo-se entre aquelas que são susceptíveis de organização **em rede** e de exploração de complementaridades que sejam produtoras de sinergias de âmbito regional e os projectos "isolados" que não são geradoras de complementaridade e ligação em rede;
- **Multi-Local:** Para as operações cujo raio de acção não atinge o conjunto dos concelhos da região, mas abrange pelo menos dois ou mais concelhos;
- **Regional (NUTS III) ou superior:** Para as operações que abrangem, pelo menos, o conjunto dos concelhos da região em termos dos efeitos gerados pelo projecto ou intervenção.

O cruzamento dos dois critérios acima definidos permite estabelecer a grelha seguinte e definir os diferentes **tipos de intervenções** que ocorrem no território de uma dada região e que concorrem para a concretização da estratégia adoptada.

Planos de Acção de regiões NUTS III - Tipologia de intervenções


Promotor (Principal entidade responsável pela concretização da intervenção)		Escala Territorial (Área de influência / raio de acção das operações)			
		Regional ou superior	Multi- local	Local	
				"Em rede"	"Isolado"
Administração Local	Assoc. Municípios	A	0	0	0
	Multi-municipal		C	0	0
	Municipal	B		D1 D2	G
Administração Central		E			
Privados		F			

0 – Situações com forte probabilidade de não registar qualquer tipo ocorrência

Tendo por base a grelha anterior identificam-se 7 grandes grupos de operações:

- **Tipo A - Operações Regionais** (operações com escala territorial regional, promovidas pela associação de todos os municípios ou de, pelo menos, vários municípios da região, podendo ser desenvolvidos isoladamente ou em parceria com a administração central ou agentes privados);
- **Tipo B - Operações Regionais** (operações com escala territorial regional, promovidas por um município da região, podendo ser desenvolvidos isoladamente ou em parceria com a administração central ou agentes privados);
- **Tipo C - Operações Multi-locais** (operações com escala territorial que abrange vários municípios da região e promovidas por um ou mais municípios da região, podendo ser desenvolvidos isoladamente ou em parceria com a administração central ou agentes privados);
- **Tipo D - Operações Locais "em rede"** (operações com escala territorial que abrange apenas a área de influência de um concelho e que são susceptíveis de articulação em rede, promovidas pelo respectivo município (D1) ou pela administração central (D2), podendo ser desenvolvidos isoladamente ou em parceria com outras entidades da administração pública ou agentes privados);
- **Tipo E - Operações Regionais** (operações com escala territorial regional ou multi-local, promovidas pela administração central, podendo ser desenvolvidos isoladamente ou em parceria com agentes privados);
- **Tipo F - Operações Privados** (operações promovidas por entidades privadas sem qualquer parceria com entidades do universo das administrações públicas);
- **Tipo G - Operações Locais "isolados"** (operações com escala territorial que abrange apenas a área de influência de um concelho da região promovidas pelo respectivo município ou pela administração central).

A natureza da iniciativa fez **restringir o âmbito de cobertura do plano de acção às intervenções de tipo A a E**, não incluindo por isso os projectos privados nem os projectos de área de influência local que não são susceptíveis de integração e gestão em rede.

Finalmente, introduziu-se ainda uma diferenciação para as intervenções que se consideram fundamentais para a prossecução da visão e opções definidas no sentido em que actuam sobre os principais domínios diferenciadores da estratégia ou sobre áreas em que a necessidade de intervenção é maior face ao ponto de partida e aos objectivos que se pretendem alcançar. Estas intervenções, consideradas como **operações âncora** , geram sinergias e efeitos de arrastamento a montante e jusante sobre outras intervenções, potenciando claramente diversos objectivos específicos

Fonte: AM&A (2007), Princípios, Metodologia e Instrumentos de Planeamento de Base Territorial - v.2.0.

Figura 3.1. Eixos Estratégicos, Objectivos e Acções Integradas para o Baixo Mondego

Eixo I - Alcançar massa crítica no plano da “cidade” [Programa de suporte à afirmação de uma conurbação urbana relevante no Centro Litoral]	
Obj. 1. Reforçar as funções urbanas estratégicas	
Acções Integradas	a) Requalificação e valorização dos centros urbanos
	b) Valorização e promoção de habitat e oferta de habitação
	c) Equipamentos terciários de nível superior e desenvolvimento de serviços avançados
Obj. 2. Reforçar a acessibilidade externa da região e principais eixos infra-regionais	
Acções Integradas	a) Acessibilidades externas e regionais estruturantes
	b) Intermodalidade e rede de transportes urbanos
Eixo II - Viabilizar a afirmação na região das actividades empresariais centradas na “Economia do Conhecimento” com suficiente dimensão e profundidade [Programa de dinamização de espaços empresariais de produção, investigação, serviços e inovação centrados no conhecimento das “ciências da vida” e alavancadas pela ligação com a universidade]	
Obj. 3. Promover e gerir em rede as áreas empresariais e logísticas	
Acções Integradas	a) Captação e atracção de investimento e gestão integrada das áreas de acolhimento empresarial e logístico
	b) Áreas de acolhimento empresarial
Obj. 4. Dinamizar uma rede regional de inovação, transferência de conhecimento, cooperação empresa-empresa e formação avançada	
Acções Integradas	a) Equipamentos de apoio à actividade empresarial, centros de inovação tecnológica e de transferência de tecnologia e cooperação universidade-empresa
	b) Formação avançada e rede de escolas profissionais
Eixo III - Desenvolver no Baixo Mondego uma jazida sustentável de emprego e crescimento baseados na valorização dos recursos endógenos [Programa do empreendimento de fins múltiplos do Baixo Mondego, requalificando a regularização do rio, promovendo a agricultura moderna e o turismo centrado no património natural]	
Obj. 5. Alargar e dinamizar as cadeias de valorização dos recursos endógenos	
Acções Integradas	a) Empreendedorismo, qualidade, certificação e promoção das redes de distribuição de produtos regionais
	b) Agricultura, pecuária, floresta e fileira do mar
Obj. 6. Promover a integração do turismo e do lazer na valorização territorial - cultura, património e mundo rural	
Acções Integradas	a) Desenvolvimento articulado dos produtos turísticos da região
	b) Acção Integrada de Base territorial: Luso/ Buçaco
	c) Acção Integrada de Base territorial: Mondego
	d) Acção Integrada de Base territorial: Litoral e Gândaras
Obj. 7. Consolidar as infra-estruturas de suporte à exploração dos recursos endógenos	
Acções Integradas	a) Infraestruturas hidroagrícolas, prevenção de riscos naturais e energias renováveis

Eixo IV - Reforçar e aprofundar a vocação universitária de Coimbra [[Programa para a internacionalização e competitividade de “Coimbra-Universidade”, desenvolvendo equilibradamente as três missões universitárias do século XXI: (i) investigar e produzir novo conhecimento; (ii) formar e educar; (iii) prestar serviços e desenvolver iniciativas relevantes para o desenvolvimento económico, social e cultural]]	
Obj.	8. Fomentar a competitividade da oferta educativa da UC no mercado nacional e internacional
Acções Integradas	a) Alargamento e reorganização da oferta educativa, incluindo acções de melhoria da qualidade pedagógica
	b) Comunicação, divulgação e promoção da UC
	c) Espaços públicos e modernização administrativa
Obj.	9. Aprofundar a contribuição da UC para o desenvolvimento local e regional através das actividades de I&D, da prestação de serviços e outras iniciativas
Acções Integradas	a) Centros de investigação, laboratórios, criação e animação de redes, captação de talentos
	b) Transferência de saber e parcerias com actores públicos e privados nos domínios da competitividade e coesão
	c) Empreendedorismo e formação ao longo da vida
Obj.	10. Afirmar a posição da UC na projecção internacional da cultura e da língua portuguesas
Acções Integradas	a) Casa da Cidadania e da Cultura Portuguesa no Mundo
	b) Reconhecimento pela UNESCO da UC como Património da Humanidade
Eixo V - Garantir a coesão territorial interna da região [Programa para a valorização dos pólos rurais e dos pólos urbanos de segundo nível, mobilidade para acesso às redes de equipamentos e infraestruturas]	
Obj.	11. Fomentar o acesso a serviços e equipamentos públicos
Acções Integradas	a) Pré-escolar e ensino básico e secundário
	b) Equipamentos de Cultura, desporto e lazer
	c) Equipamentos sociais e de saúde e iniciativas de inclusão e desenvolvimento comunitário
	d) Equipamentos e Serviços públicos de proximidade
	e) Ciclo urbano da água e gestão dos resíduos urbanos
Obj.	12. Promover a mobilidade regional
Acções Integradas	a) Acessibilidades intraregionais e rede de mobilidade capilar
Eixo VI - Montagem de um Sistema de Governança Regional [Marketing Territorial, Cooperação Intermunicipal, Cooperação Público-Público e Público-Privado, Acompanhamento e Monitorização da Estratégia]	
Obj.	13. Rede de governação e capacitação institucional
Acções Integradas	a) Agenda XXI Regional e Eficiência Energética
	b) Modernização Administrativa e Marketing Territorial

A apresentação detalhada das várias **acções integradas** e **operações**, organizada por objectivos específicos e eixos estratégicos, é efectuada, seguidamente, através de **Fichas** que englobam um conjunto de elementos com os que identificam e caracterizam as várias acções e intervenções a desenvolver no âmbito do plano de acção.

A ficha relativa a cada uma das **acções integradas** inclui a identificação das operações, respectiva tipologia, identificação das operações âncora e actores com nível de compromisso explícito na realização das intervenções. Complementando, a avaliação de coerência e relevância efectuada no ponto II.2, efectua-se, igualmente, para cada acção, a avaliação do *“nível de integração e de sinergias enquadráveis nas diversas agendas do QREN”, com os programas de cooperação territorial, os princípios de Orientação Comunitária para a Política de Coesão e os objectivos do PRODER, bem como a sua articulação com o PNPOT.*

Para cada uma das operações englobadas numa acção integrada e apresentada a respectiva **Ficha de Operação**, que inclui a designação, a tipologia da operação segundo a metodologia apresentada na caixa 8, a área de influência, prioridade, o conjunto dos beneficiários (promotores) directos, o montante de investimento previsto, a calendarização, a prioridade da intervenção, bem como uma pequena memória descritiva que, nos casos das operações mais complexa, inclui ainda uma referência às principais intervenções a realizar. Uma vez que uma operação pode envolver várias intervenções é apresentado, igualmente, sobre a forma de um gráfico, as prioridades das diversas incluídas na operação. A ficha de operação termina como uma referência aos instrumentos de política enquadráveis no Programa Operacional Regional que serão susceptíveis de enquadrarem as operações a desenvolver.

EIXO I**Alcançar massa crítica no plano da “cidade”** - Programa de suporte à afirmação de uma conurbação urbana relevante no Centro Litoral

Alcançar massa crítica no plano da cidade, focado no eixo Coimbra-Figueira da Foz e na articulação do esforço de requalificação e valorização dos centros e perímetros urbanos com a promoção de habitação, num cenário de mobilidade facilitada, de oferta de serviços às famílias, de expansão dos espaços de fruição do estilo de vida urbano e de lazer, traduzindo-se, assim, num conjunto de medidas que pensam e abordam o habitat que a região oferece aos residentes e visitantes

Objectivo Específico	1. Reforçar as funções urbanas estratégicas
Acções Integradas	<ul style="list-style-type: none">a) Requalificação e valorização dos centros urbanosb) Valorização e promoção de habitat e oferta de habitaçãoc) Equipamentos terciários de nível superior e desenvolvimento de serviços avançados
Objectivo Específico	2. Reforçar a acessibilidade externa da região e principais eixos infra-regionais
Acções Integradas	<ul style="list-style-type: none">a) Acessibilidades externas e regionais estruturantesb) Intermodalidade e rede de transportes urbanos

EIXO I		Obj. 1 – Reforçar as funções urbanas estratégicas							
Acção Integrada	a. Requalificação e valorização dos centros urbanos								
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora						
B.01.01	Requalificação e promoção da atractividade urbana da Figueira da Foz	B							
B.01.02	Requalificação do centro histórico de Montemor-o-Velho e dinamização das indústrias criativas	B							
B.01.03	Requalificação urbana do centro histórico de Coimbra/ Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO	B							
B.01.04	Requalificação do centro urbano de Penacova	B							
B.01.05	Requalificação do centro urbano de Condeixa	B							
C.01.01	Redes urbanas para a competitividade e inovação: castelos e muralhas medievais da defesa do rio Mondego	C							
D.01.01	Intervenções de requalificação dos sistemas urbanos do Baixo Mondego	D1							
Actores Envolvidos:		Municípios do Baixo Mondego, Universidade de Coimbra, SMTUC, Adm. Central , IPSS e Privados							
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos							
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação							
Factores de Competitividade		E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos							
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais							
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental							
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional							
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos							
E 1 	E 2 	E 3 	E 4 	O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 
 Relação forte		 Relação relevante		 Relação fraca					

Requalificação e promoção da atractividade urbana da Figueira da Foz**B.01.01****B**

O crescimento urbano da Figueira da Foz esteve desde sempre associado ao Rio Mondego, à sua foz, e à frente de mar. Em finais do Século XX, com a construção de um conjunto de infraestruturas viárias, hoje praticamente concluídas, e a instalação, como consequência principal desta rede de acessibilidades, de várias unidades comerciais de grande e média dimensão na "periferia" norte da cidade, o centro urbano tradicional tem vindo a sofrer algumas alterações. Tal como aconteceu com outras cidades médias do país, o centro tradicional

manifesta perda de influência no contexto da cidade, acompanhada do envelhecimento acentuado da população das zonas mais antigas, o que se reflecte também nalguma degradação do tecido edificado.

Os estudos de revisão do Plano de Urbanização em curso indicam que o actual perímetro urbano terá capacidade para absorver o crescimento demográfico previsível para a próxima década, sendo imprescindível proceder à qualificação da cidade, mais do que promover o seu crescimento. Para o desenvolvimento futuro será ainda de considerar os seguintes aspectos:

- As intervenções de expansão do porto comercial, sobre a margem direita e a existência de áreas de ocupação portuária não prevista na margem esquerda, que potenciam uma utilização para outros usos;
- Uma nova dinâmica na área industrial e dos serviços que vai permitir apostar na área da logística e da intermodalidade dos transportes de mercadorias, em articulação com o porto comercial;
- A classificação da zona litoral norte do concelho na Rede Natura 2000, do Cabo Mondego como Monumento Natural e a integração do Estuário do Mondego como zona húmida protegida, no âmbito da convenção de Ramsar, que passam a constituir uma mais-valia para a projecção externa do concelho na área do turismo de natureza e na afirmação da sua qualidade ambiental.

A aposta numa política de requalificação que permita aumentar a competitividade da cidade, enquanto cidade média da Região Centro, estrutura-se sobre três principais eixos de intervenção:

- **Requalificação da Entrada da Cidade**, para onde estão programados projectos públicos de parceria público-privada, com implementação do novo modelo de acessibilidade (intermodalidade) e de um extenso corredor verde – Parque Urbano - que articulará a malha da zona ribeirinha com as novas zonas de expansão habitacional, envolventes do antigo aglomerado de Tavarede;
- **Requalificação da Marginal Ribeirinha**, tendo como principal aposta a requalificação da frente urbana na vertente lúdico-ambiental e de fruição do Estuário do Mondego, integrando a instalação de pequenos cais e de espaços públicos de lazer, em articulação com o projecto da ilha da Murraceira, espaço natural de elevado valor ambiental e cultural que se pretende potenciar e divulgar;
- **Requalificação da Marginal Atlântica**, orientada no sentido de melhor potenciar a vertente do turismo, tendo como suporte o Plano de Pormenor da Praia da Figueira e Buarcos e um conjunto de projectos de renovação do espaço público e da frente edificada marginal, que se articulam com a malha consolidada, nomeadamente com o aglomerado de Buarcos e do Bairro Novo.

Neste contexto prevêem-se intervenções de ordenamento e requalificação nas seguintes áreas e equipamentos urbanos: **zona do Quebra-Mar e Forte de Santa Catarina, área de Recreio Náutico e Lazer do Molhe Norte, frente edificada da Esplanada Silva Guimarães, frente edificada da Av. do Brasil, quarteirão envolvente ao Edifício do Trabalho, Rua 5 de Outubro e zona envolvente, Mercado Eng. Silva, praias de Buarcos e da Figueira da Foz.**

* Inclui investimento privada estimado na ordem dos 49.000.000 €

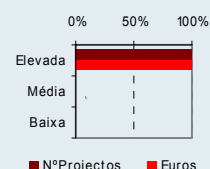
Prioridade da
Operação:
★★★★★

Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**

Horizonte
Temporal:
2008-2013

Custo
Estimado:
71.800.000€*

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



Promotor/Parcerias: CM Figueira da Foz com parceria Público/Privado, Administração Central

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a Regeneração Urbana; Mobilidade Territorial; Acções de Valorização do Litoral

Requalificação do centro histórico de Montemor-o-Velho e dinamização das indústrias criativas

B.01.02

B

A estratégia geral desta operação visa a criação de um *cluster* de indústrias culturais em Montemor-o-Velho com elevada qualidade artística e desenvolvimento tecnológico, envolvendo as populações, promovendo a requalificação e animação do centro histórico da Vila de Montemor-o-Velho centrada na produção de bens culturais.

O modelo irá desenvolver-se através da mobilização dos artistas, criadores e técnicos ligados a um conjunto complementar mas diferenciado de sectores das indústrias culturais;

da criação de espaços de produção, sociabilidade e exposição que possibilitem a troca de experiências e a criação de um ambiente propício à criatividade; e, finalmente, do fomento da fixação no espaço de intervenção de *ateliers*, empresas, habitação e espaços de animação.

Em termos materiais, este *cluster* irá desenvolver-se no centro histórico da Vila de Montemor-o-Velho com os seguintes equipamentos e intervenções:

- **Núcleo de dinamização das indústrias criativas** baseadas em tecnologias da informação: Centro de Computação Gráfica, Media e Internet; Estúdio de Realidade Virtual e 3D; Espaço de Acolhimento de Indústrias Criativas de Base Tecnológica;
- **Centro de Formação e Exposição:** Formação em artes performativas e tecnologias multimédia; Galeria de Exposições temporárias para os *ateliers* instalados na zona de intervenção; Escola de artes; Galeria Multiusos (Galerias e Espaços de exposição, apresentação e ensaio); Zona de Eventos; Espaços de sociabilidade);
- **Espaços de alojamento/residência:** *ateliers* de artistas e de técnicos de indústrias da cultura; Espaços residenciais; Locais de restauração e animação;



- **Preservação e Qualificação do Castelo de Montemor**, tanto no que respeita ao espaço sob responsabilidade directa do IGESPAR como à sua zona envolvente, responsabilidade da Câmara Municipal.

* Inclui investimento privado estimado na ordem dos 8.500.000€

Promotor/Parcerias: CM Montemor-o-Velho, IGESPAR, Ministério da Ciência e Tecnologia, Coimbra Digital, com parceria Público/Privado

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a Regeneração Urbana, Património Cultural, Economia Digital e Sociedade do Conhecimento, Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento

Prioridade da Operação:

★★★★★

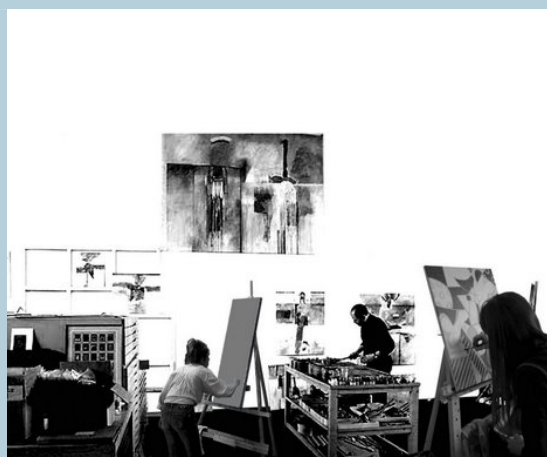
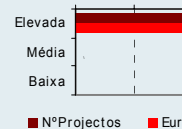
Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
12.100.000€*

Prioridades Intra-Operação (projectos):

0% 50% 100%



A necessária articulação entre a operação que visa a dinamização do *cluster* das indústrias criativas e a requalificação do núcleo urbano de Montemor-o-Velho – assumindo-se o centro histórico como um “parque temático” das indústrias criativas – passa ainda por um conjunto diversificado de **intervenções sobre o património edificado e o espaço público e de intervenções no domínio da programação e animação cultural**, destacando-se em particular:

- **Cobertura da Centro Histórico com Internet Wireless,**

Requalificação urbana do centro histórico de Coimbra/Candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade da UNESCO

B.01.03

B

A importância e dimensão do centro histórico de Coimbra reclamam o **desenvolvimento de um programa com dimensão e profundidade adequadas, integrando as intervenções que completam o Programa Polis, a renovação das Frentes Ribeirinhas, da Entrada Norte da Cidade, da Baixa e da Alta de Coimbra e a Candidatura da Universidade de Coimbra (UC) a Património Mundial da UNESCO**. Neste quadro começa-se por destacar-se a **Alta e a Candidatura da UC a Património**

Mundial, que teve o seu arranque formal em 2004. A importância desta candidatura ultrapassa o interesse local, tendo como perspectiva contribuir para a internacionalização da região e do país e para o desenvolvimento sustentável do património arquitectónico e cultural. A recuperação, preservação, valorização e promoção exigem mecanismos de planeamento e gestão precisos e eficazes que impõem e implicam **cumplicidades entre várias entidades competentes**, bem como o envolvimento da sociedade civil. Assim, e tendo a UC como parceira fundamental, a operação prevê:

Prioridade da Operação:

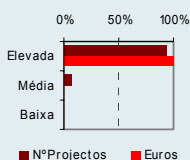
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
304.200.000*

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- **Intervenções de qualificação das áreas centrais urbanas degradadas:** dar continuidade a uma operação integrada numa área sensível do centro urbano, intervindo no edificado existente. A reabilitação das áreas urbanas centrais degradadas, envolvendo actores públicos e privados, constitui uma mais-valia não só porque visa criar melhores condições de habitabilidade e mobilidade à população residente, como atrair novos residentes, melhorar a coesão social e aumentar a permanência de turistas na cidade.
- **Intervenções de qualificação dos espaços públicos:** uma das características da Alta é a qualidade e diversidade dos seus espaços públicos que representam a riqueza e complexidade urbana da cidade. No entanto, reconhece-se uma deficiente gestão e manutenção de espaços envolventes aos monumentos, incluindo a regularização do estacionamento. Neste âmbito destaca-se em particular o projecto de **design de iluminação da Alta** - numa perspectiva de valorização do conjunto urbano através da criação de um efeito cénico de elevado valor – e o projecto de **cobertura da área da Alta com Internet wireless** enquanto elemento que aumenta a sua atractividade.
- **Fomento do Comércio Tradicional:** a oportunidade de dinamização as actividades empresariais e comerciais da Alta de Coimbra deve encaminhar-se pelo fomento de um comércio especializado e singular, que realce o carácter distintivo da Alta coimbrã e que não conflitua com a função residencial. Procura-se a criação de incentivos que potenciem a criação de micro-empresas, nomeadamente através de estratégias de eficácia colectiva e de qualificação dos activos.
- **Criação de imagem de marca da Alta de Coimbra e equipamentos de apoio ao turista:** o Turismo apresenta um potencial de crescimento relevante, dados os activos patrimoniais que a cidade detém e que dão corpo à **Marca Coimbra** na vertente "Cidade do Património", pelo que é de todo o interesse potenciar a visibilidade e o potencial da Alta de Coimbra como uma das principais referências turísticas da região. Num contexto de défice de equipamentos de apoio ao turista reconhece-se ainda a necessidade de dotar a Alta com um **Espaço de Interpretação Turística** que proporcione aos turistas as informações necessárias para desfrutar plenamente da experiência turística da respectiva área.

A **Baixa de Coimbra** é alvo de intervenções complementares enquadradas nos objectivos de revitalização das funções e actividades instaladas, requalificação do edificado, dos espaços públicos, das infra-estruturas e da rede de equipamentos existentes, tendo em vista a vivificação da malha urbana, a melhoria da qualidade de vida da população local e de quantos utilizam a zona e a captação de nova população residente. A operação integra intervenções que deverão completar o Programa Polis.

Inclui 70 milhões de euros da Candidatura a Património da Humanidade da UNESCO e 202 milhões de euros a cargo de uma SRU integrada no sector empresarial do Estado em que este, através do IHRU tem uma participação de 51% e a CMC de 49%.

Promotor/Parcerias: CM Coimbra, Universidade de Coimbra, SMTUC, IPSS, EDP, PT Comunicações, Lusitaniagás, Ministério da Cultura e outros organismos da Administração Central

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a Regeneração Urbana, Mobilidade Territorial; Património Cultural; Promoção e Capacitação Institucional; Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

Requalificação do centro urbano de Penacova**B.01.04****B**

A operação visa a requalificação urbanística da zona central da vila de Penacova no sentido de adequar cada espaço a um conjunto de fins específicos. Neste sentido, propõem-se as seguintes intervenções:

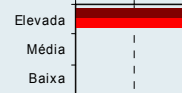
- **Construção de uma alternativa de estacionamento ao centro da vila;**
- **Construção de um Centro Coordenador de transportes permitindo a reorganização do transporte público de passageiros;**
- **Estabelecimento do Mercado Municipal num novo local adequado a exigência legais em vigor;**
- **Reabilitação do actual Parque Municipal, incluindo a construção de um Centro de Exposições e de espaços que permitam a instalação de alguns serviços municipais.**

Prioridade da Operação:

Área de Influência:
Regional ou SuperiorHorizonte Temporal:
2008-2013Custo Estimado:
9.000.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):

0% 50% 100%



■ NºProjectos ■ Euros

Reivindica-se, também, junto da Administração Central a construção de um novo Palácio da Justiça libertando assim as actuais instalações (propriedade do Município) para instalação da **Casa Municipal da Cultura** que passará a estar na zona central reabilitada. Indo, também, ao encontro das melhorias de condições na área de cultura e de educação prevê-se também a construção de **Biblioteca Municipal com Auditório** anexo com capacidade para realização de eventos diferenciados.

A operação articula-se fortemente com as operações previstas no concelho no domínio do **lurismo e do lazer**, pretendendo-se que a imagem de Penacova como um dos **destinos melhor equipados, a nível regional e nacional, para a promoção do turismo de natureza e dos desportos radicais**, se reflecta, de forma harmoniosa, num **núcleo urbano que se assume também como um exemplo de excelência em termos das soluções de mobilidade e dos equipamentos e espaços públicos oferecidos**.

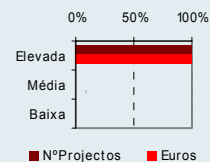
**Promotor/Parcerias: CM Penacova, INAG****Regulamentos do PO Regional aplicáveis:** Parcerias para a Regeneração Urbana; Mobilidade Territorial; Equipamentos para a Coesão

Requalificação do centro urbano de Condeixa**B.01.05****B**

A requalificação urbanística da zona central de Condeixa articula-se com os projectos de construção e requalificação de equipamentos urbanos já iniciados pelo Município – destaca-se neste âmbito a Biblioteca Municipal, inaugurada recentemente – e com a aposta no *touring cultural*, assente no património ancestral das Ruínas de Conímbriga e no projecto de construção de Centro Cultural Fernando Namora, integrado na Rota dos Escritores.

Prioridade da
Operação:

★★★★★

Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**Horizonte
Temporal:
2008-2010Custo
Estimado:
1.600.000€Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

Praça da República

A operação prevê intervenções de melhoria das condições de ordenamento, mobilidade e acesso em torno dos espaços centrais originadores de maiores fluxos de circulação, nomeadamente na Praça da República, a Rua 25 de Abril e a Rua D. Elsa Sotto Mayor.

**Promotor/Parcerias: CM Condeixa****Regulamentos do PO Regional aplicáveis:** Parcerias para a Regeneração Urbana

Redes urbanas para a competitividade e inovação: castelos e muralhas medievais de defesa do Rio Mondego

C.01.01

C

A operação visa a formatação de uma temática de cooperação intermunicipal de base territorial e sócio-cultural - **Cidades dos Castelos e Muralhas Medievais de Defesa do Rio Mondego** - que terá como elemento central a qualificação da vida urbana e a afirmação competitiva do tecido empresarial, nomeadamente nos sectores do turismo e das indústrias culturais.

A operação aposta na **valorização do património**

histórico e cultural como vector de promoção da competitividade urbana, alicerçando-se numa estratégia de partilha de conhecimento e de co-responsabilização entre diferentes agentes políticos, económicos e sociais, nomeadamente as Câmaras Municipais de Soure, Montemor-o-Velho, Figueira da Foz e Coimbra e ainda alguns Municípios do Pinhal Interior (Lousã, Miranda do Corvo, Penela), IGESPAR, Universidade de Coimbra e investidores privados. Os diversos núcleos urbanos envolvidos na operação, ao construírem uma estratégia de acção comum em torno da temática do património, visam ganhar massa crítica nas dinâmicas de atracção de residentes, visitantes, investimento e conhecimento e estabelecer um capital de notoriedade nos mercados nacionais e internacionais.

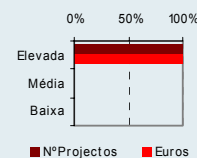
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
600.000 €

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parcerias: CM Montemor, CM Figueira, CM Coimbra, Câmaras Municipais de outras regiões, Região de Turismo do Centro, IGESPAR, Universidade de Coimbra

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação; Património Cultural

Intervenções de requalificação dos sistemas urbanos do Baixo Mondego

D.01.01

D1

A operação visa o aprofundamento dos esforços de reabilitação e requalificação urbana, focalizando e equilibrando adequadamente as intervenções nos centros urbanos para evitar fragmentações e redundâncias e, assim, garantir a afirmação de pólos mais relevantes da região no contexto nacional.

Esta operação privilegia operações integradas de:

- Requalificação de áreas de excelência urbana, nomeadamente os núcleos antigos, baixas e zonas ribeirinhas (Mealhada, Montemor-o-Velho);
- Requalificação de periferias urbanas, do espaço urbano disperso e de outros espaços relevantes na estruturação urbana (Montemor-o-Velho);
- Renovação das funções e dos usos de espaços obsoletos ou com usos desqualificados.

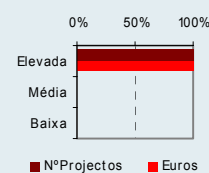
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
13.400.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a Regeneração Urbana; Mobilidade Territorial; Equipamentos para a Coesão Local

EIXO I		Obj. 1 – Reforçar as funções urbanas estratégicas	
Acção Integrada	b. Valorização e promoção de habitat e oferta de habitação		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.01.01	Estudos Urbanos	A	
D.01.02	Intervenções de requalificação do espaço público e do ambiente urbano	D1	
Actores Envolvidos: Associação de Municípios do Baixo Mondego, Municípios do Baixo Mondego, Adm. Central, Associações locais e Privados			
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação	
Factores de Competitividade		E2 - - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental	
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos	
E 1		O1	
E 2		O2	
E 3		O3	
E 4		O4	
		O5	
		O6	
Relação forte		Relação relevante	
		Relação fraca	

Pretende-se através desta operação uma **delimitação e ordenamento de "áreas de urbanização / desenvolvimento prioritário" na áreas exteriores aos perímetros urbanos dos Municípios que integram a "Associação dos Municípios"** que, como potenciais fragmentos de "novos centros/núcleos metropolitanos", e correspondendo a espaços carenciados de planeamento e gestão urbana, de infra-estruturas e de qualidade urbana e ambiental, aconselham uma concepção e prática de ordenamento e gestão a implementar em 3 escalas:

Prioridade da Operação:



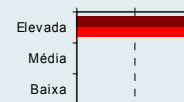
Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
1.000.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):

0% 50% 100%



■ NºProjectos ■ Euros

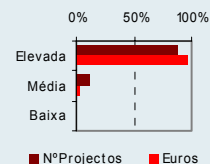
- Na **área do Município**, na figura das "unidades de execução", em conformidade com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial. Pretende-se a implementação de **"programas de intervenção prioritária por aglomerado, núcleo residencial e zona industrial"** na área exterior aos perímetros urbanos. Procura-se, neste âmbito, uma revitalização e (re)qualificação do desenho peri-urbano, tanto através de um traçado estruturador, como da programação das infra-estruturas e do controlo das operações fundiárias.
- Na **área da Associação dos Municípios**, com base numa "gestão e planeamento territorial" e "gestão económica estratégica", lançando as bases para a promoção da coesão inter-municípios, pelo desenvolvimento de **planos regionais e de ordenamento territorial estratégicos** e elaboração da **carta de localização de pólos tecnológicos**, na prossecução dos fins públicos em conformidade com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, e no quadro seguinte à proposta de Lei que altera a Lei nº. 10/2003 (configurando o novo regime das atribuições e competências das "associações de municípios"). Pretende-se o estabelecimento de **"programas de intervenção prioritária na área da associação"** para as respectivas extensões suburbanas, promovendo-se uma gestão territorial suburbana pelo desenvolvimento das actividades económicas e residenciais, salvaguardando os impactes ambientais, controlando a localização de grandes superfícies comerciais, conjuntos turísticos, grandes infra-estruturas industriais e mercados abastecedores.
- Para a **área da Região Centro**, com base num **"plano regional de ordenamento do território"** estruturado por **"unidades de planeamento por espaços sub-regionais"**, e de acordo com o Decreto-Lei nº. 310/2003 (política de ordenamento do território e de urbanismo para a extensão intermunicipal e regional), procura-se o estabelecimento das bases do desenvolvimento regional a partir das opções nacionais e dos planos sectoriais de ordenamento do território, traduzindo-se espacialmente os objectivos económicos e sociais do desenvolvimento sustentável, equacionando-se medidas para atenuação das assimetrias, de modo a servir à formulação de estratégias de ordenamento e como referência à elaboração de planos especiais, intermunicipais e municipais.

Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional, Mobilidade Territorial

Intervenções de requalificação do espaço público e do ambiente urbano**D.01.02****D1**

A operação assenta no reconhecimento, por parte dos Municípios do Baixo Mondego, que critérios como a existência de um ambiente urbano citadino, a oferta de zonas comerciais inovadoras, a existência de espaços de circulação funcionais e a disponibilidade de locais públicos agradáveis e atractivos para a descontração e o lazer, assumem relevância crescente na decisão de fixação de residência e, consequentemente, nas dinâmicas populacionais e económicas dos concelhos. Assim, estão previstas um conjunto de intervenções de requalificação do espaço público e do ambiente urbano de tipologias diversificadas:






























































Prioridade da
Operação:Área de
Influência:**Local**Horizonte
Temporal:
2008-2010Custo
Estimado:
104.100.000€Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

- Reabilitação de zonas predominantemente residenciais, tanto ao nível das habitações (fachadas, espaços comuns) como dos espaços públicos;
- Construção e reabilitação de acessibilidades urbanas, em alternativa a vias congestionadas e em articulação com o sistema de transportes públicos;
- Arranjos urbanísticos e paisagísticos das zonas envolventes aos equipamentos sociais, culturais, desportivos e de mobilidade e dos respectivos acessos;
- Arranjos urbanísticos e paisagísticos do sistema de percursos pedonais;
- Construção e reabilitação de jardins, parques e outros espaços verdes;

Esta operação deverá ser articulada com a operação de ampliação e qualificação da rede regional de equipamentos e serviços de acção social.

Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego, Associação Comercial e Industrial de Coimbra, IHRU, outros organismos da Administração Central, com possibilidade de parceria Público/Privado

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a Regeneração Urbana; Mobilidade Territorial; Equipamentos para a Coesão Local

EIXO I		Obj. 1 – Reforçar as funções urbanas estratégicas																			
Acção Integrada	c. Equipamentos terciários de nível superior e desenvolvimento de serviços avançados																				
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora																		
B.01.06	Convento de São Francisco - Centro de Convenções e Espaço Cultural	B																			
C.01.02	Arquivo municipal, universitário e distrital	C																			
E.01.01	Rede de equipamentos terciários de nível hierárquico superior e área de influência regional	E																			
Actores Envolvidos:		Municípios do Baixo Mondego, Universidade de Coimbra, Turismo de Coimbra, outros organismos da Adm. Central, Privados																			
<div>Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos</div> <table><tr><td>Potencial Humano</td><td></td></tr><tr><td>Factores de Competitividade</td><td></td></tr><tr><td>Valorização Territorial</td><td></td></tr><tr><td>Cooperação Territorial</td><td></td></tr></table>		Potencial Humano		Factores de Competitividade		Valorização Territorial		Cooperação Territorial		<div>Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos</div> <table><tr><td>E1 – Competitividade e Inovação</td><td></td></tr><tr><td>E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos</td><td></td></tr><tr><td>E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais</td><td></td></tr><tr><td>E4- Protecção e Valorização Ambiental</td><td></td></tr><tr><td>E 5 – Governação e Capacitação Institucional</td><td></td></tr></table>		E1 – Competitividade e Inovação		E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais		E4- Protecção e Valorização Ambiental		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	
Potencial Humano																					
Factores de Competitividade																					
Valorização Territorial																					
Cooperação Territorial																					
E1 – Competitividade e Inovação																					
E2 - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos																					
E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais																					
E4- Protecção e Valorização Ambiental																					
E 5 – Governação e Capacitação Institucional																					
<div>Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos</div> <table><tr><td>E 1 </td><td>E 2 </td><td>E 3 </td><td>E 4 </td></tr></table>		E 1 	E 2 	E 3 	E 4 	<div>Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos</div> <table><tr><td>O1 </td><td>O2 </td><td>O3 </td><td>O4 </td><td>O5 </td><td>O6 </td></tr></table>		O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 								
E 1 	E 2 	E 3 	E 4 																		
O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 																
 Relação forte		 Relação relevante																			
		 Relação fraca																			

A adaptação a Centro de Convenções e Espaço Cultural de um edifício – o Convento de S. Francisco – que representa um importante marco na arte e na cultura da cidade de Coimbra e mesmo do país, apesar das vicissitudes que sofreu no último século e meio, será realizada de acordo com uma profunda compreensão e de uma autêntica revalorização da riqueza patrimonial – sobretudo de carácter arquitectónico – que o individualiza. A preocupação prioritária é a explicitação desses valores patrimoniais aliada a uma solução flexível, inovadora e às exigências programáticas que reclamam este equipamento fundamental para a Cidade, com alcance regional.

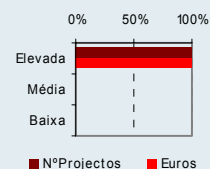
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

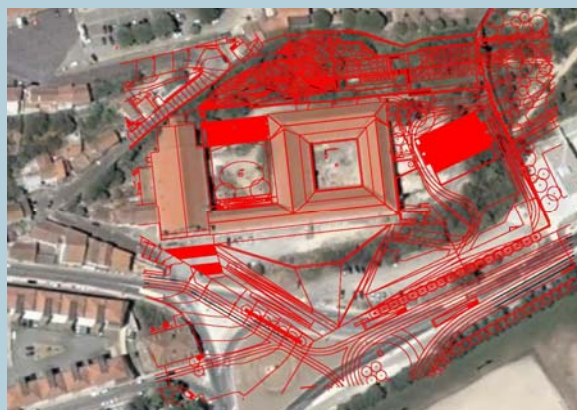
Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
28.000.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Esta intervenção caracteriza-se essencialmente pela clareza, equilíbrio e flexibilidade, resolvendo os vários problemas de ligação e relação do convento com a envolvente, da mesma forma que corresponde a um programa específico, cobrindo um alargado espectro de necessidades e possibilidades: **congressos e convenções, exposições, teatro, ópera, orquestra, equipamento totalmente ausente de toda a região.** O projecto de execução foi elaborado por uma equipa coordenada pelo arquitecto Carrilho da Graça, no âmbito da intervenção do Programa Polis. Trata-se de um equipamento essencial à promoção de eventos culturais e congressos (convenções) potenciando a importância de Coimbra no Turismo Cultural, peça-chave do desenvolvimento da Região de Coimbra.



A intervenção pressupõe quatro tipos de operações:

- Reabilitação e ocupação do interior do edifício existente;
- Construção de um auditório (cerca de 1200 lugares sentados) incluindo todas as infra-estruturas necessárias para o seu funcionamento;
- Edificação de um embasamento e estacionamento;
- Aquisição de equipamento para o funcionamento da sala de congressos e espectáculos, das salas de exposições e dos espaços de restauração.

Promotor/Parcerias: CM Coimbra, Turismo de Coimbra, com parceria Público/Privado

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Parcerias para a Regeneração Urbana; Património Cultural

Arquivo municipal, universitário, distrital	C.01.02	C
<p>A operação tem por objectivo a construção de um Arquivo único da Autarquia de Coimbra, da Universidade e do Distrito de Coimbra. A sua construção terá um corpo edificado comum (secretariado, salas de formação) e corpos especificados para a Autarquia, outro para a Universidade de Coimbra e um terceiro a nível de arquivo Distrital. Deste modo obtêm-se, através de uma gestão partilhada, a redução substancial de custos administrativos e maior eficácia e eficiência no acesso dos utilizadores às diversas valências de arquivo, centralizadas num único espaço.</p>		
<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>	<p>Área de Influência: Regional</p> <p>Custo Estimado: 15.000.000€</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
<p>Promotor/Parcerias: CM Coimbra, outros Municípios do Baixo Mondego, Universidade de Coimbra</p>		
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Rede de Equipamentos Culturais</p>		

Rede de equipamentos terciários de nível hierárquico superior e área de influência regional	E.01.01	E
<p>A estratégia de reforço da "capitalidade" terciária de Coimbra é directamente influenciada por um conjunto de intervenções da administração central, no âmbito da instalação no concelho de equipamentos terciários com área de influência regional, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Novo IPO; ▪ Novo Hospital Pediátrico; ▪ Cidade judiciária de Coimbra; ▪ Nova Penitenciária de Coimbra; ▪ Conservatório de Musica e Dança de Coimbra. 		
<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
<p>Promotor/Parcerias: Administração Central</p>		

EIXO I	Obj. 2 – Reforçar a acessibilidade externa da região e principais eixos infra-regionais								
Acção Integrada	a. Acessibilidades externas e regionais estruturantes								
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora						
C.02.01	Aeródromos Regionais	C							
C.02.02	Rede de Mobilidade regional e inter-concelhia	C							
E.02.01	Aeroporto Regional de Monte Real	E							
E.02.02	Acessibilidades rodoviárias estruturantes	E							
E.02.03	Porto da Figueira da Foz e prolongamento do molhe norte	E							
E.02.04	Interface intermodal de Coimbra/TGV	E							
E.02.05	Linha do Oeste	E							
E.02.06	Reabilitação e modernização do ramal ferroviário entre as estações de Figueira da Foz e Pampilhosa	E							
Actores Envolvidos: Municípios do Baixo Mondego, REFER, RAVE e outros organismos da Adm. Central									
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos							
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação							
Factores de Competitividade		E2 - - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos							
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais							
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental							
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional							
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos							
E 1 	E 2 	E 3 	E 4 	O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 
 Relação forte		 Relação relevante		 Relação fraca					

Os aeroportos regionais de pequena dimensão para voos de baixo custo têm um importante contributo a dar na estruturação do sistema de transportes da região Centro, em complementaridade com os aeroportos internacionais a Norte e a Sul. Considerando a posição geográfica do Baixo Mondego e a estratégia de desenvolvimento que se propõe no Plano Territorial de Desenvolvimento estes equipamentos servem uma dupla função: uma função enquadrada na política de protecção civil da região, assumindo-se como nós cruciais de mobilidade em caso de desastres naturais ou de natureza diversa; uma função enquadrada na afirmação competitiva da região, em particular dos produtos turísticos oferecidos, nomeadamente do turismo residencial em segmentos de elevada qualidade. Neste contexto, estão previstas um conjunto de intervenções de expansão e requalificação dos aeródromos regionais:

Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Regional

Horizonte Temporal:

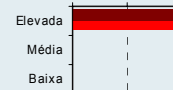
2008-2010

Custo Estimado:

7.000.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):

0% 50% 100%



■ NºProjectos ■ Euros

Aeródromo da Figueira da Foz, localizado na margem Sul do Mondego, próximo do Parque Industrial da Figueira da Foz: o investimento diz respeito à construção de uma pista de 800 m, a qual já foi objecto de um acabamento provisório em materiais granulares britados compactados.

Aeródromo de Bissaya Barreto em Coimbra: a intervenção tem em vista o prolongamento em 280,00 metros da pista existente, que actualmente tem 920,00 metros. Pretende-se assim, aumentar para 1.200,00 metros o comprimento da pista asfaltada que por razões topográficas é o comprimento máximo possível, mas que permitirá melhorar as condições de utilização, que actualmente são só para aviões ligeiros, peso igual ou inferior a 5700 Kg, para aeronaves de maiores dimensões e peso. Este prolongamento implicará necessariamente o prolongamento da sinalização luminosa, nomeadamente as luzes laterais e luzes de soleira e fim de pistas, bem como do sistema PAPI (Precision Approach Path Indicator) indicador da ladeira de aproximação da pista. Este projecto também contempla a concepção e construção de 4 (quatro) hangares necessários para o estacionamento das aeronaves, por razões de segurança e para ficarem devidamente abrigadas de intempéries. Com este prolongamento da pista reforça-se o papel, já hoje desempenhado, no combate a fogos florestais com a colocação de aeronaves e assegura-se mais e melhores condições de voos regionais à escala europeia que potenciem o desenvolvimento dos *clusters* do conhecimento, nomeadamente na área das ciências da vida.

Promotor/Parcerias: CM Figueira da Foz, CM Coimbra, com parceria Público/Privado

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial

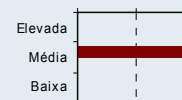
Rede de Mobilidade regional e inter-concelhia		C.02.02	C
<p>A operação prevê intervenções de alargamento e requalificação da rede de acessibilidades interconcelhias, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">Anel da Pedrulha - uma das intervenções mais importantes do Plano de Mobilidade e reorganização da rede viária estruturante de Coimbra corresponde à criação do "Anel da Pedrulha". Este anel formaliza um eixo colector articulado com a circular externa contornando, pelo Norte, grande parte da malha urbana, interligando-se com diversos eixos radiais estruturantes sendo de realçar os eixos formulados pelo IC2 (Nó da Pedrulha) e pela ex EN 111-1. Este anel permitirá libertar o nó crítico da "Casa do Sal" de todo o importante tráfego de ligação entre as zonas Noroeste e Norte do Concelho e região envolvente e as zonas dos Hospitais da Universidade, Pediátrico e Maternidades. Esta obra ligará a "Circular Externa" (no nó da Mainça) a uma extensão aproximada de 7,900 Km (a que acrescem as ligações à rede viária existente e restabelecimentos numa extensão aproximada de 2,500Km). O troço (ex. EN 111-1 e o Nó da Pedrulha no IC2) deverá assegurar o acesso à estação intermodal de Coimbra e alta velocidade, bem como uma eficiente canalização do tráfego gerado pelos movimentos pendulares vindos de norte/poente para parques de estacionamento periféricos.A estrada Vale de Açor/Ceira assume também um papel crucial na estruturação da mobilidade rodoviária intermunicipal. No concelho de Miranda do Corvo foi já rectificada e alargada a estrada até à povoação de Vale de Açor. Pretende-se, agora, assegurar a sua continuidade no concelho de Coimbra, permitindo servir a freguesia de Almalaguês e as povoações de Sobral e Vendas de Ceira. Nesta zona existem três pontes (Sobral, Longra, Conraria) que apresentam problemas estruturais, não estendo preparadas para o tráfego actual, devendo ser substituídas a curto / médio prazo. Esta via irá estruturar a rede viária de modo a articular a reconstrução das pontes com um traçado adaptado ao tráfego actual.Construção da Ponte de ligação Figueiró do Campo/Casais Belhos; Correção e beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o limite do concelho de Soure; Correção e beneficiação do CM 1119 entre a Quinta da Cruz e o limite do concelho de Soure; Beneficiação da EM 622, troço Pedrogão do Pranto/limite do concelho de Soure; Construção de variante à granja do Ulmeiro; Reabilitação da EN 111 Figueira da Foz/ Montemor-o-Velho	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Regional</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
	<p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>	<p>Custo Estimado: 31.700.000€</p>	
<p>Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego, Administração Central</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial</p>			

Aeroporto regional de Monte Real**E.02.01****E**

Por Protocolo celebrado em 2005.02.07 entre o Ministro da Defesa e o Ministro das Obras Públicas Transportes e Comunicações, foi autorizada a utilização da Base Aérea Militar nº 5 de Monte Real para tráfego civil. Tal Protocolo apresenta como condição a criação de uma Entidade responsável pela elaboração de um Plano de Desenvolvimento de suporte à construção (em terrenos confinantes) das infra-estruturas necessárias à operação com passageiros, carga e respectivos apoios.

Prioridade da
Operação:Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**Horizonte
Temporal:
2008-2013Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

0% 50% 100%



■ NºProjectos ■ Euros

Embora até à presente data nada se tenha concretizado, como consequência do referido Protocolo, o Projecto de abertura à aviação civil da Base Militar, que permitirá racionalizar e otimizar uma infra-estrutura existente, continuará a apresentar-se como de importância estratégica para a Região Centro e para o aumento da sua competitividade. Ainda que o aeroporto de Monte real se situe fora das fronteiras do Baixo Mondego, a sua proximidade surge como muito relevante tanto para o Sector do Turismo como numa articulação com a Plataforma Empresarial, Logística e Polinucleada da Área do Porto Comercial da Figueira da Foz, que está já a ser implementada por 10 Municípios da Região.

O futuro " Aeroporto Regional" de Monte Real, com uma pista de 2,4 Km de comprimento, apresenta-se particularmente vocacionado para o desenvolvimento de carreiras "charters" e de " low-cost" e para as aeronaves de combate a fogos florestais, pela sua particular localização na Região. A distância inferior a uma hora a muitas das Cidades Médias da Região e, em particular, a proximidade com Coimbra, Fátima e com as novas " Rotas de Golfe", são justificativas da importância deste projecto que tem vindo a ser reivindicado junto do Governo pelos Municípios da Região.

Promotor/Parcerias: Ministério da Defesa e Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

No âmbito da estratégia regional definida, é crucial o desenvolvimento de um conjunto de intervenções da responsabilidade da Administração Central, ao nível da malha de ligação exterior da região e dos seus municípios onde se destacam:

- IC6 / IC7 Coimbra-Covilhã
- Auto Estrada Coimbra -Viseu: projecto da maior importância para a mobilidade nacional e em particular da Região Centro, assegurando a ligação entre Coimbra e Viseu
- IC3 Coimbra-Tomar,- Poceirão incluindo variante nascente sul de Coimbra / Ligação ao IP3 e Castelo Branco/IC8: os fluxos de tráfego de e para Coimbra evidenciam claros fenómenos de metropolização.
- A 17: a conclusão da obra da A17 (Marinha Grande/Mira, Troço Lourical/Mira e Nó de Acesso em Soure /Montemor).
- IC 12- Mira –A1 Mealhada –IP3 – IP5 Mangualde
- IC2 Coimbra-Oliveira de Azeméis, incluindo a variante entre Mealhada – Anadia – Águeda, a nova ponte do Mondego e a beneficiação do troço já existente.
- Variante Sul ao IC2 Construção de variante ao IC2 Coimbra – Condeixa e intervenções na actual N1/IC2 no troço urbano de Condeixa Estrada Lisboa/Porto: construção de um novo nó de acesso, entre o de Pombal e o de Cernache (Coimbra), próximo da localidade do Casconho, concelho de Soure, numa zona de fronteira com o concelho de Pombal
- Construção da via rápida alternativa às actuais EN 341 e 347 e variantes entre Alfarelos/ Taveiro/ Montemor , até Sul.
- Variante de Tavarede: melhorar as acessibilidades à Figueira da Foz e descongestionar o atravessamento Norte – Sul sobre o eixo da EN 109 e Ponte dos Arcos: Alargamento das faixas de rodagem

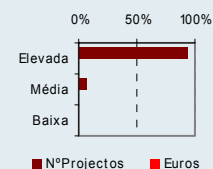
Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):




Promotor/Parcerias: Administração Central

Porto da Figueira da Foz e prolongamento do molhe norte		E.02.03	E
<p>A melhoria das condições de acesso e de abrigo do Porto da Figueira da Foz e a garantia de uma franca acessibilidade marítima são essenciais para a concretização de alguns projectos estratégicos para a Região Centro e para as suas ligações além fronteiras. As obras a realizar no Porto têm como objectivos melhorar: as condições de abrigo nos cais comerciais, as condições de manutenção natural dos fundos no canal de acesso ao Porto e a profundidade do canal de acesso, para permitir a entrada de navios de maior porte. Para a concretização destes objectivos encontram-se já em execução: o prolongamento do Terminal de Granéis Sólidos, a reabilitação do Molhe Sul e Diques Interiores, o Terminal de Produtos Betuminosos e previsto um Terminal Papeleiro / Ro-Ro, para além da obra de Prolongamento do Molhe Norte. Esta obra, de inquestionável importância para a Região, integra a construção de um quebra-mar, no prolongamento do molhe norte numa extensão de 400 metros, e a ampliação do canal de navegação existente, encontrando-se em vias de ser adjudicada e consignada para ser iniciada a partir de Março de 2008.</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>	
	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>	
Promotor/Parcerias: Administração Central			

Interface intermodal Coimbra/TGV		E.02.04	E
<p>A operação prevê a construção do Interface Multimodal do Choupal, integrando a nova estação ferroviária de Coimbra e um Centro Coordenador de Transportes e articulando os diferentes sistemas: Ferroviário, Metro, Rodoviário, Táxi, Privado. Poderá ainda englobar a Estação de Alta Velocidade (TGV), caso o canal eleito passe em Coimbra-B. A operação é encarada pelo Município como um ponto-chave na prossecução da estratégia de reforço da mobilidade e da utilização dos transportes públicos, consubstanciada nas operações designadas por "intervenções de requalificação dos sistemas urbanos de Baixo Mondego", "Metro Mondego" e no projecto de qualificação dos transportes urbanos de Coimbra incluído na operação "Intervenções de reordenamento da mobilidade urbana e de promoção da intermodalidade".</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>	
	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>	
Promotor/Parcerias: REFER, RAVE			









Linha do Oeste		E.02.05	E
<p>A operação integra as infra-estruturas necessárias à modernização da Linha do Oeste, entre as estações de Alfaias/Granja do Ulmeiro e Figueira da Foz, de forma a melhorar as actuais condições do serviço.</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>	
	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>	
Promotor/Parcerias: REFER			











Reabilitação e modernização do ramal ferroviário entre as estações da Figueira da Foz e a Pampilhosa		E.02.06	E
<p>A operação prevê a reabilitação e modernização do Ramal Ferroviário entre as Estações de Figueira da Foz e Pampilhosa, enquanto elemento complementar essencial ao sucesso da Plataforma Logística Polinucleada da área de influência do Porto Comercial da Figueira Foz.</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>■ Nº Proj. ■ Euros</p>	
	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>	
Promotor/Parcerias: REFER			


EIXO I		Obj. 2 – Reforçar a acessibilidade externa da região e principais eixos infra-regionais	
Acção Integrada		b. Intermodalidade e rede de transportes urbanos	
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.02.01	Plano para a promoção da intermodalidade nos transportes regionais	A	
D.02.01	Intervenções de reordenamento da mobilidade urbana e de promoção da intermodalidade	D1	
E.02.07	Central intermodal de Alfarelos/Granja do Ulmeiro	E	
E.02.08	Sistema de mobilidade do Mondego – Metro ligeiro de superfície	E	

Actores Envolvidos:


Associação de Municípios do Baixo Mondego, Municípios do Baixo Mondego, SMTUC, Metro-Mondego, REFER, outros organismos da Adm. Central e Privados

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação	
Factores de Competitividade		E2 - - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental	
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	

Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos				Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos					
E 1 	E 2 	E 3 	E 4 	O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 

 Relação forte

 Relação relevante

 Relação fraca

Plano para a promoção da intermodalidade nos transportes regionais		A.02.01	A				
<p>Pretende-se através desta operação dar uma resposta concertada, ao nível regional, ao reconhecimento que a qualidade de vida das populações e a qualidade ambiental do território ocupado pelos núcleos urbanos está, na actualidade, fortemente ligado à existência de um sistema de transportes integrado.</p> <p>A evolução das acessibilidades rodoviárias no Baixo Mondego, ocorrida nas últimas décadas, originou novas dinâmicas territoriais, que se traduziram na dispersão/relocalização de actividades junto a nós de grande acessibilidade e na crescente dispersão da habitação. Associadas a estas transformações surgiram novas necessidades de mobilidade da população, sustentadas essencialmente no transporte individual, fruto da dificuldade dos sistemas de transportes públicos em responder de forma eficaz à dispersão das deslocações.</p> <p>Neste contexto, os pontos de congestionamento diário na região e as respectivas implicações ambientais, económicas e sociais, justifica uma operação integrada por parte da Associação de Municípios que visa definir e, numa segunda fase, facilitar a concretização, das soluções de mobilidade que mais contribuem para:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Aumento da eficiência de cada um dos meios de transporte, gerando uma maior produtividade e, consequentemente um balanço ambiental mais positivo;▪ Aumento da eficiência do sistema intermodal, articulando cada um dos meios de transporte para que se apresentem junto de consumidor como complementares e não necessariamente concorrentes. <p>Assim, entre as intervenções previstas no âmbito desta operação destaca-se:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Avaliação das melhores soluções de integração física dos vários sub-sistemas de transportes urbanos, nomeadamente através da construção de interfaces intermodais;▪ Avaliação das melhores soluções de integração tarifária e dos sistemas de comunicação e divulgação.		<table><tr><td>Prioridade da Operação: ★★★★★</td><td>Área de Influência: Regional ou Superior</td></tr><tr><td>Horizonte Temporal: 2008-2013</td><td>Custo Estimado: 850.000€</td></tr></table>	Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior	Horizonte Temporal: 2008-2013	Custo Estimado: 850.000€	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada</p> <p>Média</p> <p>Reduzida</p> <p>■ Nº Proj. ■ Euros</p>
Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior						
Horizonte Temporal: 2008-2013	Custo Estimado: 850.000€						
<p>Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria</p>							
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial</p>							

Intervenções de reordenamento da mobilidade urbana e de promoção de intermodalidade**D.02.01****D1**

A operação agrega o conjunto de intervenções municipais direccionadas para a melhoria das condições de circulação dos utentes dos transportes públicos - tanto ao nível do serviço oferecido como dos equipamentos, nomeadamente as gares de transportes públicos - e para a promoção de intermodalidade.

A operação surge portanto fortemente articulada com a estratégia regional nas questões ligadas ao planeamento das infraestruturas e aos serviços de transporte, contrariando a situação actual de funcionamento do sistema, quase exclusivamente sem lógica de rede e sem aderência a qualquer estratégia de mobilidade.

A operação prevê a construção de uma **Central de Transferência de Passageiros** (Figueira da Foz) que sirva as carreiras rodoviárias locais, inter-urbanas, regionais e a construção de uma **Central Intermodal de Transportes** (Mira), atendendo sempre a condições de qualidade das acessibilidades exteriores e das infraestruturas de apoio à espera dos passageiros.

Estão também previstas diversas intervenções no sistema de **Transportes Públicos de Coimbra**, entre as quais se destaca: expansão dos transportes urbanos a novas zonas do concelho de Coimbra, desenvolvendo um sistema de mobilidade urbana sustentável, adquirindo e utilizando viaturas tecnologicamente modernas a gás natural (motores verdes) que contribuem para a diminuição do impacto ambiental; certificação da qualidade dos SMTUC segundo a Norma ISSO 9001:2000; Plano de Formação e Qualificação dos trabalhadores dos SMTUC; construção de novas instalações para os serviços municipalizados de transportes urbanos; aquisição de um sistema integrado de bilhética e de um sistema de vídeo vigilância a bordo das viaturas; implementação de uma linha de Eléctrico Turístico que percorre a área Polis.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Local

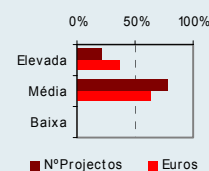
Horizonte Temporal:

2008-2010

Custo Estimado:

33.700.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parcerias: CM Figueira, CM Mira, CM Coimbra, SMTUC, REFER, entidade acreditada em Certificação de Qualidade, com possibilidade de parceria Público/Privado

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial

Centra intermodal de Alfarelos/Granja do Ulmeiro**E.02.07****E**

A operação visa a instalação das infra-estruturas necessárias à implementação dum Centro Intermodal de Passageiros e de um Interface Intermodal de Mercadorias na estação de Alfarelos/Granja do Ulmeiro.

Prioridade da Operação:



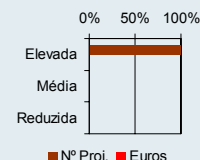
Área de Influência:

Regional ou Superior

Horizonte Temporal:

2008-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parcerias: Administração Central

Sistema de mobilidade do Mondego – Metro ligeiro de superfície		E.02.08	E
<p>A operação visa a implementação de um sistema de transporte moderno e sustentável - metro ligeiro de superfície “modo tram-train” - na ligação Coimbra B/Lousã, aproveitando o actual ramal ferroviário da Lousã, a criação de uma linha urbana de ligação da Baixa de Coimbra aos Hospitais da UC e de futuras ligações urbanas e suburbanas (para Norte / Souselas e para sul / Condeixa). A expressão dos movimentos pendulares com destino em Coimbra (29% dos postos de trabalho do concelho são preenchidos por residentes noutros concelhos a que se somam os fluxos motivados pela presença de equipamentos nos domínios da saúde e educação cuja área de influência ultrapassa claramente os limites do concelho) e dos movimentos intra-concelhios justificam o investimento num modo de transporte ecológico, moderno, confortável e seguro com uma adequada oferta de serviço.</p> <p>O Metro do Mondego assume-se assim como essencial para se reduzirem os níveis de poluição, incrementando o transporte público em detrimento do privado, e para a resolução dos problemas de tráfego, satisfazendo as necessidades de mobilidade das populações de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo e ainda de todos quantos se deslocam para Coimbra por motivos de emprego, estudo ou procura de serviços.</p>		<div><div>Prioridade da Operação: ★★★★★</div><div><div>Área de Influência: Regional ou Superior</div><div>Horizonte Temporal: 2008-2013</div></div></div> <div><div>Prioridades Intra-Operação (projectos):</div><div><div>0%50%100%</div><div><div>Elevada</div><div>Média</div><div>Reduzida</div></div><div><div>Nº Proj.</div><div>Euros</div></div></div></div>	
Promotor/Parcerias: Metro Mondego, Administração Central, com parceria Público/Privado			

EIXO II

Viabilizar a afirmação na região das actividades empresariais centradas na “economia do conhecimento” com suficiente dimensão e profundidade – Programa de dinamização de espaços empresariais de produção, investigação, serviços e inovação centrada no conhecimento das “ciências da vida” e alavancadas pela ligação com a universidade

Viabilizar um pólo empresarial plenamente integrado nas lógicas da Economia do Conhecimento e desenvolvido em torno das “ciências da vida”, em que a articulação com a Universidade de Coimbra deve deixar espaço para o contributo de todo o tecido institucional e empresarial da região – Centros de Investigação, de Transferência Tecnológica, Parques de Negócios – e, principalmente, para a crescente descentralização dos espaços de localização empresarial, imprimindo na estratégia um contraponto à relativa concentração territorial de recursos consubstanciada no primeiro eixo.

Objectivo Específico**3. Promover e gerir em rede as áreas empresariais e logísticas****Acções Integradas**

- a) Captação e atracção de investimento e gestão integrada das áreas de acolhimento empresarial e logístico
- b) Áreas de acolhimento empresarial

Objectivo Específico**4. Dinamizar uma rede regional de inovação, transferência de conhecimento, cooperação empresa-empresa e formação avançada****Acções Integradas**

- a) Infra-estruturas de apoio à actividade empresarial centros de inovação tecnológica e de transferência de tecnologia e cooperação universidade-empresa
- b) Formação avançada e rede de escolas profissionais

EIXO II		Obj. 3 – Promover e gerir em rede as áreas empresariais e logísticas							
Acção Integrada	a. Captação e atracção de investimento e gestão integrada das áreas de acolhimento empresarial e logístico								
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora						
A.03.01	CENTROLOGIS	A							
A.03.02	ZAL - Plataforma Logística do Porto da Figueira da Foz	A							
A.03.03	ZAL – Plataforma Ferroviária da Pampilhosa/Souselas	A							
Actores Envolvidos:		Associação de Municípios do Baixo Mondego, CENTROLOGIS e Privados							
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos							
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação							
Factores de Competitividade		E2 - - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos							
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais							
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental							
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional							
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos							
E 1 	E 2 	E 3 	E 4 	O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 
 Relação forte		 Relação relevante		 Relação fraca					

Promoção da atractividade empresarial e gestão integrada das áreas de acolhimento empresarial - CENTROLOGIS

A.03.01

A

O Projecto CENTROLOGIS - entidade Promotora da "Plataforma Empresarial e Logística Polinucleada da Área de Influência do Porto Comercial da Figueira da Foz" – é a resposta ao reconhecimento, por parte dos Municípios do Baixo Mondego da logística como um vector de desenvolvimento económico de particular interesse para a região por atender a características específicas locais que potenciam a criação de valor acrescentado para empresas e cidadãos.

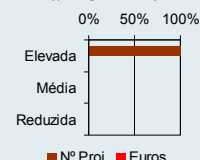
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

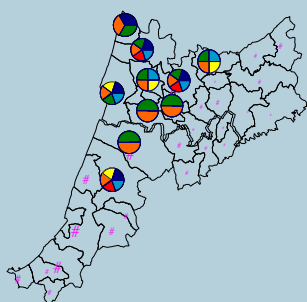
Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
2.350.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



A estratégia de desenvolvimento integrada resultante deste acordo aponta assim para o estabelecimento de uma **área territorial que se desenvolve e transforma num pólo especializado de serviços e logística, sustentado no estabelecimento de condições de referência no suporte competitivo às empresas e assente em relações de especialização e complementaridade com as restantes regiões do Centro de Portugal e com Espanha**. Reconhecendo a importância da estratégia definida para a região, os municípios do Baixo Mondego uniram os seus interesses e, juntamente, decidiram lançar um projecto estruturante fundamental para a materialização da estratégia definida: a criação de uma plataforma empresarial e logística polinucleada da área de influência do Porto comercial da Figueira da Foz. Para que existisse uma estrutura forte que liderasse este projecto, os municípios constituíram um ACE (agrupamento complementar de empresas) denominado **CENTROLOGIS para o desenvolvimento e promoção integrados desta rede de infra-estruturas empresariais e logísticas, tendo como elemento pivot o Porto Comercial da Figueira da Foz**. Esta é uma iniciativa singular e inovadora em Portugal pela lógica de especialização e pela perspectiva colaborativa, que envolve 10 municípios.



Tipo de instalação	Funções
● Plataforma Logística	- Integração Intermodal / multimodal - Fixação de actividades logística, distribuição e transporte - Funções de suporte às cadeias transporte
● Parque multifuncional ou parque de actividades económicas	- Zona Industrial destinada a actividades económicas e industriais
● Parque Tecnológico	- Infra-estrutura destinada à instalação de empresas inovadoras e de centros de investigação
● Incubadora de empresas	- Infra-estrutura destinada ao desenvolvimento de projectos de incubação de empresas
● Centro de Serviços Empresariais	- Infra-estrutura preparada para a fixação de serviços de apoio às empresas
● Elementos de lazer, cultura e desporto	- Elementos complementares à rede

A estrutura da rede CENTROLOGIS assenta numa lógica de especialização entre os concelhos envolvidos. Para além de disponibilizar uma oferta integrada e abrangente de condições, pretende-se que esta rede seja suportada pelo estabelecimento de estruturas profissionais que assegurem um incremento significativo da capacidade de atrair e fixar actividades, empresas, investimento e emprego.

A componente de infra-estruturas e plataformas logísticas, articuladas com o porto da Figueira da Foz, tem um papel de grande destaque nesta rede. Por essa razão, para além das áreas logísticas a desenvolver a estrutura de rede será alavancada:

- Num nó da rede integrado no Portugal Logístico: a Zona de Actividades Logísticas (ZAL) que se articula de uma forma sinérgica com o porto da Figueira da Foz;
- Na Plataforma Rodo-Ferroviária da Pampilhosa/Souselas;
- Num modelo de gestão e articulação assente numa entidade gestora para a ZAL do Porto da Figueira da Foz, participada por todos os actores da rede.

O elemento pivot desta rede, a Zona de Actividades Logísticas da Figueira da Foz integrar-se-á num espaço de 32 ha, adjacente a uma nova área de localização empresarial a desenvolver em 102 ha.

O CENTROLOGIS tem sido o elemento unificador do conjunto e tem conduzido todo o processo de viabilização do conceito da rede do ponto de vista político, económico e técnico.

Objectivos CENTROLOGIS na fase de Arranque:

-Viabilizar a rede:

- Do ponto de vista político
- Do ponto de vista económico
- Do ponto de vista técnico

Áreas de actuação na fase de exploração:



**Fase I
Arranque**

**Fase II
Exploração**

O projecto e a estrutura CENTROLOGIS estão agora a passar por um processo de transição em que após o arranque e viabilização da rede, assumirão por completo as atribuições associadas à promoção e desenvolvimento integrado da rede. Assim, esta operação prevê:

- **Marketing e promoção comum da rede;**
- **Constituição de uma janela única de promoção da rede polinucleada;**
- **Desenvolvimento e gestão de um sistema de informação comum;**
- **Promoção e desenvolvimento de projectos estruturantes comuns;**
- **Compras conjuntas e negociação de serviços comuns.**

O projecto Centrologis articulado com o porto da Figueira da Foz vai permitir que se altere significativamente a oferta, a atractividade e a competitividade da região Centro, permitindo que se dê um salto qualitativo significativo em termos de:

- Capacidade para atrair grandes projectos estruturantes de alto valor acrescentado para a região;
- Capacidade para atrair operadores logísticos de projecção nacional e internacional;
- Incrementar investimento e emprego qualificado;
- Desenvolver competências locais de valor acrescentado;
- Atingir um nível de projecção para além das áreas de influência directa da rede, alargando os horizontes internacionalmente (nomeadamente na relação com o território Espanhol);
- Assegurar a articulação da rede com o Portugal Logístico.

Esta rede articulada contribuirá de uma forma significativa para a valorização da atractividade da região Centro, alinhando-se perfeitamente com as principais prioridades estratégicas do QREN regional, nomeadamente:

- Reforço da inovação e competitividade através de novas condições logísticas de suporte e de desenvolvimento de alternativas de transporte sustentáveis e competitivas para as empresas da região;
- Promoção das exportações – através da disponibilização de novos canais logísticos de acesso aos mercados internacionais com custos e níveis de serviço melhorados;
- Ordenamento das áreas de localização empresarial na região;
- Promoção da constituição de redes de âmbito regional e da cooperação intermunicipal;
- Melhoria das acessibilidades, incluindo as ferroviárias, marítimas e aéreas;
- Promover a estrutura policêntrica do Centro Litoral, reforçando os eixos Leiria-Marinha Grande e Coimbra – Figueira da Foz.

Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria, CENTROLOGIS

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico, Promoção e Capacitação Institucional, Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

Plataforma Logística do Porto da Figueira da Foz

A.03.02

A

A ZAL do porto da Figueira da Foz é o elemento pivot da rede PEL, sendo o elo de ligação da rede ao plano Portugal logístico, da qual é parte integrante. Na rede PEL, é um dos elementos da rede de áreas logísticas "puras".

O projecto estruturante da plataforma logística alinhada com as restantes apostas de desenvolvimento do sector logístico, transportes e acessibilidades da região da Figueira da Foz, surge com os seguintes objectivos:

- Consolidar o sector dos transportes e da logística;
- Fixar actividades de valor acrescentado;
- Disponibilizar alternativas de transporte competitivas e sustentáveis à região Centro;
- Desenvolver massa crítica de tráfego para novos serviços;
- Potenciar o desenvolvimento do porto da Figueira da Foz.

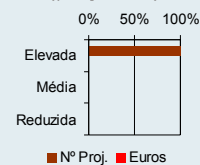
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
23.800.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



A rede PEL em preparação permite cobrir uma lacuna evidente na configuração espacial inicialmente apresentada no plano Portugal Logístico, sendo evidente que o pólo territorial em análise apresenta um excelente desempenho nos principais critérios de selecção para a fixação de plataformas logísticas.

Critérios de selecção	Factores determinantes sucesso			Condições na região
	Factor	Descrição	Importância	
<ul style="list-style-type: none"> • Estar inseridos nos grandes eixos de tráfego internacional • Boas acessibilidades às redes principais de transportes, incluindo intermodalidade • Integração nas redes gerais de infra-estruturas e serviços tecnologicamente avançados • Servir os principais centros de produção e consumo 	Localização	• Proximidade/acessibilidade a zonas de consumo/produção	5	++
	Acessibilidades (intermodalidade)	• Ligações com redes de auto-estradas / vias rápidas • Ligações ferroviárias com destinos chave nacionais e internacionais	5	+++
	Custo	• Custo de instalação e exploração	5	+++
	Dimensão	• Reserva de espaço para usos logísticos em futuras ampliações e operações intermodais	4	+++
	Especialização	• Concentração empresarial para obter sinergias e economias de escala entre empresas	4	++
	Serviços (de valor acrescentado)	• Serviços avançados às empresas e às pessoas, ex: tecnologia, business center, promoção, transporte público	3	+++

O Zona de Actividades Logísticas do porto da Figueira da Foz prevê a ocupação de uma área total de **31,5 ha e com possibilidade de expansão a 102,5 ha** e apresentará vocações específicas de Zona de Actividades Logísticas (ZAL) portuária - estando prevista a disponibilização de um conjunto de serviços que assegure a qualidade e a eficiência da ligação entre serviços marítimos e a ligação terrestre - e de Plataforma Intermodal rodo-marítimo-ferroviária - beneficiando da construção/remodelação de infra-estruturas destinadas a assegurar a eficiência da **interface rodo-marítimo-ferroviário**.

Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria, parceria Público/privado

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico

Plataforma Rodo-Ferroviária da Pampilhosa/Louselas

A.03.03

A

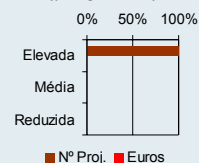
Integrada no projecto PEL, visa estimular a intermodalidade rodo-ferroviária, funcionando como plataforma de distribuição de mercadorias para toda a região Centro e como veículo de exportações, assente na estratégia do Portugal Logístico.

Para responder à sua vocação e aos requisitos identificados, a plataforma logística da Pampilhosa/Souselas deverá englobar duas plataformas complementares.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
20.000.000€























Plataforma Logística/Centro de Distribuição de Coimbra	Lotes e armazéns	31.5 ha
	Acessos internos	7.4 ha
	Centro de Serviços	1.6 ha
	Espaços verdes	4.5 ha
Sub total		45 ha
Plataforma intermodal rodo-ferroviária da Pampilhosa	Lotes e armazéns	8.5 ha
	Acessos internos	2.5 ha
	Área Intermodal	2.5 ha
	Espaços verdes	1.5 ha
Sub total		15 ha
Total		60 ha

A plataforma rodo-ferroviária da Pampilhosa/Louselas, à semelhança do outro elemento pivot da PEL – a ZAL do porto da Figueira da Foz – incluirá uma oferta diversificada de serviços e espaços:

- **Armazéns modulares e integrais:** disponibilização de estruturas de armazéns para empresas que necessitem de pequenas parcelas
- **Lotes Infra-estruturados – Área Logística Multifuncional:** disponibilização de solo infra-estruturado para o desenvolvimento de estruturas à medida das necessidades do cliente, mas obedecendo a padrões e regras de construção predefinidas
- **Centro de Serviços:** disponibilização de condições para a fixação de empresas de serviços à comunidade logística e portuária
- **Área Intermodal:** área destinada à criação de uma plataforma ferroviária para acções de transporte intermodal e serviços relacionados
- **Área complementar:** disponibilização de solo infra-estruturado destinado à fixação de indústrias em geral, sem diferenciação, suportando a vocação de parque industrial. É uma área fora do espaço logístico mas complementar ao mesmo.

Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico

EIXO II		Obj. 3 – Promover e gerir em rede as áreas empresariais e logísticas							
Acção Integrada	b. Áreas de acolhimento empresarial								
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora						
B.03.01	Áreas de acolhimento empresarial de Condeixa - Eco Parque Industrial e Tecnológico	B							
B.03.02	Áreas de acolhimento empresarial da Mealhada - Parque Logístico e Industrial da Pedrulha	B							
B.03.03	Áreas de acolhimento empresarial de Montemor-o-Velho - Parque Logístico e Industrial de Arazede	B							
B.03.04	Áreas de acolhimento empresarial de Mortágua - Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira	B							
B.03.05	Áreas de acolhimento empresarial de Soure - Zona de Actividade Económica de Queitide e Zona de Actividade Económica de Presa/Venda Nova	B							
B.03.06	Áreas de acolhimento empresarial de Cantanhede – Zona Industrial de Cantanhede	B							
D.03.01	Ampliação e requalificação da rede de áreas de acolhimento empresarial	D1							
Actores Envolvidos:		Municípios do Baixo Mondego, ADELO, Adm. Central e Privados							
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos							
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação							
Factores de Competitividade		E2 - - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos							
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais							
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental							
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional							
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos							
E 1 	E 2 	E 3 	E 4 	O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 
 Relação forte		 Relação relevante		 Relação fraca					

Áreas de acolhimento empresarial de Condeixa - Ecoparque Industrial e tecnológico

B.03.01

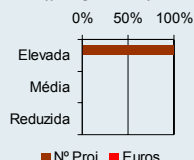
B

O Eco-Parque Industrial de Condeixa visa dar resposta à necessidade de construção de um novo pólo industrial no eixo Coimbra/Taveiro aproveitando as sinergias da Zona Industrial de Taveiro, as novas acessibilidades em construção, as preocupações de ordenamento e as envolventes naturais no sentido da atractividade das indústrias limpas.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2011-2013

Custo Estimado:
2.500.000€



O Ecoparque irá localizar-se junto da estrada nacional 1-7, numa zona florestal, em território ordenado e estruturado para o efeito. Dada a sua localização, irá beneficiar das economias de escala associadas à proximidade do pólo industrial de Taveiro e de uma excelente centralidade regional, proporcionada pelos eixos viários (A1, IC2, IC3 e Estradas Nacionais 342 e 347). O Ecoparque vai contar com um conjunto de infra-estruturas de apoio modernas e diversificadas: **áreas de estacionamento, zonas verdes, ciclovias, um corredor de emergência para os bombeiros e um edifício central de gestão que funcionará como centro de negócios e de apoio às empresas instaladas.**

A aposta vai especialmente para as pequenas e médias empresas, como resposta a uma necessidade no concelho. Outro objectivo é a valorização da componente ambiental, apostando em indústrias limpas com uma base tecnológica elevada e eficiência energética, estando previsto um código de conduta de prevenção da poluição.

O Ecoparque assume-se assim como um espaço que privilegiará a proximidade e a parceria com empresas de inovação tecnológica que funcionem em ligação privilegiada com instituições de ensino/investigação da região centro.

Promotor/Parcerias: CM Condeixa

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico

Áreas de acolhimento empresarial da Mealhada – Parque logístico e industrial da Pedrulha

B.03.02

B

No contexto do projecto intermunicipal PEL-Plataforma Empresarial Logística Polinucleada, a operação de ampliação do Parque Industrial da Pedrulha visa a criação de um centro de transportes, plataforma logística e de distribuição, fixação de empresas e actividades de valor acrescentado, promovendo a região no quadro do Portugal Logístico.

O concelho da Mealhada possui uma localização geográfica favorável no que se refere à articulação com os principais pólos urbanos da Região Centro, sendo atravessado por um conjunto de infra-estruturas viárias e ferroviárias que lhe garante um inquestionável potencial para a atracção de actividades empresariais, industriais e de logística e que justifica uma política de criação de novos espaços empresariais, industriais e de logística no concelho.

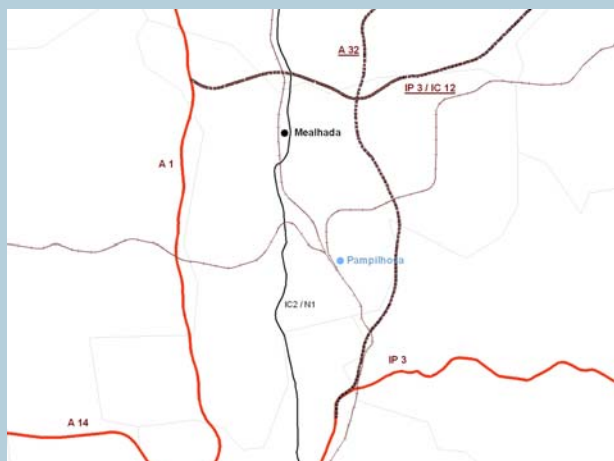
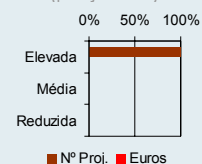
Prioridade da Operação:
★★★★★

Horizonte Temporal:
2008-2010

Área de Influência:
Regional ou Superior

Custo Estimado:
4.600.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



A Zona Industrial da Pedrulha localiza-se nas imediações no nó da Mealhada de acesso à A1, assumindo-se deste modo como um espaço extremamente apetecível para a instalação de actividades onde o factor da rapidez e eficiência da colocação de produtos do mercado assume uma grande importância.

A Zona Industrial da Pedrulha ocupa uma área de cerca de 33 ha, desenvolvendo-se em duas fases. A 1ª Fase encontra-se concluída decorrendo neste momento o processo de instalação das unidades industriais. A construção das infra-estruturas da 2.ª Fase deverá estar concluída durante o segundo semestre de 2008.

Promotor/Parcerias: CM Mealhada

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico

Áreas de acolhimento empresarial de Montemor-o-Velho: Parque logístico e industrial de Arazede

B.03.03

B

No contexto do projecto intermunicipal PEL-Plataforma Empresarial Logística Polinucleada, o futuro Parque Logístico e Industrial de Arazede beneficia de uma óptima localização (saída de Arazede da A14), com acessibilidades de qualidade excepcional, permitindo a circulação de veículos de grande dimensão e de um elevado volume de tráfego. Dispõe de uma área significativa (60 ha.), possibilitando a instalação de grandes empresas industriais e logísticas em condições adequadas à sua intensa actividade.

Prioridade da Operação:

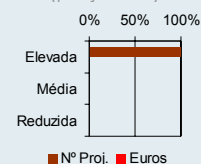


Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
8.000.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



O Parque Logístico e Industrial de Arazede apresenta-se com um conjunto de características apelativas para todas as actividades que desenvolvem operações logísticas, com acessibilidades de elevada qualidade em termos regionais, nacionais e internacionais, situando-se no centro do eixo Setúbal-Corunha, uma das regiões mais populosas da Península. As linhas do Norte e Beira Alta (ramal Figueira da Foz - Pampilhosa) são os eixos ferroviários que servem este parque, apresentando-se como uma alternativa para o abastecimento de matérias primas e a expedição de produtos.

Os lotes a disponibilizar permitem uma modulação muito flexível, tornando-se, assim, adequados a empresas das mais variadas dimensões e áreas de actividade. Em particular, as empresas do sector alimentar, de armazenagem e distribuição e os operadores logísticos, encontrarão neste Parque condições ideais para o desenvolvimento da sua actividade.

A gestão profissional do Parque Logístico e Industrial de Arazede e a instalação de uma área de serviços sociais, comerciais e de restauração garantirão a manutenção de uma elevada qualidade no seu funcionamento e a criação de condições de trabalho adequadas ao bom desenvolvimento dos negócios.

Promotor/Parcerias: CM Montemor-o-Velho

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico

Áreas de acolhimento empresarial de Mortágua – Parque industrial Manuel Lourenço Ferreira

B.03.04

B

Operação que prevê a ampliação do Parque Industrial Manuel Ferreira Lourenço Ferreira em Mortágua para dar resposta à crescente solicitação da procura que pretende beneficiar da localização geográfica privilegiada do parque e do concelho.

Mortágua é um concelho situado numa zona de transição entre o litoral e o interior, num contexto de proximidade e de equidistância face às cidades de Viseu, Coimbra e Aveiro e de forte centralidade face aos principais eixos de acessibilidade do país. A construção da auto-estrada Coimbra – Viseu e do IC12 (Mortágua – Mangualde), reforçarão brevemente essa centralidade, possibilitando ainda maior rapidez no acesso às principais cidades, portos e aeroportos do País e de Espanha. A localização geográfica do concelho de Mortágua é um dos seus pontos fortes, que o Município tem vindo a potenciar com um conjunto de investimentos para a dinamização do empreendedorismo, e do desenvolvimento económico.

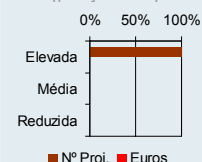
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2010

Custo Estimado:
1.500.000 €

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Na sequência da construção do Ninho de Empresas de Mortágua - situado na Vila de Mortágua, junto à EN234 e também junto ao futuro Nó de Mortágua na Auto-Estrada Coimbra-Viseu o Ninho de Empresas é um edifício moderno, de construção recente, colocado desde Maio do corrente ano ao dispor dos empreendedores que possuam projectos de investimento que apostem na investigação, na inovação, nas novas tecnologias e na criação de emprego qualificado. **A ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, consubstancia fisicamente, e no imediato, essa estratégia de dinamização da economia local.** A criação de uma Área de Localização Empresarial junto ao Nó de Mortágua na Auto-Estrada Coimbra Viseu dará continuidade a essa estratégia.

Considerando a localização equidistante do actual IP3 e no futuro da Auto-Estrada Coimbra – Viseu (cerca de 3,5 km) e aproveitando parte das infraestruturas já existentes, nomeadamente o gás natural, prevê-se a utilização de uma área de cerca de 35 hectares, criando-se 41 lotes com áreas variáveis e passíveis de unificação em função da dimensão dos projectos a instalar.

Promotor/Parcerias: CM Mortágua

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico

Áreas de acolhimento empresarial de Soure – Zona de Actividade Económica de Queitide e Zona de Actividade Económica de Presa/Venda Nova

B.03.05

B

No contexto do projecto intermunicipal PEL-Plataforma Empresarial Logística Polinucleada, a futura Zona de Actividade Económica da Presa beneficia da localização no Entroncamento do IC2 com a EM 348, junto à Auto-Estrada A1 (a cerca de 6 km da sede do concelho). Prevê-se a sua criação de raiz, com a aquisição dos necessários terrenos e execução de todas as infra-estruturas necessárias, nomeadamente: arruamentos, passeios, estacionamentos, rede de águas, redes de esgotos domésticos e pluviais, rede de gás natural, sistema de segurança, rede de combate a incêndios.

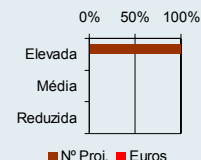
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2010

Custo Estimado:
3.500.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



A estratégia de atracção de investimentos a acolhimento empresarial do concelho de Soure é complementada ainda pela ampliação e qualificação da Zona de Actividade Económica de Queitide,. A ZAE de Queitide, localiza-se a cerca de 8Km da sede do concelho, junto à ER 342 e a cerca de 6Km de um Nó da Auto-Estrada A17. Dispõe já em laboração de seis unidades industriais, pretendendo-se a sua ampliação. As infra-estruturas existentes serão melhoradas e criadas novas na zona de ampliação.



As intervenções previstas têm portanto um objectivo duplo de, por um lado, melhorar as condições de laboração das empresas já instaladas, colocando ao seu dispor melhores acessibilidades e todas as infra-estruturas necessárias ao seu correcto funcionamento e, por outro, de captar novas empresas e, consequentemente alargar o conjunto de oportunidades de trabalho e de investimento no concelho.

Promotor/Parcerias: CM Soure em parceria Público/Privado

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico

Áreas de acolhimento empresarial de Cantanhede - Zona Industrial de Cantanhede

B.03.06

B

A operação prevê a ampliação e beneficiação do parque empresarial existente com infra-estruturas e serviços especializados de apoio à criação de negócios e outras infra-estruturas ou serviços complementares, nomeadamente instalações de restauração, equipamentos para eventos, conferências e espaços verdes desportivos. Deverá fomentar a criação de redes de cooperação com instituições de I&D.

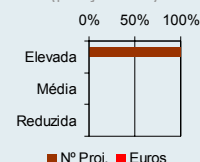
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
5.000.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Entre os objectivos da operação destacam-se:

- Ampliação das zonas vocacionada para o acolhimento empresarial centrada numa nova lógica de qualidade e prestação de serviços de suporte a um tecido económico que se pretende inovador, competitivo e empreendedor
- Qualificação urbanística das zonas industriais
- Fixação no Concelho de Cantanhede de empresas qualificadas e "amigas do ambiente"
- Articulação funcional dos espaços de suporte à localização empresarial
- Fomento do empreendedorismo através da criação de vantagens competitivas para as pessoas ou micro e pequenas empresas que apostem nos sectores estratégicos, satisfazendo as necessidades de espaço, apoio logístico e legal, consultadoria, formação, marketing e acesso ao capital necessário ao seu desenvolvimento

A intervenção estrutura-se em torno de um conjunto de prioridades:

1. Prioridades de intervenção no território:

- Ampliação e requalificação da zona de localização empresarial existente, com as devidas adequações funcionais;
- Projecto e implantação da rede TIC para ligação entre parques industriais (base de dados de serviços disponibilizados, empresas sediadas, tratamento de contactos com novas empresas, gestão de espaços e capacidade de prestação dos serviços, monitorização da satisfação das empresas sediadas).

2. Prioridades para o funcionamento:

- Definição do Programa Funcional e Estrutura de Gestão, articulando com outros projectos;
- Estudos prospectivos de empresas estratégicas;
- Elaboração do guia de apoio ao investimento para o Concelho;
- Identificação de apoios materiais e imateriais a disponibilizar a investidores que estejam instalados ou que se pretendam instalar no Concelho de Cantanhede, por exemplo através da abertura de protocolos com entidades bancárias para a identificação de incentivos e facilidades de financiamento do investimento no Concelho e/ou abertura de uma linha de micro-crédito;
- Protocolos com instituições de ensino e formação com vista à criação de uma bolsa de emprego especializado;
- Promoção e divulgação a nível regional, junto de potenciais parceiros e clientes (tecido empresarial e de associações empresariais) – estratégia de marketing;
- Benchmarking nacional e internacional, interagindo com unidades de referência neste tipo de iniciativas.

Promotor/Parcerias: CM Cantanhede

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico

Ampliação e requalificação da rede de áreas de acolhimento empresarial**D.03.01****D1**

Operacionalização de iniciativas municipais com vista ao alargamento da área disponível para o acolhimento para pequenas e médias iniciativas empresariais. A operação enquadra-se na estratégia de dinamização de redes de proximidade que suportem novos pólos regionais de competitividade. Os projectos previstos são, fundamentalmente, de construção e expansão de áreas industriais, visando **acolher as intenções de fixação de novas empresas e deslocalizar algumas unidades que permanecem**

nos centros urbanos em condições pouco propícias ao seu crescimento e que, a persistirem, surgem como fortes entraves aos projectos de requalificação dos núcleos urbanos e de facilitação da mobilidade previstos no Plano Territorial de Desenvolvimento.

Prioridade da
Operação:Área de
Influência:**Local**Horizonte
Temporal:**2008-2013**Custo
Estimado:**33.700.000€**Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



0% 50% 100%



■ NºProjectos ■ Euros

Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego, ADELO, Administração Central, com parceria Público/Privado

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico

EIXO II		Obj. 4 – Dinamizar uma rede regional de inovação, transferência de conhecimento, cooperação empresa-empresa e formação avançada	
Acção Integrada	a. Equipamentos de apoio à actividade empresarial, centros de inovação tecnológica e de transferência de tecnologia e cooperação universidade-empresa		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
B.04.01	Park-Expo de Cantanhede e Quinta de São Mateus	B	
B.04.02	Parque de Negócios de Montemor-o-Velho - nanoSpark	B	
B.04.03	Coimbra Inovação Parque	B	
B.04.04	BIOCANT – Centro de I&D	B	
B.04.05	Multiusos/Espaço de Inovação do Mondego e Centro de Empreendedorismo e Inovação de Coimbra	B	
D.04.01	Ampliação e requalificação da rede de equipamentos de apoio à actividade empresarial, inovação e desenvolvimento tecnológico	D1	
Actores Envolvidos: Municípios do Baixo Mondego, Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro, outras entidades do SNCT, ADELO, CEC, ACIC, AEN, outras associações empresariais, IEFP, outros organismos da Adm. Central e Privados			
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação	
Factores de Competitividade		E2 - - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental	
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPO Contributo para realização dos objectivos	
E 1		O1	
E 2		O2	
E 3		O3	
E 4		O4	
		O5	
		O6	
 Relação forte		 Relação relevante	
		 Relação fraca	

Park-Expo de Cantanhede e Quinta de São Mateus

B.04.01

B

A operação prevê intervenções em dois espaços, articulados pela proximidade geográfica e temática:

▪ **Park-Expo - Requalificação do actual espaço de feiras e exposições** no sentido da melhoria de todas as condições logísticas, de infra-estruturas e estruturas de apoio o que permitirá a sua utilização não só na Expofacic, mas igualmente em iniciativas do mesmo género nomeadamente festas e exposições. O Projecto Park-Expo consiste na criação de um espaço multifuncional com várias estruturas, sendo as prioritárias, por constituírem o suporte básico à realização de eventos: **o arranjo de espaços exteriores (espaço amplo onde decorrem a maioria dos eventos), o edifício de serviços e apoio (de suporte aos eventos), a estrutura de recepção.**

Prioridade da Operação:

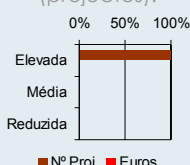


Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
10.000.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



A **Expofacic - Exposição/Feira Agrícola Comercial e Industrial de Cantanhede** é a maior feira da Região Centro, acolhendo um número crescente de expositores de empresas dos sectores Agrícola, Comercial e Industrial, para além iniciativas dedicadas ao artesanato e gastronomia do concelho de Cantanhede e um vasto programa de animação. A feira é ainda espaço de partilha comum de costumes, tradições, cerimónias, símbolos das várias freguesias do concelho de Cantanhede, assumindo-se como um relevante vector de projecção para o futuro da tradição associativista do concelho.



Justifica-se portanto a requalificação do espaço da feira incluindo:

- Espaço multifuncional;
- Área de tasquinhas/restauração;
- Área de expositores;
- Área institucional;
- Área de espectáculos, diversões e recreio;
- Redes de infra-estruturas (iluminação exterior, electricidade, abastecimento água, som, gás, esgotos).

▪ **Quinta de São Mateus** - separada pela estrada, mas ainda assim integrada por questões de proximidade com o espaço da Park-Expo, encontra-se a Quinta de S. Mateus, onde se prevê constituir uma **zona verde fundamental para a cidade, um palco de lazer, cultura e recreio para os habitantes e visitantes**. O parque possuirá equipamentos e edifícios que funcionarão interligados por vários percursos. A área de intervenção corresponde a um espaço de topografia plana, com cerca de 6 hectares de área, inserido no tecido urbano da cidade e que confronta com vários equipamentos públicos, tais como Biblioteca Municipal, Tribunal, Casa Paroquial, Piscinas Municipais, Escola Secundária, Pavilhão Marialvas e Quartel dos Bombeiros. Na sua envolvente localiza-se ainda o Marialva Park Hotel, equipamento hoteleiro mais significativo do concelho. Dada a sua proximidade e centralidade em relação aos diversos equipamentos, o espaço funciona também como espaço de atravessamento pedonal (funcionalidade que deve ser preservada e fomentada) e automóvel (através do Caminho das Oliveiras, reminiscência da antiga Quinta de S. Mateus).

A intervenção prevê a criação de um **espaço amplo**, com uma abertura de vistas, de forma a possibilitar uma utilização informal do espaço, a criação de **acessos pedonais e cicláveis** a partir da malha urbana, a criação de uma **linha de água** associada a uma galeria ripícola que funcione como vala de drenagem das águas pluviais de Inverno e um espelho de água permanente na época estival, a criação de **zonas verdes de protecção e enquadramento**, com vegetação característica da associação vegetal da região e a criação de **zonas verdes de recreio informal**.

Promotor/Parcerias: CM Cantanhede, Conselho Empresarial do Centro

Regulamentos do PO Regional aplicáveis:

A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho tem vindo a desenvolver uma estratégia de desenvolvimento económico baseada na atracção de indústrias e serviços sustentáveis e com elevado valor acrescentado, visando um posicionamento regional mais competitivo, solidário e adaptado às novas necessidades de emprego e de valorização dos recursos endógenos. Nesse sentido, a operação nanoSpark insere-se na lógica de incremento do valor acrescentado, através da introdução de novos conhecimentos, tecnologias e oportunidades empresariais e de mercado definida pela autarquia em parceria com as **Universidades de Aveiro e Coimbra**, o **Programa MIT Portugal** e o tecido empresarial (com particular empenhamento da **Agni** com a tecnologia das pilhas de hidrogénio).

Prioridade da Operação:

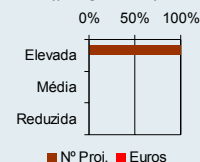


Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
13.000.000€*

Prioridades Intra-Operação (projectos):



A operação contempla as seguintes intervenções:

- **Ampliação e qualificação do Parque de Negócios de Montemor-o-Velho**, localizado no entroncamento da saída da A14 com a E.N. 111.
- **Instalação do Centro Empresarial**: a localizar no Parque de Negócios de Montemor-o-Velho, esta estrutura pretende constituir-se como um edifício de comércio e serviços, com diversas valências ("show-room" de empresas do parque, escritórios, serviços comuns às empresas, incubação e pós-incubação de empresas e Centro de Inovação Empresarial, salas de formação, auditório e restaurante)
- **Criação do Centro de Ciência em Hidrogénio e Nanotecnologia**: unidade de transferência de tecnologia em nanotecnologia, centrada nas áreas de energia e materiais, com base nos núcleos de I&D das Universidades de Coimbra e Aveiro e tendo como âncora a unidade industrial da Agni.

A operação contempla ainda a criação de espaços para instalação de empresas em sectores emergentes, resultantes de star-ups e spin-offs das universidades e empresas. Eventualmente também poderão albergar departamentos de I&D ou especializados de empresas de outros sectores que utilizem a nanotecnologia na sua actividade.

A operação assume-se assim como um elemento central na definição de um modelo estratégico enquadrado nas cadeias de valor regional com extensão e densidade que possibilitem a consolidação de um pólo de tecnologias industriais a nível nacional ou europeu, colocando a actividade do concelho numa das linhas de força da economia do séc. XXI.

* Inclui investimento privado na ordem dos 7.875.000€

Promotor/Parcerias: CM Montemor, Universidades de Coimbra e Aveiro, AGNI, Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, Projecto MIT Portugal, Soporcel - Portucel, Martifer, Associação de Agricultores, BlueWearth, com parceria Público/Privado

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico; Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica; Sistemas de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas

O Coimbra iParque é um local pensado para empresas inovadoras, que apostam em ciência e tecnologia, que criam valor tendo por base o conhecimento e o saber muitas vezes obtido em projectos realizados em consórcio com a Universidade. O iParque pretende ser um exemplo de como transformar saber em actividade económica, criando valor e emprego e contribuindo assim para o futuro da região. A solução global, organiza-se em torno da via principal de acesso (prevista no PDM), e divide-se em três áreas distintas:

- A **zona industrial destinada a indústrias de alto potencial tecnológico**, conforme o previsto na alínea a) do n.º 6 do Artº 49º do Regulamento do PDM.
- Uma **zona a norte/poente da via principal destinada a habitação** complementar das actividades previstas na zona, conforme o previsto na alínea e) do n.º 6 do artº 49º do regulamento do PDM.
- Uma **zona verde de uso público** a norte, que compreende áreas desportivas e equipamentos complementares, como bares de apoio, "health club" e instalações de apoio à prática desportiva.

Na zona de transição entre as áreas residencial, industrial e a zona verde de uso público prevê-se a instalação de funções complementares às restantes, nomeadamente um lote destinado a comércio e outro para unidade hoteleira. Prevendo-se uma utilização diversificada da zona, privilegiou-se a criação de uma área pedonal com alguma importância e escala, organizando-se um percurso paralelo à alameda de acesso e ligando esta aos principais parques de estacionamento previstos.

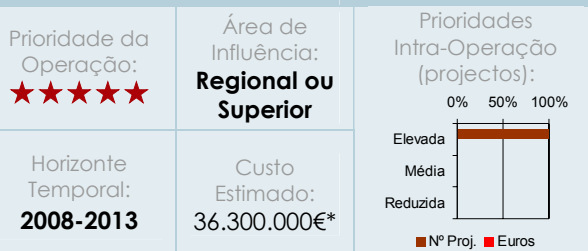
O Plano de Pormenor, devido à sua dimensão, e à especificidade da utilização pretendida para a zona, será executado em duas fases, garantindo-se contudo logo na primeira fase, a sua plena funcionalidade pelo que as principais infra-estruturas que servem o conjunto estarão logo garantidas.

A primeira fase do Plano de Pormenor, que foi já objecto de um projecto de loteamento e se encontra em execução, inclui, para além do edifício central de Gestão do Parque, o núcleo gerador da zona industrial e parte da zona verde de uso público e equipamentos desportivos. Abrange a maior parte da alameda de acesso e inclui, já, os principais espaços públicos do empreendimento, nomeadamente o conjunto praça/alameda central. Para a segunda fase, fica o complemento da zona industrial, nomeadamente as suas áreas mais periféricas a norte e a sul, com os respectivos equipamentos de apoio.

**inclui investimento privado estimado na ordem dos 30.500.000€*

Promotor/Parcerias: CM Coimbra, Coimbra Inovação Parque e Universidade de Coimbra

Regulamentos do PO Regionais aplicáveis: Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico; Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica; Sistemas de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas



O BIOCANT é o centro de I&D do BIOCANT PARK, o primeiro parque português de Biotecnologia, situado em Cantanhede.

O BIOCANT realiza I&D na área da biotecnologia aplicada às Ciências da Vida desenvolvendo projectos de iniciativa própria ou em consórcio com empresas ou centros de investigação fundamental. Disponibiliza serviços inovadores para empresas e organismos públicos e privados na área da saúde, centros de investigação, indústrias farmacêutica, alimentar e agro-alimentar. Entre a oferta de serviços de I&D destaca-se a **realização de projectos de iniciativa própria para o desenvolvimento de novos produtos e serviços para serem explorados ou adaptados por empresas nacionais e estrangeiras, o desenvolvimento de soluções tecnológicas à medida para empresas nacionais e estrangeira; a investigação em consórcio com centros de investigação fundamental para a resolução de questões científicas que possam levar à criação de novas soluções biotecnológicas; a validação científica de ideias e projectos de negócio inovadores na área da biotecnologia disponibilizando espaço laboratorial e consultoria científica avançada.**

Prioridade da
Operação:

★★★★★

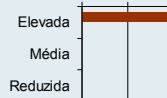
Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**

Horizonte
Temporal:
2008-2013

Custo
Estimado:
2.600.000€

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

0% 50% 100%



■ Nº Proj. ■ Euros



A operação visa a **expansão do BIOCANT através da construção de um edifício de laboratórios destinado a albergar espaços laboratoriais no âmbito da biotecnologia.** Os espaços laboratoriais organizam-se em redor de um núcleo central de distribuição e serviços, a "espinha dorsal" do edifício; esta organização permite reduzir ao máximo as áreas de circulação e acentua o carácter de espaço comum do núcleo central, proporcionando uma melhor intercomunicação entre os diversos espaços laboratoriais.

Procurou-se uma organização espacial hierarquizada mas que permita a apreensão do espaço como um todo, por um lado através da existência de um único núcleo distributivo central e, por outro, pelos eixos visuais criados.

Serão respeitadas todas as normas em vigor, nomeadamente as normas relativas a segurança, facilidade e rapidez nas saídas de emergência e de acesso a deficientes a qualquer parte do edifício. As circulações deverão, ainda, permitir e facilitar o transporte de equipamento volumoso e/ou pesado.

Na cave localizam-se zonas técnicas individuais, em número de doze, possibilitando a afectação de uma a cada espaço de laboratório. O piso de R/C destina-se a laboratórios, estando previstos 4 laboratórios de cerca de 140m² e ainda espaços complementares de uso comum. O piso 1 destina-se exclusivamente a laboratórios, estando previstos 8 espaços. Na cobertura, com acesso através do elevador, está prevista a localização de equipamentos, tais como os geradores de emergência, para as empresas que pretendam efectuar a sua instalação.

Promotor/Parcerias: CM Cantanhede, Universidade de Coimbra

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica; Sistemas de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas

Multiusos/Espaço de Inovação do Mondego e Centro de Empreendedorismo e Inovação de Coimbra

B.04.05

B

O Multiusos/Espaço de Inovação do Mondego servirá de local de realização de eventos sectoriais em diferentes áreas de particular importância nos próximos anos, designadamente a Inovação, Tecnologia, Saúde, Educação, Empreendedorismo, Formação Profissional. Sendo o desenvolvimento de um cluster assente no conhecimento das "ciências da vida" um dos objectivos estratégicos do Baixo Mondego e considerando a lógica evolutiva deste tipo de certames, com enfoque em áreas temáticas

muito específicas, caracterizadas pela sua segmentação e grau de diferenciação, reconhece-se a significativa relevância deste investimento para a região Centro.

O Multiusos/Espaço de Inovação do Mondego surgiu da parceria entre a Associação Comercial Industrial de Coimbra (ACIC), a associação empresarial nacional e a Câmara Municipal de Coimbra, assumindo-se como um espaço que potenciará as capacidades do Coimbra iParque, do futuro Centro de Empreendedorismo e Inovação de Coimbra (CEIC) e ainda de outros equipamentos como o Centro de Convenções do Convento de S. Francisco e o Exploratório Infante D. Henrique / Centro de Ciência Viva. Este equipamento está projectado para a zona entre a Ponte Pedro e Inês e a Ponte Rainha Santa Isabel e insere-se no contexto do "Parque Verde do Mondego" que apresenta um espaço disponível de cerca de 210.000 m² na margem esquerda, estando projectadas várias intervenções em termos de requalificação urbana e valorização ambiental, no âmbito do POLIS Coimbra.

O Multiusos/Espaço de Inovação do Mondego surge também articulado, numa óptica de estreita colaboração com a ACIC, com o projecto de **requalificação do antigo Parque de Feiras e Exposições, transformando-o num pólo de excelência de formação, moderno, funcional e verdadeiramente integrado. Será criado, num mesmo espaço, uma infra-estrutura polivalente capaz de albergar 3 unidades, nomeadamente o CEIC, o Centro de Formação Profissional e o Departamento de Formação Profissional.** O objectivo é o desenvolvimento, a diversificação e modernização da actividade produtiva e empresarial local e regional, mediante a criação de novas empresas, preferencialmente num contexto de empreendedorismo feminino, que possibilitem o aumento da empregabilidade, a promoção de práticas empresariais inovadoras e tecnologicamente desenvolvidas.

O CEIC ficará instalado no pavilhão D do Parque de Feiras e Exposições do Alto da Relvinha, um espaço com cerca de 1000 m²; o espaço previsto terá de ser necessariamente intervencionado para o adaptar às necessidades e ao objecto do projecto, o que passará, entre outras intervenções, pela substituição do revestimento exterior, construção de boxes para empresas, uma sala de arquivo, uma sala para serviços administrativos, um gabinete técnico, um gabinete de direcção, salas de reuniões e uma zona de estar.

* Inclui investimento privado estimado na ordem dos 6.675.000€

Promotor/Parcerias: CM Coimbra, ACIC, Associação Empresarial Nacional, com parceria Público/Privado

Regulamentos do PO Regional aplicáveis:

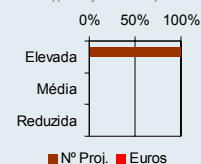
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior
























Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
7.675.000€*

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Ampliação e requalificação da rede de equipamentos de apoio à actividade empresarial, inovação e desenvolvimento tecnológico		D.04.01	D1																			
<p>Operacionalização de iniciativas municipais, com área de influência local, com vista ao alargamento da área disponível para os serviços de apoio à actividade empresarial, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Áreas multiusos destinadas a funções mistas (eventos, convenções): Pavilhão Arena em Coimbra com cerca de 5.000 lugares▪ Áreas de exposições (Figueira da Foz)▪ Centros de serviços complementares - serviços de formação, marketing e publicidade, consultoria (Figueira da Foz e Mortágua) <p><i>* Inclui investimento estimado na ordem dos 24.500.000 da responsabilidade da Administração Central no âmbito do projecto Pavilhão Arena</i></p>		<table><tr><td>Prioridade da Operação: ★★★★★</td><td>Área de Influência: Local</td><td rowspan="2"><p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p><p>0% 50% 100%</p><table border="1"><thead><tr><th>Nível de Prioridade</th><th>NºProjectos</th><th>Euros</th></tr></thead><tbody><tr><td>Elevada</td><td>~15</td><td>~85%</td></tr><tr><td>Média</td><td>~5</td><td>~15%</td></tr><tr><td>Baixa</td><td>~1</td><td>~0%</td></tr></tbody></table></td></tr><tr><td colspan="2">Horizonte Temporal: 2008-2013</td><td colspan="2">Custo Estimado: 27.500.000€*</td></tr></table>		Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Local	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <table border="1"><thead><tr><th>Nível de Prioridade</th><th>NºProjectos</th><th>Euros</th></tr></thead><tbody><tr><td>Elevada</td><td>~15</td><td>~85%</td></tr><tr><td>Média</td><td>~5</td><td>~15%</td></tr><tr><td>Baixa</td><td>~1</td><td>~0%</td></tr></tbody></table>	Nível de Prioridade	NºProjectos	Euros	Elevada	~15	~85%	Média	~5	~15%	Baixa	~1	~0%	Horizonte Temporal: 2008-2013		Custo Estimado: 27.500.000€*	
Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Local	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <table border="1"><thead><tr><th>Nível de Prioridade</th><th>NºProjectos</th><th>Euros</th></tr></thead><tbody><tr><td>Elevada</td><td>~15</td><td>~85%</td></tr><tr><td>Média</td><td>~5</td><td>~15%</td></tr><tr><td>Baixa</td><td>~1</td><td>~0%</td></tr></tbody></table>	Nível de Prioridade	NºProjectos	Euros		Elevada	~15	~85%	Média	~5	~15%	Baixa	~1	~0%							
Nível de Prioridade	NºProjectos		Euros																			
Elevada	~15	~85%																				
Média	~5	~15%																				
Baixa	~1	~0%																				
Horizonte Temporal: 2008-2013		Custo Estimado: 27.500.000€*																				
Promotor/Parcerias: CM Coimbra, CM Figueira, CM Mortágua, REFER, Metro-Mondego, Associação de Comércio e Indústria de Coimbra, ADELO, e outras Associações empresariais																						
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico																						

EIXO II	Obj. 4 – Dinamizar uma rede regional de inovação, transferência de conhecimento, cooperação empresa-empresa e formação avançada		
Acção Integrada	b. Formação avançada e rede de escolas profissionais		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.04.01	Gestão integrada da rede de escolas de ensino profissional	A	
B.04.06	Centro de Formação e Inovação Empresarial de Cantanhede	B	
D.04.02	Ampliação e requalificação da rede de ensino profissional	D1	
Actores Envolvidos:	Associação de Municípios do Baixo Mondego, Municípios do Baixo Mondego, CEC, Turismo do Centro, escolas profissionais, ADELO, outras associações locais e Adm. Central		
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação	
Factores de Competitividade		E2 - - Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos	
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental	
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos	
E 1		O1	
E 2		O2	
E 3		O3	
E 4		O4	
		O5	
		O6	
 Relação forte		 Relação relevante	
		 Relação fraca	

Gestão integrada da rede de escolas de ensino profissional	A.04.01	A
<p>A operação visa o reforço da oferta de ensino profissional qualificante. A assunção de responsabilidade por parte da Associação de Municípios neste domínio assenta no reconhecimento que os sistemas produtivos assumem, crescentemente, uma área de influência regional e que, portanto, existe necessidade de um sistema de avaliação e monitorização da oferta regional de ensino profissional que permita uma resposta rápida e flexível às necessidades do mercado e que evite desnecessárias duplicações de oferta e custos.</p>		
<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p> <p>Custo Estimado: 500.000€</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>
Promotor/Parcerias: Promoção e Capacitação Institucional		
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria		

Centro de Formação e Inovação Empresarial de Cantanhede - COBAI	B.04.06	B
<p>A operação visa a implementação no concelho de um equipamento destinado à formação profissional e outras actividades complementares, requalificando para tal uma antiga unidade industrial com estrutura edificada em bom nível de conservação.</p> <p>O aproveitamento de sinergias de actividades empresariais e de formação, tendo como estratégia a inovação e desenvolvimento, pode tornar este projecto num espaço gerador de competências humanas, científicas e tecnológicas adaptadas às necessidades do tecido empresarial local e nacional.</p> <p>Para além de uma Escola Técnico Profissional o espaço prevê:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro de Negócios - Centro de teletrabalho, Centro de apoio a negócios, escritórios de empresas, escritórios de entidades associativas; ▪ Área de Inovação - Centro de pesquisa, divulgação e inovação, Gabinete de gestão de contratos de transferência de tecnologia e dos resultados de I&D, Gabinete de gestão de parcerias empresas/universidade/Estado/EU; ▪ Área de Ciência e Cultura – promoção, divulgação, formação e sensibilização dos empresários, população, incluindo a instalação do Centro de Ciência Viva. 		
<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2010</p>	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p> <p>Custo Estimado: 2.750.000€</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>
Promotor/Parcerias: CM Cantanhede, Conselho Empresarial do Centro, Administração Central		
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento		

Ampliação e requalificação da rede de escolas de ensino profissional**D.04.02****D1**

A operação consiste na articulação de iniciativas dos municípios do Baixo Mondego ligadas à formação profissional e à implementação de medidas orientadas para a atractividade de população qualificada. Incluem-se iniciativas de **expansão de rede de escola** (Montemor-o-Velho), de **requalificação de equipamentos existentes** (Mortágua) de **construção de equipamentos complementares** (restaurante-escola da Escola Profissional da Mealhada) e de **implementação de novos cursos e acções de formação** (formação de profissionais de hotelaria, no local de trabalho, em Coimbra).

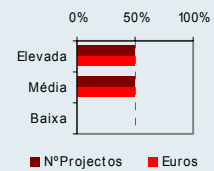
Prioridade da
Operação:
★★★★★

Área de
Influência:
Local

Horizonte
Temporal:
2008-2013

Custo
Estimado:
4.550.000€

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



Promotor/Parcerias: CM Montemor-o-Velho, CM Mortágua, CM Mealhada, CM Coimbra, Turismo do Centro, EBA – Formação Profissional, Escola Profissional de Montemor-o-Velho e Escola Profissional Agrícola Afonso Duarte, Ministério da Educação, ADELO, com parceria Público/Privado

























Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional

EIXO III

Desenvolver no Baixo Mondego uma jazida sustentável de emprego e crescimento baseados na valorização dos recursos endógenos –
Programa do empreendimento de fins múltiplos do Baixo Mondego, requalificando a regularização do rio, promovendo a agricultura moderna e o turismo centrado no património histórico e natural

Transformar o Baixo Mondego numa jazida sustentável de emprego e crescimento, assumindo o rio como mais uma forma de ligação entre os diferentes territórios - já não assente na rede de pólos urbanos ou de conhecimento, mas sim no património natural, histórico e cultural expresso na paisagem, nos produtos regionais, nas tradições – potenciadora de formas inovadoras de turismo, de nichos da agricultura e da fileira florestal orientados para a distribuição em mercados exigentes e das “actividades económicas da sustentabilidade”.

Objectivo Específico	▪ Alargar e dinamizar as cadeias de valorização dos recursos endógenos
Ações Integradas	a) Empreendedorismo, qualidade, certificação e promoção das redes de distribuição dos produtos regionais b) Agricultura, pecuária, floresta e fileira do mar
Objectivo Específico	▪ Promover a integração do turismo e do lazer na valorização territorial – cultura, património e mundo rural
Ações Integradas	a) Desenvolvimento articulado dos produtos turísticos da região b) Acção integrada de base territorial: Luso/Buçaco c) Acção integrada de base territorial: Mondego d) Acção integrada de base territorial: Litoral e Gândaras
Objectivo Específico	▪ Consolidar as infraestruturas de suporte à exploração dos recursos endógenos
	a) Infraestruturas hidroagrícolas, prevenção de riscos naturais e energias renováveis

EIXO III		Obj. 5 – Alargar e dinamizar as cadeias de valorização dos recursos							
Acção Integrada	a. Empreendedorismo, qualidade, certificação e promoção das redes de distribuição dos produtos regionais								
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora						
A.05.01	Valorização, divulgação e apoio à comercialização de produtos locais de qualidade	A							
A.05.02	Apoio ao empreendedorismo	A							
D.05.01	Eventos e centros de promoção de produtos locais de qualidade	D1							
Actores Envolvidos: Associação de Municípios do Baixo Mondego, Municípios do Baixo Mondego, ADELO, outras associações locais									
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos							
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação							
Factores de Competitividade		E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos							
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais							
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental							
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional							
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos							
E 1 	E 2 	E 3 	E 4 	O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 
 Relação forte  Relação relevante  Relação fraca									

Valorização, divulgação e apoio à comercialização de produtos locais de qualidade

A.05.01

A

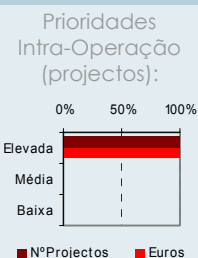
A operação vai desenvolver um programa de acção que incida sobre o processo de valorização, promoção e apoio à comercialização de produtos locais de qualidade. O programa incidirá na "valorização da produção", na "criação de circuitos de distribuição/comercialização" e no "marketing e promoção". O Baixo Mondego dispõe de um conjunto de produtos regionais com um significativo capital de notoriedade, com destaque para os produtos gastronómicos, que importa colocar ao serviço das comunidades. A Associação de Municípios pretende com esta operação proteger e valorizar um património com características qualitativas decorrentes da sua origem geográfica e do modo particular de produção ligado a hábitos ancestrais das populações, e que portanto se assume, como um importante elemento de construção da identidade regional – factor de coesão social e, no contexto da promoção de produtos turísticos integrados, factor de diferenciação competitiva – e como um relevante vector de apoio ao fomento do micro empreendedorismo.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
2.000.000€



O leitão da Bairrada



As nevadas de Penacova

Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria, ADELO, Associação de Pasteleiros de Tentúgal e Pereira e outras associações locais

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional

Apoio ao empreendedorismo**A.05.02****A**

Pretende-se com esta operação desenvolver um conjunto de iniciativas de promoção na região de uma cultura de empreendedorismo e de fomento ao aparecimento de novas empresas inovadoras, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento, alargamento e regeneração da base económica regional, garantindo mais e melhores empregos, fomentando a competitividade e a coesão económica e social. Esta operação encontra-se articulada com os projectos da Universidade de Coimbra relativas à formação em empreendedorismo, apoio à criação de novas empresas, aproximação da Universidade ao mundo empresarial e à sociedade, fomentando a inovação e o desenvolvimento de actividades de maior valor acrescentando e estimulando o tecido empresarial da região.

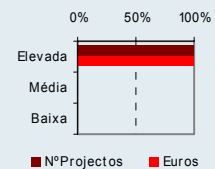
Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
1.300.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Constituem exemplos de intervenções a desenvolver:

- Apoiar a criação de novas empresas pela criação de Gabinetes de apoio ao investidor/Actividades económicas e manuais de apoio ao investidor.
- Dinamizar o empreendedorismo e, em particular, o empreendedorismo jovem e feminino.
- Formar empreendedores, promover a incubação e prestar serviços de consultadoria às novas empresas.

Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria, ADELO e outras associações locais

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional

Eventos e centros de promoção dos produtos locais de qualidade**D.05.01****D1**

A operação prevê, em estreita colaboração com a estratégia regional de promoção de produtos regionais de qualidade, a promoção de feiras espaços de exposição e comercialização dos produtos regionais:

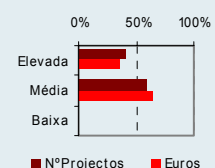
Prioridade da Operação:
★★★★☆

Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2008-2010

Custo Estimado:
1.100.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- Feira da Alimentação Saudável (Condeixa) - a Feira da Alimentação Saudável pretende ser um evento de promoção de uma fileira com potencialidades ao nível do município. O evento contará com diversas iniciativas das quais se pretende abranger desde a produção à degustação, passando pela realização de um seminário e sem esquecer a componente da educação com visitas
- Feira das Ervas aromáticas (Condeixa) - o projecto visa a realização de uma feira de ervas aromáticas, com uma componente económica forte. Com diversas vertentes pretende a promoção e dinamização
- Aquisição e adaptação da Casa dos Arcos (Condeixa), para acolher um espaço de exposição e promoção de produtos endógenos
- Construção e reabilitação de mercados Municipais (Figueira da Foz)

Promotor/Parcerias: CM Condeixa, CM Figueira da Foz e Associações Locais

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional, Equipamentos para a Coesão Local

EIXO III		Obj. 5 – Alargar e dinamizar as cadeias de valorização dos recursos	
Acção Integrada	b. Agricultura, pecuária, floresta e fileira do mar		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.05.03	Plano de gestão, ordenamento e protecção dos recursos florestais	A	
B.05.01	Ordenamento, protecção e valorização dos recursos florestais de Mortágua	B	
B.05.02	Desenvolvimento do cluster da aquicultura em Mira	B	
D.05.02	Intervenções de ordenamento, protecção e valorização dos recursos florestais	D1	
D.05.03	Parque para feira de gado	D1	
E.05.01	Construção da escada de peixe	E	
Actores Envolvidos:		Associação de Municípios do Baixo Mondego, Municípios do Baixo Mondego, Associação de Produtores Florestais de Mortágua, Entidades de Protecção Civil, INAG, outros organismos da Administração Central e Privados	
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação	
Factores de Competitividade		E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental	
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos	
E 1 E 2 E 3 E 4		O1 O2 O3 O4 O5 O6	
Relação forte		Relação relevante	
		Relação fraca	

Plano de gestão, ordenamento e protecção dos recursos florestais**A.05.03****A**

No âmbito desta operação prevê-se a elaboração de um conjunto de propostas que tenham assento nos planos nacionais e regionais de ordenamento da floresta e que, simultaneamente, possam adaptar-se ao nível concelhio, do ponto de vista não só, da protecção florestal mas também, ao nível das opções estratégicas de gestão, produção e certificação florestal. O planeamento integrará acções de:

Prioridade da
Operação:Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**Horizonte
Temporal:
2008-2013Custo
Estimado:
3.000.000€Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

0% 50% 100%



■ NºProjectos ■ Euros

- Compartimentação e promoção de mosaico na paisagem florestal, visando a segmentação e criação de descontinuidade dos maciços contínuos de espécies florestais de crescimento rápido
- Criação de zonas tampão entre a floresta de produção e os aglomerados populacionais
- Análise das áreas contíguas de espécies florestais de crescimento rápido, para segmentação, orientação e definição de faixas contíguas à rede viária municipal, promovendo a defesa da floresta contra incêndios, conciliando-a com a valorização da paisagem.

Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria, Associação de Produtores Florestais de Mortágua, Entidades de Protecção Civil e Direcção-Geral de Recursos Florestais

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional; Acções de Valorização e Qualificação Ambiental; Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – acções imateriais/materiais

Dada a importância que a floresta representa para Mortágua e para o conjunto da região, é de absoluta necessidade o desenvolvimento de uma plataforma de conhecimento para apoio à fileira florestal, em especial ao cluster da madeira e da biomassa. Mortágua reúne condições para isso. A coabitação com os ecossistemas florestais foi, é e será sempre uma necessidade, um desejo e uma inevitabilidade, para o homem. Contudo, para que as funções ecológicas, económicas e sociais possam ser sustentáveis, será necessário um esforço persistente no conhecimento, valorização e preservação da floresta.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Regional ou Superior

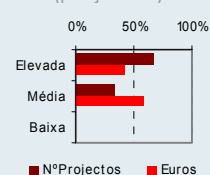
Horizonte Temporal:

2008-2013

Custo Estimado:

1.700.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



A experimentação, investigação, inovação e a demonstração têm um papel fundamental para a condução dos processos de decisão: disponibilizar conhecimento, resultado das experiências e boas práticas às comunidades que actuam ou desenvolvem actividades relacionadas com a floresta, ambiente, recursos naturais e desenvolvimento rural é fundamental. Assim, a Câmara Municipal de Mortágua prevê um conjunto de intervenções com o objectivo de gerar conhecimento, divulgar boas-práticas, sensibilizar a comunidade e os agentes económicos e, em última instância, desenvolver a fileira florestal na região:

▪ **Parque Temático:** pretende-se dotar uma área florestal, propriedade do Município, com campos de demonstração de espécies e de modelos de silvicultura, com infra-estruturas de protecção e valorização florestal de modo a potenciar as componentes de sensibilização ambiental, uso múltiplo da floresta, da gestão e ordenamento, com expectativa de retorno económico ambiental e social, inevitavelmente associados ao processo de certificação. As infra-estruturas que se pretendem instalar englobam áreas de demonstração, estruturas DFCI funcionais, auditório natural de ar livre para apresentação de projectos e actividades em espaço florestal e ainda um Eco-Museu.



▪ **Jornadas Florestais de Mortágua:** visa a promoção, divulgação, troca de informação e experiências entre técnicos, produtores e consumidores, bem como a valorização, divulgação, exposição, demonstração e inovação nas áreas agro-florestal, ambiente, turismo, lazer e energias renováveis. Pretende-se implementar uma feira florestal anual, a realização de conferências e debates temáticos, relacionados com a produção, exploração, valorização e consumo.

▪ **Infra-estruturas Florestais de Mortágua:** pretende garantir a eficácia da rede existente, promovendo um processo integrado e sustentado de ampliação, manutenção e beneficiação permanente. Pretende-se otimizar a rede de infra-estruturas, com os ajustes preconizados nos planos municipais, integrando-as com as redes regionais e nacionais. Pretende-se garantir um uso das infra-estruturas que vá para além do exclusivamente silvícola, proporcionando à comunidade o uso dos espaços florestais como forma de atracção e utilização para os mais variados fins.

O Parque Temático e as Jornadas Florestais, apesar de terem assento local, serão espaços abertos à comunidade, às escolas, instituições, empresas e demais organismos que actuam ou desenvolvem actividades relacionadas, ao nível regional.

Promotor/Parcerias: CM Mortágua, Associação de Produtores Florestais de Mortágua, Entidades de Protecção Civil e Direcção-Geral de Recursos Florestais

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização e Qualificação Ambiental; Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – acções imateriais/materiais

Desenvolvimento do cluster da aquicultura em Mira**B.05.02****B**

Com a implementação da Zona de Aquicultura no concelho de Mira – associada à instalação no concelho de uma unidade do Grupo Pescanova - torna-se imprescindível a criação de um conjunto de infra-estruturas básicas, de forma a dotar a sua zona de instalação das condições básicas ao seu eficaz e pleno desenvolvimento. Assim é necessário levar a efeito a construção de uma rede viária eficaz e capaz de suportar o tráfego específico do empreendimento, sobretudo baseado em tráfego pesado, saneamento básico e abastecimento de

água para consumo humano procedendo ao reforço e ampliação da rede de infra-estruturas existentes, bem como proceder à criação de algumas outras obras de apoio a este investimento.

Prioridade da
Operação:Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**Horizonte
Temporal:
2008-2010Custo
Estimado:
2.100.000€Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

0% 50% 100%



■ NºProjectos ■ Euros

De modo a concretizar este projecto propõem-se a concretização dos seguintes elementos:

- **Acessos rodoviários/Correcção do Traçado e Repavimentação da Variante Sul:** a Variante Sul à Praia de Mira é uma estrada que faz a ligação entre a EN 109 e a zona urbana da Praia de Mira, no sul do Concelho. Nesta empreitada pretende-se a reestruturação desta via, através da sua repavimentação e da correcção do seu traçado, bem como do seu prolongamento de modo a servir a Zona de Aquicultura que aí vai ser implantada.
- **Reforço do Abastecimento de Água à Vila da Praia de Mira:** esta obra inclui uma Rede de Adução, uma Rede de Distribuição, um Furo de Captação de Águas Subterrâneas, uma Central Elevatória e um Sistema de Telegestão. Devido quer aos elevados picos de consumo sazonais, quer ao desenvolvimento desta Vila e principalmente à implementação da Zona de Aquicultura, há a necessidade de alargar a rede de abastecimento de água existente, de modo a colmatar anomalias de falta de pressão, garantir o abastecimento a novas Zonas que vão ser criadas e a assegurar o abastecimento a marcos de água de forma a proteger esta localidade contra riscos de incêndio. Este reforço no abastecimento de água da Praia de Mira contempla ainda a construção de um Depósito Elevado de Distribuição de Água, no entanto, embora esteja indicado no projecto, este depósito não faz parte desta empreitada.
- **Saneamento da Zona Industrial Aquicultura da Praia de Mira - este projecto contempla a execução de saneamento entre a Zona Industrial de Aquicultura da Praia de Mira e o colector gravítico existente na Av. da Barrinha junto ao Café Canas. Contempla a execução de uma estação elevatória em frente ao parque de Campismo que recebe o saneamento da Aquicultura, o saneamento da Rua Elísio de Moura e o saneamento do Parque de Campismo e do Miravillas/Miroásis**

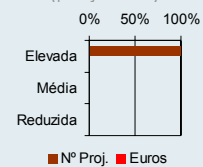
Promotor/Parcerias: CM Mira em Parceria Público/Privada**Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial; Ciclo Urbano da Água**

























Intervenções de ordenamento, protecção e valorização dos recursos florestais e agrícolas		D.05.02	D1												
<p>A operação articula iniciativas orientadas para a melhoria das condições de eficácia na prevenção e combate a incêndios e, simultaneamente, à implementação de mecanismos facilitadores da valorização competitiva dos recursos florestais. A operação promove a gestão activa da floresta, através da gestão de combustíveis, tratamento de áreas florestais, cadastro e estruturação de zonas de intervenção florestal, reforço de estruturas de combate e de defesa da floresta contra incêndios aplicada a novas tecnologias; educação e sensibilização para a defesa da floresta contra incêndios e reforço de vigilância e fiscalização.</p>	<p>Prioridade da Operação:</p> <p>★★★★★</p>	<p>Área de Influência:</p> <p>Local</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <table border="1"><thead><tr><th>Nível</th><th>Nº Projectos (%)</th><th>Euros (%)</th></tr></thead><tbody><tr><td>Elevada</td><td>85</td><td>95</td></tr><tr><td>Média</td><td>15</td><td>25</td></tr><tr><td>Baixa</td><td>0</td><td>0</td></tr></tbody></table>	Nível	Nº Projectos (%)	Euros (%)	Elevada	85	95	Média	15	25	Baixa	0	0
	Nível	Nº Projectos (%)		Euros (%)											
Elevada	85	95													
Média	15	25													
Baixa	0	0													
<p>Horizonte Temporal:</p> <p>2008-2013</p>	<p>Custo Estimado:</p> <p>18.000.000€</p>														
<p>Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego, Associação de Produtores Florestais, Direcção Geral de Recursos Florestais e entidades privadas</p>															
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização e Qualificação Ambiental; Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – acções imateriais/materiais</p>															

Parque para feira de gado		D.05.03	D1
O projecto de construção de um Parque para feira de gado em Soure integra: cais de descarga e carga, parques para animais, parque de tratamento, parque de inspecção e isolamento, pavilhões para suínos, zona de lavagem e desinfeção de veículos, zona de armazenamento de forragens, camas e estrume, zona de armazenagem de materiais de limpeza, zona administrativa, gabinete médico veterinário com vestiário e duche, instalações sanitárias para público, para funcionários, balneários separados por sexo para pessoal, ETAR e arranjos exteriores.	Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Local	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
	Horizonte Temporal: 2008-2010	Custo Estimado: 450.000€	
Promotor/Parcerias: CM Soure			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local			

Construção da escada de peixe**E.05.01****E**

A operação visa a construção de uma escada de peixe na ponte/ açude no Rio Mondego em Coimbra, que consistirá numa rampa em cascata, com tanques de água, que permita aos peixes (lampreia, enguia, sável, savelha) ultrapassar o açude e subir o rio para desovar e crescer.

Prioridade da
Operação:Área de
Influência:**Regional ou
Superior**Horizonte
Temporal:
2008-2013Prioridades
Intra-Operação
(projectos):**Promotor/Parcerias:** Administração Central, INAG

EIXO III		Obj. 6 – Promover a integração do turismo e do lazer na valorização territorial							
Acção Integrada	a. Desenvolvimento articulado dos produtos turísticos da região								
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora						
A.06.01	Criação, dinamização e promoção de rotas e percursos temáticos	A							
A.06.02	Articulação da oferta turística centrada no termalismo, saúde e bem-estar	A							
A.06.03	Ampliação e requalificação da rede regional de ciclovias	A							
B.06.01	Centro Cultural Fernando Namora	B							
D.06.01	Casa da Escrita e dos Escritores	D1							
Actores Envolvidos:		Associação de Municípios do Baixo Mondego, Municípios do Baixo Mondego, Turismo do Centro, ICNB, outros organismos da Adm., Central, Fundação Carlos Oliveira, ADELO, outras associações locais							
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos							
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação							
Factores de Competitividade		E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos							
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais							
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental							
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional							
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos							
E 1 	E 2 	E 3 	E 4 	O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 
 Relação forte		 Relação relevante		 Relação fraca					

Criação, dinamização e promoção de rotas e percursos temáticos

A.06.01

A

A criação de rotas e percursos intra e inter regionais, consubstanciada na ligação temática e, portanto, transversal à região, de equipamentos e elementos patrimoniais de diferentes concelhos, visa oferecer aos visitantes um conjunto amplo e articulado de actividades e locais de visita, justificando um aumento da estada média na região e, em última instância, um aumento da massa crítica do sector do turismo do Baixo Mondego e do Centro.

Prioridade da
Operação:

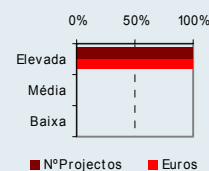


Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**

Horizonte
Temporal:
2008-2013

Custo
Estimado:
500.000€

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

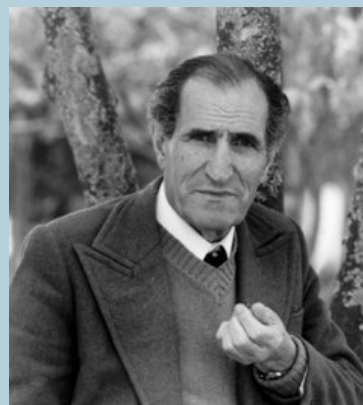


A concretização desta operação vai muito além da mera inventariação de elementos passíveis de ser ligados, implicando um conjunto de intervenções diversificadas:

- **Articulação de conteúdos**, colocando em evidência em cada nó da rota os elos de ligação com os restantes
- **Articulação de eventos e actividades de animação**
- Criação de uma **imagem** e de uma **plataforma de divulgação e promoção únicas**
- **Harmonização da sinalética, horários e dias de abertura**
- Estabelecimento de uma **solução de bilhética única** e de **promoções cruzadas**

A avaliação do potencial atractivo e da possibilidade de extensão a um conjunto alargado de concelhos coloca em evidência, no curto prazo, as seguintes iniciativas:

- **“Rota dos escritores”** ligando locais de vivência e de inspiração dos escritores que passaram pelo Baixo Mondego, destacando-se desde já as intervenções previstas nos concelhos de Condeixa, Cantanhede e Coimbra, celebrando a obra de Fernando Namora, Carlos Oliveira, Miguel Torga, Vitorino Nemésio, Fernando Lopes Graça, Eugénio de Andrade, Jorge de Sena, Alves Redol, entre outros.
- **“dos fósseis ao Renascimento”**, uma iniciativa que parte de um equipamento previsto para Montemor-o-Velho, o Naturoscópio, mas que propõe uma visita alargada ao espaço regional orientada em temáticas diversas – dos fósseis à exploração agrícola do vale com o consequente desenvolvimento económico e social que se vai reflectir no posicionamento na História da Arte e no Renascimento em Portugal.



Promotor/Parcerias: Conjunto de Municípios do Baixo Mondego em parceria, ICNB, Região de turismo do Centro

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional; Património Cultural

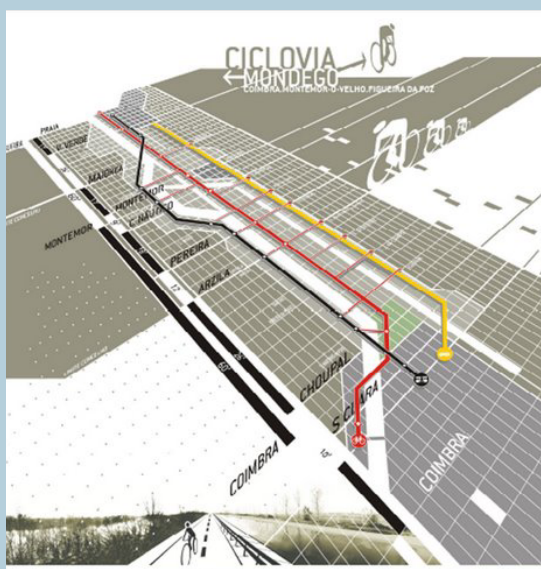
Articulação da oferta turística centrada no termalismo, saúde e bem-estar		A.06.02	A
<p>O desempenho do turismo é, cada vez mais, condicionado pela capacidade de transformação e adaptação às necessidades e exigências dos consumidores e pela articulação com as iniciativas de entidades públicas e privadas noutros sectores de actividade. De facto, a formação dos recursos humanos, a imagem internacional do destino e a "territorialidade" da actividade turística são questões centrais na construção de um sector turístico competitivo e sustentável e que, por se inserirem num plano global para o desenvolvimento económico, exigem uma intervenção política que procure estabelecer um quadro coerente de actuação.</p> <p>Neste contexto, a Associação de Municípios reconhece a oportunidade de intervenção, sobre um dos produtos turísticos com mais tradição na região - o termalismo - associando-o a contextos mais modernos de promoção da saúde e do bem-estar. Os produtos turísticos centrados nestas valências tornam-se mais atractivos para uma sociedade que pretende aproveitar os seus tempos livres para dissolver as tensões da vida quotidiana, através de tratamentos e terapias inspirados em diferentes culturas, harmoniosamente relacionados com velhas filosofias e tecnologias modernas. Assim, justifica-se a intervenção da Associação de Municípios nas seguintes intervenções:</p> <ul style="list-style-type: none">Promoção de um produto assente no património e na tradição, mas inovador e flexível no que respeita às formas de promoção e comercialização, integrando as novas tecnologias de informação e comunicação numa plataforma única regionalConstrução de uma oferta completa, no sentido em que cada produto turístico integre a oferta de alojamento com a restauração, animação e lazer, e diversificada, sem esquecer a necessidade de uma efectiva articulação entre actividades e destinos no seio da região, sendo de destacar, neste quadro, o papel das tecnologias de informação e comunicação, dos transportes e das plataformas de colaboração entre os diversos agentesArticulação entre a actividade e o território numa lógica de complementaridade e sustentabilidade, com o objectivo de construir um produto turístico que se identifica e integra na região em vertentes como os acessos e transportes, comércio, serviços de saúde e espaços culturais. Neste aspecto, é de realçar a importância da coordenação entre políticas sectoriais e da criação de uma base regional do produto através da colaboração entre autarquias, operadores turísticos, hoteleiros e comerciantes			
<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>		<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p> <p>Custo Estimado: 500.000€</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada</p> <p>Média</p> <p>Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
<p>Promotor/Parcerias: Conjunto de Municípios do Baixo Mondego em parceria, Região de Turismo do Centro</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional</p>			

Ampliação e requalificação da rede regional de ciclovias

A.06.03

A

A Rede Regional de Ciclovias é fundada nas condições ambientais de excepção que reforçam a vocação da ciclovie enquanto espaço de percepção da paisagem do Baixo Mondego. A operação agrega o projecto comum dos Municípios de Coimbra, Montemor e Figueira – a Ciclovie do Mondego, entre a marina da Figueira da Foz e a ponte de Santa Clara em Coimbra, num traçado que acompanha a via férrea que percorre o vale na mesma direcção e que perfaz 43 quilómetros /duas horas e treze minutos – com as iniciativas mais localizadas dos restantes municípios da Associação, com o objectivo de ligar os diferentes troços e de constituir uma rede que promova a reestruturação dos percursos ancestrais que constroem a teia de relacionamento da região nos sentidos longitudinal e transversal.



A reabilitação da zona do Gorgulhão ou da Mata da Geria, os Hipódromos de Coimbra e Montemor-o-Velho, as praias fluviais e as margens dos rios, as frentes ribeirinhas, os usos pedestres ou de bicicleta a partir do Parque Verde/Choupal, ou a introdução de equipamentos como os Centros Náuticos atestam a propensão da região para um perfil funcional diversificado, que não deixa de ser compatível com os usos agrícolas. A associação destes usos, interligação de espaços e equipamentos, potencia a re-significação do Vale como Corredor Verde desta Área Urbana de escala alargada. Para além da **ampliação/ligação da rede** e de **intervenções de qualificação sobre os troços já instalados**, esta operação prevê que a Associação de Municípios seja responsável pela manutenção e qualificação da infraestruturas físicas - **harmonização da sinalética, instalação de espaço de descanso e contemplação e outras infra-estruturas de apoio aos visitantes**, bem como pela **promoção e divulgação da rede**.

Promotor/Parcerias: Conjunto de Municípios do Baixo Mondego em parceria, Secretaria de Estado da Juventude

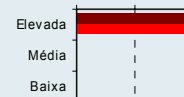
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional; Mobilidade Territorial; Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):

0% 50% 100%



Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
8.200.000€

■ N°Projectos ■ Euros

Centro Cultural Fernando Namora		B.06.01	B				
<p>O Centro Cultural Fernando Namora apresenta-se como um ponto-chave da “Rota dos Escritores”, contribuindo de forma relevante para a satisfação das necessidades de promoção, dinamização turística e cultural do Concelho de Condeixa –a – Nova e da região do Baixo Mondego.</p> <p>As instalações do Centro Cultural Fernando Namora, estão previstas para a antiga Quinta de S. Tomé. O edifício está classificado como imóvel de interesse concelhio e localiza-se numa zona nobre da Vila.</p>		<table><tr><td>Prioridade da Operação: ★★★★★</td><td>Área de Influência: Regional ou Superior</td><td rowspan="2"><p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p><div><div></div><div>0%50%100%</div><div>Elevada Média Baixa</div><div>■ NºProjectos ■ Euros</div></div></td></tr><tr><td>Horizonte Temporal: 2008-2010</td><td>Custo Estimado: 4.000.000€</td></tr></table>	Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <div><div></div><div>0%50%100%</div><div>Elevada Média Baixa</div><div>■ NºProjectos ■ Euros</div></div>	Horizonte Temporal: 2008-2010	Custo Estimado: 4.000.000€
Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <div><div></div><div>0%50%100%</div><div>Elevada Média Baixa</div><div>■ NºProjectos ■ Euros</div></div>					
Horizonte Temporal: 2008-2010	Custo Estimado: 4.000.000€						
<p><i>“Ficcionista e poeta, Fernando Namora nasceu em 1919 em Condeixa. A sua vida de estudante liceal e universitário foi marcada por vicissitudes que desde muito cedo o projectaram para uma invulgar carreira de ficcionista, especialmente prolífica no género do romance. A crítica é unânime em reconhecer nos primeiros trabalhos daquele que viria a tornar-se um dos nomes mais importantes do Neo-Realismo a matriz presencista, conquanto assinalando a existência de mais “qualquer coisa” não perfeitamente ajustável à postulação teórica da corrente modernista.</i></p> <p><i>As mutações que ocorrem no quotidiano do médico escritor ao iniciar no país profundo a actividade profissional facilitam o crescente empenho na prospecção de casos humanos em ambientes não de todo estranhos, visto provir de uma família ligada ao cultivo da terra, cuja tradição seu pai interrompeu ao passar a explorar um pequeno estabelecimento em Condeixa.</i></p> <p><i>O chamado “ciclo rural”, que se estende de 1943 a 1950, é tido como o período durante o qual se consagram o romancista e o novelista. São então publicadas as novelas Casa da Malta (escrita em oito dias!) e Minas de São Francisco, os romances A Noite e a Madrugada e O Trigo e o Joio e esse surpreendente Retalhos da Vida de um Médico (1ª série), que lhe dá projecção internacional a partir da edição espanhola prefaciada por Gregório Marañón” (Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas)</i></p>							
<p>A operação prevê as seguintes intervenções:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Recuperação da Casa Principal (em estado de ruína): espaço museológico com amplos salões destinados a exposições permanentes, gabinetes e sanitários de apoio.▪ Reabilitação do Pátio Central▪ Construção de novos edifícios: Núcleo Fernando Namora/ Salas Polifuncionais, Auditório/Salão Nobre e - Restaurante/Esplanada (de apoio ao parque verde). <p>O auditório será constituído por um anfiteatro com 420 lugares, sanitários para o público, arrumos gerais, vestiário, grande foyer com bar e um salão nobre, serão respeitadas as normas de segurança relativas a incêndio, saídas de emergência e acesso de deficientes motores. A fachada do foyer do Auditório, localizada no topo sul do pátio, será em vidro o que permitirá não só reflectir a fachada do solar como criar a ilusão de prolongamento do pátio através da própria construção. Todo o conjunto recuperado e construído de novo apresentará as suas fachadas principais para o interior pátio, mantendo-se a atitude geral da relação exterior/interior identificável nas preexistências.</p>							
Promotor/Parcerias: CM Condeixa							
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património Cultural							

Casas da Escrita e dos Escritores**D.06.01****D1**

A operação articula dois elos complementares da Rota dos Escritores no Baixo Mondego, nomeadamente:

Casa da Escrita de Coimbra - este projecto consiste na reabilitação e reformulação de um imóvel municipal para instalação da Casa da Escrita. Este edifício, outrora residência da família Cochofel, para além do seu património artístico, é testemunho de uma fase especialmente marcante na história da cultura Coimbrã. A casa era palco de tertúlias, sendo

que por ali passaram muitos intelectuais e artistas: desde Joaquim Namorado, a Paulo Quintela, Miguel Torga e Vitorino Nemésio, Fernando Lopes Graça, Michel Giacometti, Eugénio de Andrade, Jorge de Sena, Alves Redol, Bissaya Barreto e Mário Soares. O projecto prevê a criação de espaços vocacionados para acções relacionadas com a actividade literária, sendo que o edifício será dotado de biblioteca, salas polivalentes, arquivo documental, refeitório, livraria, oficina de restauro e habitação para acolher escritores no âmbito da rede de "cidades refúgio". O programa interior será complementado com o arranjo e dinamização dos jardins envolventes que passarão a ser usufruídos pela população do concelho e do país.

Casa Carlos Oliveira em Cantanhede - este projecto visa reabilitar e adaptar a Casa de Carlos de Oliveira, localizada no largo central de Febres, num Centro de Investigação de Literatura Portuguesa. A expansão do concelho tem propiciado a presença de um número crescente de visitantes, pretendendo-se que o lugar possa fazer parte do roteiro turístico, promovido pela autarquia. Decorrente deste interesse surge a necessidade de intervenção por parte da Câmara Municipal, de forma singela e respeitando o aspecto formal da construção existente, a sua traça, levando a efeito obras de recuperação.

Prioridade da
Operação:
★★★★★

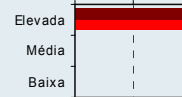
Área de
Influência:
Local

Horizonte
Temporal:
2008-2013

Custo
Estimado:
1.850.000€

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):





0% 50% 100%



■ N°Projectos ■ Euros

Promotor/Parcerias: CM Cantanhede, CM Coimbra e Fundação Carlos Oliveira

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Património Cultural

EIXO III		Obj. 6 – Promover a integração do turismo e do lazer na valorização territorial																			
Acção Integrada	b. Acção Integrada de Base Territorial: Luso/Buçaco																				
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora																		
B.06.02	Dinamização de um pólo de desenvolvimento centrado na saúde e no bem-estar na Mealhada - Lusinova	B																			
D.06.02	Campo de golfe – Pampilhosa/Mealhada	D1																			
D.06.03	Intervenções de requalificação e valorização ambiental no Luso/Buçaco	D1																			
E.06.01	Manutenção e Requalificação da Mata do Buçaco	E																			
Actores Envolvidos:		Câmara Municipal da Mealhada, Lusinova, Federação Portuguesa de Atletismo, Movijovem, outros organismos da Adm. Central e Privados																			
<div>Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos</div> <table><tr><td>Potencial Humano</td><td></td></tr><tr><td>Factores de Competitividade</td><td></td></tr><tr><td>Valorização Territorial</td><td></td></tr><tr><td>Cooperação Territorial</td><td></td></tr></table>		Potencial Humano		Factores de Competitividade		Valorização Territorial		Cooperação Territorial		<div>Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos</div> <table><tr><td>E1 – Competitividade e Inovação</td><td></td></tr><tr><td>E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos</td><td></td></tr><tr><td>E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais</td><td></td></tr><tr><td>E4- Protecção e Valorização Ambiental</td><td></td></tr><tr><td>E 5 – Governação e Capacitação Institucional</td><td></td></tr></table>		E1 – Competitividade e Inovação		E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais		E4- Protecção e Valorização Ambiental		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	
Potencial Humano																					
Factores de Competitividade																					
Valorização Territorial																					
Cooperação Territorial																					
E1 – Competitividade e Inovação																					
E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos																					
E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais																					
E4- Protecção e Valorização Ambiental																					
E 5 – Governação e Capacitação Institucional																					
<div>Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos</div> <table><tr><td>E 1 </td><td>E 2 </td><td>E 3 </td><td>E 4 </td></tr></table>		E 1 	E 2 	E 3 	E 4 	<div>Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos</div> <table><tr><td>O1 </td><td>O2 </td><td>O3 </td><td>O4 </td><td>O5 </td><td>O6 </td></tr></table>		O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 								
E 1 	E 2 	E 3 	E 4 																		
O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 																
<div> Relação forte</div> <div> Relação relevante</div> <div> Relação fraca</div>																					

Dinamização de um pólo de desenvolvimento centrado na saúde e no bem-estar na Mealhada - Lusinova

B.06.02

B

Desenvolvimento de um pólo de actividades ligadas ao turismo, saúde, beleza e bem-estar, aproveitando a **marca Luso**, a paisagem local, nomeadamente a mata e o palácio do Buçaco, as competências técnicas e científicas da **Universidade, Hospitais, laboratórios e unidades de investigação de Coimbra** e promovendo uma cooperação com as outras unidades termais da região. Pretende-se com esta operação desenvolver o Luso/Buçaco como um "destino complexo" no sentido em que articula diferentes valências – **hotelaria, serviços de saúde, beleza e bem-estar, comércio e entretenimento, equipamentos desportivos, I&D, Industrial** - de forma completamente inovadora no contexto nacional.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):

0% 50% 100%



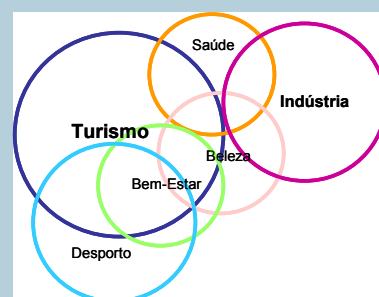
■ Nº Projectos ■ Euros

Horizonte Temporal:
2008-2010

Custo Estimado:
150.000.000€*

A tradição termal do concelho da Mealhada, assente nas potencialidades e na imagem da água do Luso, é assim projectada para o futuro através de três grandes eixos:

- Implementação de unidades de Investigação e Desenvolvimento associadas à beleza, à longevidade e à vida saudável enquanto componente essencial da afirmação do destino como inovador, dotado das melhores tecnologias e dos mais conceituados técnicos, médicos e investigadores.
- Atracção de empresas das indústrias da cosmética e dos produtos de beleza e cuidados pessoais
- Oferta hoteleira posicionada junto do segmento médio e médio-alto, valorizando as estadias típicas de 1 semana, mas incentivando também as pequenas estadias de 3 dias e as longas, nomeadamente nos domínios da **recuperação física e convalescença**. A valorização de serviços como os de **spa, massagens, tratamentos de beleza, cosmética dentária, cirurgia estética** e outros ligados a actividades com elevada qualidade e valor acrescentado são prioritários na estratégia de diferenciação deste projecto.



A componente turística apostará também no **segmento dos estágios de desportistas profissionais** de alta competição, que contribuirá para a divulgação, notoriedade e animação da Vila do Luso.

A concretização desta operação passa, portanto, por um conjunto diversificado de intervenções:

- **Ampliação e Qualificação da Áreas de Acolhimento Empresarial do Barrô:** localizada na EN 234, entre a Mealhada e o Luso, apresenta-se como um espaço pensado, preferencialmente, para a instalação de pequenas actividades empresariais e de serviços ligadas essencialmente às novas tecnologias, do ramo da saúde e cosmética, respeitando assim os princípios do projecto LusoInova. Esta zona quando construída irá dispor de um Centro de Serviços de Apoio às empresas que se venham a instalar.
- **Requalificação da zona central do Luso e da zona envolvente ao Parque do Lago do Luso**
- **Ampliação e qualificação da oferta de alojamento**, nomeadamente através da Construção da Pousada da Juventude no Luso
- **Remodelação do Ginásio do Centro de Estágios do Luso e construção do Centro de Acolhimento de Atletas**

* Inclui investimento privado estimado na ordem dos 75.000.000 €

Promotor/Parcerias: CM Mealhada, Lusinova em parceria público/privada, Federação Portuguesa de Atletismo e Movijovem

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística; Acções de Valorização e Qualificação Ambiental; Equipamentos para a Coesão Local

Campo de golfe Pampilhosa/Mealhada		D.06.02	D1
A operação engloba a criação de um campo de golfe constituído por percursos de jogo, áreas de equipamento e serviços de apoio articulado com investimentos imobiliários (habitação unifamiliar, comércio, serviços de restauração e hotelaria, etc.). Trata-se de investimento de carácter municipal com valências importantes de complemento da oferta turística.	Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Local	<div>Prioridades Intra-Operação (projectos):</div> <div><div>0%50%100%</div><div><div>Elevada</div><div>Média</div><div>Baixa</div></div><div><div>NºProjectos</div><div>Euros</div></div></div>
	Horizonte Temporal: 2008-2013	Custo Estimado: 10.000.000€	
	Promotor/Parcerias: CM Mealhada em parceria público/privada		
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local			

Intervenções de requalificação e valorização ambiental no Luso/Buçaco		D.06.03	D1
A operação visa dar continuidade às iniciativas da Câmara Municipal da Mealhada de valorização do património rural e ambiental na zona do Lograssol, iniciadas com recuperação dos Moinhos dos Cereais e o arranjo urbanístico da respectiva zona e complementada pela construção de um Centro de Interpretação Ambiental.	Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Local	<div>Prioridades Intra-Operação (projectos):</div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div><div>0%50%100%</div><div>Elevada</div><div>Média</div><div>Baixa</div><div><div></div><div></div></div><div>NºProjectosEuros</div></div>
	Horizonte Temporal: 2008-2013	Custo Estimado: 350.000€	
	Promotor/Parcerias: CM Mealhada		
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização e Qualificação Ambiental			

Manutenção e requalificação da Mata do Buçaco		E.06.01	E
Todas as operações que constituem a Acção Integrada de Base Territorial para o Luso/Buçaco estão fortemente dependentes das intervenções de manutenção e requalificação, sob a alçada da Administração Central, na Mata Nacional do Buçaco.	Prioridade da Operação: ★★★★★		Prioridades Intra-Operação (projectos): 0% 50% 100% ■ Nº Proj. ■ Euros
	Área de Influência: Regional ou Superior	Horizonte Temporal: 2008-2013	
	Promotor/Parcerias: Administração Central		

EIXO III		Obj. 6 – Promover a integração do turismo e do lazer na valorização territorial	
Acção Integrada	b. Acção Integrada de Base Territorial: Mondego		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.06.04	Rota do Mondego	A	
B.06.03	Valorização do turismo e do lazer nas zonas ribeirinhas de Penacova	B	
B.06.04	Valorização do turismo e do lazer no espaço natural e cultural do rio Mondego na Figueira da Foz	B	
B.06.05	Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho	B	
B.06.06	Valorização do turismo e do lazer na barragem da Aguieira e na ribeira de Mortágua	B	
B.06.07	Valorização turística da vila do Lorvão	B	
B.06.08	Reactivação e reabilitação da corda termal da Amieira	B	
D.06.04	Integração do turismo e do lazer na valorização territorial do Mondego: património histórico e cultural	D1	
D.06.05	Integração do turismo, desporto e lazer na valorização territorial do Mondego: património natural	D1	
E.06.02	Recuperação da EN 110 e sua valorização para fins turísticos	E	
E.06.03	Restauro do Mosteiro do Lorvão	E	

Actores Envolvidos:

Associação de Municípios do Baixo Mondego, Municípios do Baixo Mondego, Federações das modalidades de Canoagem, Natação de Águas Abertas, Remo, Triatlo, Movijovem, IGESPAR, INAG, ICNB, outros organismos da Adm. Central, Associações Locais e Privados

Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação	
Factores de Competitividade		E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental	
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	

Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos				Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos					
E 1	E 2	E 3	E 4	O1	O2	O3	O4	O5	O6

Relação forte

Relação relevante

Relação fraca

Rota do Mondego		A.06.04	A
<p>O património histórico e cultural, material e intangível, os recursos paisagísticos, as tradições e os produtos locais que definem e diferenciam o território em torno do rio Mondego, servem de denominador comum de uma rota temática que inclui intervenções com valências turísticas, educativas e ambientais:</p>			
<ul style="list-style-type: none">Levantamento do património monumental, agrícola, industrial e etnográfico e, posterior análise do seu grau de conservação, atendendo com particular atenção à protecção do património tradicional de base oral que ainda sobrevive.Desenvolver conteúdos, planear e estruturar diferentes rotas, geográficas e temáticas, que proporcionem o desenvolvimento de novas actividades ligadas ao turismo e ao lazer – a riqueza patrimonial do território abre a porta para uma rota transversal ao vale com elos e nós de grande diversidade de temática, desde as ligadas à exploração agrícola ("os campos do Mondego"), aos mais ancestrais modos de vivencia no rio e nas suas margens ("as barcas serranas", "as lavadeiras e aguadeiras do Mondego", "os moinhos e azenhas"), aos castelos e defesas que pontuam as suas vilas e cidades e à monumentalidade religiosa e civil (" as igrejas e solares do Mondego"). A rota deverá articular espaços de visitação e interpretação (museus, centros de interpretação, centros culturais, parques temáticos, centros de ciência viva e outros espaços de divulgação científica), parques verdes e jardins, equipamentos desportivos e de lazer (ciclovias, circuitos de manutenção, pistas de pesca) e actividades nos espelhos de água e zonas ribeirinhas, alavancando assim todo um conjunto de operações previstas pelos Municípios no âmbito deste Plano Territorial de Desenvolvimento. A concretização deste projecto vai muito além da mera inventariação de elementos passíveis de ser ligados, implicando um conjunto de intervenções diversificadas: articulação de conteúdos, colocando em evidência em cada nó da rota os elos de ligação com os restantes; articulação de eventos e actividades de animação; criação de uma imagem e de uma plataforma de divulgação e promoção únicas; harmonização da sinalética, horários e dias de abertura; estabelecimento de uma solução de bilhética única e de promoções cruzadasPromover e dinamizar de um conjunto de "olhares" científicos e pedagógicos sobre o rio Mondego – debates e encontros científicos, vistas de estudo, visitas guiadas, workshops, acções de sensibilização.			
<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>		<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
<p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p>		<p>Custo Estimado: 2 500 000€</p>	
<p>Promotor/Parcerias: Conjunto de Municípios do Baixo Mondego em parceria, Região de Turismo do Centro</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional; Património Cultural; Acções de Valorização e Qualificação Ambiental</p>			

Valorização do turismo e do lazer nas zonas ribeirinhas de Penacova**B.06.03****B**

A operação visa potenciar Penacova como destino privilegiado em termos de turismo ambiental ao nível nacional. A melhoria das infra-estruturas de apoio ao nível das zonas de lazer, ribeirinhas e fluviais, a par com a promoção da prática desportiva ligada à natureza e à água, compõem o núcleo desta operação, estando previstas um conjunto de intervenções diversificadas:

- **Requalificação das margens ribeirinhas do rio Mondego e Alva e aproveitamento para fins turísticos**
- **Praia Fluvial do Reconquinho:** melhorar as infraestruturas de apoio à praia fluvial do Reconquinho de molde a permitir reunir os parâmetros necessários para se classificar como praia acessível e de bandeira azul.
- **Pista de Pesca Desportiva:** requalificação e ampliação do plano de água, infraestruturas anexas e acessibilidades por forma a dotar o município e região de um equipamento desportivo de acordo com normas necessárias para realização de provas regionais, nacionais e internacionais, promovendo Penacova e a região, através das potencialidades do Rio Mondego, como destino de eleição para a prática da pesca desportiva.
- **Parque de Lazer do Vimieiro:** inserido na estratégia definida pelo Plano de Acção do Vale do Alva pretende-se melhorar as condições da área de lazer do Vimieiro.



- **Pousada/Albergue da Juventude:** equipamento âncora para a atracção da população juvenil e jovem a Penacova promovendo a região como destino privilegiado para actividades desportivas inserida na natureza e radicais. Trata-se ainda de um espaço fundamental para dinamizar as colectividades juvenis locais e promover a sua interligação com outras instituições juvenis da região no sentido de dinamizar e incentivar o intercâmbio e troca de experiências.

A operação encontra-se intimamente interligada com outras intervenções da responsabilidade da administração central - intervenção na EN 110, transformando-a numa estrada verde e de património – e de investidores privados - desenvolvimento turístico da Albufeira da Aguireira, Hotel de Penacova e Hotéis Rurais.

Promotor/Parcerias: CM Penacova e Administração Central

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização e Qualificação Ambiental, Equipamentos para a Coesão Local

Prioridade da
Operação:Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**Horizonte
Temporal:
2008-2013Custo
Estimado:
5.600.000€Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

0% 50% 100%



■ NºProjectos ■ Euros

Valorização do turismo e do lazer no espaço natural e cultural do Mondego na Figueira da Foz

B.06.04

B

Esta operação inclui vários projectos que se complementam e se consideram determinantes para a afirmação da competitividade do Baixo Mondego, numa perspectiva de aproveitamento pleno das expressivas potencialidades turísticas que se reconhecem no concelho e na região:

- **Requalificação da Ilha da Murraceira:** o Plano Director da Ilha da Murraceira propõe o seu desenvolvimento integrado, para actividades turísticas e recreativas, nomeadamente de Eco-Turismo, Agro-Turismo e Turismo Cultural, associado a um sistema de informação ao visitante, um site web e um arquivo digital da Ilha. O projecto incorpora a reabilitação de infraestruturas existentes, a criação de uma Rota de Eco-turismo articulada com a Rota do Sal já existente, e a instalação de um Centro de Interpretação Ambiental, de Locais de descanso e de observação de Aves de e parque de estacionamento de apoio à entrada dos percursos.
- **Reabilitação do Moinho das Doses Pedras e Circuito Turístico:** o Moinho das Doze Pedras (sec.XVIII), um dos dois únicos exemplares de 12 mós existentes na Península Ibérica, localiza-se na confluência do Rio do Pranto com o Rio Mondego e será integrado na Rota de Eco-Turismo da Ilha da Murraceira. A sua reabilitação incluirá a musealização do sítio e limpeza da envolvente e respectiva "caldeira", a reconstituição de um dos engenhos e a instalação de um ponto de informação e interpretação. .
- **Equipamento de Apoio à náutica nas margens do Rio Mondego e Porto de abrigo na Fontela:** para uma maior fruição do rio e das suas margens, pretende-se instalar desde a Foz até Lares, um conjunto de pequenos cais flutuantes, para acostagem de embarcações de recreio, e de um pequeno Porto de Abrigo, junto à Fontela.
- **Centro Interpretativo dos Montes de Sta Olaia e Ferrestelo:** face ao valor patrimonial, arqueológico e fitogeográfico dos Montes de Santa Olaia e Ferrestelo, espaço classificado, pretende-se inverter o seu processo de deterioração, procedendo à preservação do sítio na sua forma original e à sua divulgação através de um Centro Interpretativo (na Capela de Santa Olaia) e da definição de um percurso arqueológico e um percurso ambiental.
- **Reabilitação da Vila de Maiorca:** o núcleo urbano da Vila de Maiorca foi já objecto de um processo de delimitação de uma Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística que visa a reabilitação e renovação urbana, invertendo o processo de degradação do património edificado e ambiental. Na área envolvente do Paço de Maiorca e do Palácio do Conselheiro Lopes Branco e numa das entradas da Vila, serão criadas várias infra-estruturas e equipamentos; no Largo da Feira Velha, espaço urbano essencial na ligação do núcleo antigo com o aglomerado mais recente da Vila, serão criadas de zonas de lazer, com um parque infantil, um anfiteatro, instalações sanitárias, acompanhada da execução de rede de Esgotos, Rede de Iluminação Pública e Sinalização Rodoviária.

Prioridade da Operação:

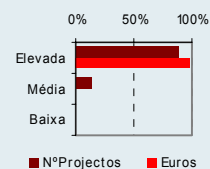


Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
10.300.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- **Hotel Paço de Maiorca:** o projecto resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal e o Grupo Lágrimas Hotéis e tem por objectivo reabilitar e dignificar o Paço de Maiorca, transformando-o num hotel de charme de 4 *. A adaptação envolve a recuperação do edifício, a construção de uma nova ala de quartos e a requalificação de todo o espaço exterior. O Hotel ficará dotado com 30 unidades de alojamento, restaurante, bar e esplanada, sete salas polivalentes, piscina, SPA e estacionamento. Estas iniciativas articulam-se ainda com um projecto de investimento privado na Quinta da Foja que inclui habitação, golfe, equipamentos turísticos, desportivos, sociais e culturais.

Promotor/Parcerias: CM Figueira da Foz em parceria público/privado

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização e Qualificação Ambiental, Património Cultural

Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho**B.06.05****B**

A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, as Federações Nacionais das modalidades de Canoagem, Natação de Águas Abertas, Remo, Triatlo, e a Secretaria de Estado do Desporto, estão empenhadas na implementação do Centro de Alto Rendimento (CAR) de Montemor-o-Velho. O projecto parte da necessidade do desenvolvimento das condições e estruturas existentes no Leito Padre Estêvão Cabral em Montemor-o-Velho que, enquadradas num programa de investimento capaz de concretizarem as propostas deste desafio

colectivo, serão certamente correspondidas pelo posicionamento do País no quadro dos grandes eventos desportivos e seguramente materializadas no desempenho dos nossos atletas ao mais alto nível. O CAR de Montemor-o-Velho será dotado do mais moderno equipamento técnico específico para as modalidades de Canoagem, Natação, Remo e Triatlo, destacando-se um canal central com dois quilómetros de extensão, uma pista de retorno, as balizagens e uma ciclovia. Entre as intervenções necessárias para completar concretizar esta operação destacam-se:

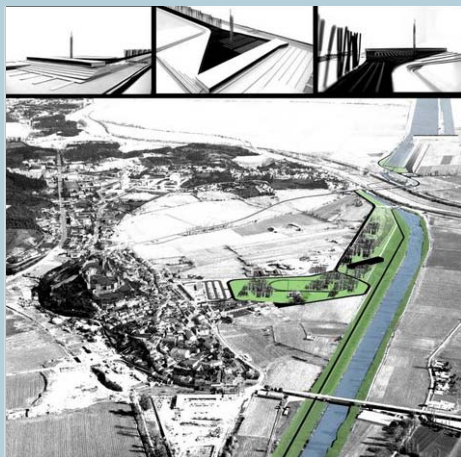
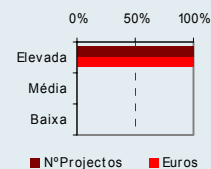
Prioridade da Operação:

Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:

2008-2010Custo Estimado:
16.000.000€*

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Centro Náutico: entre outros equipamentos, existentes e a instalar no Leito Padre Estêvão Cabral, o Centro Náutico destaca-se pelo seu significado a nível nacional. No Centro Náutico, o projecto, o plano e a pista estão realizados e comprometem de forma irreversível o processo de Montemor-o-Velho. Falta agora cumprir com a competente infraestruturização da área, desde arruamentos até às instalações sanitárias do público, dos armazéns para os barcos aos balneários para os atletas. O Plano do Centro Náutico data de 1998. Passada quase uma década, os critérios de exigência actuais obrigam a uma reavaliação profunda. A pista de retorno é a alteração que melhor ilustra esta evolução: este canal, não considerado nas exigências à data do projecto, é hoje um dado incontornável para a classificação da pista nos cenários mais exigentes de provas internacionais.

▪ **Pista de Atletismo:** é uma infra-estrutura indispensável ao Triatlo, mas também uma necessidade sentida a nível concelhio. O equipamento previsto contempla uma pista de treino com duas pistas e desdobramento para seis nos cem metros, com relvado sintético no rectângulo interior para acolher outras modalidades. A localização goza da proximidade com o Centro Náutico e de uma articulação privilegiada com o sistema urbano, capaz de um relacionamento franco com a Piscina e Pavilhão Municipais. A concepção desta infra-estrutura desportiva tem como objectivo contribuir para o desenvolvimento da condição física e moral da comunidade que serve, permitindo uma prática desportiva a todos os níveis da formação, lazer, treino e competição em simultâneo, que permitirá a superação de carências e dissonâncias existentes neste sector.

▪ **Pousada da Juventude:** o aumento da oferta de alojamento (120 camas) possibilita o apoio regular às federações, atletas e equipas técnicas no desporto/alto rendimento, no Outono e Inverno, libertando camas para o desporto/lazer, na Primavera e Verão. Para os grandes eventos, para além da oferta em Montemor-o-Velho, o Centro conta com a capacidade hoteleira instalada na região com capacidade de resposta adequada a diferentes padrões de exigência - Figueira da Foz e Coimbra num raio de 30km.

Trata-se portanto de um projecto âncora com capacidade de gerar sinergias e empenhamento tanto do sector público como do privado. A sua implantação central no vale, com ligação a ambas as margens do Mondego, concorre para a coesão do sistema urbano à escala do vale e para a consolidação do seu significado enquanto corredor verde.

* inclui investimento estimado na ordem dos 12.500.000€ da responsabilidade da Administração Central

Promotor/Parcerias: CM Montemor-o-Velho, Federações Nacionais das modalidades de canoagem, natação de águas abertas, remo e triatlo, Secretaria de Estado da Juventude e Desporto e Movijovem

Regulamentos do PO Regional aplicáveis:

Valorização do turismo e do lazer na barragem da Agueira e na ribeira de Mortágua

B.06.06

B

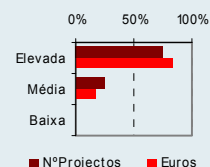
O Plano de Ordenamento da Albufeira da Agueira (POAA), publicado no final de 2007, identificou para Mortágua um conjunto de áreas contíguas ao plano de água, onde se prevê a instalação de equipamentos estruturas, infraestruturas e serviços de apoio às actividades do turismo recreio e lazer.

Pretende-se dar corpo ao POAA que considera como área de desenvolvimento estratégico a definição e promoção de actividades associadas ao recreio, lazer e turismo, e em particular associadas ao conjunto do plano de água com destaque para a criação de zonas de lazer e recreio e zonas de desenvolvimento turístico. A operação prevê, de forma articulada e integrada, com investimento público e privado, um conjunto diversificado de intervenções:

Prioridade da
Operação:
★★★★★

Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



Horizonte
Temporal:
2008-2013

Custo
Estimado:
3.050.000€

▪ **Valorização e Requalificação Ambiental da Zona Ribeirinha do Falgaroso Maio e das respectivas acessibilidades:** integrado no programa 3.1 do Plano de Ordenamento da Albufeira da Agueira (POAA) – Criação e Requalificação de Zonas de Recreio e Lazer o Projecto Recuperação da Zona Ribeirinha do Falgaroso do Maio prevê a recuperação e arranjo paisagístico dos espaços destinados a recreio e banhar e recreio náutico, integrando obrigatoriamente, para além de outras equipamentos e estruturas de apoio a definir em projecto próprio, um Centro Náutico. As intervenções neste âmbito articulam-se com investimentos privados, nomeadamente num Campo de Golf associado a um empreendimento Turístico.



▪ **Zona de Recreio Banhar de Valongo Breda:** consiste no ordenamento de um espaço que contempla o plano de água da Albufeira e envolvente para uso público e a instalação de equipamentos e serviços de apoio à actividade de lazer e recreio banhar que já tem uso tradicional.

▪ **Valorização e Requalificação Ambiental da Ribeira de Mortágua e Pista de Pesca:** a Ribeira de Mortágua e sua envolvente, constituem, para o Município de Mortágua, importantes referências paisagísticas e ambientais, que se pretendem dinamizar, reabilitando e valorizando o espaço ribeirinho, com vista à aproximação das pessoas a este importante recurso natural. Ao longo dos últimos anos a autarquia tem procurado intervir junto da ribeira, criando espaços de carácter lúdico que dignifiquem a linha de água bem como a sua envolvente, procurando sensibilizar a população para as questões ambientais, tendo já concretizado, entre outros espaços, a Praia Fluvial, ou o Parque Verde da Ponte. No intuito de continuar a dinamizar o espaço ribeirinho contíguo à Ribeira de Mortágua, pretende a autarquia, nesta fase, proceder à elaboração requalificação ambiental um troço urbano da Ribeira e construir uma Pista de Pesca, aproveitando as suas potencialidades piscatórias.

▪ **Elaboração dos Planos de Pormenor do Falgaroso do Maio e Almancinha, em cumprimento do Regulamento do POAA**

Promotor/Parcerias: CM Mortágua em parceria público/privado e Administração Central

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

Valorização turística da Vila do Lorvão

B.06.07

B

A requalificação urbanística da zona envolvente ao Mosteiro de Lorvão é uma operação de **intervenção em espaços públicos** com vista à sua prevenção e enquadramento urbano no conjunto histórico-cultural do Mosteiro de Lorvão. Pretende-se **transformar Lorvão num destino histórico-cultural à escala nacional**, devidamente preservado e com potencial de atractividade turística reforçada. Complementarmente, pretende-se fazer dinamizar a economia local ligada ao aproveitamento do turismo e dos **produtos locais de qualidade**, nomeadamente a doçaria conventual e o artesanato dos palitos.

Prioridade da Operação:

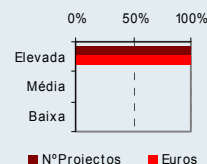


Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
665.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



"A época da fundação exacta do Mosteiro de Lorvão – Monumento Nacional - tem sido colocada no século VI, quando é pela primeira vez identificada a paróquia suevo-visigótica de "Lurbane"; mas será talvez mais provável colocar a sua fundação na sequência da primeira reconquista de Coimbra (878). No século X a sua importância era já considerável, e esse estatuto manteve-se ao longo de toda a Idade Média. Depois de ter estado na posse dos Beneditinos, o mosteiro passou para a Ordem de Cister por imposição de D. Sancho I e envolvimento do próprio Papa em 1211. Da fase românica conservam-se interessantes capitéis nas capelas do claustro, apesar de tudo o resto ter desaparecido. As campanhas de obras que conferiram ao Mosteiro o aspecto que hoje possui datam dos séculos XVII-XVIII. Durante cerca de século e meio, em especial desde 1748, ano em que se iniciaram as obras da campanha joanina da igreja, procedeu-se à mobilação litúrgica e artística. No campo da talha setecentista, o Mosteiro do Lorvão constitui uma referência fundamental à escala nacional, com especial destaque para o cadeiral do coro-baixo, magnificamente decorado com figuras de mártires e monges, obra que deverá datar da década de 50 do século XVII" (IGESPAR)

Por forma, a ser consistente a intervenção preconizada prevê-se o **restauro do Mosteiro de Lorvão** – Monumento Nacional, tornando este como elemento central na dinamização de todo o processo de requalificação.

No sentido de acompanhar todo este processo de requalificação e dotar a vila histórica de Lorvão de alguma **capacidade de alojamento** prevê-se a **recuperação de uma casa histórica**, propriedade do Município adquirida em tempo para este fim.

Promotor/Parcerias: CM Penacova em parceria público/privado e associações locais

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional; Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

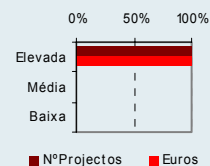
A reactivação e reabilitação da Corda Termal da Amieira tem como objectivo recuperar a “vocação termal” do concelho de Soure, em estreita articulação com outros pólos de termalismo e de turismo de saúde e bem-estar já instalados e instalar na região As Termas da Amieira - localizadas na fronteira do concelho de Soure com o da Figueira da Foz – faziam parte de um complexo construído no século XIX em que se exploravam as qualidades dermatológicas da água, bem como a paisagem e todo o ambiente em que se inseria, e tiveram, outrora, grande expressão nacional.

Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



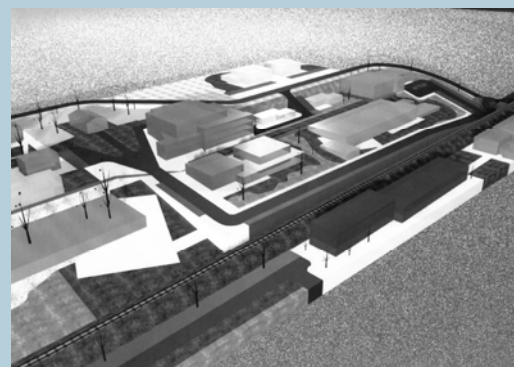
Horizonte Temporal:

2008-2013

Custo Estimado:

23.200.000€*

Já no século XX, na década de 60, as termas foram desactivadas, sendo que a partir dessa data a vegetação, a degradação e o abandono tomaram conta dos cerca de 5,3 hectares de terreno. Contudo, a beleza do local e toda a sua envolvência continuam intocáveis, o que leva a que seja uma área de excelência por si só. A partir do ano de 2003, na sequência de um processo negocial entre o Município e os proprietários, as termas tornaram-se propriedade do Município de Soure. Em parceria com investidores privados, a Câmara Municipal de Soure pretende reactivar as termas, integrando um conjunto de equipamentos, tendo em vista dar resposta a procura diversas e a qualificar os fluxos turísticos dirigidos à região.



Concretamente, este projecto contempla: Centro Hoteleiro; Centro Clínico; Residência Gerontogeriatrica; Centro de Lazer; Centro Desportivo; Centro de Congressos; Centro de Serviços Comuns (com espaços dedicados ao lazer e à cultura); Recuperação da área florestal existente.

** Inclui investimento privado estimado não ordem dos 20.000.000€*

Promotor/Parcerias: CM Soure em parceria público/privado

Regulamentos do PO Regional aplicáveis:

Integração do turismo e do lazer na valorização Territorial do Mondego: património histórico e cultural

D.06.04

D1

Esta operação insere-se num conjunto de iniciativas orientadas para a valorização do património histórico e cultural no Baixo Mondego e materializa-se, nomeadamente, nas seguintes iniciativas:

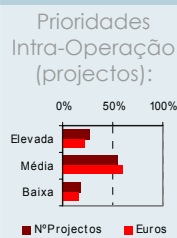
- **Dinamização de uma rede de pólos museológicos especializados e parques temáticos** (Parque lúdico das tradições de Coimbra, Museu das artes e dos Ofícios em Coimbra, Núcleo Piscatório da Gala na Figueira, Centro Turístico e Museológico dos Anjos em Montemor, entre outros)
- **Promoção do turismo de aldeia e dos produtos turísticos centrados nas tradições e nos saberes rurais**, com destaque para a requalificação Aldeias de Xisto em Mortágua, dos Moinhos de Vento e Azenhas em Penacova e da Casa da Renda das Alhadas na Figueira da Foz.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
20.150.000€



Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego, IGESPAR, Associações locais, com possibilidade de parceria público/privada

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional; Património Cultural

Integração do turismo, desporto e lazer na valorização territorial do Mondego: Património Natural

D.06.05

D1

Esta operação insere-se num conjunto de iniciativas orientadas para a valorização do património natural e do turismo de natureza no Baixo Mondego e materializa-se em acções de recuperação e valorização do seu património paisagístico. Inclui, nomeadamente, as seguintes iniciativas:

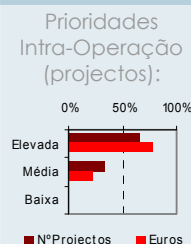
- **Dinamização** de uma rede de espaços de sensibilização, educação, divulgação científica e fruição do espaço natural num contexto pedagógico: Mondegário em Coimbra, Naturoscópio em Montemor-o-Velho, GeoParque no Cabo Mondego na Figueira da Foz; Mata do Choupal em Coimbra
- **Ampliação e requalificação** da rede de equipamentos de desporto e lazer em espaço natural: pista de pesca, pista de águas bravas, pistas de BTT e hipódromo em Montemor; parque desportivo radical e circuito de manutenção em Soure; campos de golfe em Coimbra; requalificação da praia fluvial de Portela e da ligação ao Parque de Campismo de Coimbra.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Local

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
37.060.000€



























Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego, INAG, ICNB, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, associações locais com possibilidade de parceria público/privado

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização e Qualificação Ambiental; Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento; Equipamentos para a Coesão Local,

EN 110 – Estrada Verde		E.06.02	E
<p>A potencialidade turística da EN110, pela beleza do território que atravessa e pela monumentalidade do património que liga, justifica um conjunto de obras de beneficiação.</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>	
	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>	
Promotor/Parcerias: Administração Central			

Restauro do Mosteiro do Lorvão		E.06.03	E
<p>A operação que visa a valorização turística da Vila do Lorvão depende fortemente de um conjunto de intervenções de recuperação, reparação, conservação e restauro no Mosteiro do Lorvão da responsabilidade do IGESPAR:</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Reduzida</p> <p>■ Nº Proj. ■ Euros</p>	
	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>	
Promotor/Parcerias: IGESPAR			

EIXO III		Obj. 6 – Promover a integração do turismo e do lazer na valorização territorial							
Acção Integrada	c. Acção Integrada de Base Territorial: Litoral e Gândaras								
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora						
B.06.09	Ampliação e requalificação da oferta de alojamento em espaço natural em Mira	B							
B.06.10	Equipamentos e infraestruturas de apoio ao desenvolvimento dos produtos turísticos do litoral	B							
D.06.06	Integração do turismo, desporto e lazer na valorização territorial do litoral	D1							
E.06.04	Estabilidade Costeira	E							
Actores Envolvidos:		Câmara Municipal de Mira, Câmara Municipal da Figueira da Foz, ADELO, Associação de Promoção Turística e Formação Profissional, outras associações locais, INAG, outros organismos da Adm. Central e Privados							
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos							
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação							
Factores de Competitividade		E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos							
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais							
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental							
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional							
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos							
E 1 	E 2 	E 3 	E 4 	O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 
 Relação forte		 Relação relevante		 Relação fraca					

Ampliação e requalificação da oferta de alojamento em espaço natural em Mira

B.06.09

B

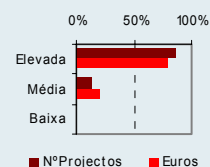
O património ambiental do concelho de Mira - desde a orla costeira e dunas à enorme mancha verde formada pela floresta, passando por retalhados campos agrícolas, cursos de água e pelas duas lagoas de água doce que, em conjunto, criam um agradável cenário paisagístico - está no centro da forte tradição turística do concelho, em particular dos produtos associados ao sol e à água.

Ainda que em Mira se encontre um conjunto alargado de oferta de alojamento, a valorização económica desta tradição exige, na actualidade, uma aposta forte no ordenamento, ampliação e qualificação da oferta de alojamento em espaço natural, dado tratar-se de um segmento que se adapta perfeitamente às condições de excelência ambiental que o concelho almeja.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
10.050.000€

A operação contempla a reordenação e infra-estruturas do Parque Municipal de Campismo de Mira, do Parque de Campismo da Juventude (ex. FAOJ), construção de 21 unidades complementares de alojamento em construção lacustre em madeira, típica da Praia de Mira, a construção de uma escola de hotelaria a funcionar no interior do Parque de Campismo, Uma Piscina Publica na Praia de Mira, e a criação de três Praias Fluviais.



- **Reordenação e infra-estruturas do Parque Municipal de Campismo de Mira:** o parque de Campismo Municipal de Mira fica situado a sul da povoação da Praia de Mira numa situação privilegiada encaixado entre a vila, a floresta o mar e a barrinha. É limitado a Norte e a Nascente por via pública, a Sul por floresta e a poente pelo lago do mar. As intervenções previstas visam o ordenamento do espaço existente, a construção de novas infra-estruturas e, consequentemente, obter a classificação de três estrelas.
- **Unidades complementares de alojamento** - estão previstas 21 instalações de alojamento sobre forma de Bungalows apoiados em estacaria, com um só piso e 54m² de área de implantação, sendo a capacidade máxima por unidade de 6 utentes. Um dos Bungalows será adaptado a pessoas com mobilidade reduzida.
- **Escola de hotelaria** - pretende-se instalar uma escola de Hotelaria que funcionará no interior do parque de campismo, utilizando as instalações de restaurante, bar, serviço de quartos dos alojamentos referidos e da própria gestão do parque.
- **Piscina Publica** - como complemento dos Parques de campismo, mas acessível ao público em geral, está previsto a construção de uma Piscina Municipal que funcionará como mais-valia de todo a infra-estrutura existente.
- **Criação de 3 Praias Fluviais** - para potenciar os recursos naturais do concelho, e torna-lo mais cativante para a região, pretende-se infra-estruturar três praias fluviais, no Casal de S. Tomé, Lagoa de Mira e Barrinha. Trata-se de utilizar os recursos naturais já existentes, criando condições de segurança e equipamento de lazer que tornem os locais ainda mais apetecíveis.

Promotor/Parcerias: CM Mira, ADELO, Associação de Promoção Turística e Formação Profissional, outras associações locais com parceria público/privado

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional; Acções de Valorização do Litoral; Equipamentos para a Coesão Local

Equipamentos e Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento dos produtos turísticos do litoral

B.06.10

B

Complementarmente à temática transversal de intervenção assumida pelo município de Mira, no âmbito da valorização do seu património natural e das suas rotas e percursos turísticos, bem como da implementação de medidas de protecção ambiental, estão previstas as seguintes iniciativas específicas:

▪ Requalificação das Zonas Balneares Marítimas no Concelho de Mira:

banhado pelo Oceano Atlântico e com cerca de 15Km de costa, o concelho de Mira possui duas Zonas Balneares (ZB) Marítimas designadas de extenso areal dunar, a Praia de Mira e a Praia do Poço da Cruz. A Praia de Mira é tipicamente urbana e de uso intensivo com cerca de 1,5 km de extensão na sua ZB. A Praia Nova/Poço da Cruz, recentemente classificada de ZB designada, é uma praia não urbana de uso pouco intensivo, se bem que nos últimos dois anos a intensidade de utilizadores (banhistas) desta ZB tem aumentado significativamente. Desde 1987 que a Autarquia de Mira candidata a Praia de Mira ao importante galardão ambiental da Bandeira Azul da Europa, conseguindo ser a única praia balnear marítima em Portugal que, desde sempre, tem alcançado essa mais-valia ambiental. No entanto, essas ZB, pelo acentuado aumento de utentes, justificam novas e continuadas melhorias em aspectos ambientais, de segurança e de estruturas de apoio (balneários, sanitários, passadiços, parques de estacionamento, rampas de acesso)



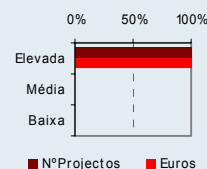
Prioridade da Operação:
★★★★★

Horizonte Temporal:
2008-2013

Área de Influência:
Regional ou Superior

Custo Estimado:
7.700.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- **Requalificação da Barrinha de Mira, Lagoa de Mira, do Canal de Mira e Cais do Areão**
- **Criação de uma rede de espaços verdes de lazer e recreio integrados com a pista ciclável, zonas urbanas e recursos naturais/culturais** : pretende-se dotar todos os parques de lazer existentes com alguns equipamentos de apoio e recuperar os equipamentos de apoio já existentes; adquirir terrenos envolventes às margens da Lagoa e Barrinha de Mira e criar novos parques a fim de criar uma zona tampão que permita salvaguardar estes ecossistemas aquáticos da acção humana; limpar as margens da Lagoa e Barrinha de Mira e plantar espécies ripícolas autóctones; instalar percursos pedestres interpretativos dotados de equipamentos adequados com vista a serem homologados pela Federação de Campismo e Caravanismo e postos de observação da avifauna nas margens das lagoas, matas ribeirinhas, cursos de água e floresta; criar, nos parques em que tal se justifique, equipamentos de apoio às pistas pedonais e cicláveis; criar um circuito de manutenção com os equipamentos adequados e homologados pela Federação de Campismo e Caravanismo; revitalizar os espaços verdes existentes nos aglomerados urbanos e suas ligações entre as diferentes ofertas turísticas e patrimoniais;
- **Construção do Clube Náutico da Praia de Mira**
- **Pista de Pesca Desportiva**

Promotor/Parcerias: CM Mira, ADELO, INAG e outros organismos da Administração Central

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização do Litoral; Equipamentos para a Coesão Local

Integração do turismo, desporto e lazer na valorização territorial do litoral		D.06.06	D1
<p>Esta operação insere-se num conjunto de iniciativas orientadas para a valorização do património natural e do turismo de natureza, náutico e de "sol e praia" no litoral do Baixo Mondego e materializa-se em iniciativas das seguintes tipologias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Requalificação de praias, lagoas e outros espelhos de água: praia fluvial dos olhos da ferverença, ribeira da Varziela e lagoas em Cantanhede; praias da Gala, Costa de Lavos e Leirosa na Figueira ▪ Dinamização de uma rede de espaços de sensibilização, educação, divulgação científica e fruição do espaço natural num contexto pedagógico: Ecomuseu e Casas Florestais e Parque Biológico em Mira ▪ Ampliação e requalificação da rede de equipamentos de desporto e lazer em espaço natural: Academia d e Golfe em Cantanhede, Parque Desportivo de Buracos na Figueira e Campo de Tiro em Mira. ▪ Expansão e qualificação da oferta de alojamento em espaço natural (Parque de Campismo da Tocha em Cantanhede) e rural (Casas Gandarezas em Mira) 		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p> <p>Custo Estimado: 34.500.000€</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
<p>Promotor/Parcerias: CM Mira, CM Cantanhede, CM Figueira da Foz, ADELO, Universidade de Coimbra, Associação dos Caçadores de Mira e outras associações locais com parceria público/privado</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização do Litoral; Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento, Equipamentos para a Coesão Local</p>			

Estabilidade Costeira		E.06.04	E
<p>Com Planos de Ordenamento da Orla Costeira, que cobrem já toda a costa portuguesa, estão ainda por concretizar muitas das intervenções de defesa costeira previstas e calendarizadas. Na Região Centro, com uma parte significativa da sua orla costeira classificada como área de exposição elevada à erosão costeira, apenas têm sido realizadas intervenções de emergência, aguardando-se para a Figueira da Foz as seguintes intervenções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço do Muro de suporte na Zona da Tamargueira / Buarcos • Construção de Esporão frente ao aglomerado de Buarcos • Obras para protecção às drenagens de valas • Protecção dos cordões e enchimento das Praias a Sul da Barra do Mondego • Protecção das entradas de ribeiras na Praia da Leirosa e da Costa de Lavos • Protecção do emissário submarino da Leirosa 		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Regional ou Superior</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Reduzida</p> <p>■ Nº Proj. ■ Euros</p>
<p>Promotor/Parcerias: Administração Central</p>			

EIXO III		Obj. 7 – Consolidar as infraestruturas de suporte à exploração dos recursos endógenos	
Acção Integrada	a. Infraestruturas hidroagrícolas, prevenção de riscos naturais e energias renováveis		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
D.06.07	Açude e represa no rio Arunca	D1	
E.07.01	Intervenções estruturantes no sistema hídrico do Mondego	E	
Actores Envolvidos:		Ministério da Agricultura Desenvolvimento e Pescas, INAG, Administrações das Regiões Hidrográficas, CCDR Centro e outros organismos da Adm. Central	
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação	
Factores de Competitividade		E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental	
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos	
E 1	E 2	E 3	E 4

Intervenções Estruturantes no Sistema Hídrico do Mondego		E.07.01	E
<p>A operação prevê um conjunto de incitativas sobre o Sistema Hídrico do Mondego que se assumem como estruturantes para o aproveitamento pleno do potencial agrícola da região e a protecção das populações em caso de cheias:</p> <ul style="list-style-type: none">Obra Hidroagrícola do Baixo Mondego - relativamente ao Plano de Aproveitamento Hidráulico do Mondego faltam realizar praticamente todas as infraestruturas relativas à regularização dos afluentes e respectivos vales secundários. Faltam ainda executar no âmbito da reconstrução das infra-estruturas afectadas pelas cheias: reparação da soleira de fixação do fundo do Leito central com desnível e desassoreamento; transporte de solos dragados e depositados na confluência do rio Arunca para reconstrução da plataforma do leito maior da margem esquerda a montante da ponte de Lares; reparação e pavimentação das estradas de manutenção do Leito Central e do Leito Periférico Direito; reconstrução da travessia do Leito Abandonado e da mota da margem esquerda e desassoreamento; execução de trabalhos de protecção da zona dos descarregadores de cheias do Leito Central; consolidação do dique da margem esquerda do Leito Central; limpeza de leitos e valas (em que se inclui o Leito Periférico Direito)Reforço das Estruturas do Paredão das margens do rio MondegoAproveitamento Hidroagrícola das Várzeas das Ribeiras da Fraga e de Mortágua - este projecto tem por objectivo a rega de 495 ha de terrenos agrícolas localizados nas freguesias de Pala, Sobral, Vale de Remígio e Mortágua. Compreende a construção de duas barragens, rede de rega e drenagem e ainda acções complementares como o emparcelamento formação de agricultores e introdução de novas culturas.		<div><div><div>Prioridade da Operação: ★★★★★</div><div>Área de Influência: Regional ou Superior</div></div><div><div>Horizonte Temporal: 2008-2013</div></div></div> <div><div>Prioridades Intra-Operação (projectos):</div><div><div>0% 50% 100%</div><div><div>Elevada</div><div>Média</div><div>Reduzida</div></div><div><div>Nº Proj.</div><div>Euros</div></div></div></div>	
Promotor/Parcerias: Ministério da Agricultura Desenvolvimento e Pescas, INAG, Administrações das Regiões Hidrográficas, CCDR Centro e outros organismos da Administração Central			

Açude e represa no rio Arunca		D.06.07	D1
<p>Esta operação consiste na realização de um açude, em substituição do existente, já degradado e com deficiências em termos de concepção, bem como de uma represa, ambos localizados no Rio Arunca. A sua execução permitirá um melhor escoamento do caudal do rio, no Inverno, minorando os impactos negativos das sucessivas cheias, na parte baixa da sede do concelho. No Verão será possível um melhor aproveitamento dos caudais, permitindo a sua utilização para a rega das culturas agrícolas na área, bem como o abastecimento rápido de helicópteros para o combate a incêndios florestais.</p>	<p>Prioridade da Operação:</p> <p>★★★★★</p>	<p>Área de Influência:</p> <p>Local</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada</p> <p>Média</p> <p>Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
	<p>Horizonte Temporal:</p> <p>2008-2013</p>	<p>Custo Estimado:</p> <p>2.000.000€</p>	
	<p>Promotor/Parcerias: CM Soure</p>		
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização do Litoral</p>			

EIXO IV

Reforçar e aprofundar a vocação universitária de Coimbra – Programa para a internacionalização e competitividade de “Coimbra-Universidade”, desenvolvendo equilibradamente as três missões do sec. XXI – (i) formar e educar (ii) investigar e produzir novo conhecimento (iii) prestar serviços e desenvolver iniciativas relevantes no desenvolvimento económico, social e cultural

Reforçar e aprofundar a vocação Universitária de Coimbra num modelo em que os serviços na área da educação e produção científica são articulados com a prestação de serviços em prol do desenvolvimento económico, numa lógica de descentralização do campus para junto das áreas de localização empresarial e de plena integração do campus de Coimbra na dinâmica urbana da região.

Objectivo Específico	8 Fomentar a competitividade da oferta educativa da UC no mercado nacional e internacional
-----------------------------	---

Acções Integradas

- a) Alargamento e reorganização da oferta educativa, incluindo acções de melhoria da qualidade pedagógica
- b) Comunicação, divulgação e promoção da UC
- c) Espaços públicos e modernização administrativa

Objectivo Específico	9 Aprofundar a contribuição da UC para o desenvolvimento local e regional através de actividades de I&D e de prestação de serviços e outras iniciativas
-----------------------------	--

Acções Integradas

- a) Centros de investigação, laboratórios, criação e animação de redes, captação de talentos
- b) Transferências do saber e parcerias com actores públicos e privados nos domínios da competitividade e coesão
- c) Empreendedorismo e formação ao longo da vida

Objectivo Específico	10 Afirmar a posição da UC na projecção internacional da cultura e da língua portuguesas
-----------------------------	---

Acções Integradas

- a) Casa da Cidadania e da Cultura Portuguesa no Mundo
- b) Reconhecimento pela UNESCO da UC como Património da Humanidade

EIXO IV		Obj. 8 – Fomentar a competitividade da oferta educativa da UC no mercado nacional e internacional	
Acção Integrada	a. Alargamento e reorganização da oferta educativa, incluindo acções de melhoria da qualidade pedagógica		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
E.08.01	Requalificação das condições de funcionamento das unidades pedagógicas	E	
E.08.02	Tribunal Universitário Judicial Europeu	E	
E.08.03	Acções de combate ao insucesso escolar e de melhoria do desempenho dos docentes e estudantes	E	
E.08.04	Ensino à distância	E	
Actores Envolvidos:		Universidade de Coimbra, Ministério da Justiça	
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano	●	E1 – Competitividade e Inovação	◐
Factores de Competitividade	◐	E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	●
Valorização Territorial	●	E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	●
Cooperação Territorial	◐	E4- Protecção e Valorização Ambiental	○
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	◐
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos	
E 1	○	O1	○
E 2	○	O2	◐
E 3	◐	O3	●
E 4	◐	O4	◐
		O5	◐
		O6	◐
● Relação forte		◐ Relação relevante	
		○ Relação fraca	

Requalificação das condições de funcionamento das unidades pedagógicas

E.08.01

E

A operação prevê um conjunto de intervenções materiais visando dotar todas as unidades orgânicas e serviços da UC, em particular as unidades pedagógicas, de infraestruturas e equipamentos necessários às suas necessidades, nomeadamente:

- Reabilitação do Colégio dos Melos, para instalação da **Biblioteca da Faculdade de Direito**, que possui um notável acervo bibliográfico, que a classifica entre as mais conceituadas bibliotecas jurídicas do mundo.

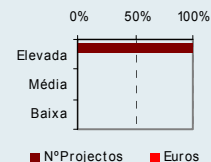
Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- Construção de edifício para a instalação da **Faculdade de Psicologia no Pólo II**, depois de se encontrar desde 1985 no Colégio de Santo Agostinho, onde regista dificuldade de manter o desenvolvimento das suas actividades científicas, pedagógica e de prestação de serviços à comunidade.
- Construção de edifício em três blocos para a instalação da **Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física no Pólo II**, depois de se encontrar, desde a sua criação, em instalações provisórias dispersas pela cidade, prejudicando as condições pedagógicas de desenvolvimento da sua actividade.
- Construção de instalações da Sub-unidade III no Pólo III, destinada a actividades de ensino da **Faculdade de Medicina**.
- Construção de instalações do **Instituto Nacional de Medicina Legal** no Pólo III.
- Construção de instalações da **Faculdade de Medicina** para o ensino de Medicina e Medicina Dentária.
- Recuperação do Teatro Paulo Quintela, e modo a dotá-lo de condições técnicas, funcionais e de conforto. Pretende-se Diminuir as suas limitações técnicas e tornar o Teatro Paulo Quintela versátil e polivalente, de modo a poder acolher eventos tão variados como encenações teatrais, conferências, aulas ou colóquios, produções audiovisuais e multimédia.

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra

A operação visa a reabilitação do Colégio da Trindade para instalação do Tribunal Universitário Judicial Europeu (TUJE), no âmbito do protocolo celebrado entre o Ministério da Justiça e a Universidade de Coimbra em 23 de Fevereiro de 2006.

O TUJE será um Tribunal:

- **Universitário**, porque será um Tribunal-âncora para o ensino do direito e formação de profissionais do foro, para a observação da justiça e para a procura de experiências tendentes a contribuir para a melhoria dos serviços judiciais em Portugal;
- **Judicial**, porque será um tribunal formado por juizes, procuradores e funcionários judiciais, segundo os esquemas de competência constitucional e legalmente instituídos, que funcionará como um tribunal de 1ª instância nos mesmos moldes dos tribunais judiciais normais;
- **Europeu** porque, além de se instalar no edifício que será o futuro Colégio da Europa em Coimbra, pretende ser um lugar de aprendizagem da função judicial a nível europeu (Tribunal da União Europeia, Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, Tribunal Penal Internacional, Tribunal Internacional de Justiça).

Prioridade da Operação:



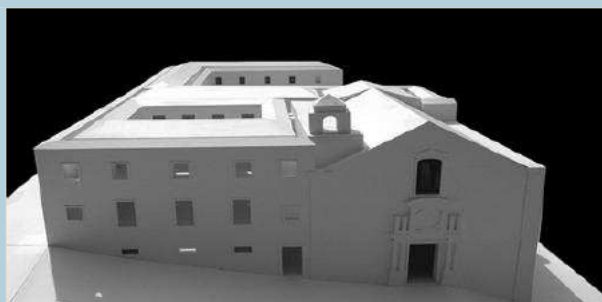
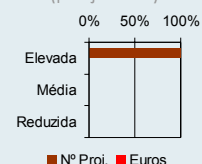
Área de Influência:

Regional ou Superior

Horizonte Temporal:

2008-2010

Prioridades Intra-Operação (projectos):



O Tribunal será instalado no edifício do Colégio da Trindade, onde haverá também espaço para serviços de Registo e de Notariado bem como de serviços de Loja do Cidadão (em articulação com serviços consulares e serviços de estrangeiros e fronteiras, representação da União Europeia, dado o significativo número de alunos estrangeiros que frequentam a Universidade de Coimbra).

O Colégio da Trindade é um conjunto edificado, da segunda metade do século XVI, composto pela igreja e áreas funcionais, necessárias aos requisitos das estruturas de ensino e de habitabilidade dos religiosos e insere-se na corrente artística maneirista, resultando numa arquitectura sóbria e despojada de excessivos ornamentos decorativos.

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra, Ministério da Justiça

Acções de combate ao insucesso escolar e de melhoria do desempenho dos docentes e estudantes**E.08.03****E**

No contexto de uma profunda reorganização da oferta educativo, como a consubstanciada na adopção do Processo de Bolonha nas Universidades Portuguesas, o reforço das intervenções de gestão da qualidade pedagógica – nomeadamente intervenções que visam combater o insucesso escolar e melhorar o desempenho de docentes e discentes – surgem como nucleares. Assim, a operação revê um conjunto de intervenções diversificadas:

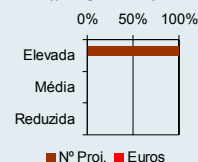
Prioridade da Operação:



Área de Influência:

Regional ou SuperiorHorizonte Temporal:
2008-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- Formação de docentes: ao longo do ano lectivo serão oferecidas acções de formação de curta duração, sob o formato de workshops, recorrendo a formadores externos à UC com competências reconhecidas no domínio da pedagogia. As acções serão complementadas através de um sistema de monitorização das expectativas e apreciações dos docentes em cada acção de formação
- Combate ao insucesso escolar: Oferta de curta duração nos domínios das TIC, Língua Portuguesa, Matemática e Física; oferta de acções de formação que reforcem competências de estudo, gestão de tempo, capacidade de comunicação, relacionamento interpessoal, acções promotoras de sucesso; realização de aconselhamento psico-pedagógico individual e em pequenos grupos, como forma de organização ou reestruturação das tarefas pessoais ou académicas que potenciem uma maior integração, sucesso e bem-estar dos estudantes.
- Projecto estudante: reforçar a importância dos factores de atracção de estudantes na definição das orientações de gestão, colocando os estudantes no centro de todas as preocupações, reforçando o apoio ao discente e o enquadramento no plano curricular de novas áreas igualmente formadoras de personalidade, a condição física e as posturas cívica, humana e cultural. A normalização de sistemas de informação e procedimentos que garantam níveis eficientes de acesso à informação e aos serviços na área académica, a generalização da plataforma WEB de apoio ao ensino presencial e o reforço do serviços de apoio social estão entre as acções que mais se destacam.
- Gestão da qualidade pedagógica: Conceber e implementar com sucesso, nas Unidades Orgânicas da UC, práticas conforme os requisitos normativos da ISO 9001

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra

A operação engloba um conjunto de intervenções imateriais assentes nos objectivos estratégicos de reorganização e alargamento da oferta educativa, combate ao insucesso escolar e a melhoria do desempenho de docentes e discentes, destacando-se:

- **Cursos de Curta Duração, em Língua Portuguesa, para Activos de Portugal e CPLP**, apostando na concepção, promoção e concretização de conjuntos alargados de cursos de curta duração (1, 2 ou 3 ECTS), baseados em mecanismos de ensino à distância, direccionados para pessoas com formação superior, mas abertos de uma forma geral à comunidade de língua portuguesa, e membros da comunidade universitária. Posto isto, pretende-se: desenvolver e implementar uma oferta formativa de ensino à distância em formatos e-learning e/ou blended Learning apostando em soluções e dispositivos de comunicação e formação por via das novas tecnologias de informação e comunicação adequados aos públicos específicos; reforçar competências em matéria de tecnologias de informação e comunicação e mobilizar entidades formadoras e a estrutura empresarial para o desenvolvimento, apropriação e partilha de soluções tendo por base as tecnologias de informação e comunicação, que demonstrem, para além da melhoria do desempenho das organizações, o aumento da qualificação dos seus recursos humanos.
- **Cursos Conferentes de Graus Académicos, incluindo Parcerias com outras Universidades**, apostando na concepção, promoção e concretização cursos de formação avançada (preferencialmente de 2º ciclo de estudos superiores), baseados em mecanismos de ensino à distância, concretizado pela disponibilização de ferramentas Web e gestão da qualidade, divulgação e promoção das ofertas formativas, direccionadas para pessoas com formação superior, abertos de uma forma geral à comunidade de língua portuguesa, e membros da comunidade universitária.
- **Participação em Iniciativas e Programas Internacionais de Ensino à Distância**, que visa promover a partilha de boas práticas e o crescente envolvimento e presença da UC nos espaços nacionais e internacionais de referência em matéria de ensino à distância, com recurso à participação em iniciativas e programas internacionais de ensino à distância por forma a: identificar boas práticas nacionais e internacionais em ensino à distância; promover a integração da UC em projectos e redes internacionais ligadas ao ensino à distância; desenvolver a participação da UC em projectos conjuntos e internacionais de ensino à distância e incluir a UC nos roteiros internacionais de ensino à distância (seminários, conferências, eventos, feiras, etc.).

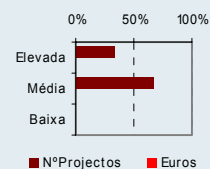
Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra

EIXO IV		Obj. 8 – Fomentar a competitividade da oferta educativa da UC no mercado nacional e internacional							
Acção Integrada	b. Comunicação, divulgação e promoção da UC								
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora						
E.08.05	Consolidação do relacionamento da UC com os seus diversos públicos externos	E							
E.08.06	Internacionalização da UC	E							
Actores Envolvidos:		Universidade de Coimbra, Universidade de Salamanca, Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras, Municípios do Baixo Mondego							
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos							
Potencial Humano	●	E1 – Competitividade e Inovação	◐						
Factores de Competitividade	◐	E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	●						
Valorização Territorial	◐	E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	◐						
Cooperação Territorial	●	E4- Protecção e Valorização Ambiental	○						
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	◐						
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos							
E 1 ○	E 2 ○	E 3 ○	E 4 ○	O1 ○	O2 ◐	O3 ●	O4 ◐	O5 ◐	O6 ◐
● Relação forte ◐ Relação relevante ○ Relação fraca									

Consolidação do relacionamento da UC com os seus diversos públicos externos

E.08.05

E

A operação prevê um conjunto de iniciativas de promoção e divulgação da UC junto dos seus diversos públicos externos

- **Consolidação das interações com o Ensino não superior:** concretização e promoção de acções de exploração e informação vocacional sobre a oferta formativa, patrimonial e cultural da Universidade de Coimbra e da sua academia, numa lógica de aproximação da Universidade de Coimbra ao público do ensino não superior. Entre as actividades a realizar destacam-se:

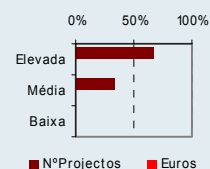
Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- **Programa Conhece a UC** - proporcionar aos estudantes do ensino secundário informações de ofertas educativas e formativas da UC; dinamizar acções que possibilitem alargar o conhecimento das realidades vocacionais e ocupacionais dos jovens estudantes
- **Sítio Web "Estou na UC"** - auxiliar os alunos do Ensino Secundário no acesso à informação sobre o Ensino Superior e o respectivo processo de candidatura, através de formas modernas e adaptadas a este público.
- **Programa de Visitas Orientadas à UC:** promover de visitas de estudantes do Ensino Secundário à UC
- **UC Jovem:** proporcionar experiências formativas e informais na Universidade de Coimbra aos estudantes do ensino secundário, possibilitando-lhes a experiência de serem "pré-alunos" da UC.
- **Sensibilização para as Ciências e Tecnologia:** concretização e promoção de actividades que fomentem o gosto e interesse dos jovens, através da concepção e consolidação de novas formas de comunicar a ciência e tecnologia, em estreita colaboração com estabelecimentos de ensino, Museu da Ciência e Centros de Ciência Viva. Entre as actividades a realizar destaca-se o desenvolvimento de acções de divulgação e difusão de aspectos quotidianos da ciência e tecnologia e a promoção de eventos que proporcionem o contacto directo entre alunos dos ensinos básico e secundário, investigadores, docentes e objectos da Ciência e Tecnologia na Universidade de Coimbra, de modo a traduzir o campo da ciência e da tecnologia como acessível e prático.
- **Programas de rádio e televisão:** desenvolvimento de programas de entretenimento com forte componente didáctica, nomeadamente sob o formato de concursos dirigidos a alunos do ensino secundário (10º, 11º e 12º anos).
- **Materiais e campanhas de divulgação da UC:** publicação de documentos promocionais e informativos em suporte de papel, rádio, vídeo ou web, sobre a UC direccionados para públicos pré-universitários, antigos estudantes da Universidade de Coimbra ou mercados turísticos.
- **Interações e presença na comunicação social:** recolha de matéria noticiável, na UC, nomeadamente ligada a investigação científica e/ou a projectos de inovação, definição de estratégia de mediatização pelo Gabinete de Comunicação e Identidade da U, envolvendo também nalgumas actividades uma Agência de Comunicação externa, mediatização adequada da matéria escolhida para divulgação.
- **Plano anual de actividades centradas em torno dos antigos estudantes da UC:** consolidação da Rede UC - Rede de Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra, que surgiu com o objectivo de reforçar os laços de ligação existentes entre a UC e todos os seus Antigos Estudantes, e de promover a comunicação e trocas de experiências permanentes, em estreita colaboração com as diversas Associações de Antigos Estudantes.

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra, Municípios do Baixo Mondego

A vocação internacionalista da UC, consubstancial à sua criação, vem-se constituindo, mais recentemente, como estratégia prioritária, permitindo-lhe afirmar a sua grande experiência e já longa tradição de acolhimento. A operação prevê um conjunto de iniciativa de abertura da UC ao Mundo, nomeadamente:

Colaboração, Interações e Mobilidade na Europa, no espaço Ibero-americano. Àsia e Bacia do Mediterrâneo:

séculos de convívio intelectual com universidades de todo o mundo ajudaram a fazer da UC uma instituição bem implantada nas redes de investigação e nos fluxos de mobilidade de professores e estudantes estimulados agora pelo processo de integração europeia e pela dinâmica da globalização. Pretende-se reforçar esta rede de colaboração através do estímulo à mobilidade de professores e estudantes das universidades, da organização de Colóquios e Seminários internacionais, do desenvolvimento da cooperação entre as editoras universitárias, da instituição de prémios de reconhecimento académico ou científico, e do estabelecimento de oportunidades de co-tutela de teses de mestrado e doutoramento.

Academias Internacionais de Verão: consciente da importância da internacionalização dos estudantes e do enriquecimento humano que o convívio com o outro e a partilha de conhecimentos, experiências e valores proporcionam, a Universidade de Coimbra quer dar corpo à criação de uma Academia de Verão que potencie laços já existentes no seio destas redes de referência. Os cursos de verão serão um ponto de encontro de estudantes de múltiplas nacionalidades, convertendo as universidades parceiras em elos privilegiados de uma cadeia de solidariedade e de saber. Assim, privilegiando o espaço europeu, mediterrânico ou lusófono, as escolas de verão da UC serão um encontro de estudantes e professores em torno da ideia matricial da amizade entre os povos, nascida de uma melhor apreciação e de um melhor conhecimento mútuos.

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra, Universidade de Salamanca, Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras

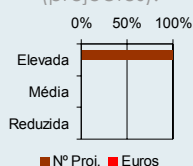
Prioridade da
Operação:



Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**

Horizonte
Temporal:
2008-2013

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



EIXO IV		Obj. 8 – Fomentar a competitividade da oferta educativa da UC no mercado nacional e internacional	
Acção Integrada	c. Espaços públicos e modernização administrativa		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
E.08.07	Comunicação Interna	E	
E.08.08	Desenvolvimento do capital humano e qualificação dos serviços da UC	E	
E.08.09	Modernização administrativa	E	
E.08.10	Requalificação de infraestruturas, equipamentos e espaços públicos	E	
Actores Envolvidos: Universidade de Coimbra, CM Coimbra, Associação Académica de Coimbra, Acção Social Escolar, Casa de Pessoal, Repúblicas			
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano	●	E1 – Competitividade e Inovação	◐
Factores de Competitividade	◐	E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	●
Valorização Territorial	◐	E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	○
Cooperação Territorial	○	E4- Protecção e Valorização Ambiental	○
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	●
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos	
E 1	○	O1	○
E 2	○	O2	◐
E 3	○	O3	●
E 4	○	O4	◐
		O5	◐
		O6	●
● Relação forte		◐ Relação relevante	
		○ Relação fraca	

Comunicação interna

E.08.07

E

A operação prevê um conjunto de intervenções imateriais que visam uma adequação dos modelos e meios de comunicação às tendências instituídas pela proliferação das novas tecnologias ditadas pela inserção das instituições nas mutações actuais da "sociedade de informação", melhorando a comunicação interna e externa e reforçando a coesão, promoção e informação institucional, actuações sustentadas por iniciativas de:

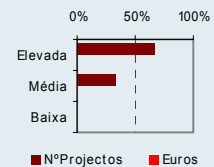
Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- **Desenvolvimento e Gestão de Canais de Comunicação Interna** como parte integrante de um **plano de acção** norteado por princípios de **optimização da circulação da informação**
- **Interacção e Apoio a Secções e Organismos Autónomos da Associação Académica de Coimbra (AAC) ligados à Comunicação**, apostando numa **dinâmica de trabalho e numa plataforma de cooperação nas vertentes da comunicação** de diferentes secções e organismos autónomos da AAC (incluindo Rádio UC e a Secção de Jornalismo), Gabinete de Comunicação e Identidade da UC, comunicação social, comunidade estudantil. Pretende-se: desenvolver **dinâmicas eficazes e eficientes que garantam a disseminação da informação** no meio universitário e fora dele, fomentando a promoção da UC através de um conhecimento da realidade da instituição e dos respectivos projectos estratégicos estruturantes.
- **Dinamização e gestão do portal e da intranet da UC**

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra, Associação Académica de Coimbra

Desenvolvimento do capital humano e qualificação dos serviços da UC

E.08.08

E

A operação prevê um conjunto de intervenções imateriais que visam o desenvolvimento do capital humano e qualificação dos serviços da UC, apostando na valorização do activo humano e na funcionalidade, eficiência, eficácia e qualidade dos respectivos serviços, enquanto forma de alcançar níveis de desempenho de excelência em articulação com a necessidade de aquisição e ajustamento de competências às novas necessidades, premiando a qualidade, promovendo a formação permanente dos profissionais da UC:

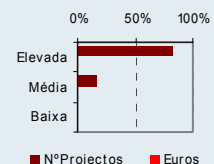
Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- **Dinamização de Programas e Acções de Formação e Formação Acção.**
- **Condução de Projectos de Gestão da Mudança e Optimização de Processos.**
- **Consolidação de Mecanismos de Gestão da Qualidade nas Unidades Orgânicas.**
- **Requalificação e Apoio ao Recrutamento de Colaboradores Não Docentes.**
- **Estabelecimento de Mecanismos Regulares de Auto-Avaliação, Avaliação Externa e Benchmarking.**
- **Reforço dos Sistemas de Desenvolvimento Pessoal e Avaliação de Desempenho.**

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra

A operação prevê um conjunto de intervenções imateriais que assumem os objectivos estratégicos de aprofundamento da adopção de modernas tecnologias e metodologias de gestão das actividades, equipamentos e edifícios, implementação de um sistema de gestão do risco em segurança e saúde no trabalho e promoção do desenvolvimento de uma cultura de prevenção de riscos profissionais, actuações conducentes à modernização administrativa e da gestão e plena aplicação de sistemas de informação e comércio electrónico nas actividades administrativas e de gestão desenvolvidas na UC e que passam por uma complexa rede de acções, nomeadamente:

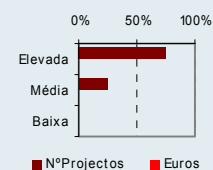
Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- **Adopção de Práticas de Simplificação Administrativa e Definição e Implementação de Novos Modelos de Governo e de Gestão**, que contempla a implementação de um sistema que facilite o alcance do objectivo supracitado, assumindo-se como um sistema fiável de suporte à decisão e que permita alinhar a estratégia da UC com a sua execução ao nível das suas várias Unidades Orgânicas, Estabelecimentos e Serviços, através de um sistema integrado de avaliação por todos assumidos.
- **Avaliação Institucional e Planeamento Estratégico**, no sentido de: formalizar o sistema de planeamento estratégico da UC que permita: alicerçar todo o processo de gestão e, consequentemente, a actividade, ao nível da Universidade; garantir o alinhamento de políticas, direccionamento de esforços, e a promoção da consciência colectiva das linhas orientadoras ao nível da instituição; assegurar a concepção e desenvolvimento do sistema de avaliação institucional e elaborar um estudo de modelo de avaliação, com definição de critérios e parâmetros, à luz do Regime Jurídico de Avaliação do Ensino Superior.
- **Desenvolvimento de Sistemas de Monitorização e Benchmarking de Resultados ou Abordagens.**
- **Harmonização de Sistemas de Informação e Plataformas de Acesso Partilhado em Áreas de Gestão Prioritárias**, pretendendo-se desenvolver uma plataforma integradora de diversas aplicações TIC existentes, proporcionando-se um interface único para os sistemas da UC e futuras aplicações
- **Adopção Generalizada de Canais de Comércio e Transacção Electrónica, Internos e Externos**, desenvolvendo uma solução que seja integradora de lojas de venda presencial e lojas virtuais que possibilite uma interface única para o utilizador e uma gestão centralizada de transacções (pagamento de propinas, inscrições congressos, aquisição de publicações, inscrições em cursos de e-learning, merchandising).
- **Racionalização de Mecanismos e Procedimentos de Aprovisionamento.**
- **Racionalização de Consumos Energéticos e Minimização de Impactes Ambientais**, por via da concepção e implementação de sistema de gestão e racionalização dos consumos de energia, através do desenho de indicadores e metas, com vista à redução de emissão de CO2 e desenvolvimento de **projectos-piloto de Aplicação de Energias Renováveis, Novos Materiais, TIC, Meios de Transporte, Gestão Ambiental.**
- **Gestão da Manutenção e Sustentabilidade e das Acessibilidades a Espaços, Equipamentos e Edifícios.**
- **Reforço de Mecanismos de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.**

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra

A operação “requalificação de infraestruturas, equipamentos e de espaços públicos” prevê um conjunto de actuações de natureza material incidentes sobre infraestruturas da UC no sentido de: melhorar, requalificar e renovar os espaços públicos e espaços de desenvolvimento de actividades (culturais, artísticas, científicas, etc.) e outros edifícios; viabilizar o reordenamento de espaços e funções renovando e reinventando o respectivo uso e resolver questões de acessibilidades e estacionamento, acções conducentes à garantia de conservação e adequação do património edificado e das infraestruturas da UC, às necessidades da comunidade estudantil e da comunidade em geral, destacando-se as seguintes intervenções:

Prioridade da Operação:

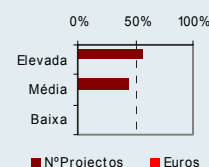


Área de Influência:

Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- A remodelação das instalações do complexo de edifícios da **Associação Académica de Coimbra (AAC)** e da **Casa de Pessoal** da UC, pretendendo-se a recriação de um espaço destinando ao movimento associativo, dotando-o de melhores condições para o exercício das actividades artísticas, culturais e desportivas que já desenvolve e promovendo a sua integração física e funcional com o restante território de intervenção (inclui: corpos I (5 pisos) com gabinetes para secções académicas e direcção), II (dois pisos de salas de ensaio) e III (edifício que actualmente se encontra ocupado pelas cantinas e lavandaria)).
- Nos **espaços públicos / infra-estruturas**, no sentido da pedonização do espaço público, criando condições para a sua vivificação, procedendo à renovação de infraestruturas e permitindo criar uma melhor leitura do edificado, requalificar e introduzir novas infra-estruturas, conducentes à eficiência energética e ambiental, compaginadas com a humanização do espaço.
- Visando a resolução dos problemas de estacionamento, acessibilidades, circulação e libertação das praças e espaços públicos para uso pedonal prevê-se o desenvolvimento do projecto referente ao **estacionamento no Largo D. Dinis** integrado no Plano de Mobilidade para a Alta Universitária e o **estacionamento coberto** em silo com o objectivo de permitir a organização das acessibilidades, circulação e estacionamento dentro do perímetro do Pólo III.
- Intervenções nas **Repúblicas e Residência Universitárias**, requalificando edifícios, renovando usos, expandindo a capacidade de alojamento de estudantes, professores, investigadores e visitantes melhorando o apoio social aos estudantes, incluindo uma vertente de aproveitamento turístico das infra-estruturas criando-se roteiros desta forma de expressão cultural, valorativa e representativa da singularidade da UC e fomentando laços de multiculturalidade.
- Construção de edifício em 2 pisos (**Restaurante Universitário (Escadas Monumentais)**) com espaços comerciais e refeição, procedimento no sentido de viabilizar o reordenamento de espaços e funções da Alta Universitária e apoiar estudantes, docentes e investigadores.
- **Promover a reabilitação e o reordenamento urbano do Pólo II** (construção de edifícios e instalações para habitação, comércio, serviços, estacionamento coberto, em regime PPP), criando equipamentos que diversifiquem as actividades aí desenvolvidas, atraindo outros públicos que vivifiquem a área depois do calendário das actividades escolares diurnas e promovam a segurança e a inclusão de comportamentos.

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra, CM Coimbra, Associação Académica de Coimbra, Acção Social Escolar, Casa de Pessoal, Repúblicas

EIXO IV		Obj. 9 – Aprofundar a contribuição da UC para o desenvolvimento local e regional através de actividades de I&D e de prestação de serviços e outras	
Acção Integrada	a. Centros de investigação, laboratórios, criação e animação de redes, captação de talento		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
E.09.01	Centros de Investigação, laboratórios, espaços de divulgação científica	E	
E.09.02	Vertente imaterial do programa de reforço das actividades de investigação científica	E	
Actores Envolvidos:	Universidade de Coimbra, CM Coimbra, CM Cantanhede, Centro de Estudos Sociais, Centro de Documentação 25 Abril, MIT		
<div><div><div>Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos</div><div><div>Potencial Humano</div><div>Factores de Competitividade</div><div>Valorização Territorial</div><div>Cooperação Territorial</div></div></div><div><div>Objectivos FEADER e Nacionais</div><div>Contributo para realização dos objectivos</div><div><div>E 1</div><div>E 2</div><div>E 3</div><div>E 4</div></div></div><div><div>Prioridades Estratégicas da Região Centro</div><div>Contributo para realização dos objectivos</div><div><div>E1 – Competitividade e Inovação</div><div>E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos</div><div>E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais</div><div>E4- Protecção e Valorização Ambiental</div><div>E 5 – Governação e Capacitação Institucional</div></div><div><div>Objectivos Estratégicos do PNPOT</div><div>Contributo para realização dos objectivos</div><div><div>O1</div><div>O2</div><div>O3</div><div>O4</div><div>O5</div><div>O6</div></div></div><div><div>● Relação forte</div><div>◐ Relação relevante</div><div>○ Relação fraca</div></div></div></div>			

A operação compila um conjunto de intervenções relativas à criação de condições (equipamentos, promoção de actividades, atracção de investigadores nacionais e estrangeiros, etc.) para o desenvolvimento de actividades de investigação e científicas, essenciais à produção de conhecimento, facto que assume particular relevo pelo peso científico e de investigação da UC, apresentando os seguintes projectos no sentido da manutenção da UC no patamar de excelência que assume em diversas áreas de saber:

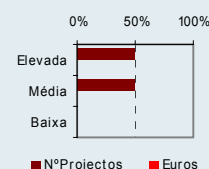
Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2010

Prioridades Intra-Operação (projectos):



▪ Intervenções no **Colégio da Graça** nos respectivos centros de investigação e documentação, primeiro colégio a ser construído, cuja recuperação representa, simbolicamente, uma nova etapa de desenvolvimento que se pretende ser de maior aproximação à cidade, restabelecendo a relação da UC com as suas origens, actuando sobre:

▪ **Centro de Documentação 25 de Abril**, com o regresso da Universidade à Rua da Sofia e ao espaço colegial da Graça assume o simbolismo do reinício com a instalação do Centro de Documentação 25 de Abril.

▪ Recuperação do Quartel da Graça, onde se pretende instalar o **Centro de Estudos Sociais**, instituição de reconhecida notoriedade nos domínios da investigação científica e da relação estreita e recorrente com a comunidade.

▪ **Auditório do Centro de Investigação – FCT**, equipamento para a realização de iniciativas de natureza científica incluído nas diligências de conclusão do edifício do Centro de Investigação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC, parcialmente construído.

▪ **Projecto Biomed III - Inst. Inv. em Biomedicina e Ciências da Saúde da UC** que consiste na criação e instalação no Pólo III do Instituto de Investigação em Biomedicina e Ciências da Saúde da UC, integrando as unidades de ensino e investigação das Faculdades de Medicina e de Farmácia e ainda Grupos de Investigação do Centro de Neurociências e Biologia Celular, do Centro de Estudos Farmacêuticos e do Instituto Biomédico da Luz e da Imagem. Reforçar o cluster das Ciências da Saúde e da Vida em Coimbra assume-se como objectivo importante no contexto deste projecto assim como a potenciação do lugar central da UC neste âmbito.

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra, CM Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Centro de Documentação 25 Abril

Vertente imaterial do programa de reforço das actividades de investigação científica

E.09.02

E

As intervenções assumem como pilares norteadores **a adopção de modernas metodologias de gestão** das actividades, equipamentos e edifícios e o **reforço do lugar central das actividades de investigação e da componente de formação pós-graduada**, concretizadas através de:

- **Redes de Equipamentos Científicos**, considerando-se que os recursos afectos à investigação científica poderão ser melhor aproveitados se estiverem integradas numa rede coerente de equipamentos científicos, procedendo-se para tal, à inventariação dos equipamentos científicos de grande porte instalados na UC e permitindo a sua fruição pelas várias comunidades científicas internas e exteriores à UC e à criação de um nicho de prestação de serviços de ciência especializados de alto valor na instituição.
- **Repositório de Informação Científica e Curricular e Acesso à Produção Científica pela Comunidade**, concretizado na concepção de um repositório digital da produção científica da UC visando o melhor conhecimento e divulgação da produção científica da UC, facilitar a comparação de produtividade científica com outras instituições e criar condições de monitorização da actividade.
- **Participação em Projectos Internacionais de I&D** no sentido de reforçar a internacionalização das instituições de ensino e projectar exteriormente uma imagem de qualidade dos segmentos científicos da UC e consequentemente nacionais.
- **Concretização de Iniciativas Interdisciplinares Estratégicas de Agregação de Valências Científicas**, identificando as áreas onde é possível levar a cabo uma fertilização cruzada de saberes, reforçar as áreas interdisciplinares onde já se faz trabalho científico de qualidade, organizar encontros de valências complementares e estimular a investigação interdisciplinar
- **Reforço de Cluster de Competitividade Centrado nas Ciências da Vida e Saúde** que concretizará as bases sobre as quais surgirá um Instituto de Investigação em Biomedicina e Ciências da Saúde consistindo na organização de actividades conjuntas em projectos transversais às áreas abrangidas pelas unidades actualmente existentes (Faculdades de Medicina e Farmácia, Grupos de Investigação do Centro de Neurociências e Biologia Celular, do Centro de Estudos Farmacêuticos e do Instituto Biomédico da Luz e da Imagem), de forma estruturada, com a colaboração de cientistas convidados, visando a criação de programas de formação avançada, a participação em projectos internacionais e a criação de linhas de investigação transdisciplinares.
- **Captação de Talentos (Doutoramentos, Pós-Doutoramentos, Investigadores e Docentes)** partindo-se das novas condições possibilitadas pelo processo de Bolonha e da integração da universidade no espaço europeu de ensino superior,
- **Implementação de Sistema de Monitorização, Avaliação e Gestão da I&D**, com o intuito de monitorizar a actividade científica, aprofundar a cultura de auto-avaliação na Universidade de Coimbra e melhorar as práticas correntes de gestão administrativa, financeira e operacional das actividades de I&D
- **Afirmação e Reforço da Investigação Interdisciplinar no Domínio do Ambiente, da Energia e do Desenvolvimento Sustentável**, por via de: funcionamento de um programa de formação avançada de especialistas, em programas de doutoramento, de mestrado e de formação ao longo da vida; organização de actividades de investigação interdisciplinar envolvendo várias unidades de investigação da UC, com base em equipas com mais do que uma valência disciplinar; estabelecimento de canais de comunicação e de colaboração activa com empresas, municípios e regiões, em desenvolvimento de projectos, intermediados pelo GATS-UC e participação activa na cooperação inter-universitária organizada em torno do Programa MIT-Portugal, quer na formação de doutoramento, quer no desenvolvimento de projectos interdisciplinares em equipas com várias instituições.

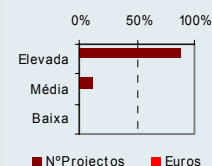
Prioridade da Operação:




Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra, MIT, CM Cantanhede

EIXO IV		Obj. 9 – Aprofundar a contribuição da UC para o desenvolvimento local e regional através de actividades de I&D e de prestação de serviços e outras	
Acção Integrada		b. Transferências do saber e parcerias com actores públicos e privados nos domínios da competitividade e coesão	
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
B.09.01	Parcerias no domínio das ciências da vida	<div>B</div>	
E.09.03	Transferências do Saber	<div>E</div>	
Actores Envolvidos: Universidade de Coimbra, CM Montemor, CM Cantanhede			
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano	<div></div>	E1 – Competitividade e Inovação	<div></div>
Factores de Competitividade	<div></div>	E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	<div></div>
Valorização Territorial	<div></div>	E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	<div></div>
Cooperação Territorial	<div></div>	E4- Protecção e Valorização Ambiental	<div></div>
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	<div></div>
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPT Contributo para realização dos objectivos	
E 1 <div></div>	E 2 <div></div>	O1 <div></div>	O2 <div></div>
E 3 <div></div>	E 4 <div></div>	O3 <div></div>	O4 <div></div>
		O5 <div></div>	O6 <div></div>
<div></div> Relação forte		<div></div> Relação relevante	
		<div></div> Relação fraca	

Parcerias no domínio das ciências da vida		B.09.01	B												
<p>A UC é uma parceira fundamental no desenvolvimento de várias operações propostas por municípios no âmbito do Plano Territorial de Desenvolvimento, destacando-se em particular as que se inserem na estratégia de dinamização de um pólo de desenvolvimento centrado nos domínios das ciências da vida. As operações na área da biotecnologia e nanotecnologia em Cantanhede e Montemor surgem, assim, complementadas pelas iniciativas da UC que visam:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Implementar o conceito de formação avançada em ambiente empresarial▪ Mobilizar as instituições de investigação e a estrutura empresarial para o desenvolvimento de programas de formação avançada à medida das necessidades das empresas▪ Criar, através da formação avançada, mecanismos facilitadores da transferência de recursos humanos, conhecimento e tecnologia entre a Universidade e a Indústria▪ Desenvolver um modelo de ensino de âmbito global que constitua um elemento importante na afirmação internacional do cluster das ciências da vida da Região Centro <p>Pretende-se assim concretizar de um programa de formação avançada com a participação de especialistas nacionais e estrangeiros que contribuirão para assegurar um fluxo de conhecimento avançado nas áreas de interesse. Numa segunda fase os alunos realizarão o seu projecto de investigação nas empresas com o apoio de um comité de peritos oriundos do sistema científico e tecnológico.</p>	<p>Prioridade da Operação:</p> <p>★★★★★</p>	<p>Área de Influência:</p> <p>Regional ou Superior</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <table><caption>Prioridades Intra-Operação (projectos)</caption><thead><tr><th>Nível</th><th>NºProjectos (%)</th><th>Euros (%)</th></tr></thead><tbody><tr><td>Elevada</td><td>~80%</td><td>0%</td></tr><tr><td>Média</td><td>0%</td><td>~50%</td></tr><tr><td>Baixa</td><td>0%</td><td>0%</td></tr></tbody></table>	Nível	NºProjectos (%)	Euros (%)	Elevada	~80%	0%	Média	0%	~50%	Baixa	0%	0%
	Nível	NºProjectos (%)	Euros (%)												
Elevada	~80%	0%													
Média	0%	~50%													
Baixa	0%	0%													
<p>Horizonte Temporal:</p> <p>2008-2013</p>	<p>Custo Estimado:</p> <p>1.000.000€</p>														
<p>Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra, CM Montemor, CM Cantanhede</p>															
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico; Sistemas de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica</p>															

A operação relativa às questões de **Transferência do Saber** assume como elementos norteadores a prossecução de uma estratégia de abertura ao meio, de formação em empreendedorismo, de apoio à criação de novas empresas e de aproximação ao mundo empresarial e à sociedade, fomentando a inovação e o desenvolvimento de actividades de maior valor acrescentando e estimulando o tecido empresarial, incluindo projectos relacionados com:

Prioridade da
Operação:



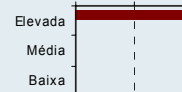
Área de
Influência:

**Regional ou
Superior**

Horizonte
Temporal:
2008-2013

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

0% 50% 100%



■ NºProjectos ■ Euros

- A criação e/ou consolidação de **Serviços Direcctionados para Empresas e Administração Pública** assente na solidificação do esforço que a UC tem desenvolvido no apoio às transferências do conhecimento e inovação, através da concretização de uma série de actividades relacionadas com a sistematização e dinamização da oferta e procura de conhecimento e promoção e divulgação de informação, com vista ao estabelecimento de novas parcerias.
- **Gestão da Propriedade Industrial**, pretendo-se consolidar as apostas da UC na protecção da propriedade industrial e intelectual associada aos activos nela desenvolvidos, através da sensibilização da comunidade universitária para esta temática e do reforço dos processos de identificação de activos, avaliação do seu potencial, protecção e respectiva valorização.
- **Desenvolvimento de Ecossistema de Inovação**, pretendendo-se juntar os vários agentes associados às diferentes etapas do processo de inovação, em torno do desenvolvimento de uma visão única para o ecossistema de inovação da Universidade de Coimbra, gerida, monitorizada e avaliada de uma forma global, e que a colaboração das diferentes entidades, com a definição alargada e tão consensual quanto possível, se traduza numa articulação de iniciativas a realizar com ganhos de eficácia.
- Participação em **Projectos e Redes Internacionais de Inovação**, pretendendo-se criar as condições para dotar a UC de recursos que permitam dar resposta às necessidades e às oportunidades detectadas internacionalmente, permitindo a presença continuada em eventos e espaços internacionais organizados para o efeito, bem como desenvolver um esforço de relações públicas e comercial em locais identificados como cruciais à internacionalização das actividades de IDI, transferência de conhecimento e empreendedorismo, desenvolvendo actividade de: participação e maior envolvimento em redes internacionais de Transferência do Conhecimento, como a PROTON, TII, AUTM, e ASTP; participação e envolvimento em eventos internacionais de brokerage tecnológico; participação em redes internacionais de consórcios com vista à elaboração de projectos na área de inovação; envolvimento e relações públicas junto da Comissão Europeia; internacionalização da oferta de serviços de transferência de tecnologia da UC.

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra

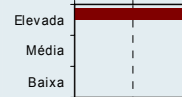
EIXO IV		Obj. 9 – Aprofundar a contribuição da UC para o desenvolvimento local e regional através de actividades de I&D e de prestação de serviços e outras	
Acção Integrada	c. Empreendedorismo e formação ao longo da vida		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.09.01	Aprendizagem ao longo da vida	A	
A.09.02	Empreendedorismo e Empregabilidade	A	
E.09.04	Ensino à distância	E	
Actores Envolvidos:		Associação de Municípios do Baixo Mondego, Universidade de Coimbra	
<p>Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos</p> <p>Potencial Humano ●</p> <p>Factores de Competitividade ●</p> <p>Valorização Territorial ●</p> <p>Cooperação Territorial ○</p>		<p>Prioridades Estratégicas da Região Centro</p> <p>Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E1 – Competitividade e Inovação ●</p> <p>E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos ●</p> <p>E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais ●</p> <p>E4- Protecção e Valorização Ambiental ○</p> <p>E 5 – Governação e Capacitação Institucional ●</p>	
<p>Objectivos FEADER e Nacionais</p> <p>Contributo para realização dos objectivos</p> <p>E 1 ● E 2 ● E 3 ● E 4 ●</p>		<p>Objectivos Estratégicos do PNPOT</p> <p>Contributo para realização dos objectivos</p> <p>O1 ○ O2 ● O3 ● O4 ● O5 ● O6 ●</p>	
● Relação forte		● Relação relevante	
		○ Relação fraca	

Aprendizagem ao longo da vida**A.09.01****A**

Na actual conjuntura, em que a formação é, cada vez mais, vista como uma necessidade ao longo da vida activa, a articulação entre as valências pedagógicas e científicas reunidas na UC e a proximidade aos mercados e às comunidades da Associação de Municípios do Baixo Mondego, surge na base de um conjunto de iniciativas no domínio da aprendizagem ao longo da vida:

Prioridade da
Operação:Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**Horizonte
Temporal:
2008-2013Custo
Estimado:
3.000.000 €Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

0% 50% 100%



- **Actualização e Formação avançada para activos:** criação de uma plataforma de acesso

a referenciais pedagógicos e formativos para actualização dos conhecimentos e competências de activos, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida, mediados pelas tecnologias de informação e comunicação

- **Formação e Formação/Acção para as organizações:** a iniciativa visa, numa primeira fase, a condução de um processo de análise e auscultação de necessidades de formação e de qualificação, junto de entidades públicas e privadas assente numa lógica de educação e formação ao longo da vida, e de transferência dos saberes para o mundo empresarial e da administração pública. Numa segunda fase serão formatadas acções de formação e formação/acção, desenhadas à medida e também disponibilizadas noutros formatos, incluindo a utilização de ferramentas colaborativas de acesso à informação e conhecimento distantes, e a partilha de conhecimento útil, de forma a garantir a autonomia no acesso ao conhecimento e a estimular a aprendizagem ao longo da vida.

Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria, Universidade de Coimbra

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional

Empreendedorismo e empregabilidade		A.09.02	A
<p>A operação, assente numa parceira estreita entre UC e Associação de Municípios do Baixo Mondego, visa a organização, promoção e implementação de um conjunto de iniciativas de apoio ao empreendedorismo (eventos, cursos, concursos), bem como a consolidação de serviços de apoio à constituição de empresas spin-off da Universidade de Coimbra ou promovidas no âmbito das actividades conduzidas pela mesma universidade. Deste modo a UC prossegue a estratégia de abertura ao meio, de formação em empreendedorismo, de apoio à criação de novas empresas e de aproximação ao mundo empresarial e à sociedade. Entre as intervenções previstas destacam-se</p>			
<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>		<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
<p>Horizonte Temporal: 2007-2013</p>		<p>Custo Estimado: 2.000.000 €</p>	
<ul style="list-style-type: none">▪ Eventos de sensibilização para o empreendedorismo e inovação: organização, apoio à realização, promoção e implementação de um conjunto variado de iniciativas de estímulo ao desenvolvimento de conceitos de negócio e criação do próprio emprego e inovação na academia e na região (conferências, workshops, produção de um kit, eventos vários).▪ Curso de empreendedorismo de base tecnológica: organização anual de uma edição deste curso, aberto a todos os interessados, direccionado para o desenvolvimento de conceitos de negócio com base em tecnologias e resultados de investigação produzidos na Universidade de Coimbra.▪ Curso de empreendedorismo em formato blended learning: preparação, promoção e implementação de um curso de empreendedorismo em formato de blended learning, acessível a todos os interessados.▪ Curso de empreendedorismo para novos públicos: preparação, promoção e implementação de cursos de estímulo à criação do próprio emprego, essencialmente de cariz não tecnológico, a serem implementados junto de entidades externas, por solicitação destas, como via de estímulo da economia regional. Neste tipo de cursos serão trabalhados e desenvolvidos conceitos de negócio apresentados pelos próprios participantes.▪ Entrepreneur challenge: preparação, promoção e implementação de um desafio similar, nas abordagens pedagógicas, aos jogos de estratégia global, mas especialmente desenhado para o ensino não superior e com enfoque no empreendedorismo. As melhores 10 equipas terão a oportunidade de participar numa final, a realizar em Coimbra.▪ Projecto Riscas: projecto a desenvolver junto das escolas do primeiro ciclo do ensino básico, de sensibilização dos alunos para a criatividade.▪ Apoio à constituição de spin-offs para a exploração comercial de resultados de I&D: disponibilizar a todos os interessados um conjunto de recursos especializados para apoio à elaboração de planos de negócio e à constituição de empresas.			
<p>Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria, Universidade de Coimbra</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional</p>			

EIXO IV		Obj. 10 – Afirmar a posição da UC na projecção internacional da cultura e da língua portuguesas			
Acção Integrada		a. Casa da Cidadania e da Cultura Portuguesa no Mundo			
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora		
E.10.01	Estádio universitário	E			
E.10.02	Museu da Ciência	E			
E.10.03	Requalificação e valorização da rede de espaços de lazer e visitação no âmbito do turismo cultural e científico	E			
E.10.04	Programação, animação e promoção do circuito de turismo científico e cultural	E			
E.10.05	Vertente imaterial do programa de consolidação da UC como Casa da Cultura e da Cidadania	E			
Actores Envolvidos:		Universidade de Coimbra, CM Coimbra, Associação Académica de Coimbra, Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, Fundação Cultura			
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos			
Potencial Humano	●	E1 – Competitividade e Inovação	◐		
Factores de Competitividade	◐	E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	●		
Valorização Territorial	●	E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	◐		
Cooperação Territorial	◐	E4- Protecção e Valorização Ambiental	○		
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	◐		
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos			
E 1 ○	E 2 ◐	E 3 ○	E 4 ○		
O1 ○	O2 ◐	O3 ●	O4 ◐	O5 ◐	O6 ◐
● Relação forte		◐ Relação relevante		○ Relação fraca	

Estádio Universitário	E.10.01	E
<p>A operação “requalificação de infraestruturas, equipamentos e de espaços públicos” prevê uma actuação de natureza material incidente sobre o Estádio Universitário da UC no sentido de: melhorar, requalificar e renovar os espaços de desenvolvimento de actividades desportivas e culturais (tribuna, campos de ténis, centro aquático, centro desportivo, pavilhões, campo de rugby, estacionamento, arranjos exteriores etc.); viabilizar o reordenamento de espaços e funções renovando e reinventando o respectivo uso e resolver questões de acessibilidades e estacionamento, acções conducentes à garantia de conservação e adequação do património da UC às necessidades da comunidade estudantil e da comunidade em geral. A acção consiste na construção/reabilitação de instalações e equipamentos desportivos do Estádio Universitário que surge enquanto infraestrutura de afirmação cultural e de cidadania da UC, assegurando aos seus membros o acesso a actividades culturais e desportivas e proporcionar formação nestas áreas e, simultaneamente, abrir este espaço à utilização da cidade e da região, promovendo a regeneração urbana da área da cidade onde se integra.</p>	<div><div><div>Prioridade da Operação: ★★★★★</div><div><div>Área de Influência: Regional ou Superior</div><div>Horizonte Temporal: 2008-2013</div></div></div></div> <div><div>Prioridades Intra-Operação (projectos):</div><div><div>0%50%100%</div><div><div>Elevada</div><div>Média</div><div>Reduzida</div></div><div><div>■ Nº Proj.</div><div>■ Euros</div></div></div></div>	
<p>Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra, Associação Académica de Coimbra, Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto</p>		

O programa de renovação do pólo histórico (Pólo I) da Universidade de Coimbra previa a realização de um Museu da Ciência, cuja concretização se encontra em curso. O Museu da Ciência englobará os actuais museus da Universidade, desenvolvendo diversas temáticas do domínio das ciências. Em 5 de Dezembro de 2006, ao concluir-se a reabilitação do Edifício do *Laboratório Chimico*, intervenção efectuada com um sentido de requalificação espacial e infra-estrutural para possibilitar o acolhimento de um conjunto de espaços expositivos de carácter permanente, cumpriu-se um primeiro momento que consubstancia a dimensão física do Museu da Ciência.

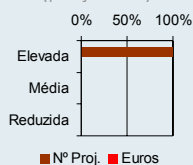
Prioridade da
Operação:



Área de
Influência:
**Regional ou
Superior**

Horizonte
Temporal:
2008-2010

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



A efectiva concretização do Museu da Ciência como instrumento científico-cultural que expresse o sentimento contemporâneo de uma sociedade do conhecimento e que aglutine de modo conexo um acervo científico com lastro histórico e oriundo de diversos campos de conhecimento, carece da expansão da sua estrutura física para além do Edifício do Laboratório Chimico. Esta inevitabilidade, prevista no Programa Preliminar da Prefiguração do Museu da Ciência e implícita no Plano de Reconversão dos Espaços dos Colégios de S. Jerónimo, das Artes, Laboratório Chimico e Área Envolvente (Anexo VII), é a circunstância que permite que o Museu da Ciência adquira a real dimensão de corpo museológico, possibilitando a incorporação das valências programáticas intrínsecas dessa função bem como de outras que lhe são complementares. A Universidade de Coimbra desenvolveu um conjunto de iniciativas a partir da década de 90, visando a criação de um Museu da Ciência moderno, apoiando-se nas colecções, bem como na sua comunidade científica.



O projecto do Museu da Ciência vai aglomerar um vasto acervo científico de diversas áreas científicas. A este grande projecto juntam-se projectos de acesso digital a documentos e às colecções museológicas e de outras estruturas com potencial museológico, como a Biblioteca Joanina, a Biblioteca Geral, o Arquivo, o Jardim Botânico e o Museu Académico.

No plano arquitectónico, o Museu da Ciência tem por base a afectação, depois dos respectivos restauros, dos edifícios universitários situados de ambos os lados do Largo do Marquês de Pombal: o Colégio de Jesus e o Laboratório Chimico.



O antigo Paço Real, para onde no séc. XVI se transfere a Universidade Portuguesa, é, por excelência, o espaço de referência arquitectónica de todo o universo da Academia de Coimbra. A operação de requalificação do espaço do Pátio das Escolas vai procurar, por isso mesmo, colocar em evidência a condição singular deste palácio universitário, assegurando não só a leitura da própria cronologia do edifício como também da contemporaneidade da sua permanência enquanto centro simbólico da Universidade.

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra, Fundação Cultural, CM Coimbra

Requalificação e valorização de espaços de lazer e visitação no âmbito do turismo cultural e científico

E.10.03

E

A operação de requalificação e/ou valorização de espaços de lazer e visitação, pretende desenvolver e/ou consolidar os conceitos de turismo cultural e científico, promover a divulgação da história da UC e da cidade e afirmar a aposta na actividade científica e cultural. Para tal, as diligências estão construídas no sentido de: melhorar o acolhimento dos visitantes, criando espaços de lazer atractivos de novos públicos; habilitar o território com equipamentos estratégicos para o desenvolvimento

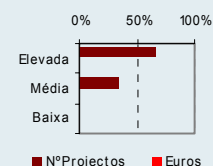
Prioridade da Operação:



Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2010

Prioridades Intra-Operação (projectos):



de iniciativas científicas e culturais; construir equipamentos de apoio, potenciadores de uma vivência cultural e ambiental e, simultaneamente, de apoio ao turismo, factos com impactos sobre o desenvolvimento económico-social da cidade, do concelho e da região, promovendo **a afirmação dos objectivos estratégicos relativos ao turismo e às actividades científicas e culturais**, destacando-se:

- Requalificação do conjunto urbano do Largo dos Colégios e construção do edifício do **Centro de Informação e Divulgação da UC (CIDUC)**, com funções diversificadas (centro de atendimento, central de bilhética, área de exposições com um pequeno auditório, loja, papelaria e livraria da Universidade e espaços de restauração, bar e cibercafé).
- Reabilitação do **espaço exterior envolvente do Auditório da Reitoria**, adaptando-o a eventos culturais informais e promovendo a permanência das comunidades universitária e turística e reabilitação do auditório, reservando a sua tipologia original, reorganizando os espaços de apoio, através da ocupação de áreas, até agora, afectas a outros usos.
- A importância do **Jardim Botânico**, quer para a Universidade, quer para a cidade de Coimbra, quer para o contexto nacional, reside na sua historicidade por um lado, mas também decorre da sua própria função (detendo as vertentes botânica, científica, pedagógica e de investigação, que são ímpares) de promoção de programas de educação ambiental e cultural, sensibilizando os cidadãos para as temáticas ecológicas e a adopção de novas atitudes cívicas, sendo também alvo de procura regular por habitantes da cidade e turistas. Deste modo, o projecto de requalificação a vasta área vegetal (13,5 ha) do Jardim Botânico, de grande importância, quer em termos científicos e culturais, quer em termos paisagísticos, turísticos e de lazer, no contexto urbano onde se insere, assume importante relevância.
- Reabilitação do **Museu da Universidade de Coimbra (MUSEUC)** repartida em duas fases: 1.ª fase, que deverá incluir o Pátio da Capela, um espaço a nascente da Capela de S. Miguel, contíguo à Biblioteca Joanina e ao novo Auditório da Faculdade de Direito, para instalar um Centro de Interpretação do Paço das Escolas que deverá servir de referência na reorganização do percurso turístico do Paço das Escolas, pretendendo-se igualmente criar um pólo multifacetado de serviços de apoio ao visitante, até hoje inexistente e 2ª fase, reabilitação do Colégio de S. Jerónimo para concluir a instalação do Museu da Universidade (História da Universidade, consolidação e difusão da língua portuguesa, vida académica).

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra, CM Coimbra

Vertente imaterial do programa de consolidação da UC como Casa da Cultura e da Cidadania

E.10.05

E

A operação congrega um conjunto de intervenções que visam a afirmação da **UC como Casa de Cultura e de Cidadania**, assegurando aos seus membros o acesso a actividades culturais e desportivas e proporcionar-lhes uma integral formação nestas áreas e, consolidar a multifuncionalidade da instituição a favor da comunidade estudantil e da comunidade em geral. A dinamização da UC nos parâmetros culturais e desportivos, apostando-se na multiculturalidade, na promoção de eventos, na recuperação de tradições do território e da comunidade de inserção, na divulgação e criação artística (publicações, apoio a diversas actividades, etc.) são elementos incluídos na “vertente educacional” e transmissão de valores (culturais e de cidadania) de qualquer instituição de ensino, destacando-se preocupações desta natureza nos projectos proposto pela UC, destacando-se:

Prioridade da Operação:



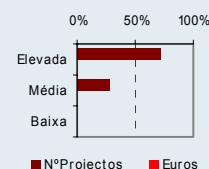
Área de Influência:

Regional ou Superior

Horizonte Temporal:

2008-2010

Prioridades Intra-Operação (projectos):



▪ Centro da Portugalidade e da Língua Portuguesa no Mundo.

▪ Apoio às Actividades de Secções Culturais e Desportivas e Organismos Autónomos da AAC e Desenvolvimento de Plano de Actividades e Eventos Desportivos

▪ **Aposta na tradição: a Canção de Coimbra** disponibilizando um espaço que, com rigoroso suporte científico, concentre informação atractiva sobre a evolução histórica, estética e temática da Canção de Coimbra, bem como se constitua como pólo dinamizador das suas potencialidades de inovação, promovendo a sua renovação e divulgação.

▪ Dinamizar e ampliar a oferta cultural no seio da comunidade académica, tendo em conta as consequentes repercussões na procura; divulgar e promover institucionalmente a UC como casa dos saberes e como pólo em torno do qual se geram dinâmicas culturais de excelência; apoiar a criação cultural e artística no seio da comunidade estudantil; apoiar a sustentabilidade e consolidar a actividade do maior pólo de criação artística e cultural estudantil do país, a Associação Académica de Coimbra e contribuir para a dinamização cultural de actividades e públicos, no âmbito da cidade e da região, com um tipo de oferta cultural mais integrada nos circuitos nacionais e internacionais, promovendo uma panóplia estruturada de **espectáculos, eventos, exposições, actividade museológica, TAGV, Semana Cultural**, etc..

▪ Promover a criatividade através de **espaços de animação e lazer / criação e divulgação Artística - Património Universitário em Imagens**, partindo-se do reconhecimento da imagem enquanto veículo de comunicação privilegiado de comunicação, reconhece-se a importância e o impacto cultural e de transmissão de conhecimento da organização de um banco de imagens em suporte digital e de elevada qualidade, documental e estética, sobre o património da UC, nas suas dimensões material e imaterial, destinado a ser mobilizado ao serviço do seu estudo, protecção e divulgação, funcionando, de igual modo, como criação autónoma sobre a dimensão patrimonial da Universidade.

▪ **O Projecto Edição:** Imprensa da Universidade de Coimbra, Rua Larga, Outras Publicações visa, em termos gerais, a divulgação cultural e científica da cultura neolatina portuguesa, a afirmação do Latim como meio e como um dos elementos estruturais da cultura humanista e da formação da própria ideia de Europa, a tradução de obras fundamentais do Renascimento de autores portugueses (séc. XVI) do latim para o português e fixação do respectivo texto latino, permitindo assim o exponencial alargamento dos investigadores, estudiosos e académicos que terão acesso a estas obras de referência da cultura neolatina. O projecto Portugaliae Monumenta Neolatina é assim, um projecto de afirmação do latim como elemento fundamental da cultura humanista e do progresso científico dada a sua importância enquanto língua internacional, especialmente nos séculos XV e XVI, que permitiu a comunicação entre humanistas, cientistas, professores, políticos e criadores de arte, assim potenciando a divulgação cultural e científica produzida nos momentos áureos do latim.

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra, Associação Académica de Coimbra, Fundação Cultural

EIXO IV		Obj. 10 – Afirmar a posição da UC na projecção internacional da cultura e da língua portuguesas											
Acção Integrada	b. Reconhecimento pela Unesco da UC como Património da Humanidade												
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora										
E.10.06	Pátio das Escolas e Escadas de Minerva	E											
E.10.07	Paço das Escolas e Torre da Universidade	E											
E.10.08	Reposição da autenticidade plástica e construtiva dos edifícios e reordenamento funcional do edificado	E											
E.10.09	Vertente imaterial da Candidatura de UC a Património da Humanidade da UNESCO	E											
Actores Envolvidos:		Universidade de Coimbra, CM Coimbra											
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos											
Potencial Humano	●	E1 – Competitividade e Inovação		◐									
Factores de Competitividade	◐	E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos		●									
Valorização Territorial	●	E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais		◐									
Cooperação Territorial	◐	E4- Protecção e Valorização Ambiental		○									
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional		○									
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos											
E 1	○	O1	●	O2	◐	O3	●	O4	◐	O5	◐	O6	◐
● Relação forte ◐ Relação relevante ○ Relação fraca													

O antigo Paço Real, para onde no séc. XVI se transfere a Universidade Portuguesa, é, por excelência, o espaço de referência arquitectónica de todo o universo da Academia de Coimbra. A operação de requalificação do espaço do Pátio das Escolas vai procurar, por isso mesmo, colocar em evidência a condição singular deste palácio universitário, assegurando não só a leitura da própria cronologia do edifício como também da contemporaneidade da sua permanência enquanto centro simbólico da Universidade.

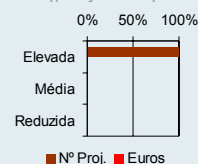
Prioridade da Operação:



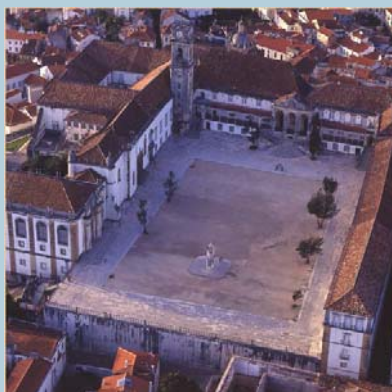
Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2010

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Neste sentido, **a recuperação da pavimentação do Pátio – só possível graças à interdição do estacionamento automóvel no seu interior – para além de se pretender integradora das sucessivas contemporaneidades sedimentadas na diversidade da construção envolvente, será capacitada de infra-estruturas que possibilitem a sua fácil e temporária adaptação a situações de adequado interesse cultural e turístico (eventos académicos, instalações expositivas, espectáculos líricos, etc.).** Complementarmente, propõe-se a instalação permanente de alguns elementos de suporte expositivo que possibilitem ao visitante uma rápida leitura da evolução histórica do local, estabelecendo uma referência imediata com os edifícios existentes.



A requalificação da pavimentação do Pátio das Escolas será executada num sistema modular de elementos pétreos de acordo com a métrica adequada às prospecções arqueológicas do local. Esta situação vai permitir, sempre que necessário, proceder fácil e pontualmente, à remoção de parte do pavimento sem comprometer a unidade e a aparente integridade do pátio. O sistema integrará, ainda, uma rede de caleiras de distribuição das redes de infra-estruturas (águas, esgotos, electricidade e comunicações) que permitam uma fácil e imediata adaptação do pátio a diversas actividades e eventos culturais.

Assumindo-se como **a segunda entrada nobre do Paço das Escolas, a Escadaria de Minerva permite a ligação entre Pátio das Escolas e o piso inferior, ao nível da antiga prisão universitária, situada sob a Casa da Livraria.** Alvo de várias remodelações nos séculos XVI e XVII, adquiriu a configuração actual no ano de 1724, em resultado da construção da Biblioteca Joanina. Erguida sobre o declive existente, a escadaria é formada por um conjunto de seis lanços de escadas, sendo dois duplos e paralelos, todos guarnecidos por gradeamento de ferro intercalado por pilaretes em pedra. Nela figura um portal rectangular, encimado por frontão curvo interrompido que exhibe no topo a estátua pétreo alegórica da Sabedoria, comumente dita Minerva, da autoria do escultor barroco Frei Cipriano da Cruz. **A conservação e restauro das Escadas de Minerva incluem um conjunto de trabalhos a executar que, no essencial, correspondem à consolidação da estrutura e ao tratamento, limpeza e protecção das superfícies pétreas.**

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra, CM Coimbra

Paço das Escolas e Torre da Universidade

E.10.07

E

A operação “reposição da autenticidade construtiva e plástica dos edifícios” engloba um conjunto de intervenções de restauro dos edifícios de importante valor histórico-patrimonial e de significativas potencialidades turísticas. A concretização desta operação prevê actuações sobre imagens-símbolo da UC, marcados por anos de história, no sentido da recuperação da respectiva autenticidade e brio, dos quais destacam-se:



Prioridade da Operação:

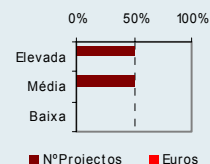


Área de Influência:

Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



▪ **Paço das Escolas:** Intervenções de correcção das degradações de maior expressão e das intervenções dissonantes efectuadas desde os anos 40, com o objectivo central de reposição da autenticidade construtiva e plástica do edifício, essencial à candidatura a Património Mundial da UNESCO, bem como para a valorização do circuito turístico.

▪ **Torre da Universidade:** imagem-símbolo da Universidade de Coimbra, a Torre será objecto de uma intervenção global de conservação e requalificação, que permitirá o acesso diurno e nocturno ao seu topo actuação com o objectivo de valorizar o circuito turístico e recuperar um ícone que simbolicamente é da maior relevância para a Universidade e a cidade.

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra, CM Coimbra

Reposição da autenticidade plástica e construtiva dos edifícios e reordenamento funcional do edificado

E.10.08

E

A operação engloba um conjunto de intervenções regidas pela necessidade de preservação do património e **reposição da autenticidade construtiva e plástica dos edifícios essenciais à candidatura a Património Mundial da UNESCO** e requalificação das condições de funcionamento das unidades pedagógicas. Neste contexto, destacam-se um conjunto de actuações em alguns edifícios de referência como:

Prioridade da Operação:

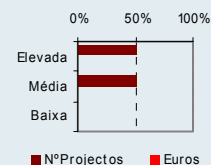


Área de Influência:

Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- Edifícios do Estado Novo, sobre os quais se pretendem desenvolver uma intervenção com vista à correcção das degradações de maior expressão e intervenção nas infra-estruturas eléctricas de aquecimento, ventilação e ar condicionado.



- Edifícios dos Colégios Universitários, sobre os quais se pretendem desenvolver uma intervenção com vista à correcção das degradações de maior expressão e intervenção nas infraestruturas eléctricas de aquecimento, ventilação e ar condicionado

Promotor/Parcerias: Universidade de Coimbra, CM Coimbra

EIXO V

Garantir a coesão territorial interna da região – Programa para a valorização dos pólos rurais e dos pólos urbanos de segundo nível, mobilidade para acesso às redes de equipamentos e infraestruturas

Garantir a coesão territorial interna da região, organizado em torno da identificação das complementaridades e sinergias entre territórios que permitem equilibrar a rendibilização dos equipamentos e qualificação dos serviços às famílias com a flexibilidade, proximidade e facilidade de acesso das populações aos equipamentos e serviços públicos e sociais

Objectivo Específico

11 Fomentar o acesso a serviços e equipamentos públicos

Acções Integradas
























































- a) Pré-escolar, ensino básico e secundário
- b) Equipamentos de cultura, desporto e lazer
- c) Equipamentos sociais, de saúde e iniciativas de inclusão e desenvolvimento comunitário
- d) Equipamentos e serviços públicos de proximidade
- e) Ciclo urbano da água e gestão dos resíduos urbanos

Objectivo Específico

12 Promover a mobilidade regional

Acções Integradas

- a) Acessibilidades intra-regionais e rede de mobilidade capilar

EIXO V		Obj. 11 – Fomentar o acesso a serviços e equipamentos públicos																			
Acção Integrada	a. .Pré-escolar, ensino básico e secundário																				
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora																		
D.11.01	Ampliação e requalificação da rede regional de ensino pré-escolar e básico	D1																			
D.11.02	Ampliação e requalificação da rede regional de ensino do 2º e 3º ciclo e ensino secundário	D2																			
Actores Envolvidos:		Municípios do Baixo Mondego, Ministério da Educação e IPSS																			
<div>Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos</div> <table><tr><td>Potencial Humano</td><td></td></tr><tr><td>Factores de Competitividade</td><td></td></tr><tr><td>Valorização Territorial</td><td></td></tr><tr><td>Cooperação Territorial</td><td></td></tr></table>		Potencial Humano		Factores de Competitividade		Valorização Territorial		Cooperação Territorial		<div>Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos</div> <table><tr><td>E1 – Competitividade e Inovação</td><td></td></tr><tr><td>E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos</td><td></td></tr><tr><td>E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais</td><td></td></tr><tr><td>E4- Protecção e Valorização Ambiental</td><td></td></tr><tr><td>E 5 – Governação e Capacitação Institucional</td><td></td></tr></table>		E1 – Competitividade e Inovação		E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais		E4- Protecção e Valorização Ambiental		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	
Potencial Humano																					
Factores de Competitividade																					
Valorização Territorial																					
Cooperação Territorial																					
E1 – Competitividade e Inovação																					
E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos																					
E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais																					
E4- Protecção e Valorização Ambiental																					
E 5 – Governação e Capacitação Institucional																					
<div>Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos</div> <table><tr><td>E 1 </td><td>E 2 </td><td>E 3 </td><td>E 4 </td></tr></table>		E 1 	E 2 	E 3 	E 4 	<div>Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos</div> <table><tr><td>O1 </td><td>O2 </td><td>O3 </td><td>O4 </td><td>O5 </td><td>O6 </td></tr></table>		O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 								
E 1 	E 2 	E 3 	E 4 																		
O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 																
 Relação forte		 Relação relevante																			
		 Relação fraca																			

Ampliação e requalificação de rede regional de ensino pré-escolar e básico**D.11.01****D1**

A operação engloba as iniciativas previstas nas Cartas Educativas (aprovadas) dos Municípios do Baixo Mondego. A implementação destas directivas inclui, no âmbito do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, projectos específicos de:

▪ **Implementação da requalificação dos centros educativos e redes de escolas** do pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico e **ampliação/manutenção do parque escolar**, dotando os centros escolares de

melhores condições físicas das infraestruturas (como sejam salas de estudo, salas polivalentes, refeitório, espaços de recreio com equipamentos lúdicos, áreas desportivas cobertas, refeitório, biblioteca), obedecendo às directivas de "concentração escolar".

▪ **Reorganização das redes educativas e construção de pólos/centros educativos** coerentes no contexto das directrizes de "concentração escolar" no sentido da renovação do parque escolar do Baixo Mondego e do alcance de uma rede de escolas de excelência e qualidade material e imaterial e **medidas de reestruturação da rede escolar** devido às directrizes colocadas pelas cartas escolares.

▪ **Adaptação das redes escolares aos desafios inerentes à proliferação das novas tecnologias** e adaptar as vantagens dos inovadores sistemas de comunicação e tecnologia aos processos de aprendizagem, facultando às escolas de formas relacionais de ensino interactivo dotando-as de bens de equipamento informático e digital essencial ao alcance deste objectivo, e de inserção das escolas na nova dinâmica global da "sociedade digital".

Construção/Ampliação de Jardins-de-infância e Escolas Pré-Primárias

Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego, Ministério da Educação e IPSS

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar

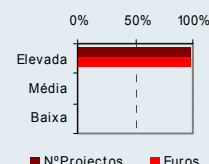
Prioridade da
Operação:
★★★★★

Área de
Influência:
Local

Horizonte
Temporal:
2008-2010

Custo
Estimado:
64.050.000€

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):

**Ampliação e requalificação da rede regional de ensino de 2º e 3º ciclo e ensino secundário****D.11.02****D2**

Esta operação compreende acções que envolvam estabelecimentos dos 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário, actualmente sob a tutela do Ministério da Educação, visando dar resposta às necessidades regionais. Estão contempladas acções que promovam a construção e a ampliação e/ou requalificação de escolas secundárias, e melhoria dos seus equipamentos, de modo a aumentar a qualidade de oferta deste nível de ensino e, fundamentalmente, de promover a diminuição dos níveis de insucesso e de abandono do ensino secundário.

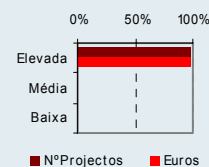
Prioridade da
Operação:
★★★★★

Área de
Influência:
Local

Horizonte
Temporal:
2008-2013

Área de
Influência:
Local

Prioridades
Intra-Operação
(projectos):



Promotor/Parcerias: Ministério da Educação

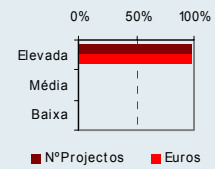
EIXO V		Obj. 11 – Fomentar o acesso a serviços e equipamentos públicos	
Acção Integrada	b. Equipamentos de cultura, desporto e lazer		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.11.01	Desenvolvimento estruturante de acção cultural	A	
D.11.03	Ampliação e requalificação da rede regional de equipamentos desportivos	D1	
D.11.04	Ampliação e requalificação da rede regional de equipamentos da cultura e do conhecimento	D1	
D.11.05	Ampliação e requalificação da rede regional de parques infantis	D1	
Actores Envolvidos:		Associação de Municípios do Baixo Mondego, Municípios do Baixo Mondego, Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto Português do Livro e da Biblioteca, outros organismos da Adm. Central, Fundação Bissaya Barreto, Privados	
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação	
Factores de Competitividade		E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental	
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos	
E 1		O1	
E 2		O2	
E 3		O3	
E 4		O4	
		O5	
		O6	
Relação forte		Relação relevante	
		Relação fraca	

Desenvolvimento Estruturante de Acção Cultural**A.11.01****A**

A operação surge articulada com as intervenções de ampliação e requalificação da rede regional de equipamentos culturais e ainda com os projectos de valorização do património histórico e cultural, no âmbito do desenvolvimento de produtos turísticos, visando criar **uma base partilhada de avaliação, formação e gestão dos activos culturais, promovida pela Associação de Municípios**. Operação prevê:

Prioridade da Operação:
★★★★★Área de Influência:
Regional ou SuperiorHorizonte Temporal:
2007-2013Custo Estimado:
2.600.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



- Levantamento dos equipamentos culturais existentes na região e respectivas actividades para redefinição da sua gestão de modo partilhado com outras instituições
- Eventuais construções de novas estruturas e apetrechamento ao nível do equipamento fundamental à actividade cultural
- Lançamento de planos de dinamização cultural de âmbito regional abarcando as áreas da música, artes plásticas, cinema, teatro, incluindo a articulação de agendas, ciclos de programação e das iniciativas de divulgação e promoção
- Criação de um quadro de formação, em parceria com instituições de ensino, para habilitar técnicos na área da cultura, nomeadamente técnicos de museografia, luminotecnia e som, produtores de artes plásticas e de arte de cena, gestores de projectos culturais, etc. A iniciativa prevê uma tipologia de formação equivalente aos cursos profissionais do ensino oficial e outra com formação mais intensa e direccionada equivalente a mestrado e/ou pós-graduação

Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria**Regulamentos do PO Regional aplicáveis:** Património Cultural, Redes de Equipamentos Culturais**Ampliação e requalificação da rede regional de equipamentos desportivos****D.11.03****D1**

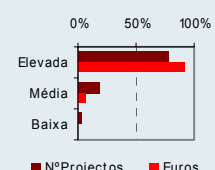
A operação congrega iniciativas dos municípios do Baixo Mondego no domínio dos equipamentos desportivos, com vista ao aumento dos níveis de cobertura populacional da região por este tipo de equipamentos e da correspondente tradução na promoção de melhores níveis de coesão social.

Incluem-se, nomeadamente, investimentos que visam dar continuidade aos projectos já iniciados de implementação de complexos desportivos,

investimentos que visam a construção de novos equipamentos (Centro de Alto Rendimento, pavilhões multi-usos, pavilhões desportivos, pavilhões gimnodesportivos, campos de futebol, piscinas cobertas e descobertas), bem como intervenções de requalificação e remodelação de equipamentos existentes (salas de treino, requalificação de interiores e exteriores e de infra-estruturas de apoio, colocação de pisos de relva sintética).



Prioridade da Operação:
★★★★★Área de Influência:
LocalHorizonte Temporal:
2008-2010Custo Estimado:
41.425.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):

**Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego, Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, Fundação Bissaya Barreto com possibilidade de parceria público/privado****Regulamentos do PO Regional aplicáveis:** Equipamentos para a Coesão Local

Ampliação e requalificação de rede regional de equipamentos de cultura e conhecimento		D.11.04	D1																
<p>A operação congrega iniciativas dos municípios do Baixo Mondego no domínio dos equipamentos culturais e do conhecimento, com vista ao aumento dos níveis de cobertura populacional da região por este tipo de equipamentos e da correspondente tradução na promoção de melhores níveis de coesão social. A operação prevê a construção de novos equipamentos e a requalificação da rede já instalada, sendo que as incitativas enquadráveis nas seguintes tipologias:</p> <ul style="list-style-type: none">Equipamentos de conservação e protecção do conhecimento: arquivos, bibliotecasEquipamentos de divulgação e dinamização das artes e da cultura: centros culturais, teatros e auditóriosEquipamentos de divulgação e dinamização da cultura científica e tecnológica: Centros de Ciência Vida, espaços de acesso a internet		<table><tr><td>Prioridade da Operação: ★★★★★</td><td>Área de Influência: Local</td></tr><tr><td>Horizonte Temporal: 2008-2010</td><td>Custo Estimado: 12.800.000€</td></tr></table>	Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Local	Horizonte Temporal: 2008-2010	Custo Estimado: 12.800.000€	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <table><thead><tr><th>Nível</th><th>NºProjectos (%)</th><th>Euros (%)</th></tr></thead><tbody><tr><td>Elevada</td><td>~85</td><td>~75</td></tr><tr><td>Média</td><td>~45</td><td>~40</td></tr><tr><td>Baixa</td><td>0</td><td>0</td></tr></tbody></table>	Nível	NºProjectos (%)	Euros (%)	Elevada	~85	~75	Média	~45	~40	Baixa	0	0
Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Local																		
Horizonte Temporal: 2008-2010	Custo Estimado: 12.800.000€																		
Nível	NºProjectos (%)	Euros (%)																	
Elevada	~85	~75																	
Média	~45	~40																	
Baixa	0	0																	
<p>Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego, Ministério da Cultura, Instituto Português do Livro e da Biblioteca, Ministério da Ciência e Tecnologia, associações locais com possibilidade de parceria público/privado</p>																			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local, Redes de Equipamentos Culturais, Economia Digital e Sociedade do Conhecimento; Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento</p>																			

Ampliação e requalificação de rede regional de parques infantis		D.11.05	D1								
A operação visa a requalificação de parques infantis, em todo o concelho, garantindo o cumprimento de qualidade e segurança.	Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Local	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <table><thead><tr><th>NºProjectos</th><th>Euros</th></tr></thead><tbody><tr><td>85%</td><td>75%</td></tr><tr><td>45%</td><td>40%</td></tr><tr><td>0%</td><td>0%</td></tr></tbody></table>	NºProjectos	Euros	85%	75%	45%	40%	0%	0%
	NºProjectos	Euros									
	85%	75%									
45%	40%										
0%	0%										
Horizonte Temporal: 2008-2010	Custo Estimado: 900.000€										
Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego, IPSS e IBIMOTA – Laboratório da Ensaios Certificado											
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local											

EIXO V		Obj. 11 – Fomentar o acesso a serviços e equipamentos públicos							
Acção Integrada	c. Equipamentos sociais, de saúde e iniciativas de inclusão e desenvolvimento comunitário								
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora						
A.11.03	Carta Social do Baixo Mondego	A							
A.11.04	Educação, formação e desenvolvimento comunitário	A							
B.11.01	Unidade de Cuidados Continuados de Saúde de Condeixa	B							
D.11.06	Ampliação e requalificação da rede regional de prestação de cuidados básicos de saúde	D2							
C.11.01	Iniciativas Municipais no domínio do apoio aos cidadãos portadores de deficiência	C							
D.11.07	Ampliação e requalificação da rede regional de equipamentos e serviços de acção social	D1							
Actores Envolvidos:	Associação de Municípios do Baixo Mondego, Municípios do Baixo Mondego, ADELO, Santa Casa da Misericórdia de Condeixa, Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, Associação Portuguesa para as Perturbações de Desenvolvimento e Autismo e Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra, outras IPSS, Adm. Central								
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos							
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação							
Factores de Competitividade		E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos							
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais							
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental							
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional							
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos							
E 1 	E 2 	E 3 	E 4 	O1 	O2 	O3 	O4 	O5 	O6 
 Relação forte		 Relação relevante		 Relação fraca					

Carta Social do Mondego		A.11.03	A
<p>A operação visa a realização de uma Carta Social Regional assumida pelos Municípios do Baixo Mondego como a base da planificação estratégica da intervenção social local. Pretende-se que a Carta Social constitua um instrumento multiusos de extrema flexibilidade nos domínios da informação social, de preparação da tomada de decisões, de apoio à cooperação institucional e, inclusivamente, de informação para os cidadãos, no domínio dos equipamentos sociais. Uma Carta Social regional permite identificar os níveis de cobertura populacional e, consequentemente, realizar esforços conjuntos que visem colmatar lacunas de serviços e desnecessárias duplicações e ineficiências. A concretização da operação passa por um levantamento pormenorizado dos equipamentos sociais disponíveis no Baixo Mondego – no domínio do apoio à infância, à velhice, aos adultos em situação de dependência, aos cidadãos com necessidades especiais – e por uma análise das suas condições de funcionamento e das oportunidades de implementação de modelos de gestão mais eficientes e, em ultima instância, de melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.</p>			
<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>		<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
<p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>		<p>Custo Estimado: 175 000€</p>	
<p>Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria, IPSS</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional</p>			

Educação, Formação e Desenvolvimento Comunitário		A.11.04	A
<p>A operação prevê um conjunto de iniciativas nos domínios da educação, formação e desenvolvimento comunitário junto de populações em risco de exclusão social, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Acções de formação de adultos, visando o aumento das competências escolares e profissionais da população em idade activa, com baixa qualificação escolar, a qual dificilmente integra as respostas convencionais formativas. Para além do aumento das competências escolares, as acções de formação incluem o reforço das competências pessoais e sociais, com vista ao combate da discriminação social e empowerment da população beneficiária.▪ Acções de animação e desenvolvimento comunitário, visando envolver os cidadãos nas dinâmicas económicas e sociais que mais influenciam o futuro das comunidades e territórios em que estão inseridos. Entre as iniciativas enquadráveis destacam-se a definição de modelos de gestão comunitária e de proximidade de equipamentos e serviços sociais, a implementação de campanhas de sensibilização, o reforço do empreendedorismo comunitário.		<div><div><div>Prioridade da Operação: ★★★★★</div><div>Horizonte Temporal: 2008-2013</div></div><div><div>Área de Influência: Regional ou Superior</div><div>Custo Estimado: 15.000.000€</div></div></div>	<div><div>Prioridades Intra-Operação (projectos):</div><div><div><div>0%50%100%</div><div><div>Elevada</div><div>Média</div><div>Baixa</div></div><div><div>NºProjectos</div><div>Euros</div></div></div></div></div>
Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego em parceria, ADELO, IPSS			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional			

Unidade de cuidados continuados de saúde de Condeixa		B.11.01	B					
<p>O projecto de construção de um hospital de retaguarda nas antigas instalações do Hospital de Condeixa tem com objectivo criar uma Unidade de Cuidados Continuados de Saúde, a fim de servir a região do Baixo Mondego</p> <p>A criação de hospitais que acolham doentes estáveis, necessitados de cuidados continuados de saúde só possíveis em condições de internamento, tem-se vindo a tornar cada vez mais pertinente. Os argumentos utilizados são, entre outros, de que com menor dispêndio de recursos podem acompanhar de forma mais humanizada a evolução da situação clínica dos doentes pela maior proximidade com as famílias (muitas sem uma estrutura económico-social para os apoiar) e pela especialização dos profissionais de saúde encarregados de lhes dar assistência. Acresce que a criação deste hospital de retaguarda pode ainda ajudar a libertar algumas camas de internamento dos Hospitais Centrais de Coimbra e dos Hospitais da Universidade de Coimbra.</p> <p>O Hospital de Retaguarda de Condeixa contará com 45 camas, número considerado ideal para a rendibilidade do projecto. A sua gestão poderá ser assegurada directamente pela fundação proprietária das instalações ou entregue à Santa Casa da Misericórdia de Condeixa. Para assegurar o encaminhamento dos doentes dos hospitais da região serão estabelecidos protocolos com a ARS do Centro (Coimbra), Segurança Social, Hospitais Centrais de Coimbra e dos Hospitais da Universidade de Coimbra.</p>		<table><tr><td>Prioridade da Operação: ★★★★★</td><td>Área de Influência: Regional ou Superior</td><td rowspan="2"><p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p><p>0% 50% 100%</p><p>■ NºProjectos ■ Euros</p></td></tr><tr><td>Horizonte Temporal: 20011-2013</td><td>Custo Estimado: 4.000.000 €</td></tr></table>		Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>	Horizonte Temporal: 20011-2013	Custo Estimado: 4.000.000 €
Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>						
Horizonte Temporal: 20011-2013	Custo Estimado: 4.000.000 €							
Promotor/Parcerias: CM Condeixa e Santa Casa da Misericórdia de Condeixa								
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local								

Iniciativas municipais de apoio aos cidadãos portadores de deficiência		C.11.01	C
<p>A promoção de uma política de saúde, encaminhamento e integração dos portadores de deficiência encontra no projecto de construção de residências em Penacova e Condeixa e Coimbra destinadas a albergar pessoas com deficiência mental, física e perturbações do desenvolvimento e acompanhar a sua formação e desenvolvimento pessoal, um forte contributo para a supressão de lacunas regionais no domínio do apoio à população com necessidades especiais e às suas famílias. A operação faz-se em estreita colaboração com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, Associação Portuguesa para as Perturbações de Desenvolvimento e Autismo e Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra, pelo que se assume também como um exemplo relevante de apoio institucional à acção de instituições de índole social sem fins lucrativos na região.</p>		<div><div><div>Prioridade da Operação: ★★★★★</div><div>Área de Influência: Regional</div></div><div><div>Horizonte Temporal: 2008-2013</div><div>Custo Estimado: 6.300.000€</div></div></div> <div><div>Prioridades Intra-Operação (projectos):</div><div><div>0%50%100%</div><div><div>Elevada</div><div>Média</div><div>Baixa</div></div><div><div>NºProjectos</div><div>Euros</div></div></div></div>	
<p>Promotor/Parcerias: CM Penacova, CM Condeixa, Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, Associação Portuguesa para as Perturbações de Desenvolvimento e Autismo e Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local</p>			

Ampliação e requalificação da rede regional de prestação de cuidados primários de saúde		D.11.02	D2
<p>Esta operação engloba iniciativas que se integram nas competências da intervenção autárquica ao nível do acesso da população aos cuidados primários de saúde. Pretende-se construir novos Centros de Saúde em Coimbra, Figueira da Foz e Soure, dando resposta ao aumento do número de utentes</p>	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>	
	<p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>	<p>Área de Influência: Local</p>	
Promotor/Parcerias: Ministério da Saúde			

Ampliação e requalificação de rede regional de equipamentos e serviços de acção social		D.11.07	D1
<p>A operação congrega iniciativas dos municípios do Baixo Mondego no domínio dos equipamentos e serviços de acção social, com vista ao aumento dos níveis de cobertura populacional da região por este tipo de equipamentos e da correspondente tradução na promoção de melhores níveis de coesão social. A operação prevê a construção de novos equipamentos e a requalificação da rede já instalada, sendo que as iniciativas enquadráveis nas seguintes tipologias</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Creches e ATL ▪ Centros de acolhimentos e protecção de jovens e crianças em risco ▪ Centro cívicos e comunitários, Centros de dia ▪ Lares residenciais, Centros de Noite ▪ Apoio Domiciliário 	<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>	<p>Área de Influência: Local</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>
	<p>Horizonte Temporal: 2008-2010</p>	<p>Custo Estimado: 30.400.000€</p>	
Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego, IPSS			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local			

EIXO V		Obj. 11 – Fomentar o acesso a serviços e equipamentos públicos	
Acção Integrada	d. Equipamentos e serviços públicos de proximidade		
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora
A.11.05	Serviços de protecção animal	A	
A.11.06	Sistema de prevenção, aviso e alerta	A	
C.11.05	Ampliação e modernização tecnológica do quartel da CBS	C	
D.11.07	Equipamentos multi-serviços de proximidade	D1	
D.11.08	Modernização das infraestruturas físicas dos serviços municipais	D1	
D.11.09	Tribunal Judicial de Penacova	D2	
Actores Envolvidos:		Associação de Municípios do Baixo Mondego, Municípios do Baixo Mondego, entidades de protecção civil, Ministério da Administração Interna, outros organismos da Adm. Central e Privados	
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos	
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação	
Factores de Competitividade		E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais	
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental	
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional	
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos	
E 1	E 2	E 3	E 4
O1	O2	O3	O4
		O5	O6
Relação forte		Relação relevante	
		Relação fraca	

Serviços de Protecção Animal		A.11.05	A
<p>A operação visa dotar a região de equipamentos e serviços de protecção animal com condições para: resposta a potencial epizootia (gripe aviária – H5N1) e armazenagem e congelação de cadáveres; eutanásia de animais errantes; serviços de enfermagem para animais doentes e/ou traumatizados; higienização dos veículos, contentores de armazenagem de cadáveres e de outro material móvel; tosquia e higienização de animais errantes; recolha de animais errantes ou abandonados, com alojamentos para grandes animais e para animais exóticos; instalações sanitárias e vestiários para os recursos humanos; serviços de secretária e serviços técnicos</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p> <p>Custo Estimado: 1.250.000€</p> <p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
<p>Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local</p>			

Sistema de Prevenção, Aviso e Alerta		A.11.06	A
<p>A operação prevê a aquisição de recursos, meios e equipamentos adequados a uma resposta rápida e eficaz em caso de desastres naturais ou de natureza diversa. As iniciativas são enquadráveis nas seguintes tipologias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de Planos de Emergência - identificação dos principais riscos e vulnerabilidades; elaboração de cartografia de risco ▪ Implementação de Sistema de Comunicação alternativo em caso de falha generalizada em terra ▪ Dinamização de acções e espaços multidisciplinares de formação e sensibilização quer de populações, designadamente das comunidades escolares, quer de técnicos e agentes da protecção civil, em caso de catástrofe, calamidade ou acidente grave. 		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>	<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p> <p>Custo Estimado: 6.650.000€</p> <p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
<p>Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria, Ministério da Administração Interna, entidades de protecção civil</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Prevenção e Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções imateriais</p>			

Ampliação e modernização tecnológica do quartel da CBS		C.11.02	C
<p>O quartel CBS de Coimbra é um equipamento da região com bombeiros profissionais (sapadores) e que pode ser chamado a actuar fora do concelho, como tem vindo a ocorrer. A operação prevê a requalificação das infraestruturas físicas do quartel – instalações para treino físico, áreas de armazenamento e apoio, oficinas e arranjos exteriores – bem como a sua modernização tecnológica.</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2010</p>	<p>Área de Influência: Regional</p> <p>Custo Estimado: 1.400.000€</p> <p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
Promotor/Parcerias: CM Coimbra			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Prevenção e Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções materiais			

Limpeza e desassoreamento das linhas de água		D.11.07	D1
<p>A operação prevê a limpeza e desassoreamento das linhas de água principais em toda a área do município de Soure, incluindo 5 metros para cada lado do seu limite. Visa garantir o seu normal escoamento, especialmente na época das chuvas de forma a prevenir e evitar problemas de obstrução que ocasionem o seu transbordo e consequentes prejuízos à população</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2010</p>	<p>Área de Influência: Local</p> <p>Custo Estimado: 400.000€</p> <p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
Promotor/Parcerias: CM Soure			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Acções de Valorização e Qualificação Ambiental			

Equipamentos multiserviços de proximidade		D.11.08	D1
<p>A operação prevê a criação de equipamentos multiusos de proximidade que articulem valências sociais – espaços de socialização, formação, e sensibilização – e valências comerciais em parceria Público/Privado.</p> <p><i>* Inclui investimento privado estimado na ordem dos 4.700.000€</i></p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Horizonte Temporal: 2011-2013</p>	<p>Área de Influência: Local</p> <p>Custo Estimado: 5.050.000€*</p> <p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
Promotor/Parcerias: CM Mira em parceria Público/Privado			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local			

Requalificação e modernização das infraestruturas físicas dos serviços municipais		D.11.09	D1
<p>A operação congrega as iniciativas municipais de ampliação, requalificação e modernização das infraestruturas físicas dos serviços municipais, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> Construção, reestruturação, redimensionamento e obras de melhoramento dos Paços de Concelho, com vista à melhoria das condições de trabalho dos funcionários autárquicos e de atendimento ao cidadão. Construção de armazéns, oficinas e estaleiros municipais 		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2010</p>	<p>Área de Influência: Local</p> <p>Custo Estimado: 21.000.000€</p> <p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>■ Nº Projectos ■ Euros</p>
Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego e Ministério da Administração Interna e Direcção-Geral da Administração Local			
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Equipamentos para a Coesão Local			

Tribunal Judicial de Penacova		D.11.10	D2
<p>Construção de um edifício moderno com as necessárias condições ao bom desenvolvimento da actividade judicial. A construção do novo edifício permitirá libertar o edifício antigo que servirá de Casa Municipal de cultura, colmatando assim uma falta sentida a esse nível</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>	<p>Área de Influência: Local</p> <p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>■ Nº Proj. ■ Euros</p>
Promotor/Parcerias: Ministério da Justiça			

EIXO V		Obj. 11 – Fomentar o acesso a serviços e equipamentos públicos							
Acção Integrada	e. Ciclo urbano da água								
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora						
D.11.11	Ciclo urbano da água	D1							
D.11.12	Gestão dos resíduos urbanos	D1							
Actores Envolvidos:		Municípios do Baixo Mondego, Águas de Coimbra, Águas de Portugal, Sistema Multicanal Águas do Mondego, RSUC – Resíduos Sólidos do Centro, outras entidades autárquicas, Administração Central							
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos							
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação							
Factores de Competitividade		E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos							
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais							
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental							
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional							
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos							
E 1	E 2	E 3	E 4	O1	O2	O3	O4	O5	O6
Relação forte		Relação relevante		Relação fraca					

Ciclo Urbano da Água		D.11.11	D1
<p>A melhoria progressiva dos indicadores ambientais e a qualidade de vida e o bem-estar da população é o principal objectivo desta operação que visa a criação/reabilitação/ampliação de infra-estruturas associadas aos sistemas de abastecimento de água de saneamento e drenagem de águas residuais. Neste sentido, esta operação considera as seguintes tipologias de intervenção:</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p> <p>Custo Estimado: 131.500.000€</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conclusão/reabilitação/beneficiação/reforço de redes de saneamento básico/sistema de abastecimento público de água/redes de água, construção/beneficiação da rede de esgotos. ▪ Conclusão/reabilitação/Beneficiação de redes de drenagem de águas residuais. ▪ Renovação/Reabilitação da rede de distribuição de água. ▪ Melhoria/Desenvolvimento/Implementação de Sistemas de Informação Geográfica para as redes de abastecimento de água e de drenagem e Sistemas de Telegestão e Instrumentação dos Sistemas. ▪ Beneficiações de ETAR. ▪ Remodelação Reservatórios e de Centrais Elevatórias ▪ Requalificação das ribeiras e linhas de drenagem de águas pluviais/Coletores pluviais e das bacias 			
<p>Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego, Ministério do Ambiente, Águas de Coimbra, Águas de Portugal, Sistema Multicanal Águas do Mondego e outras entidades autárquicas e organismos da Administração Central</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Ciclo Urbano da Água</p>			

Gestão dos resíduos urbanos		D.11.12	D1
<p>A melhoria progressiva dos indicadores ambientais e a qualidade de vida e o bem-estar da população é o principal objectivo desta operação que visa a criação/reabilitação de sistemas de tratamento de resíduos sólidos e higiene e limpeza das áreas de intervenção. Neste sentido, esta operação considera as seguintes propostas de actuação:</p>		<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p> <p>Área de Influência: Local</p> <p>Horizonte Temporal: 2008-2010</p> <p>Custo Estimado: 15.000.000€</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p> <p>0% 50% 100%</p> <p>Elevada Média Baixa</p> <p>■ NºProjectos ■ Euros</p>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reformulação do sistema de deposição de resíduos sólidos urbanos nas freguesias do Centro Histórico de Coimbra ▪ Rede de ecocentros com carácter de proximidade aos maiores produtores de resíduos potencialmente recicláveis ▪ Recolha Selectiva de Proximidade na Rede Escolar do Município. ▪ Reformulação do sistema de deposição de RSU executada pelos SUH –Serviços Urbanos de Higiene da CMC . ▪ Criação de Centros de Transferência de Resíduos e vazadouros municipais . ▪ Higiene e Limpeza Urbana. 			
<p>Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego e ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro com possibilidade de parceria público/privado</p>			
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Optimização da Gestão dos Resíduos Urbanos</p>			

EIXO V		Obj. 12 – Promover a mobilidade regional							
Acção Integrada	a. Acessibilidades intra-regionais e rede de mobilidade capilar								
	Operações englobadas na Acção Integrada	Tipo	Âncora						
A.12.01	Estudos de mobilidade e transportes nas áreas rurais de baixa densidade	A							
D.12.01	Acessibilidades intraconcelhias e rede de mobilidade capilar	D1							
D.12.02	Passagem superior no ramal da Figueira da Foz	D1							
Actores Envolvidos:	Associação de Municípios do Baixo Mondego, Municípios do Baixo Mondego, REFER, Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres e outros organismos da Adm. Central								
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos							
Potencial Humano		E1 – Competitividade e Inovação							
Factores de Competitividade		E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos							
Valorização Territorial		E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais							
Cooperação Territorial		E4- Protecção e Valorização Ambiental							
		E 5 – Governação e Capacitação Institucional							
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos							
E 1	E 2	E 3	E 4	O1	O2	O3	O4	O5	O6

Estudos de mobilidade e transportes nas áreas rurais de baixa densidade		A.12.01	A					
<p>No modelo de organização territorial do Baixo Mondego encontram-se diversas áreas em que a tendência global de concentração num núcleo urbano e de desertificação das freguesias mais rurais consubstancia-se numa ocupação de baixa densidade. Desenha-se assim um cenário em que o número total de cidadãos residentes em pequenas aglomerações justifica a emergência de sérias preocupações acerca da sua conectividade com os núcleos urbanos onde se encontram as bolsas de emprego com maior massa crítica e onde estão disponíveis os principais equipamentos sociais. Acresce ainda que o elevado índice de envelhecimento e o baixo poder de compra que caracteriza uma parte significativa da população residente em áreas rurais de baixa densidade dificultam o recurso ao transporte individual.</p> <p>Neste contexto, e dado que a dispersão no território constitui um sério entrave à consolidação de um operador privado de transportes públicos, justifica-se uma operação integrada por parte da Associação de Municípios que visa definir e, numa segunda fase, facilitar a concretização, das soluções de mobilidade nas áreas rurais de baixa densidade que melhor promovem a coesão territorial e social.</p>		<table><tr><td>Prioridade da Operação: ★★★★★</td><td>Área de Influência: Regional ou Superior</td><td rowspan="2"><div>Prioridades Intra-Operação (projectos):</div><div><div><div>0%50%100%</div><div><div>Elevada</div><div>Média</div><div>Baixa</div></div><div><div>NºProjectos</div><div>Euros</div></div></div></div></td></tr><tr><td>Horizonte Temporal: 2008-2013</td><td>Custo Estimado: 500.000€</td></tr></table>		Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior	<div>Prioridades Intra-Operação (projectos):</div> <div><div><div>0%50%100%</div><div><div>Elevada</div><div>Média</div><div>Baixa</div></div><div><div>NºProjectos</div><div>Euros</div></div></div></div>	Horizonte Temporal: 2008-2013	Custo Estimado: 500.000€
Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior	<div>Prioridades Intra-Operação (projectos):</div> <div><div><div>0%50%100%</div><div><div>Elevada</div><div>Média</div><div>Baixa</div></div><div><div>NºProjectos</div><div>Euros</div></div></div></div>						
Horizonte Temporal: 2008-2013	Custo Estimado: 500.000€							
Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria								
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional, Mobilidade Territorial								

Acessibilidades intraconcelhias e rede de mobilidade capilar**D.11.13****D1**

Esta operação prevê a estruturação de uma rede de acessibilidades rodoviárias a nível intraconcelhias, promovendo ao fácil acesso aos principais pólos urbanos sem descurar a mobilidade capilar nas zonas de baixa densidade. Neste sentido, no âmbito desta operação, são consideradas duas vertentes distintas:

- Requalificação da estrutura rodoviária urbana dos pólos urbanos sedes de concelho. O objectivo desta operação visa corrigir as deficiências ao nível da mobilidade interna que se verificam actualmente e que são ocasionadas principalmente pela disfunção do tráfego gerado face às redes viárias existentes. Neste sentido, perspectiva-se a construção de circulares a cidades e a requalificação dos principais eixos rodoviários urbanos.
- Beneficiação e requalificação da rede de estradas municipal (Caminhos e Estradas Municipais), melhorando e reforçando as acessibilidades aos/entre aglomerados urbanos e rurais. Integra-se também nesta operação a garantia de acessos a locais mais isolados a fim de garantir as boas práticas assistenciais no domínio da área social e da área da saúde. O objectivo centra-se assim na melhoria significativa das condições de vida da população rural, promovendo a sua fixação, uma vez que serão asseguradas melhores garantias ao desenvolvimento local. Deste modo, contemplam-se projectos de Construção/Reparação/Alargamento de Estradas e Caminhos Municipais e Construção/Reparação/Alargamento de vias de ligação a estradas regionais

Prioridade da Operação:

★★★★★

Área de Influência:

Local

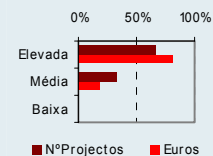
Horizonte Temporal:

2008-2010

Custo Estimado:

107.000.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parcerias: Municípios do Baixo Mondego, REFER, Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres e outros organismos da Administração Central

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Mobilidade Territorial

Passagem superior no ramal da Figueira da Foz**D.12.02****D2**

A operação prevê, no âmbito de um protocolo com a REFER, a execução de uma passagem superior ao Ramal da Figueira da Foz

Prioridade da Operação:

★★★★★

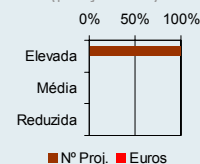
Horizonte Temporal:

2008-2010

Área de Influência:

Local

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parcerias: REFER

EIXO VI**Montagem de um Sistema de Governança Regional** – Marketing Territorial, Cooperação Intermunicipal, Cooperação Público-Público e Público-Privado, Acompanhamento e Monitorização da Estratégia

Criar uma rede de governação regional, fomentando o desenvolvimento da cooperação e da constituição de parcerias público-público e público-privado que reforcem a capacitação institucional dos actores envolvidos no processo de desenvolvimento regional

Objectivo Específico**13 Rede de governação e capacitação institucional****Ações Integradas**

- a) Agenda XXI e eficiência energética
- b) Modernização administrativa e marketing territorial

EIXO VI				Obj. 13 – Rede de governação e capacitação institucional			
Acção Integrada		a. Agenda XXI e eficiência energética					
	Operações englobadas na Acção Integrada			Tipo	Âncora		
A.13.01	Agenda XXI regional			A			
A.13.02	Racionalização energética e do uso da água e potenciação do mercado de carbono			A			
Actores Envolvidos:		Associação de Municípios do Baixo Mondego, Adm. Central					
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos				Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos			
Potencial Humano				E1 – Competitividade e Inovação			
Factores de Competitividade				E2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos			
Valorização Territorial				E3- Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais			
Cooperação Territorial				E4- Protecção e Valorização Ambiental			
				E 5 – Governação e Capacitação Institucional			
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos				Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos			
E 1		E 2		O1		O2	
E 3		E 4		O3		O4	
				O5		O6	
Relação forte				Relação relevante			
				Relação fraca			

Agenda XXI Regional		A.13.01	A				
<p>A Agenda XXI Regional é um relevante instrumento de planificação estratégica da intervenção local no domínio da protecção sustentabilidade ambiental., A sua concretização passa pelas seguintes intervenções:</p> <ul style="list-style-type: none">Realizar um diagnóstico ambiental, social e económico da regiãoImplementar um plano de participação dos cidadãos no processoElaborar um plano de acção local para a sustentabilidadeElaborar e distribuir de um manual de boas práticas ambientais que permitirá disponibilizar aos municípios um conjunto de informações práticas e úteis, bem como conselhos sobre a adopção de comportamentos Ambientalmente correctos. O manual deverá incluir temas como resíduos, recolha selectiva, indiferenciada, dejectos caninos, espaços verdes, água, energia, alterações climáticas, entre outros		<table><tr><td>Prioridade da Operação: ★★★★★</td><td>Área de Influência: Regional ou Superior</td><td rowspan="2"><div>Prioridades Intra-Operação (projectos):</div><div><div><div>0%50%100%</div><div>Elevada</div><div>Média</div><div>Baixa</div></div><div><div>■ NºProjectos</div><div>■ Euros</div></div></div></td></tr><tr><td>Horizonte Temporal: 2008-2013</td><td>Custo Estimado: 250 000€</td></tr></table>	Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior	<div>Prioridades Intra-Operação (projectos):</div> <div><div><div>0%50%100%</div><div>Elevada</div><div>Média</div><div>Baixa</div></div><div><div>■ NºProjectos</div><div>■ Euros</div></div></div>	Horizonte Temporal: 2008-2013	Custo Estimado: 250 000€
Prioridade da Operação: ★★★★★	Área de Influência: Regional ou Superior	<div>Prioridades Intra-Operação (projectos):</div> <div><div><div>0%50%100%</div><div>Elevada</div><div>Média</div><div>Baixa</div></div><div><div>■ NºProjectos</div><div>■ Euros</div></div></div>					
Horizonte Temporal: 2008-2013	Custo Estimado: 250 000€						
Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria, Administração Central							
Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional; Acções de Valorização e Qualificação Ambiental; Energia							

Racionalização Energética, do Uso da Água e Potenciação do Mercado de Carbono

A.13.02

A

A operação prevê um conjunto de intervenções de racionalização do consumo de energia e água nos equipamentos e serviços municipais, numa perspectiva de redução dos custos públicos de contexto e de promoção de um exemplo de excelência ambiental. As intervenções previstas enquadram-se nas seguintes tipologias:

▪ **Auditorias energéticas aos edifícios municipais**

- as auditorias energéticas têm como principal objectivo a identificação das medidas de utilização racional de energia e as oportunidades de aproveitamento das fontes de energia renováveis susceptíveis de contribuir para a diminuição do consumo de energia, sem prejudicar e, se possível, melhorar os níveis de conforto térmico e a qualidade ambiental no interior dos edifícios municipais. Os Municípios do Baixo Mondego pretendem reforçar a sua acção em matéria de eficiência energética, servindo de exemplo a nível local e nacional, através de uma reorientação das suas políticas e investimentos, no sentido de um desenvolvimento sustentável e respeitador do ambiente, no contexto dos compromissos em matéria de desenvolvimento sustentável a nível mundial. Os edifícios municipais a auditar serão seleccionados por consumo energética, dimensão, amostragem representativa e por oportunidade de intervenção. Deverão ser contactadas empresas certificadas e habilitadas a desenvolver todo o processo. As auditorias serão realizadas por fases: planeamento, trabalho de campo, tratamento de informação e elaboração do relatório com formulação de recomendações. A par com a selecção e concretização das medidas de eficiência energética, está prevista a elaboração de guias de boas práticas a distribuir aos utilizadores dos edifícios.

▪ **Ampliação e requalificação da rede de iluminação pública**

- substituição de luminárias que utilizam lâmpadas de vapor de mercúrio por outras dotadas de lâmpadas de sódio de alta pressão. As principais vantagens são a redução dos consumos eléctricos na ordem dos 40%, o aumento do fluxo luminoso em mais do dobro e o reforço das condições de segurança e conforto dos cidadãos.

▪ **Redução de emissões de GEE e retenção do dióxido de carbono**

- a responsabilização e sensibilização das comunidades para a redução de emissões GEE passa por intervenções diversificadas, com destaque para as iniciativas no domínio dos transportes públicos e privados (recurso ao biodiesel ou outras fontes de energia "verdes" nas frotas municipais; construção de infraestruturas de apoio à articulação intermodal dos transportes; promoção do uso racional do transporte individual) e das energias renováveis (apoio a projectos que envolvam energia solar térmica e fotovoltaica; facilitação e apoio à microgeração electricidade)

Prioridade da Operação:

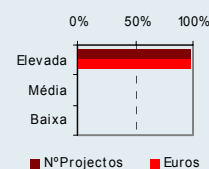


Área de Influência:
Regional ou Superior

Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
3.300.000€

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria, Administração Central

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional; Energia

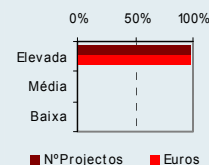
EIXO VI				Obj. 13 – Rede de governação e capacitação institucional															
Acção Integrada		b. Modernização Administrativa e Marketing Territorial																	
		Operações englobadas na Acção Integrada			Tipo	Âncora													
A.13.03		Modernização administrativa e SIG Regional			A														
A.13.04		Marketing Territorial			A														
Actores Envolvidos:		Associação de Municípios do Baixo Mondego, Coimbra Digital, AIRC, ADELO, outras associações locais, Região de Turismo do Centro e outros organismos da Adm. Central																	
Agendas do QREN: Contributo para realização dos objectivos		Prioridades Estratégicas da Região Centro Contributo para realização dos objectivos																	
Potencial Humano																			
Factores de Competitividade																			
Valorização Territorial																			
Cooperação Territorial																			
Objectivos FEADER e Nacionais Contributo para realização dos objectivos		Objectivos Estratégicos do PNPOT Contributo para realização dos objectivos																	
E 1		E 2		E 3		E 4		O1		O2		O3		O4		O5		O6	
<div> Relação forte</div> <div> Relação relevante</div> <div> Relação fraca</div>																			

A prossecução de uma estratégia de **melhoria da qualidade dos serviços prestados pelos Municípios, de promoção da transparência e simplificação dos procedimentos públicos, de reforço da capacidade das autarquias de monitorização e gestão do território e dos equipamentos e, em última instância, de redução dos custos públicos de contexto**, está no centro desta operação que contempla um conjunto diversificado de intervenções quer desenvolvidas pelos municípios e participação da AIRC quer enquadráveis no âmbito do projecto Coimbra Digital.

Prioridade da Operação:
★★★★★

Área de Influência:
Regional ou Superior

Prioridades Intra-Operação (projectos):



Horizonte Temporal:
2008-2013

Custo Estimado:
8.000.000€

A AIRC – Associação de Informática da Região Centro como maior Associação de Municípios e responsável pela parte das soluções / aplicações utilizadas pelos municípios (cerca de 200 entidades) não deverá deixar de envolver-se nesta acção.

A Associação Coimbra Região Digital - Promoção da Sociedade da Informação e do Conhecimento (ACRD) foi constituída em 27 de Junho de 2005 e tem por missão mobilizar a Região de Coimbra para um conjunto de projectos destinados a identificar e aproveitar as oportunidades que a nova era da Sociedade da Informação e do Conhecimento oferece. A ACRD funciona como interface dos municípios e dos parceiros associativos e empresariais regionais para impulsionar os processos de transformação social, urbana e económica necessários para a sociedade da informação se afirmar na região.

Entre as tipologias de iniciativas previstas destacam-se:

1. Desenvolvimento, articulação e racionalização dos activos digitais

- Desenvolver as infra-estruturas das Câmaras Municipais;
- Apostar fortemente em **melhorar as infra-estruturas e os activos digitais dos Municípios**, estabelecendo para cada um deles o envolvimento e desenvolvimento futuro que veicule a sua evolução para patamares de prestação de serviços aos cidadãos;
- Dar condições às Câmaras Municipais para integrar uma estratégia de desenvolvimento para a Região em que, possam beneficiar de uma **política de racionalização de recursos e de meios tecnológicos**, fazendo funcionar o conceito de economias de agregação e, consequentemente, reduzir custos;
- Dotar as Câmaras Municipais dos mecanismos e instrumentos adequados para que possam **aumentar o respectivo nível de instalação e actualização das TIC** (Tecnologias da Informação e da Comunicação) e assim responder à adaptação contínua que a prestação de serviços aos municípios requer actualmente e ao **aprofundamento de soluções de e-government com serviços e formulários “on-line” multicanal em tempo real**;
- Conseguir **índices de desenvolvimento para a Região em consonância com os objectivos traçados pelo Plano Tecnológico Nacional**, nomeadamente recuperando os atrasos a nível científico e tecnológico, mas também qualificando as pessoas, as instituições e o território;

2. Implementação de sistemas de gestão em SIG

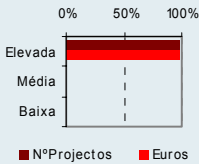
As intervenções visam dotar os municípios envolvidos de Informação Geográfica de Base de Grande Escala, e em simultâneo obter a respectiva homologação da Cartografia pelo IGP (informação base para a integração em SIG e execução de cadastro predial); este tipo de informação revela-se na actualidade uma ferramenta extraordinariamente útil pelos impactos que produz ao nível da **redução de custos e tempos burocráticos** e do **apoio ao planeamento e ordenamento do Território Municipal**.

3. Implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade e de Formação Profissional na Administração Autárquica

Definição e implementação de Programas de Formação-Acção visando aplicar o Sistema de Gestão da Qualidade a serviços municipais; Planos Anuais de Formação dirigidos aos trabalhadores municipais.

Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria, Coimbra Digital, AIRC

Regulamentos do PO Regional aplicáveis: **Promoção e Capacitação Institucional**; Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, Economia Digital Sociedade do Conhecimento

Marketing Territorial		A.13.04	A												
<p>Uma região, tal como um produto, deve possuir, cada vez mais, uma imagem “vendível” e desenvolver mecanismos que lhe permitam competir com outros territórios, atraindo riqueza. Neste contexto, o marketing territorial é uma importante ferramenta na implementação de uma estratégia regional de promoção e captação de residentes, visitantes e investimentos. A operação prevê um Plano de marketing integrado, que promova a região através dos produtos turísticos diferenciados, da programação de eventos, da montagem de um sistema de sinalização turística (particularmente necessário ao produto touring, quer cultural, quer de natureza) da participação em encontros e feiras internacionais, da criação de uma marca “Baixa Mondego” e dos investimentos em campanhas publicitárias e materiais de divulgação da região. A operação prevê ainda a criação de infra-estruturas destinadas ao atendimento e informação turística, que sejam cada um por si, um centro de iniciativa comportando um esforço contínuo de informar e sensibilizar o público para as questões de protecção, conservação e valorização do património natural e cultural que se articulem com as rotas e percursos temáticos propostos no Plano Territorial de Desenvolvimento.</p>															
<p>Prioridade da Operação: ★★★★★</p>		<p>Área de Influência: Regional ou Superior</p>	<p>Prioridades Intra-Operação (projectos):</p>  <table border="1"><thead><tr><th>Nível</th><th>NºProjectos (%)</th><th>Euros (%)</th></tr></thead><tbody><tr><td>Elevada</td><td>~80</td><td>~80</td></tr><tr><td>Média</td><td>~20</td><td>~20</td></tr><tr><td>Baixa</td><td>0</td><td>0</td></tr></tbody></table>	Nível	NºProjectos (%)	Euros (%)	Elevada	~80	~80	Média	~20	~20	Baixa	0	0
Nível	NºProjectos (%)	Euros (%)													
Elevada	~80	~80													
Média	~20	~20													
Baixa	0	0													
<p>Horizonte Temporal: 2008-2013</p>		<p>Custo Estimado: 1.500.000€</p>													
<p>Promotor/Parcerias: Conjunto dos Municípios do Baixo Mondego em parceria, Região de Turismo do Centro, ADELO, outras associações locais e Administração Central</p>															
<p>Regulamentos do PO Regional aplicáveis: Promoção e Capacitação Institucional</p>															

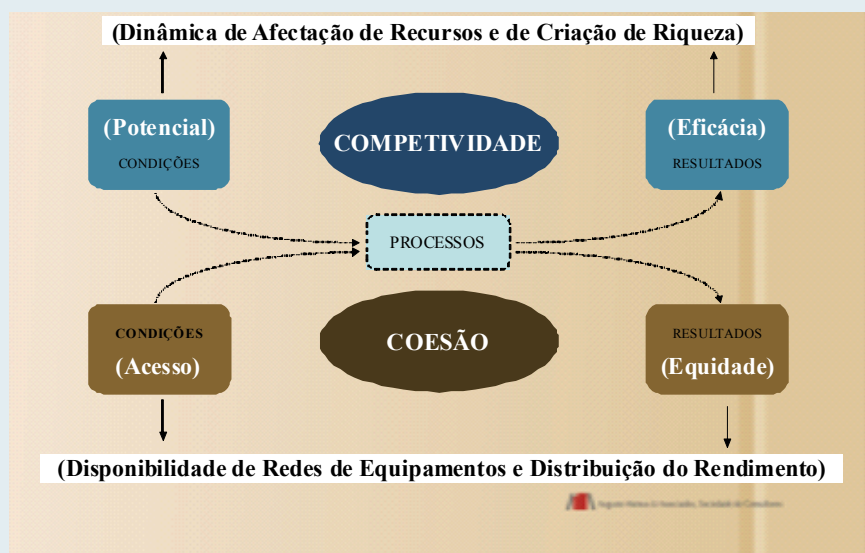
Parte IV – Diagnóstico Socioeconómico: Elementos de Base

Os elementos de base do diagnóstico socioeconómico da região, apresentados nesta Parte IV do Programa Territorial de Desenvolvimento, estão organizados de forma a articularem a dinâmica criação de riqueza e de eficiência na afectação de recursos, normalmente associada à competitividade territorial, com a equidade e acessibilidade na afectação dos resultados, associado à coesão territorial (ver caixa seguinte). Os elementos disponibilizados neste ponto servem de suporte e fundamentação das restantes partes do documento, nomeadamente, à análise do posicionamento da Região, à formulação das Opções Estratégicas e à elaboração e operacionalização do Plano de Acção.

Caixa 9 – Metodologia de Diagnóstico e Análise Territorial - Um duplo Referencial de Articulação: Competitividade Coesão; Condições Processos Resultados

O entendimento do território como espaço de integração das dimensões de coesão e competitividade conduz à noção de "**sustentabilidade territorial**" centrada em torno da identificação da maior ou menor capacidade de um território conseguir equilibrar o desenvolvimento dos processos de construção de uma economia competitiva e de uma sociedade coesa em que se verifique um acesso equilibrado da população aos frutos do progresso económico.

O diagnóstico estrutura-se numa óptica de articulação entre condições e resultados de competitividade e coesão subjacente ao modelo de avaliação regional da "Pirâmide de Competitividade Territorial"(1) em que se procura valorizar os processos e trajectórias de convergência num contexto regional, nacional ou supra nacional, pressupondo uma análise da transformação das condições e recursos existentes em resultados que se revelem duradouros e sustentados.



O diagnóstico adopta uma abordagem integrada do cruzamento entre, por um lado, os eixos da competitividade e da coesão e, por outro, as dimensões condições, processos e resultados.



Esta articulação materializa-se na selecção de um conjunto de indicadores estruturados em quatro grandes domínios de observação e análise que procuram posicionar o território em estudo no contexto de escalas territoriais mais abrangentes:

- **Óptica global:** inclui os principais indicadores de resultado que avaliam a competitividade e a coesão territorial, valorizando os ganhos em termos de melhoria do nível de vida dos habitantes;
- **Óptica do Território:** analisa indicadores que reflectem, no essencial, o nível da coesão territorial em termos das principais condições e processos que suportam e influenciam a competitividade territorial;
- **Óptica das Empresas:** engloba indicadores que quantificam a dinâmica empresarial, quer ao nível das condições e processos, quer ao nível dos resultados, centrando a análise em alguns factores de concentração e de especialização da actividade económica;
- **Óptica das Pessoas:** conjunto de indicadores que centram a sua análise essencialmente em torno de aspectos relacionados com as condições, os processos e alguns resultados inerentes à dinâmica demográfica, à qualificação dos recursos humanos e à actividade laboral.

(1) Veja-se, nomeadamente, Mateus, A. et al (2000), "Pirâmide de competitividade territorial das regiões portuguesas", Revista de Estudos Regionais, INE, pp. 47-73,

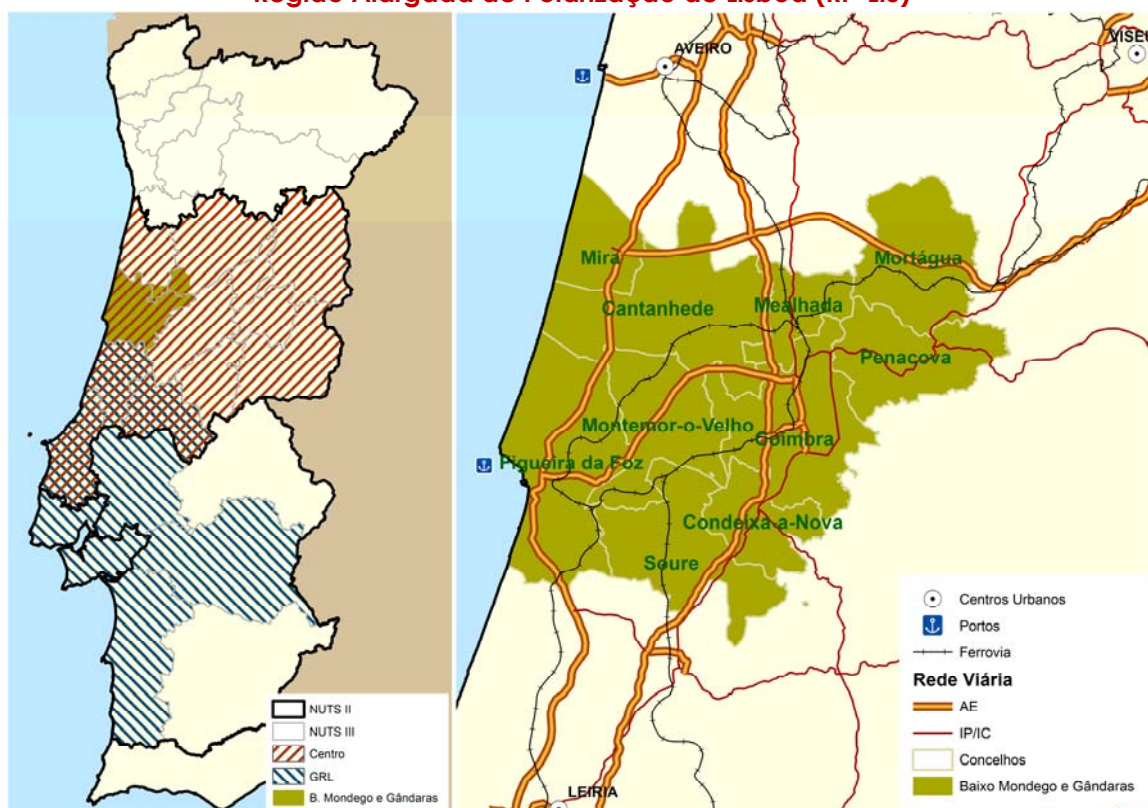
Fonte: AM&A (2007), Princípios, Metodologia e Instrumentos de Planeamento de Base Territorial, v.2.0.

Óptica Global: O Baixo Mondego no contexto regional e nacional

4.1. O território do Baixo Mondego encontra-se inserido administrativamente na Região Centro, apresentando, no entanto, um relacionamento funcional e económico forte com alguns concelhos da Região Norte e com alguns concelhos inseridos no contexto da Região Alargada de Polarização de Lisboa.

- A região do Baixo Mondego, do ponto de vista da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS) insere-se em termos de NUTS II na região Centro e congrega a NUTS III Baixo Mondego e os concelhos de Mortágua e Mealhada, pertencentes à NUTS III Dão Lafões e Baixo Vouga, respectivamente.
- A região do Baixo Mondego faz também fronteira com as NUTS III do Pinhal Interior Norte e Pinhal Litoral, apresentando a Oeste uma faixa costeira que se estende entre as freguesias da Marinha das Ondas e Praia de Mira.
- A região do Baixo Mondego ocupa cerca de 2.425Km² de área o que representa 3% do território nacional e 9% da área total da região NUTS II do Centro.
- Fazem parte da região do Baixo Mondego os concelhos de Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Mortágua, Penacova e Soure.
- A região do Baixo Mondego apresenta um conjunto de boas infraestruturas de transportes, sendo servido pelos eixos rodoviários que fazem a ligação Sul-Norte (IC1/A17 e IP1/A1) e Oeste-Este (IP3/A14), apesar de algumas debilidades na ligação com Espanha e com as principais cidades do interior. A região é ainda servida pelos eixos ferroviários da "Linha do Norte" e "Linha do Oeste" ligadas pelo "ramal da Figueira da Foz", e pela "Linha da Beira Alta". A região encontra-se igualmente bem servida em termos de transporte marítimo, nomeadamente através do porto comercial da Figueira da Foz e da proximidade ao porto comercial de Aveiro.

F. 1: O Baixo Mondego no contexto da Região Alargada de Polarização de Lisboa (RP-LIS)



4.2. A região do Baixo Mondego apresenta uma densidade populacional elevada no contexto nacional e assume níveis de PIB e de rendimento colectável per capita significativamente superiores aos registos médios do país.

- O Baixo Mondego ocupa 2,6 % do território nacional e a sua população representa 3,5% do total do país, apresentando uma densidade populacional elevada (151,6 hab/km2, contra 114,8 hab/km2 no país).
- A densidade empresarial da região fica áquém da média nacional e da região Centro, existindo apenas 315,1 unidades por cada 10 mil habitantes, ao passo que no país essa relação é de 344,7.
- O Baixo Mondego assume-se como a segunda região do país em termos de rendimento colectável per capita, enquanto que os valores registados para PIB per capita, são menos favoráveis, colocando a região na 5ª posição no ranking nacional.
- A performance positiva da região ao nível do rendimento colectável prende-se, em grande medida, com os valores particularmente positivos de Coimbra e, em menor grau, da Figueira da Foz, contrastando com os comportamentos mais débeis evidenciados por Penacova e Mortágua.

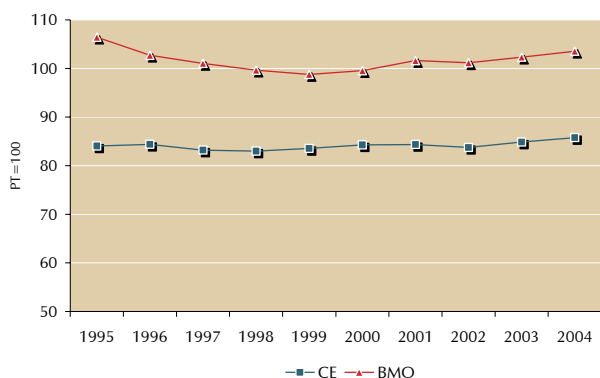
Q. 1: Dimensão do Baixo Mondego no contexto regional e nacional

	Área	População População		Unidades empresariais	Pessoal ao serviço	Densidade pop.	Unid. Empres. /10 mil hab.	PIB per capita	Rend. colectá-vel per capita
	(Km2)	(Nº habit.)	Var. 2001-05	(Nº estab.)	(Nº)	(Hab./Km2)	(Nº estab./10 mil hab.)	(1.000 euros/hab.)	(PT=100)
	2005	2005	2001-05	2004	2004	2005	2004	2004	2004
Cantanhede	390,9	38.789	2,3%▲	1.024	8.540	99,2	265,4	n.d.	52,8
Coimbra	319,4	140.840	-5,1%▼	5.441	42.859	440,9	382,1	n.d.	209,4
Condeixa	138,7	16.759	9,3%▲	383	2.624	120,8	232,7	n.d.	88,2
Figueira	379,1	63.307	1,1%▲	2.078	17.038	167,0	329,1	n.d.	102,9
Mealhada	110,7	21.724	4,7%▲	616	4.798	196,3	286,5	n.d.	68,7
Mira	124,0	13.221	2,7%▲	347	1.744	106,6	264,0	n.d.	55,1
Montemor	229,0	25.027	-1,8%▼	599	3.441	109,3	238,8	n.d.	51,4
Mortágua	251,2	10.331	-0,5%▼	246	1.684	41,1	237,3	n.d.	43,4
Penacova	216,7	16.905	1,1%▲	476	2.348	78,0	282,5	n.d.	33,6
Soure	265,1	20.684	-1,2%▼	394	2.236	78,0	190,4	n.d.	50,6
B.MONDEGO	2424,7	367587,0	-1,0%▼	11.604	87.312	151,6	315,1	14,2(**)	123,2
CENTRO	28198,7	2.382.448	1,4%▲	81.828	598.799	84,5	344,3	11,7	75,6
PORTUGAL	92117,4	10.569.592	2,1%▲	362.898	2.898.671	114,8	344,7	13,7	100,0
B.Mondego no Centro	8,6%	15,4%	-71,5%	14,2%	14,6%	179,4%(*)	91,5%(*)	120,8%(*)	170,7%(*)
B.Mondego no país	2,6%	3,5%	-50,3%	3,2%	2,8%	48,0%(*)	59,6%(*)	103,6%(*)	129,1%(*)
Ranking Baixo Mondego no	10/30	19/30	11/30	12/30	10/30	18/30	5/30	2/30	18/30

Nota: (*) valor em índice: 100= unidade territorial de referência; (**) – valores para a NUT III Baixo Mondego
 Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente (2005); INE, Contas Regionais (2004); DGEEP, Quadros de Pessoal (2004) e ANMP.

4.3. O Baixo Mondego é a quinta região do país em termos de nível médio de vida, conseguindo inverter partir de 2000 a tendência ligeiramente decrescente que se desenhou na segunda metade da década de 90.

G. 1: PIB per capita



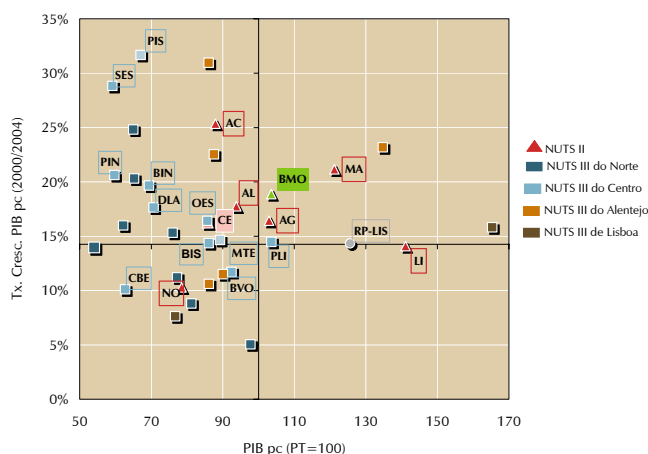
Nota: Retopolação da série do VAB base 2000 efectuada para os anos de 1995 a 1999, com base na série disponível para esses anos (base 1995).

Fonte: AM&A com base em dados do INE, Contas Regionais

- O PIB pc do Baixo Mondego em 2004 cifrou-se em cerca de 104% da média nacional, mais 4 p.p. do que o registado em 2000. Não obstante esta tendência de crescimento, o diferencial positivo não regressou ao nível de 1995, ano em que o PIB pc da região ultrapassava em 7% a média do país.
- A recuperação do PIB pc nos últimos anos explica-se por um ritmo de crescimento do total de riqueza produzido na região superior ao registado em média no país, num cenário em que a população residente cresceu menos do que o referencial nacional. Na comparação entre o efeito das duas dinâmicas, ressalta ligeiramente o contributo da contracção populacional.

4.4. O Baixo Mondego é a única NUTS III da região do Centro que se posiciona no quadrante definido por um PIB per capita e uma dinâmica de crescimento superiores à média nacional.

F. 2: PIB per capita e Taxa de Crescimento do PIB per capita, 2004

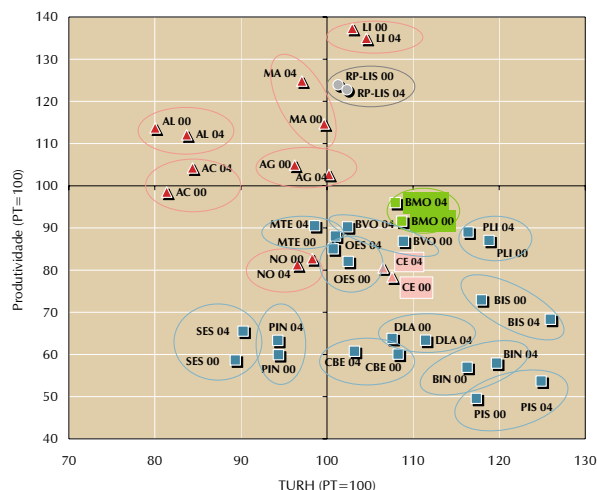


Fonte: AM&A com base em dados do INE, Contas Regionais

- A afirmação de um eixo de grande dinamismo industrial entre Leiria e Aveiro, a par com a gradual consolidação de um sistema policêntrico de pólos urbanos justifica em grande medida o posicionamento do Baixo Mondego e do Pinhal Litoral no “pelotão da frente” do Centro e do país.
- O Baixo Mondego distingue-se das regiões do Centro que lhe estão mais próximas em termos de nível de vida pelo dinamismo dos últimos anos, só ultrapassado por regiões que partem de um patamar muito mais baixos.

- 4.5. O Baixo Mondego regista o nível de produtividade mais elevado do Centro, ainda que não fuja ao denominador comum dessa região: níveis de produtividade inferiores à média nacional compensados por uma taxa de utilização dos recursos humanos mais favorável.

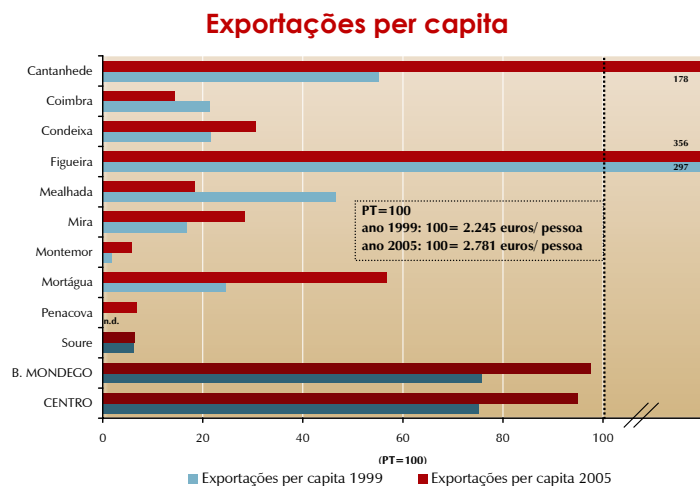
G. 2: Produtividade e taxa de utilização dos recursos humanos, 2000 e 2004



Fonte: AM&A com base em dados INE, Contas Regionais

- A trajetória do Baixo Mondego nos últimos 4 anos é comum às regiões mais desenvolvidas da região Centro, onde os avanços em termos de produtividade face à média nacional mais do que compensam os ligeiros recuos da intensidade de utilização dos recursos humanos.
- Ainda que o sentido da trajetória seja o mesmo, o Baixo Mondego diferencia-se das regiões que lhe estão mais próximas em termos de nível de vida, nomeadamente o Pinhal Litoral, pelo facto do avanço da produtividade ser mais expressivo num cenário em que as tensões provocadas pelo envelhecimento populacional e pelo aumento do desemprego tiveram menor intensidade.

- 4.6. O Baixo Mondego ocupa a 11ª/30 posição no ranking das exportações per capita, evidenciando desempenhos muito diferenciados ao nível concelhio.



Nota1: A variável exportações refere-se ao valor declarado por concelho de sede dos operadores.

Nota2: A população de 1999 foi determinada com base na taxa de variação média anual da população intercensitária.

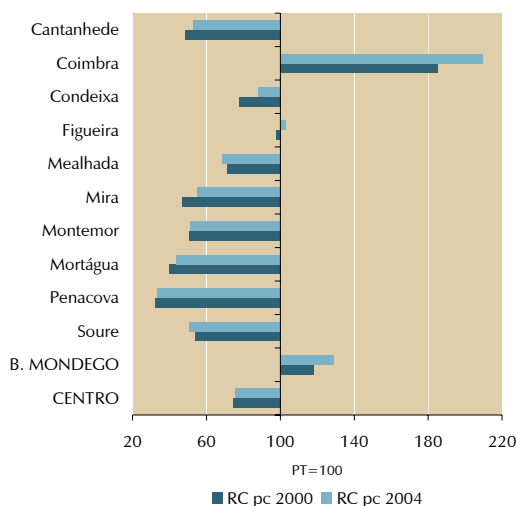
Nota3: O valor de 1999 para Montemor-o-Velho é referente apenas a comércio extracomunitário.

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional (1999 e 2005), INE; Censos (1991 e 2001) e INE, Estimativas da população residente (2005).

- Em 2005, o indicador exportações per capita assume no Baixo Mondego um valor próximo da média nacional, revelando uma dinâmica de crescimento que mais que duplica a verificada no país.
- É evidente uma forte variabilidade concelhia na região alargada do Baixo Mondego: destacam-se com valores superiores à média nacional a Figueira da Foz, Cantanhede e Mortágua, exibindo estes dois últimos concelhos uma forte dinâmica de crescimento entre 1999 e 2005.

- 4.7. O posicionamento do Baixo Mondego no ranking de rendimento colectável faz-se a um nível superior à média nacional e superior ao proporcionado pelo seu PIB pc, surgindo assim no eixo mais industrializado do Centro Litoral como um espaço privilegiado de consumo.

G. 3: Rendimento colectável per capita

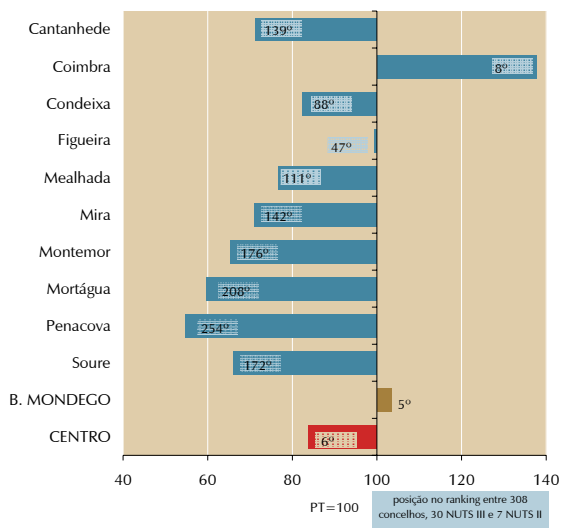


Nota: calculado com base no IRS pago.
Fonte: ANMP

- A tendência de recuperação do nível de vida nos últimos 5 anos, registada na perspectiva do produto, confirma-se na perspectiva do rendimento: em 2004, o rendimento colectável per capita no Baixo Mondego ultrapassa a média nacional em cerca de 30%, ao passo que, em 2000, este diferencial era de 18%.
- A performance positiva da região assenta fortemente nos dois principais pólos urbanos – Coimbra e, em menor medida, Figueira – em contraste com o verificado em Penacova, Mortágua, Montemor, Cantanhede e Mira, com índices de rendimento colectável claramente inferiores à média do país e do Centro.

- 4.8. O indicador de poder de compra confirma a posição favorável do Baixo Mondego no panorama nacional e, simultaneamente, a existência de lógicas de centro-periferia que se consubstanciam em fortes divergências intra regionais.

G. 4: Índice de poder de compra, 2005

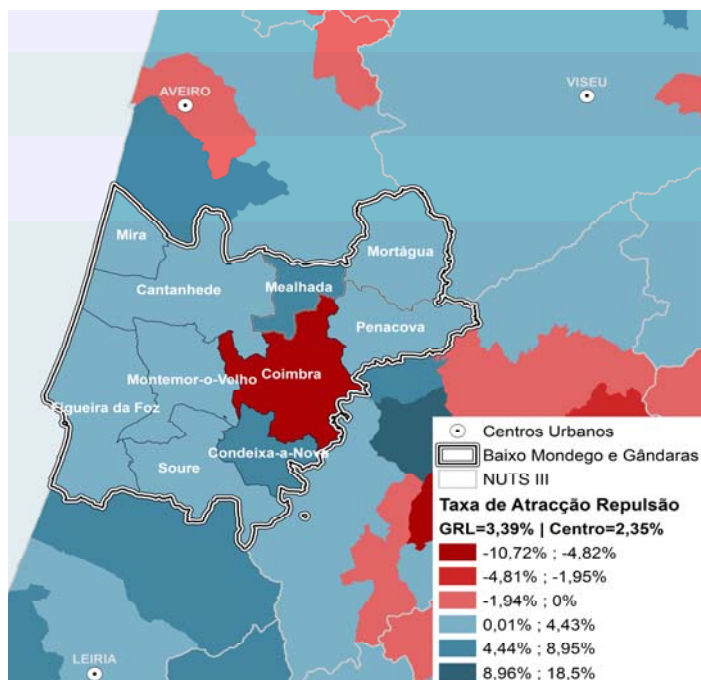


Fonte: INE, Índice de poder de compra concelhio

- A análise do indicador de poder de compra e do rendimento colectável per capita revela três realidades distintas no Baixo Mondego:
- Coimbra e Figueira da Foz registam os mais elevados índices de poder de compra da região, destacando-se, em particular, o caso de Coimbra ocupando a 8^a posição do ranking nacional.
- Condeixa e Mealhada formam um grupo com um poder de compra inferior à média do Baixo Mondego mas num nível intermédio no contexto da região Centro.
- Os restantes concelhos têm uma performance claramente menos favorável, com Penacova e Mortágua e Montemor a exibirem as maiores vulnerabilidades.

- 4.9. A região do Baixo Mondego apresenta-se como um território atractivo em termos populacionais, sendo polarizado por Coimbra, principal centro urbano, actualmente congestionado em termos demográficos, o que lhe confere um efeito de repulsão (êxodo migratório da população residente) que beneficia os concelhos mais próximos.

F. 3: Taxa de Atracção/Repulsão Populacional, 2001-2005



Nota: Região atractiva: Tx. Atracção/Repulsão >0;
Região repulsiva: Tx. Atracção Repulsão <0.

Fonte: AM&A com base no INE – Estatísticas Demográficas

- Coimbra apresenta a única taxa de atracção/repulsão negativa de todos os concelhos do Baixo Mondego, (-5,05%) consequência do saldo natural negativo (-299 pessoas) originado pelo envelhecimento da população e, principalmente, pelo forte impacto que o êxodo populacional registou no saldo migratório (-7.304 pessoas).
- Mealhada e Condeixa-a-Nova apresentam as taxas de atractividade mais elevadas da região, em que o peso do saldo migratório (que assume valores positivos acima de 1.000 pessoas) é determinante, beneficiando em grande medida da situação verificada em Coimbra, em virtude da proximidade com esse concelho.

Óptica do Território

4.10. A ocupação populacional do território no Baixo Mondego evidencia a forte heterogeneidade da região: se por um lado é notória a vocação urbana de Coimbra, globalmente a região apresenta um pendor rural significativo, de que é evidência o peso da população residente em áreas predominantemente rurais superior ao nacional em detrimento da população residente em freguesias urbanas, bem como a taxa de urbanização inferior à média do país.

- A região apresenta situações muito contrastadas quanto ao peso da população residente em freguesias rurais:
 - Em Coimbra o peso da população residente em áreas predominantemente rurais é de apenas 1,7%;
 - O peso da população residente em freguesias rurais em Mealhada e Mira cifra-se em 10,3% e 10,4%, respectivamente, portanto abaixo da média nacional;
 - Os restantes concelhos posicionam-se acima dos valores médios nacionais, sendo o valor máximo registado em Mortágua (65,8%).
- Coimbra apresenta um pendor urbano evidente, com 93,3% da população residente em áreas predominantemente urbanas e com uma taxa de urbanização de 70,9%, seguindo-se Montemor-o-velho, com 73,3% da população residente em freguesias urbanas, mas com uma taxa de urbanização de apenas 44,7%.
- Nos restantes concelhos, o peso da população residente em freguesias urbanas, bem como a taxa de urbanização, fica aquém da média nacional.

Q. 2: Níveis de urbanização: tipologia de freguesias e população residente

Freguesias rurais e urbanas

	Nº Freguesias (2003)	Freguesias Rurais (APR)		Freguesias Urbanas (APU)		Taxa de Urbanização (2001)
		Nº freg. (1998)	%Pop Resid. (2001)	Nº freg. (1998)	% pop. Resid. (2001)	(%)
Cantanhede	19	9	33,0%	3	36,6%	19,0%
Coimbra	31	2	1,7%	24	93,3%	70,9%
Condeixa	10	6	38,9%	3	59,3%	21,3%
Figueira	18	5	16,1%	7	60,0%	34,1%
Mealhada	8	1	10,3%	-	-	31,4%
Mira	4	1	10,4%	1	60,5%	34,7%
Montemor	14	3	13,2%	4	53,5%	-
Mortágua	10	8	65,8%	-	-	0%
Penacova	11	9	53,3%	-	-	0%
Soure	12	8	36,2%	1	40,4%	9,8%
B. MONDEGO	133	52	16,8%	43	62,8%	40,4%
CENTRO	1334	823	26,5%	234	51,9%	32,2%
PORTUGAL	4257	2102	13,6%	1025	69,6%	54,8%

Nota 2: APU: Áreas Predominantemente Urbanas, AMU: Áreas Medianamente Urbanas e APR: Áreas Predominantemente Rurais. As AMU não foram contabilizadas, obtendo-se por diferença.

Nota 3: Taxa de Urbanização = População Residente em lugares com 2000 habitantes ou mais / População Residente Total.
Fonte: INE, Censos 2001 e INE, Tipologia de Áreas Urbanas aprovadas pelo CSE, 1998

4.11. Na maioria dos concelhos do Baixo Mondego o peso do solo urbano na área total ultrapassa a média nacional e da região Centro.

- Os solos urbanos representam cerca de 14% da área total da NUTS III Baixo Mondego, enquanto no país e no Centro representam apenas 6,8% e 8,4%, respectivamente.
- Todos os concelhos, à excepção de Mortágua, apresentam um peso do solo urbano na área total superior à média nacional, destacando-se Coimbra, onde atinge 27,8% do total.
- No que respeita ao uso dos solos no perímetro urbano, destaque-se o elevado peso do solo consignado a: equipamentos e espaços urbanos em Coimbra (9,6%), Indústria na Figueira da Foz (27,5%), Condeixa (14,7%) e Mealhada (13,6%) e Turismo na Figueira da Foz (8,9%) e Soure (8,3%).

Q. 3: Ordenamento do território, 2005

	% de solo urbano(*) na área total	Usos do solo identificados no perímetro urbano por tipologia (% face ao Solo Urbano)				Serviços e restrições (% face à área total do concelho)	
		Espaços Urbanos e Espaços Urbanizáveis	Equipamentos e parques urbanos	Indústria	Turismo	% RAN	%REN
Cantanhede	11,6%	89,5%	2,6%	7,6%	0,3%	-	49,8%
Coimbra	27,8%	79,2%	9,6%	11,2%	0,1%	-	37,9%
Condeixa	12,9%	83,5%	1,8%	14,7%	0,0%	-	56,8%
Figueira	11,2%	59,7%	3,9%	27,5%	8,9%	-	40,0%
Mealhada	14,7%	84,7%	0,5%	13,6%	1,1%	23,7%	49,1%
Mira	10,3%	84,2%	4,9%	8,1%	2,7%	27,0%	62,5%
Montemor	10,3%	94,7%	1,9%	3,4%	0,0%	-	55,4%
Mortágua	5,6%	98,1%	0,0%	1,9%	0,0%	-	57,3%
Penacova	10,8%	95,0%	2,2%	0,6%	2,2%	-	68,1%
Soure	10,8%	84,4%	2,6%	4,6%	8,3%	-	55,3%
B. MONDEGO	13,7%	81,5%	5,0%	10,9%	2,6%	-	50,6%
CENTRO	8,4%	82,7%	4,1%	11,9%	1,4%	-	-
Continente (**)	6,8%	78,5%	6,2%	12,3%	2,9%	-	-

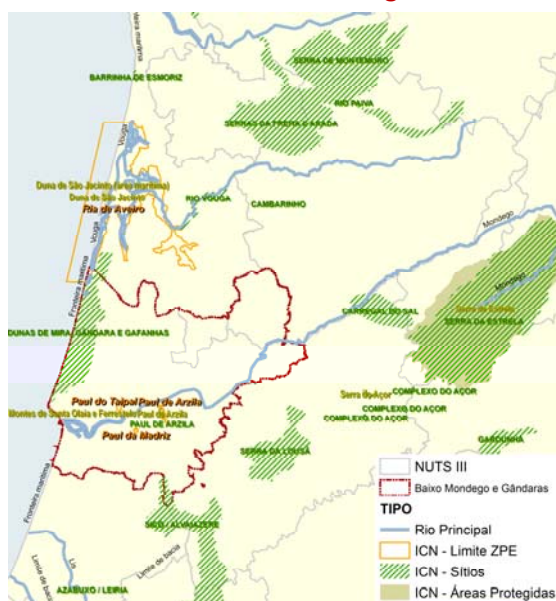
Nota: (*) aquela para a qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreende os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada, constituindo o seu todo o perímetro urbano. É definido ao nível de PDM.

(**) Dados não disponíveis para alguns concelhos, implicando a subavaliação desta unidade territorial.

Fonte: INE, Retrato Territorial de Portugal 2005 (segundo dados da DGOTDU)

4.12. São poucas as áreas no território do Baixo Mondego cuja utilização se apresenta condicionada pelo plano de ordenamento de Áreas Protegidas ou pelo plano sectorial da Rede Natura, o que permite um aproveitamento mais diversificado do solo.

F. 4: Condicionantes Territoriais – Rede Natura e Áreas Protegidas



Fonte: ICN

- Zonas de Protecção Especial (Directiva Aves) e Sítios da Lista Nacional de Sítios e de Importância Comunitária – SIC (Directiva Habitats) que interceptam os limites administrativos do Baixo Mondego:

- ▣ ZPE Paul do Taipal;
- ▣ ZPE Paul da Madriz;
- ▣ ZPE e Sítio Paul de Arzila;
- ▣ ZPE Ria de Aveiro;
- ▣ Sítio Sico/Alvaizere;
- ▣ Sítio Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas

- Áreas Protegidas:

- ▣ Reserva Natural do Paul de Arzila;
- ▣ Montes de Santa Olaia e Ferrestelo.

4.13. O Baixo Mondego apresenta uma posição favorável no domínio dos indicadores do saneamento e ambiente.

- A proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente é superior à média nacional em Cantanhede, Coimbra, Mealhada.
- Os sistemas de abastecimento de água atingem valores muito elevados em todos os concelhos, com excepção de Mira, onde atinge 89%, abaixo da média nacional de 92%.
- Os concelhos da região do Baixo Mondego registam a taxa máxima de tratamento de águas residuais.
- A dotação de sistemas de drenagem de águas residuais e de Etar's é elevada em Coimbra, Figueira e Mealhada, enquanto Mira, Montemor e Penacova acusam a sub-dotação destes equipamentos.

Q. 4: Indicadores de saneamento e ambiente, 2005

	% de resíduos urbanos recolhidos selectivamente	% da população servida por:			% de águas residuais tratadas
		sistemas de abastecimento de água	sistemas de drenagem de águas residuais	estações de tratamento de águas residuais	
Cantanhede	10%	100%	80%	42%	100%
Coimbra	7%	100%	83%	83%	100%
Condeixa	4%	100%	78%	56%	100%
Figueira	4%	100%	82%	82%	100%
Mealhada	7%	100%	95%	95%	100%
Mira	6%	89%	35%	32%	100%
Montemor	5%	96%	33%	33%	100%
Mortágua	5%	98%	71%	71%	100%
Penacova	6%	100%	23%	20%	100%
Soure	5%	100%	70%	55%	100%
B. MONDEGO	6%	99%	73%	66%	100%
CENTRO	5%	97%	73%	63%	93%
CONTINENTE	6%	92%	78%	65%	65%

Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais; INE, Inquérito ao Ambiente – Caracterização do Saneamento Básico

4.14. A população residente na região é, regra geral, bem servida por um conjunto de equipamentos de saúde, que conferem ao Baixo Mondego um nível de qualidade de vida relativamente elevado.

F. 5: Equipamentos de Saúde, 2002



Fonte: INE – Estatísticas da Saúde

- Na região do Baixo Mondego existem 4 hospitais públicos (dois em Coimbra, um em Cantanhede e outro na Figueira da Foz) e 4 hospitais/clínicas privadas (todos em Coimbra).
- A cobertura dos centros de saúde na região do Baixo Mondego é em média de cerca de 11 centros de saúde/extensões por concelho, a que corresponde uma captação média de cerca de 3 centros por 10.000 habitantes, enquanto que no caso das farmácias estas apresentam uma captação de cerca de 4 farmácias por 10.000 habitantes, valores acima da média nacional que regista 2 centros e 3 farmácias por 10.000 habitantes.
- A região possui, centrados em Coimbra, um conjunto de activos na área da saúde de enorme valor, constituindo uma referência a nível regional e mesmo a nível nacional, que servem um número muito significativo de doentes não residentes na região.

4.15. A região apresenta globalmente valores muito favoráveis para os indicadores de saúde, designadamente, uma elevada disponibilidade de profissionais neste sector.

- A informação publicada relativamente aos níveis de acesso a equipamentos colectivos é fortemente influenciada pela divisão administrativa de cada concelho (i.e., % de população do concelho que reside na freguesia onde se localiza o equipamento). Naturalmente, estes equipamentos estão acessíveis a um conjunto de população mais alargado que o da população residente na freguesia onde se localizam.
- O acesso a equipamentos de saúde é globalmente satisfatório nos concelhos da região quando comparados com a média nacional, em particular no capítulo da acessibilidade a centros de saúde ou sua extensão. Os valores globalmente positivos da região ao nível da disponibilidade de profissionais de saúde são dominados pelos elevados rácios de médicos e enfermeiros registados Coimbra, onde se concentram importantes infraestruturas de saúde, cuja influência se estende muito para além dos limites da região.

Q. 5: Indicadores de saúde

	População residente em freguesias equipadas com		Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Consultas por habitante
	Centro de Saúde ou Extensão	Farmácia ou Posto de Medicamentos			
		2002		2005	
Cantanhede	74%	75%	3,5	1,6	0,0
Coimbra	92%	85%	22,5	21,6	9,5
Condeixa	72%	65%	3,3	4,3	0,0
Figueira	85%	81%	4,3	3,3	4,9
Mealhada	79%	73%	1,3	2,1	3,1
Mira	100%	90%	1,7	1,1	3,4
Montemor	96%	81%	2,4	0,8	3,1
Mortágua	46%	46%	2,3	1,5	3,9
Penacova	84%	84%	5,4	-	3,1
Soure	99%	78%	3,1	0,5	3,4
B. MONDEGO	89%	82%	11,5	10,3	6,3
CENTRO	81%	75%	4,5	2,9	4,1
CONTINENTE	74%	80%	4,5	3,5	3,9

Fonte: INE, Carta de Equipamentos do Centro; INE, Est. do Pessoal de Saúde; INE, Estatísticas dos Estabelecimentos de Saúde

4.16. O Baixo Mondego apresenta um nível satisfatório de acesso a equipamentos colectivos de desporto, cultura e lazer e acção social, não obstante persistirem debilidades de certos equipamentos em alguns concelhos.

- Condeixa, Mortágua e Penacova acusam as maiores debilidades ao nível de equipamentos colectivos nas áreas seleccionadas. Figueira da Foz e Mira destacam-se, apresentando uma dotação de equipamentos equilibrada, pois apesar de não apresentarem níveis de acesso muito elevados, estes superam a média nacional para a maioria dos equipamentos.

Q. 6: Indicadores de acessibilidade a equipamentos diversos, 2002

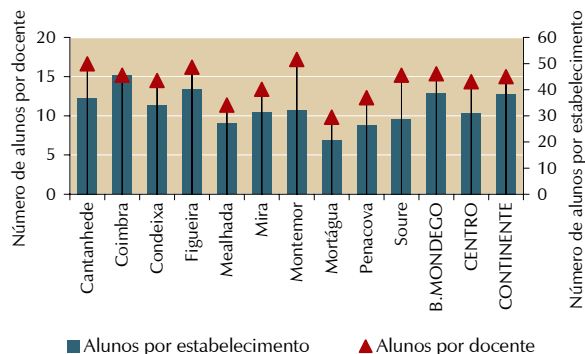
Localização geográfica	Percentagem da população residente em Freguesias servidas por equipamentos de:							
	Desporto			Cultura e Lazer		Acção Social		
	Piscina	Campo de Jogos	Pavilhão desportivo ou Ginásio	Sala de Espectáculo/ Conferência/ Congresso	Biblioteca aberta ao público	Creche	Lar de idosos	Centro de dia
Cantanhede	46%	94%	58%	50%	32%	65%	47%	78%
Coimbra	38%	91%	80%	48%	12%	85%	59%	73%
Condeixa	45%	72%	48%	38%	26%	26%	26%	63%
Figueira	62%	100%	76%	87%	17%	81%	70%	78%
Mealhada	33%	100%	84%	43%	56%	48%	74%	100%
Mira	60%	100%	60%	60%	60%	71%	60%	71%
Montemor	0%	97%	71%	20%	19%	39%	65%	96%
Mortágua	27%	51%	27%	27%	27%	27%	50%	27%
Penacova	0%	93%	21%	21%	21%	45%	49%	79%
Soure	48%	97%	55%	80%	40%	68%	55%	90%
B. MONDEGO	40%	93%	70%	54%	21%	72%	58%	77%
CENTRO	39%	94%	61%	58%	42%	61%	56%	70%
CONTINENTE	46%	93%	65%	58%	44%	67%	58%	71%

Fonte: INE, Carta de Equipamentos do Centro

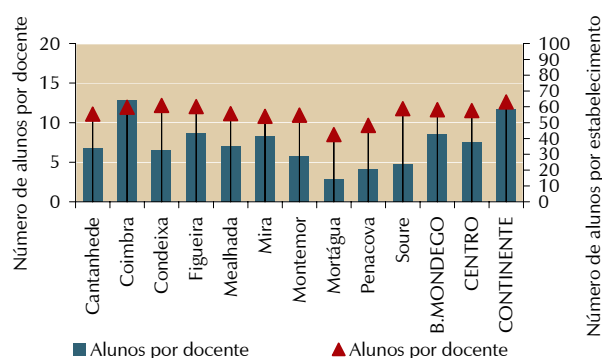
4.17. A maioria dos concelhos do Baixo Mondego apresenta uma dimensão média dos estabelecimentos de ensino, por número de alunos, inferior à média nacional.

- O número médio de alunos por estabelecimento é inferior à média nacional em todos os níveis ensino na maioria dos concelhos, constituindo excepções o pré-escolar e o 1º ciclo em Coimbra e o 2º ciclo e 3º ciclo e secundário na Figueira da Foz e Mira.
- Globalmente, pode afirmar-se que o rácio alunos/docente é inferior ao nacional, no 1º, 2º e 3º ciclo e secundário, sendo evidente a existência de maiores disparidades no ensino pré-escolar.

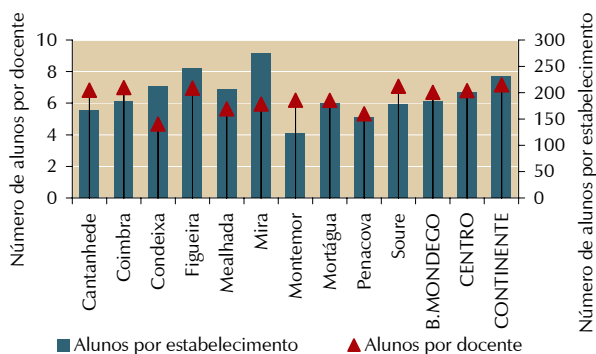
G. 5: Alunos por docente e por estabelecimentos, 2004/05 – Pré Escolar



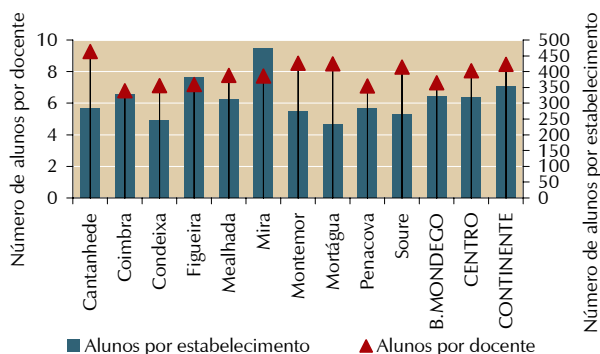
G. 6: Alunos por docente e por estabelecimentos, 2004/05 – 1º ciclo



G. 7: Alunos por docente e por estabelecimentos, 2004/05 – 2º ciclo

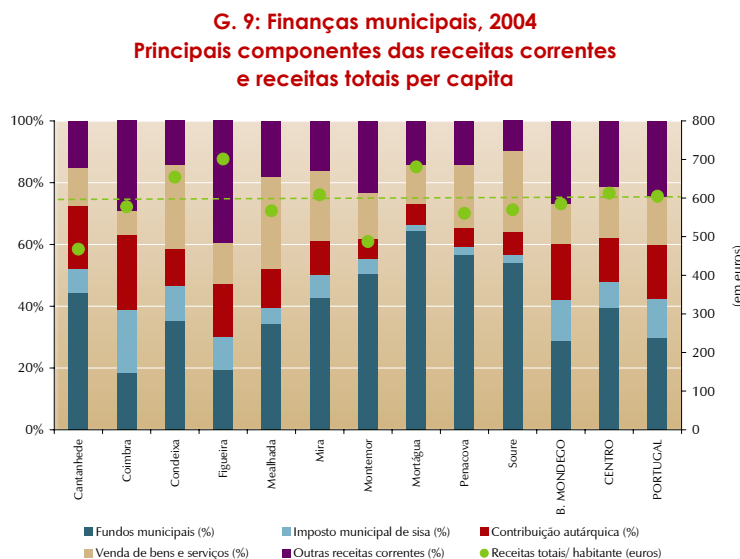


G. 8: Alunos por docente e por estabelecimentos, 2004/05 – 3º ciclo e secundário



Fonte: Ministério da Educação, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Observatório da Ciência e do Ensino Superior

4.18. A dependência dos municípios do Baixo Mondego relativamente às transferências do Estado é na maior parte dos municípios superior à média nacional, destacando-se Coimbra e Figueira da Foz com uma maior capacidade de gerar receitas próprias.



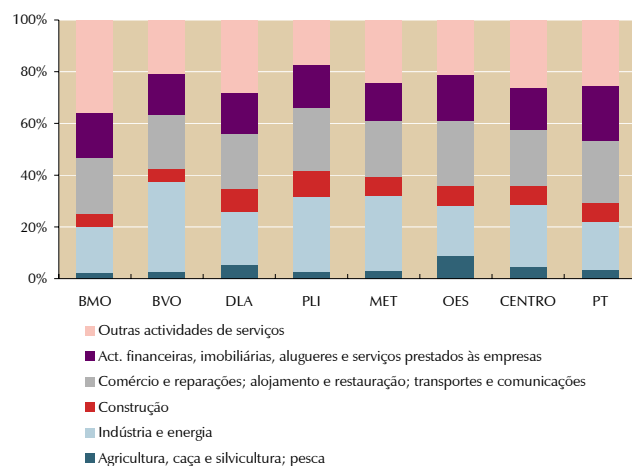
Fonte: INE, Retrato Territorial de Portugal 2005 (segundo o Mapa de controlo orçamental das Câmaras Municipais.)

- Os concelhos de Coimbra e Figueira da Foz são os únicos que apresentam uma dependência das transferências do Estado (fundos municipais) inferior à média nacional revelando uma maior capacidade de gerar receitas próprias.
- Mortágua é o concelho da região alargada do Baixo Mondego com um peso mais elevado dos fundos municipais nas receitas correntes, beneficiando no entanto de um nível de receitas totais por habitante superior à média nacional.
- A proporção do imposto municipal de sís e da contribuição autárquica no total das receitas correntes é mais elevada nos concelhos de Coimbra, Cantanhede e Figueira da Foz.

Óptica das Empresas

4.19. A estrutura produtiva do Baixo Mondego acompanha as tendências evidenciadas pelo referencial nacional, com o sector terciário a apresentar maior destaque, explicado pelo peso deveras mais evidente de actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais.

G. 10: Estrutura do VAB por sector de actividade, 2003



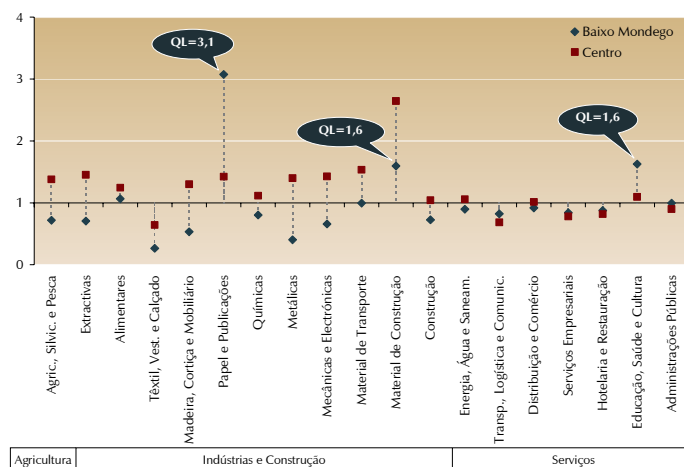
Fonte: INE, Contas Regionais 2003

- O Baixo Mondego apresenta um perfil de especialização claramente baseado no sector terciário, já que este sector representa cerca de 75% do total do VAB: outras actividades de serviços contabilizam 36% do VAB, comércio, reparações, alojamento, restauração, transportes e comunicações representam 21% do VAB e actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas representam 18% do VAB.
- Por outro lado, face ao referencial nacional, verificam-se alguns desfasamentos: enquanto outras actividades de serviços representam um peso superior nesta região (36% vs. 25%), comércio, reparações, alojamento, restauração, transportes e comunicações (21% vs. 24%) e actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (18% vs. 21%) apresentam menor relevância.

4.20. Papel e Publicações, Material de Construção, Educação, Saúde e Cultura constituem os sectores de especialização da região do Baixo Mondego.

- O perfil de especialização da região do Baixo Mondego incide, essencialmente, sobre os sectores Papel e Publicações, Material de Construção, Educação, Saúde e Cultura. O contributo destes sectores para a formação do VAB total da região Baixo Mondego é consideravelmente mais significativo do que à escala nacional.
- Face ao referencial da região Centro, o Baixo Mondego apresenta um número nitidamente inferior de sectores de especialização, mas coincidentes, assumindo uma especialização mais vincada, no caso do Papel e Publicações e Educação, Cultura e Saúde, e menos forte no Material de Construção.

G. 11: Quociente de localização do VAB, 2003

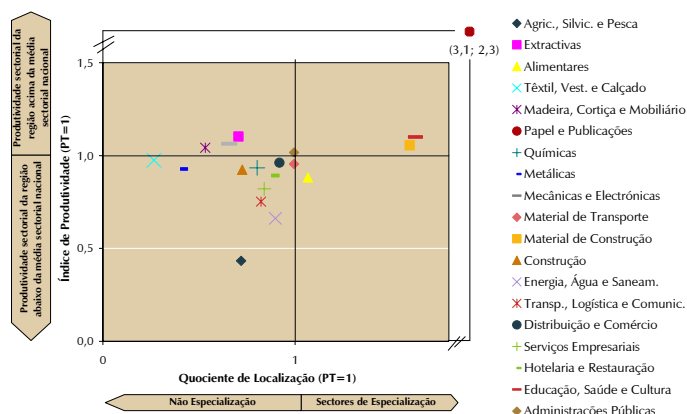


Nota: O Quociente de Localização (QL) pode ser utilizado como indicador do grau de especialização produtiva de uma determinada região face ao país. Assim: se $QL > 1$, o sector tem maior peso na região do que a nível nacional; se $QL < 1$, o sector tem menor peso nessa região do que a nível nacional.

Fonte: AM&A com base em dados do INE, Contas Regionais 2003

4.21. A região apresenta maior eficiência produtiva em alguns dos sectores em que tem vindo a afirmar a sua especialização, como o sector do Papel e Publicações, seguido de Material de Construção e Educação, Saúde e Cultura.

G. 12: Produtividade dos sectores e respectivo grau de especialização, 2003



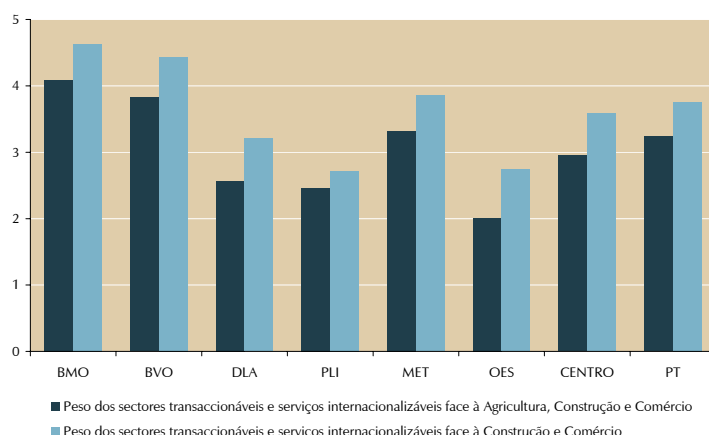
Nota: No 1º. Quadrante estão indicados os sectores de especialização da região que apresentam índices de produtividade acima da média nacional; No 2º. Quadrante, estão indicados os sectores de não especialização da região que apresentam índices de produtividade acima da média nacional; No 3º. Quadrante, estão indicados os sectores de não especialização da região que apresentam índices de produtividade abaixo da média nacional; No 4º. Quadrante, estão indicados os sectores de especialização da região que apresentam índices de produtividade abaixo da média nacional.

Fonte: INE, Contas Regionais 2003

- O cruzamento da informação sobre o índice de produtividade de cada sector e o respectivo grau de especialização, permite aferir se estes índices estão, de algum modo, relacionados.
- O sector do papel e publicações destaca-se, pois apresenta um grau de especialização elevado e um índice de produtividade acima da média nacional, bem como os sectores do Material de Construção e Educação, Saúde e Cultura, embora em menor grau.
- Os sectores das indústrias extractivas, indústrias mecânicas e electrónicas e madeira, cortiça e imobiliário indiciam um índice de produtividade superior ao referencial nacional, contudo o grau de especialização está abaixo da média nacional.
- Estes desfasamentos poderão indiciar alguma falta de aproveitamento do potencial produtivo da região.

4.22. O peso do VAB dos sectores transaccionáveis e serviços internacionalizáveis mais do que quadruplica o peso da agricultura, construção e comércio, o que evidencia uma economia pouco dependente de sectores tradicionais e bastante diversificada.

G. 13: Relação: sectores transaccionáveis e serviços internacionalizáveis face à agricultura, construção e comércio, 2003

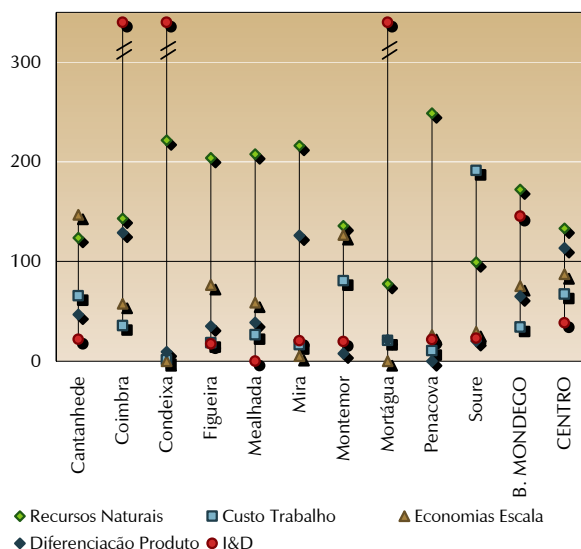


Fonte: INE, Contas Regionais 2003

- A relação entre o valor criado pelos sectores transaccionáveis e serviços internacionalizáveis (i.e., cuja actuação e capacidade de penetração no mercado não se confinam necessariamente à proximidade física e que podem competir à escala nacional e/ou internacional) face à relevância dos serviços com maior vínculo à localização física (construção, comércio e serviços de proximidade) permite aferir o potencial de competitividade da região.
- Face país, o Baixo Mondego apresenta um nível de especialização produtiva bastante diversificado e menos dependente de sectores típicos da economia portuguesa, como a agricultura, a construção e o comércio.

4.23. O modelo de especialização industrial da região assenta em indústrias que sustentam a sua competitividade na proximidade aos recursos naturais, complementado com uma especialização em indústrias sustentadas pelo esforço de I&D.

G. 14: Especialização da indústria por factores-chave de competitividade, 2003



Nota 1: o indicador representa o grau de especialização produtiva de uma dada região face ao País, com base no VAB industrial (PT=100). Se >100, o sector tem maior peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país. Se <100, o sector tem menor peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país.

Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Contas Regionais 2000-2003 e da DGEEP, Quadros de Pessoal, 2003

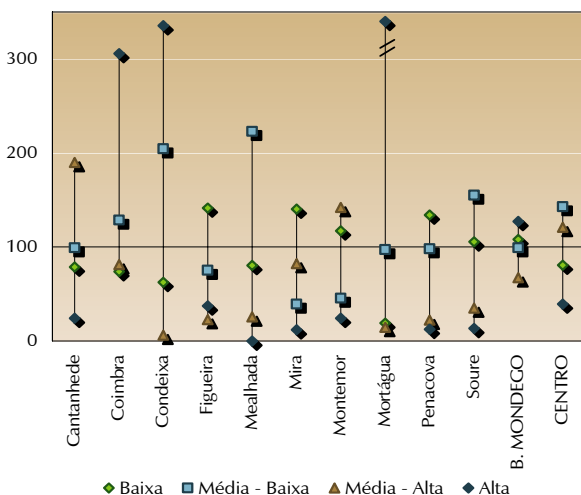
- A especialização industrial do Baixo Mondego é influenciada por três dinâmicas diferenciadas:

- Pela dinâmica de especialização comum aos concelhos de Coimbra, Condeixa-a-Nova e Mortágua, polarizada por indústrias cujo principal factor-chave de competitividade é esforço de investimento em I&D;
- Pela dinâmica de especialização de Figueira da Foz, Mealhada, Mira e Penacova, em que a proximidade e o acesso facilitado à exploração de recursos naturais aparece como principal factor competitivo;
- Pelo facto de alguns concelhos combinarem uma produção industrial centrada na exploração de recursos naturais com indústrias assentes em factor competitivos mais avançados, como a produção industrial com economias de escala (Cantanhede e Montemor-o-Velho) e com diferenciação do produto (Coimbra e Mira).

Nota 2: **Factor-Chave de Competitividade - Rec. Naturais:** l. alimentares e bebidas, l. tabaco, Fab. pasta, papel e cartão, etc.. **Custo do Trabalho:** Fab. têxteis, l. Calçado, etc.. **Economias de Escala:** Fab. coque, Prod. Petrolíferos, Fab. Produtos Químicos, Fab. artigos borracha e matérias plásticas, Fab. veículos automóveis, etc.. **Diferenciação do produto:** Fab. máquinas e equipamentos, apar. eléctricos, apar. rádio, televisão e comunicação, etc.. **I&D:** Prod. Farmacêuticos, máq. escritório e equipamento p/ tratamento automático da informação, etc..

4.24. O nível de incorporação de lógicas de I&D nos sectores de produção industrial traduz-se numa intensidade tecnológica preponderante de nível alto.

G. 15: Especialização da indústria por graus de intensidade tecnológica, 2003



Nota 1: o indicador representa o grau de especial. produtiva de uma região face ao País, com base no VAB industrial (PT=100). Se >100, o sector tem maior peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país. Se <100, o sector tem menor peso na formação do VAB industrial da região do que na formação do VAB industrial do país.

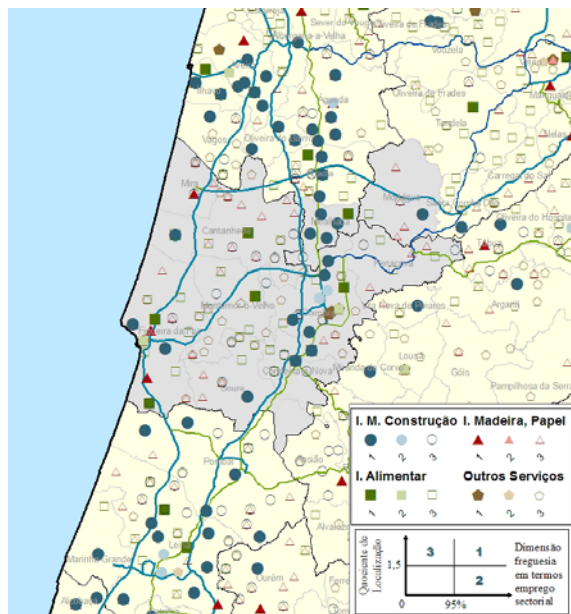
- A região apresenta um perfil de especialização produtiva industrial assente na utilização de processos produtivos com alta intensidade tecnológica, muito influenciada pelo nível de aplicação tecnológica correspondente ao perfil de especialização produtiva industrial dos concelhos de Coimbra, Condeixa-a-Nova e Mortágua (orientada pelo esforço de investimento em I&D).
- O Baixo Mondego evidencia níveis de sobre-especialização em factores de competitividade "extremos" (recursos naturais e I&D), os quais resultam numa sobre-especialização também extrema no que respeita aos níveis de intensidade tecnológica (baixa e alta), quando se assume o padrão nacional como referência.

Nota 2: **Níveis de intensidade tecnológica - Alta:** Aeronáutica, aeroespacial, P. farmacêuticos, comput. e equip.inform. e escritório, equip. telecomunicações, inst. médicos, ópticos e de precisão; **Média-Alta:** Máq. e apar. eléctricos, veíc. automóveis, ind. químicas, equip. ferroviário, máq. e equip.; **Média-Baixa:** Coque, prod. refinados petróleo e combustível nuclear, borracha e plásticos, prod. minerais não metálicos, const. e rep. naval, metalurgias base, prod. Metálicos; **Baixa:** Pasta e papel, artes gráficas, têxteis, vest., couro e calçado, prod. aliment., bebidas e tabaco, madeira, mobil. e cortiça.

Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Contas Regionais 2000-2003 e da DGEEP, Quadros de Pessoal, 2003

4.25. A localização dos sectores em que a região do Baixo Mondego apresenta níveis de especialização de relevância nacional tende a verificar-se em torno das redes viárias principais e dos pólos urbanos de Coimbra e Figueira da Foz.

F. 6: Localização dos principais sectores de especialização produtiva

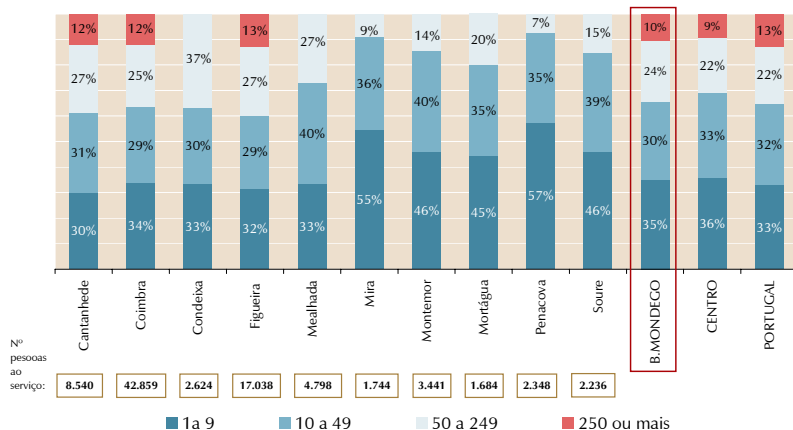


Fonte: AM&A com base nos dados do DEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- As actividades relacionadas com a indústria de material de construção localizadas na região concentram-se essencialmente ao longo do IP1/A1 nos concelhos de Coimbra e Mealhada, bem como na proximidade do porto da Figueira da Foz.
- A indústria alimentar tende a concentrar as suas actividades de maior dimensão na Figueira da Foz, Coimbra, Montemor-o-Velho e Mealhada.
- A indústria de madeira e papel, sector em que o Baixo Mondego apresenta um nível elevado de especialização produtiva, encontra-se presente na generalidade dos concelhos, apresentando concentrações de maior dimensão em termos de emprego nos concelhos de Figueira da Foz e Mira.
- A região apresenta igualmente níveis de especialização elevados nas actividades relacionadas com a educação, saúde e cultura, representadas pelo sector Outros serviços, e que se concentram exclusivamente nos pólos urbanos e universitários de Coimbra e Figueira da Foz.

4.26. O tecido empresarial do Baixo Mondego apresenta uma estrutura dimensional semelhante à média nacional, destacando-se os concelhos de Cantanhede, Coimbra e Figueira da Foz com um peso mais significativo de emprego afecto a empresas de grande dimensão.

G. 16: Distribuição do emprego por dimensão do estabelecimento, 2004



Nota: não inclui Agricultura nem Administração Pública.
Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- O Baixo Mondego apresenta uma estrutura de emprego por escalão de dimensão dos estabelecimentos semelhante à do país, coexistindo concelhos com um tecido empresarial mais atomizado (Penacova e Mira) e concelhos em que a presença de empresas de grande dimensão (medida pelo peso do emprego nesse tipo de empresas) está alinhada com a média nacional (Cantanhede, Coimbra e Figueira da Foz).

4.27. O Baixo Mondego tem uma concentração de emprego relativamente reduzida – factor limitativo de impactos negativos no mercado de trabalho, na eventualidade de deslocalização ou falência de empresas.

Q. 7: Peso dos 5 maiores estabelecimentos por Concelho no respectivo emprego total, 2004

Localização	Sectores de Actividade	Peso dos 5 maiores estab. no emprego do concelho
Cantanhede	Material de Transporte; Alimentares; Metálicas; Construção	15,32%
Coimbra	Serviços Empresariais; Educação, Saúde e Cultura; Distribuição e Comércio; Transp., Logíst. e Comunic.	6,94%
Condeixa	Material de Construção; Educação, Saúde e Cultura; Alimentares; Químicas	28,47%
Figueira	Papel e Publicações; Serviços Empresariais; Alimentares; Material de Construção	14,26%
Mealhada	Material de Construção; Metálicas; Alimentares; Educação, Saúde e Cultura; Construção	13,61%
Mira	Madeira, Cortiça e Mobiliário; Mecânicas e Electrónicas; Educação, Saúde e Cultura	13,30%
Montemor	Construção; Madeira, Cortiça e Mobiliário; Químicas; Alimentares; Transp., Logíst. e Comunic.	14,41%
Mortágua	Químicas; Material de Construção; Educação, Saúde e Cultura; Madeira, Cortiça e Mobiliário	25,24%
Penacova	Construção; Madeira, Cortiça e Mobiliário; Transp., Logíst. e Comunic.; Material de Construção; Alimentares;	11,29%
Soure	Têxtil, Vest. e Calçado; Educação, Saúde e Cultura; Extractivas; Material de Construção	15,12%

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- O concelho de Condeixa-a-Nova é o que apresenta maior nível de concentração de empregados por estabelecimento – cerca de 28% do pessoal ao serviço está integrado nos 5 maiores estabelecimentos. Segue-se Mortágua, com níveis de concentração próximos do de Condeixa-a-Nova, e Cantanhede e Soure com níveis substancialmente mais baixos.
- As 20 maiores empresas do Baixo Mondego concentram 10% do emprego total e dedicam-se, essencialmente, aos seguintes sectores de actividade: Serviços Empresariais, Papel e Publicações, Educação, Saúde e Cultura, Transportes, Logística e Comunicações, Material de Transporte e Alimentares.

Q. 8: Top 20 maiores estabelecimentos por empregados do Baixo Mondego, 2004

Ranking	Top Estabelecimentos (2004)	Sector de Actividade	Dimensão (nº. de pessoas ao serviço)	Natureza Jurídica	Concelho
1	CLEAN UTIL SERVICOS DE HIGIENE E LIMPEZA LDA	Serv. Empresariais	250 ou mais	Soc. Quotas	Coimbra
2	SOPORCEL SOC PORTUGUESA DE PAPEL SA	Papel e Publicações	250 ou mais	Soc. Anón.	Figueira
3	REGIVIR EMP TRAB TEMP E FORMACAO PESSOAL LDA	Serv. Empresariais	250 ou mais	Soc. Quotas	Figueira
4	SUCH SERVICO UTILIZACAO COMUM HOSPITAIS	Educação, Saúde e Cultura	250 ou mais	Organismo da Administ Pública	Coimbra
5	MCH MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS SA	Distribuição e Comércio	250 ou mais	Soc. Anón.	Coimbra
6	CP CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES E P	Transp., Logíst. e Comunic.	250 ou mais	Empresa Pública	Coimbra
7	MAHLE COMPONENTES MOTORES SA	Material de Transporte	250 ou mais	Soc. Anón.	Cantanhede
8	A S F SOC SERVICOS DE VIGILANCIA E ALARMES LDA	Serv. Empresariais	250 ou mais	Soc. Quotas	Coimbra
9	CELULOSE BEIRA INDL CELBI SA	Papel e Publicações	250 ou mais	Soc. Anón.	Figueira
10	RODOVIARIA DA BEIRA LITORAL SA	Transp., Logíst. e Comunic.	250 ou mais	Soc. Anón.	Coimbra
11	PT COMUNICACOES S A	Transp., Logíst. e Comunic.	250 ou mais	Soc. Anón.	Coimbra
12	DAN CAKE PORTUGAL SA	Alimentares	250 ou mais	Soc. Anón.	Coimbra
13	CONFORLIMPA TEJO LIMPEZAS INDIS LDA	Serv. Empresariais	250 ou mais	Soc. Quotas	Coimbra
14	SERVICOS DE ACCAO SOCIAL UC	Educação, Saúde e Cultura	250 ou mais	Organismo da Administ Pública	Coimbra
15	LACTOGAL PRODUTOS ALIMENTARES S A	Alimentares	250 ou mais	Soc. Anón.	Cantanhede
16	PROBAR IND ALIMENTAR SA	Alimentares	250 ou mais	Soc. Anón.	Coimbra
17	LUSIAVES IND COM AGRO ALIMENTAR SA	Alimentares	250 ou mais	Soc. Anón.	Figueira
18	FAPRICELA	Metálicas	250 ou mais	Soc. Anón.	Cantanhede
19	REFER REDE FERROVIARIA NACIONAL E P	Transp., Logíst. e Comunic.	250 ou mais	Empresa Pública	Coimbra
20	SAINT GOBAIN MONDEGO SA	Material de Construção	entre 50 e 250	Soc. Anón.	Figueira

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

4.28. Baixo Mondego sustenta o nível de iniciativa empresarial entre 1994/95 e 2002/03, contrariando a retracção verificada nesse mesmo período na região Centro.

G. 17: Taxa de iniciativa empresarial

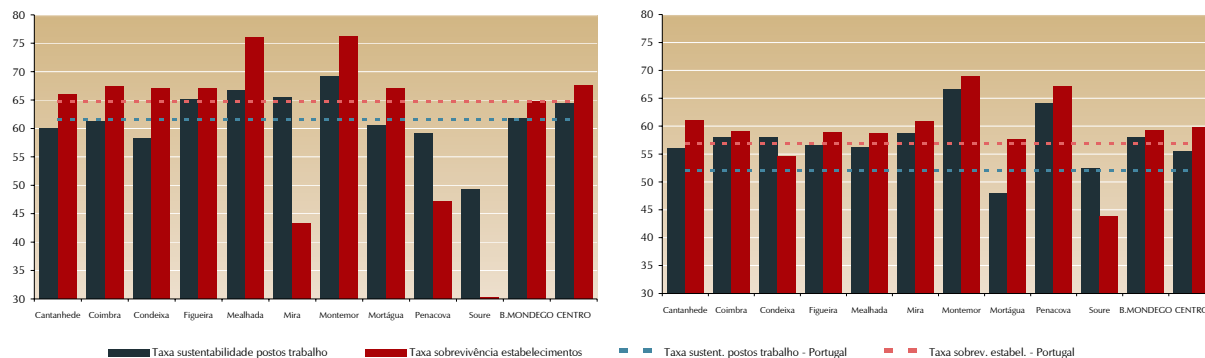


- A taxa de iniciativa empresarial de 10,5% no Baixo Mondego em 2002/03, é semelhante à observada ao nível da região Centro e do país, revelando uma certa estabilidade face a 1994/95, contrária à retracção observada na região Centro.
- Coimbra e Figueira da Foz, dos concelhos com tecidos económicos mais consolidados da região, apresentam os níveis mais reduzidos de iniciativa empresarial.
- Condeixa e Penacova registam uma maior evolução positiva do empreendedorismo entre os dois períodos analisados.

4.29. Aumento dos níveis de insucesso empresarial e da consequente dificuldade de sustentação de postos de trabalho menos acentuado do que na região Centro e no país.

- 58% dos estabelecimentos criados em 1999/00 mantiveram-se em funcionamento durante, pelo menos, 3 anos, sustentando 62% dos postos de trabalho criados nesse período.
- Entre 1997/98 e 2002/03, o decréscimo dos níveis médios de sucesso empresarial acompanhou a tendência da média nacional, embora com uma menor intensidade, registando os concelhos de Mortágua e Soure as taxas de sobrevivência de estabelecimentos mais baixas e os concelhos de Montemor e Penacova, as mais elevadas.

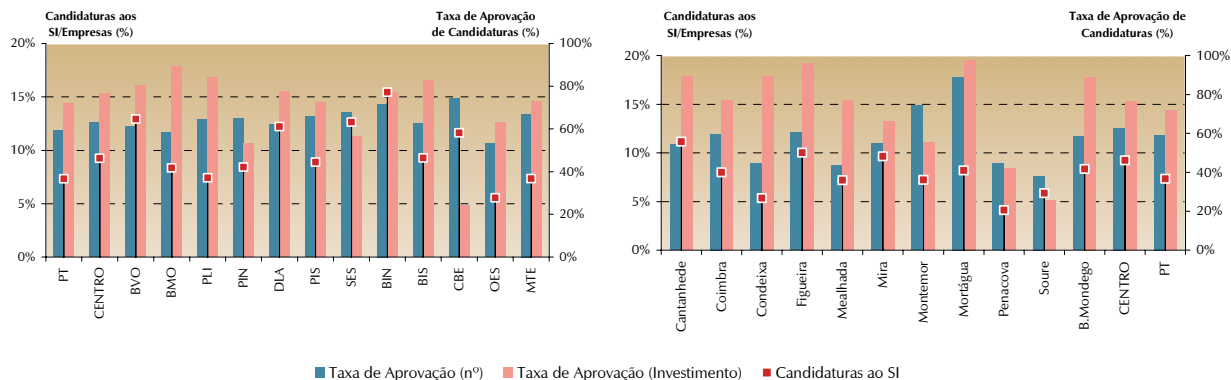
G. 18: Taxa de sobrevivência de estabelecimentos e sustentabilidade de postos de trabalho em 1997/98 dos estabelecimentos criados 3 anos antes em 2002/03 dos estabelecimentos criados 3 anos antes



4.30. A procura das empresas do Baixo Mondego aos SI no QCA III foi superior ao registo nacional (8 em cada 100 empresas apresentaram candidaturas, face à média de 7 empresas no país), mas ficou aquém da intensidade registada em média no Centro.

- A taxa de aprovação de projectos no Baixo Mondego aproxima-se da média nacional, mas a taxa de aprovação do investimento candidatado superou significativamente o padrão do Centro e do país.
- Cantanhede, Figueira e Mira são os concelhos que registaram maior procura aos SI; as empresas de Condeixa, Penacova e Soure foram as que, em média, menos recorreram aos SI.

G. 19: Candidaturas aos Sistemas de Incentivos às Empresas no QCA III, 2000-2006



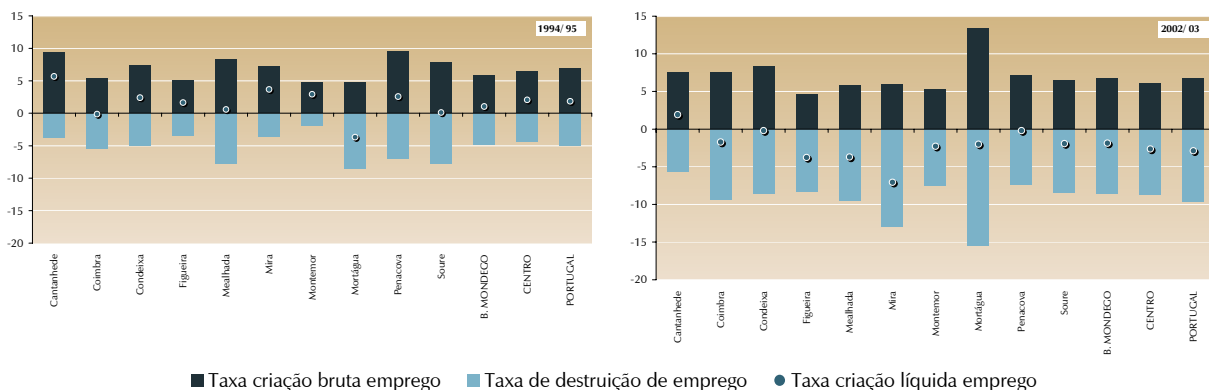
Nota: Taxa criação bruta de emprego = emprego nos estabelecimentos novos na região X/ emprego total na região X; Taxa de destruição de emprego = emprego nos estabelecimentos encerrados na região X/ emprego total na região X; Taxa de criação líquida de emprego = emprego nos estabelecimentos novos na região X – emprego nos estabelecimentos encerrados na região X/ emprego total na região X.

Fonte: AM&A com base em dados da DGEEP, Quadros de Pessoal

4.31. A quebra da taxa de criação líquida de emprego no Baixo Mondego é menos intensa do que a verificada, em média, na região Centro mas reflecte, ainda assim, a degradação da situação conjuntural de um período (de retoma) para outro período (epicentro da crise actual).

- A destruição de emprego associada ao encerramento de estabelecimentos superou, em 2002/03, a criação de emprego induzida pelos novos estabelecimentos, à semelhança do verificado no país.
- Mira e Mortágua apresentam em 2002/03 um nível da taxa de destruição de emprego mais elevado, sendo simultaneamente neste último concelho em se verifica a maior taxa de criação de emprego nesse período.

G. 20: Taxa de criação/ destruição de emprego

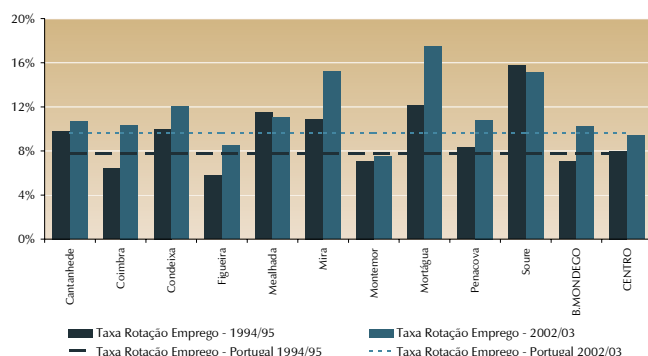


Nota: Taxa criação bruta de emprego = emprego nos estabelecimentos novos na região X/ emprego total na região X; Taxa de destruição de emprego = emprego nos estabelecimentos encerrados na região X/ emprego total na região X; Taxa de criação líquida de emprego = emprego nos estabelecimentos novos na região X – emprego nos estabelecimentos encerrados na região X/ emprego total na região X.

Fonte: AM&A com base em dados da DGEEP, Quadros de Pessoal

4.32. Tendência de subida na taxa de rotação do emprego nos últimos anos mais significativa no Baixo Mondego do que no espaço nacional.

G. 21: Taxa rotação do emprego em empresas



Nota: Taxa de rotação do emprego = (emprego nas empresas novas na região X + emprego as empresas encerradas na região X) / emprego total na região X.

Fonte: AM&A com base em dados da DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- Postos de trabalho envolvidos em processos de turbulência (encerramento e criação de empresas) representavam 10,2% do total de postos de trabalho do Baixo Mondego em 2002/03.
- Os concelhos de Mira, Mortágua e Soure apresentam em 2002/03 níveis de rotação do emprego mais elevados e, no caso dos dois primeiros concelhos referidos, um aumento significativo dos níveis de turbulência no emprego entre os dois períodos analisados.
- Montemor-o-Velho e Figueira da Foz são os únicos concelhos em 2002/03 com níveis de turbulência no emprego mais baixos do que a média nacional.

4.33. Os rácios de produtividade e rendibilidade das empresas do Baixo Mondego superam os rácios médios do país.

- Com excepção da produtividade global e liquidez geral, os rácios determinados para as empresas da região exibem valores em linha ou superiores aos apresentados pelas empresas do Centro.
- No que respeita à produtividade, destacam-se as empresas de Cantanhede, Mira, Mortágua, Penacova e Soure com produtividades superiores à produtividade média da região. No que diz respeito à rendibilidade (a capacidade da empresa produzir a baixo custo e/ou de vender a preços elevados), salienta-se o desempenho das empresas de Coimbra e Penacova e Mortágua.

Q. 1: Rácios Financeiros do Tecido Empresarial do Baixo Mondego, 2004

Rácio Financ. (mediana)	Cantanhede	Coimbra	Condeixa	Figueira	Mealhada	Mira	Montemor	Mortágua	Penacova	Soure	B. Mondego	Centro	Portugal
Produtividade Global	2,318	2,292	2,218	2,274	2,292	2,460	2,292	2,518	2,546	2,353	2,306	2,402	2,243
Rotação do Activo	0,951	0,973	1,019	0,936	0,974	0,960	0,929	1,052	1,068	0,993	0,968	0,902	0,925
Autonomia Financeira	0,195	0,238	0,236	0,207	0,210	0,230	0,205	0,261	0,236	0,207	0,226	0,222	0,216
Liquidez Geral	1,064	1,215	1,060	1,066	1,086	1,148	1,086	1,202	1,059	1,137	1,146	1,178	1,184
Rendibilidade Líquida do Capital Próprio	8,7%	10,2%	8,7%	7,8%	9,3%	8,4%	9,2%	8,5%	10,5%	6,9%	9,4%	7,8%	8,4%
Rendibilidade Líquida das Vendas	1,2%	1,5%	1,2%	0,8%	1,0%	1,1%	1,0%	2,0%	2,0%	0,6%	1,3%	1,3%	1,2%

Fonte: AM&A com base em dados da DGITA, 2004.


4.34. A produtividade global de todos os sectores de actividade no Baixo Mondego apresenta um diferencial favorável ou neutro em relação ao padrão nacional.


- A Agricultura, o Papel e Publicações, as Mecânicas e Electrónicas, Material de Construção, Distribuição e Comércio, Serviços Empresariais, Educação, Saúde e Cultura são sectores de actividade cujos rácios financeiros nunca apresentam diferenças desfavoráveis face à referência nacional.
- Os sectores de especialização do Baixo Mondego – Papel e Publicações, Material de Construção, e Educação, Saúde e Cultura – apresentam rácios de rentabilidade cujo diferencial face ao padrão nacional é neutro ou favorável.


Q. 2: Rácios Financeiros por Sector de Actividade, 2004

Sector de Actividade	Produtividade Global		Rotação do Activo		Autonomia Financeira		Liquidez Geral		Rentabilidade Líquida dos Capitais Próprios		Rentabilidade Líquida das Vendas	
(mediana)	Baixo Mondego	PT	Baixo Mondego	PT	Baixo Mondego	PT	Baixo Mondego	PT	Baixo Mondego	PT	Baixo Mondego	PT
Agric., Silv. e Pesca	2,004	1,669	0,523	0,313	0,210	0,184	1,042	0,951	8,0%	6,0%	2,0%	1,8%
Extractivas	2,116	2,097	0,632	0,498	0,293	0,283	0,817	1,144	3,2%	3,6%	1,2%	1,9%
Alimentares	2,971	2,872	1,419	1,161	0,240	0,268	1,048	1,084	7,0%	6,4%	1,3%	1,2%
Têxtil, Vest. e Calçado	3,261	3,561	0,585	1,160	0,189	0,189	1,155	1,127	1,1%	7,9%	0,4%	0,8%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	3,186	3,338	0,794	0,815	0,156	0,186	1,088	1,175	3,3%	5,8%	1,6%	1,0%
Papel e Publicações	2,345	2,290	0,834	0,901	0,251	0,213	1,222	1,127	7,0%	7,0%	1,0%	1,0%
Químicas	2,615	2,649	0,895	0,934	0,277	0,279	1,024	1,294	2,9%	5,6%	1,8%	1,4%
Metálicas	3,396	3,128	1,189	0,997	0,180	0,208	1,069	1,179	8,5%	8,9%	2,4%	1,5%
Mecânicas e Electrónicas	3,070	2,758	0,952	0,988	0,293	0,252	1,302	1,259	9,3%	7,8%	2,3%	1,5%
Material de Transporte	3,666	2,944	0,749	0,964	0,208	0,223	1,116	1,205	2,4%	7,1%	0,7%	1,0%
Material de Construção	2,981	2,856	0,767	0,706	0,219	0,243	1,045	1,159	4,1%	3,8%	1,0%	1,1%
Construção	2,277	2,304	0,804	0,801	0,151	0,175	1,123	1,260	9,3%	9,3%	1,8%	1,9%
Energia, Água e Saneam.	3,555	1,779	0,143	0,136	0,249	0,206	1,290	1,074	-0,1%	3,6%	3,0%	5,0%
Transp., Logística e Comunic.	1,735	1,890	0,986	1,027	0,424	0,470	1,373	1,585	4,4%	6,0%	0,7%	1,9%
Distribuição e Comércio	2,455	2,371	1,169	1,146	0,180	0,180	1,159	1,183	8,9%	8,4%	0,7%	0,7%
Serviços Empresariais	2,024	1,750	0,666	0,505	0,251	0,251	1,205	1,191	11,3%	7,7%	3,2%	2,6%
Hotelaria e Restauração	2,399	2,406	1,445	1,418	0,178	0,184	0,758	0,890	12,3%	8,9%	1,0%	0,7%
Educação, Saúde e Cultura	2,155	1,948	0,888	0,912	0,417	0,292	1,376	1,110	18,6%	16,3%	5,3%	2,7%
Administrações Públicas	.	1,661	.	0,637	.	0,402	.	1,248	.	7,6%	.	2,7%

Legenda:

 **Diferencial positivo** do indicador no Baixo Mondego em relação ao padrão nacional do sector

 **Diferencial neutro** do indicador no Baixo Mondego em relação ao padrão nacional do sector

 **Diferencial negativo** do indicador no Baixo Mondego em relação ao padrão nacional do sector

Fonte: AM&A com base em dados da DGITA, 2004.

4.35. A região alargada do Baixo Mondego ocupa a 10ª/30 posição a nível nacional no que se refere à sua quota de exportações, que evolui positivamente entre 1999 e 2005.

Q. 9: Quotas de exportação

	Quotas de exportação 1999	Quotas de exportação 2005
Face ao Baixo Mondego		
Cantanhede	7,8%	20,4%
Coimbra	11,6%	6,0%
Condeixa	1,2%	1,5%
Figueira	69,0%	66,8%
Mealhada	3,5%	1,2%
Mira	0,8%	1,1%
Montemor	0,2%	0,4%
Mortágua	1,0%	1,7%
Penacova	n.d.	0,3%
Soure	0,5%	0,4%
Face ao país		
B. MONDEGO	2,6%	3,2%
CENTRO	17,1%	21,4%

Nota 1: A variável exportações refere-se ao valor declarado por concelho de sede dos operadores.

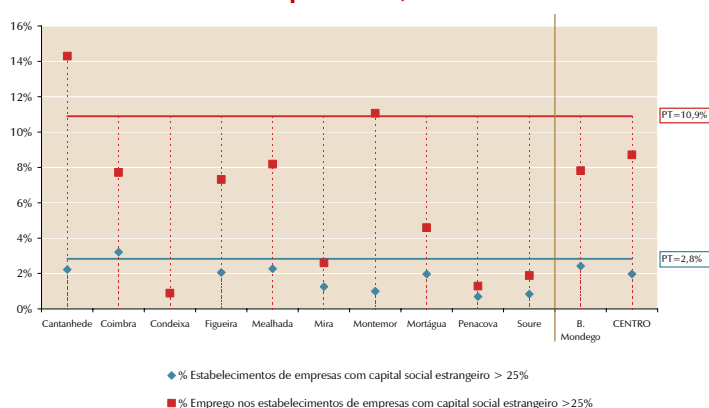
Nota 2: O valor de 1999 para Montemor-o-Velho é referente apenas a comércio extracomunitário.

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional (1999 e 2005)

- A região alargada do Baixo Mondego ocupa uma posição satisfatória (10ª/30) no ranking nacional das 30 NUTSIII (tendo em conta os ajustamentos nas regiões a que pertencem a Mealhada e Mortágua) em termos de quota exportadora, representando 3,2% das exportações totais do país em 2005 (valor que traduz um aumento face a 1999).
- A quota de exportações concelhia (calculada face à região) evidência grandes disparidades, podendo afirmar-se que apenas dois concelhos exibem capacidade exportadora: a Figueira da Foz, seguida de Cantanhede.
- Assinala-se o reforço da quota de exportações deste último concelho entre 1999 e 2005.

4.36. A presença do capital estrangeiro (participações > 25% do capital) nos estabelecimentos localizados no Baixo Mondego encontra-se abaixo dos valores de referência nacional, indiciando, a esse nível, um grau de internacionalização ainda incipiente do tecido empresarial desta NUTSIII.

G. 19: Presença de capital estrangeiro no tecido empresarial, 2004

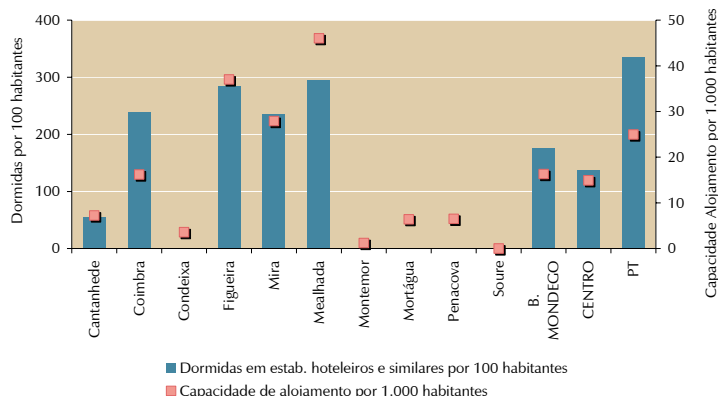


Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados dos DEEP, Quadros de Pessoal, 2004

- Tendo por critério o número de estabelecimentos de empresas com mais de 25% do capital social estrangeiro, o Baixo Mondego regista um peso superior ao Centro, mas inferior à média nacional.
- Dos concelhos do Baixo Mondego, Coimbra destaca-se favoravelmente por registar um peso dos estabelecimentos de empresas com mais de 25% do capital social estrangeiro superior à média nacional e do Centro; Cantanhede destaca-se por revelar um número de postos de trabalho nestas empresas superior à média nacional e ao Centro.
- As empresas internacionais tendem a operar em estabelecimentos de maior dimensão, acentuando o respectivo peso relativo avaliado em termos de emprego.

4.37. O sector do turismo apresenta uma maior representatividade no Baixo Mondego face à Região Centro, devido essencialmente à proeminência do turismo de praia e mar nos concelhos de Figueira da Foz e Mira, do turismo de city-breaks na cidade de Coimbra e do turismo de saúde e de natureza no concelho da Mealhada.

G. 22: Capacidade de alojamento e dormidas, 2005

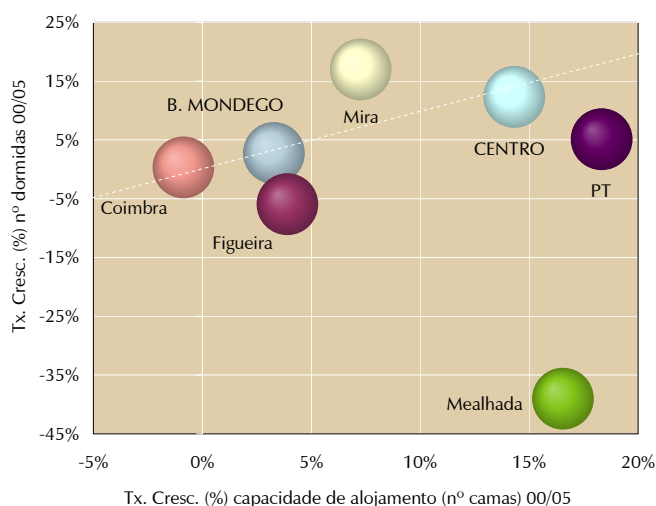


Nota: A informação sobre dormidas em Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho, Mortágua e Penacova está sujeita a segredo estatístico. Não existe qualquer registo de dormidas ou capacidade em Soure.
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- O peso do turismo no Baixo Mondego é ligeiramente superior à média da região Centro, quer considerando o nº de dormidas, quer o nº de camas por habitantes, mas consideravelmente baixo, quando comparado com o referencial nacional.
- O rácio dormidas/capacidade é também nitidamente baixo face ao referencial nacional (108,4 e 134,6, respectivamente), indiciando alguma falta de aproveitamento do potencial da região.
- A nível concelhio, verificam-se algumas dicotomias: nos concelhos que apresentam maior faixa litoral (Figueira da Foz e Mira) e maior preponderância de atrações ao nível de turismo de monumentos, saúde e natureza (Coimbra e Mealhada) são aqueles em que o desenvolvimento do sector do Turismo é mais evidente, enquanto nos restantes é ainda incipiente.

4.38. A Região do Baixo Mondego evidencia um crescimento francamente mais baixo das variáveis relativas à oferta e procura no sector do turismo, quer em relação à média nacional, quer face ao referencial região Centro.

**G. 23: Capacidade de alojamento e dormidas
Tx. Variação 2000-2005**

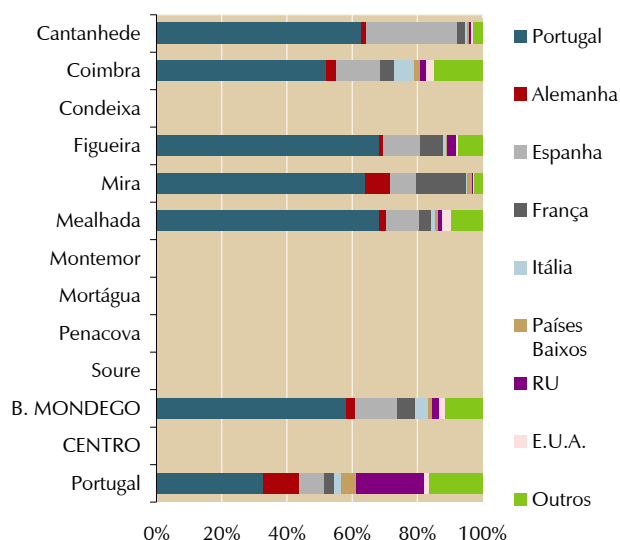


Nota: A informação sobre dormidas em Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho, Mortágua e Penacova está sujeita a segredo estatístico. Não existe qualquer registo de dormidas ou capacidade em Soure.
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- O crescimento da oferta (capacidade de alojamento) do Baixo Mondego foi nitidamente baixo, mas igualou o ritmo de crescimento da procura (nº. de dormidas): 3% em ambos os casos, o que contrasta com o panorama nacional, em que a variação da procura (5%) é muito inferior ao crescimento da oferta (18%), fruto de expectativas demasiado elevadas por parte do sector empresarial e quedas abruptas na procura devido ao 11 de Setembro, não obstante a aparente tendência de recuperação mais recente.
- Ainda assim, verificam-se alguns desfasamentos a nível concelhio: enquanto Mira se distingue devido a um crescimento intenso ao nível da procura (17%) e da oferta (7%), Coimbra, Figueira da Foz e Mealhada, em particular, evidenciam variações claramente mais baixas ou mesmo negativas, como é o caso da variação das dormidas na Figueira da Foz e na Mealhada.

4.39. O sector do turismo no Baixo Mondego apresenta uma maior dependência do mercado nacional comparativamente com uma maior diversidade de mercados emissores evidenciada pelo sector nas principais regiões destino do país, nomeadamente no Algarve, Madeira e Lisboa.

G. 24: Repartição das dormidas por origem, 2005



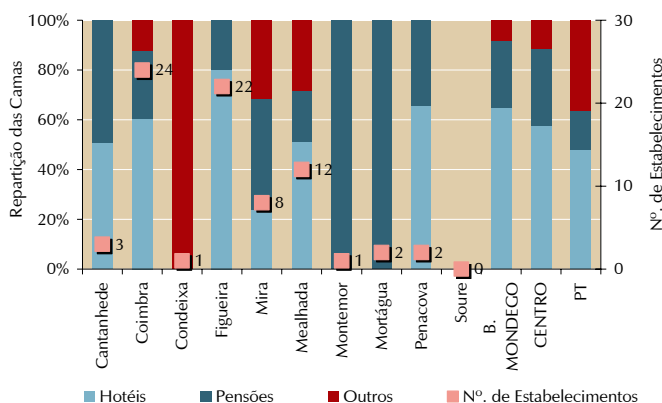
Nota: A informação sobre dormidas em Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho, Mortágua e Penacova está sujeita a segredo estatístico. Não existe qualquer registo de dormidas ou capacidade em Soure.

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- O Baixo Mondego apresenta uma taxa de internacionalização das dormidas substancialmente inferior ao referencial nacional, já que a grande maioria dos turistas da região, cerca de 58,1%, são portugueses, enquanto a nível nacional, estes representam apenas 31,5% do total.
- Os concelhos da Figueira da Foz e da Mealhada evidenciam um peso particularmente elevado de turistas portugueses (cerca de 68%), enquanto Coimbra evidencia uma dependência ligeiramente menor do turismo nacional.
- Entre os mercados externos, Espanha é o mercado emissor mais importante (12,9%), devido à proximidade geográfica e crescente importância do mercado das short-breaks.

4.40. O Baixo Mondego apresenta uma oferta hoteleira tradicional, dominada por hotéis e pensões em detrimento de outras tipologias.

G. 25: Repartição da capacidade por tipologia e nº. de estabelecimentos, 2005



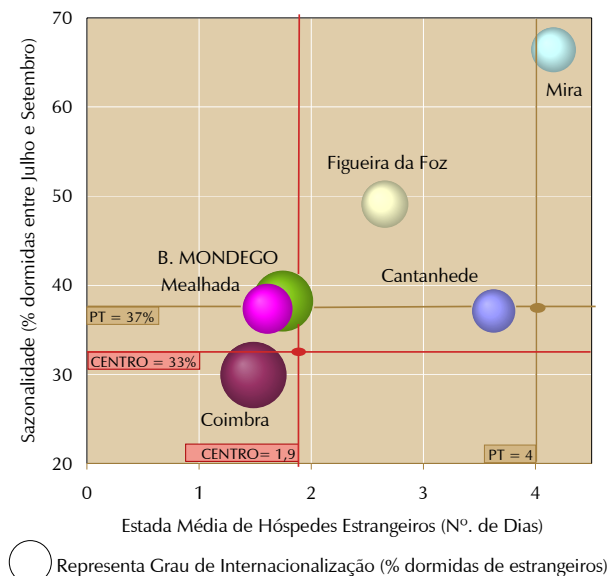
Nota: Não existe qualquer registo de dormidas ou capacidade em Soure.

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- No Baixo Mondego, 65% da oferta é constituída por Hotéis, 27% é relativa a Pensões e apenas 8% se refere à categoria "Outros", que engloba hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, motéis, pousadas e estalagens.
- O Baixo Mondego apresenta, face à região Centro e ao referencial nacional, a predominância das categorias de alojamento mais tradicionais como hotéis e pensões, em detrimento das "outras" tipologias de alojamento.
- São evidentes heterogeneidades a nível concelhio: se Coimbra, Figueira da Foz e Mealhada assumem a grande maioria da oferta de alojamentos (77% dos estabelecimentos concentra-se nestes concelhos), a oferta é muito limitada nos restantes concelhos.

4.41. A estada média no Baixo Mondego é inferior ao registo nacional e surge marcada por alguma sazonalidade, fruto da importância que o turismo de sol e praia assume em alguns concelhos.

G. 26: Tempo médio de estada e sazonalidade, 2005



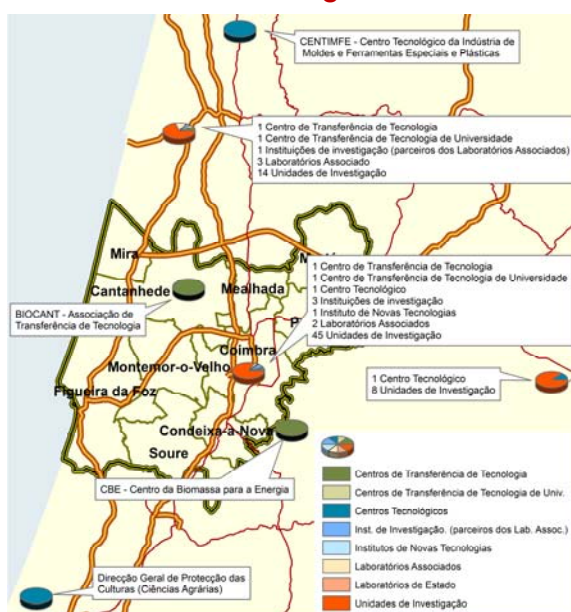
Nota: A informação sobre dormidas em Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho, Mortágua e Penacova está sujeita a segredo estatístico. Não existe qualquer registo de dormidas ou capacidade em Soure.

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo, 2005

- Relativamente à estada média de hóspedes estrangeiros, verifica-se que a estadia média no Baixo Mondego é de apenas 1,7 dias, enquanto a média nacional é de 4 dias.
- A estada média é mais elevada nos concelhos de Mira e Cantanhede, e Figueira da Foz em menor grau, onde a procura corresponde em grande medida a turismo de praia.
- A nível concelhio, a grande excepção é o concelho de Mira que se distingue positivamente, ao nível da estada média, cerca de 4,2 dias, mas em contrapartida, evidencia uma sazonalidade extremamente elevada, 66,4% das dormidas ocorrem nos meses de Verão.
- Assim, à dependência de um conjunto reduzido de mercados emissores e à resistência à subida da estada média, junta-se a vulnerabilidade associada à sazonalidade que também é mais elevada no Baixo Mondego face ao referencial Centro.

4.42. A região do Baixo Mondego apresenta uma oferta alargada de infraestruturas de suporte de base tecnológica e de investigação, com particular destaque para o concelho de Coimbra onde se concentram diversos Centros de Transferência de Tecnologia, Laboratórios e Unidades de Investigação.

F. 7: infraestruturas de Investigação e Tecnologia



Fonte: Observatório da Ciência e do Ensino Superior – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

- São vários os sectores que encontram apoio ao nível da investigação, desenvolvimento e transferência de tecnologia na região do Baixo Mondego, em particular nas áreas da:
 - *Biologia* com o Biocant em Cantanhede,
 - *Indústria da cerâmica e vidro* com o CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro em Coimbra,
 - *Ciência e tecnologia* com o Instituto Pedro Nunes (Universidade de Coimbra),
 - *Saúde, biomedicina e luz* com o Laboratório do Centro de Neurociências de Coimbra e a Associação para Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem, bem como um conjunto de centros e unidades de investigação relacionados com estas áreas, todos em Coimbra,
 - *Física e Química* com o Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas e a AEMITEQ - Associação para a Inovação Tecnológica e Qualidade, ambos em Coimbra.

Óptica das Pessoas

4.43. A região do Baixo Mondego conheceu um crescimento demográfico acentuado no período intercensitário, invertido no período 2001/2005, quando se registou um crescimento demográfico negativo, muito ligado ao comportamento do concelho de Coimbra.

- O Baixo Mondego apresenta uma estrutura urbana dominada por Coimbra, que representa só por si mais de 38% da população, sobressaindo igualmente a Figueira da Foz (17,2%) e Cantanhede (10,6%).
- O concelho de Coimbra, segundo as estimativas do INE, conheceu um crescimento populacional negativo acentuado entre 2001 e 2005 (-5,1%), que se reflectiu nos valores da região do Baixo Mondego.
- Condeixa-a-Nova verificou um forte aumento demográfico, seguido da Mealhada, que se relaciona em grande medida com a proximidade de Coimbra e a fuga de população do centro dessa cidade para os concelhos limítrofes, beneficiando de menor congestionamento e preços na habitação mais moderados.

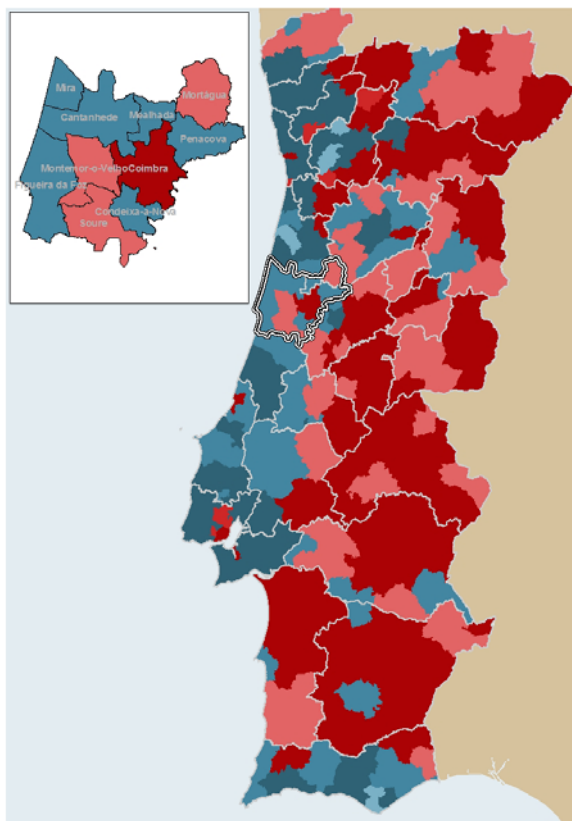
Q. 10: Densidade populacional e dinâmicas de crescimento da população residente

	População 1991 (Quota)	População 2005 (Quota)	População 1991/2001 (taxa Var.)	População 2001/2005 (taxa Var)		Densidade pop. 2005(hab/Km2)
Cantanhede	10,4%	10,6%	2,1%	2,3%	▲	99,2
Coimbra	38,9%	38,3%	6,8%	-5,1%	▼	440,9
Condeixa-a-nova	3,6%	4,6%	17,8%	9,3%	▲	120,8
Figueira da Foz	17,2%	17,2%	1,7%	1,1%	▲	167,0
Mealhada	5,1%	5,9%	13,6%	4,7%	▲	196,3
Mira	3,7%	3,6%	-2,9%	2,7%	▲	106,6
Montemor-o-velho	7,4%	6,8%	-3,4%	-1,8%	▼	109,3
Mortágua	3,0%	2,8%	-2,7%	-0,5%	▼	41,1
Penacova	4,7%	4,6%	-0,1%	1,1%	▲	78,0
Soure	6,1%	5,6%	-3,5%	-1,2%	▼	78,0
B. Mondego	100,0%	100,0%	3,8%	-1,0%	▼	151,6
B. MONDEGO	3,6%	3,5%	3,8%	1,4%	▼	151,6
CENTRO	22,9%	22,5%	4,0%	1,4%	▲	84,5
PORTUGAL	100,0%	100,0%	5,0%	2,1%	▲	114,8

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 e INE, Estimativas Provisórias de População Residente, 2005

4.44. A evolução populacional da região do Baixo Mondego perspectiva uma situação de perda de efectivos populacionais explicada, em larga medida, por um lado, pelo forte êxodo populacional verificado no concelho de Coimbra e, por outro, pelos saldos naturais negativos registados em todos os concelhos da região.

F. 8: Componentes da evolução populacional, 2001-05



Fonte: INE – Estatísticas Demográficas

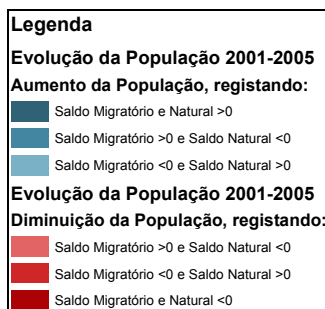
- Os saldos migratórios positivos dos concelhos da área de estudo revelam um relativo pendor de atratividade, excepto Coimbra, embora tal dinâmica não se reflecta na conjugação de saldos migratórios e naturais registados ao nível global da região que evidencia um decréscimo populacional de 1,4%.

O concelho de Coimbra regista a maior perda de efectivos populacionais (-5,1%), essencialmente por via de movimentos migratórios desfavoráveis, enquanto Condeixa-a-Nova, regista a situação inversa, ou seja, crescimento positivo (9,3%) devido a entradas líquidas positivas de efectivos populacionais. Montemor-o-Velho, Mortágua e Soure, por sua vez, evidenciam uma evolução decrescente da população mas que se prende com os saldos naturais negativos (-1,8%, -1,9% e -2,8%, respectivamente).

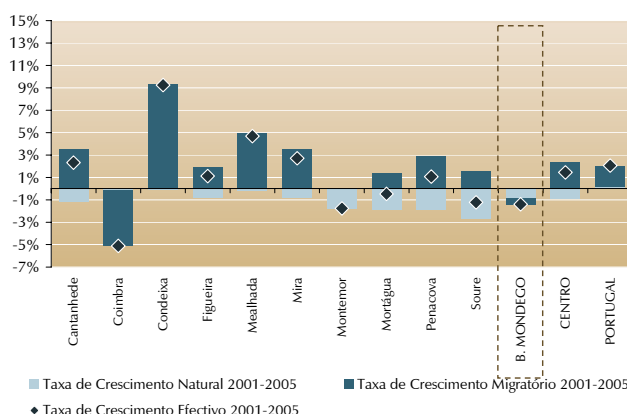
B. MONDEGO

Taxa de Crescimento Efectivo 2001-2005 = -1,4 %
Taxa de Crescimento Migratório 2001-2005 = -0,6 %
Taxa de Crescimento Natural 2001-2005 = -0,8 %

- Coimbra é o único concelho da região que apresenta uma evolução negativa do saldo migratório (-7.304 pessoas) e do saldo natural (-299 pessoas), registando por conseguinte uma diminuição de população em cerca de 7.603 pessoas.
- Todos os outros concelhos registam saldos migratórios positivos, pelo que apenas em Montemor-o-Velho, Soure e Mortágua, esses valores não foram suficientes para fazer face ao impacto negativo do saldo natural, registando perdas de população, entre 2001 e 2005, na ordem das 451, 256 e 48 pessoas respectivamente.
- Condeixa-a-Nova, Mealhada, Cantanhede e Figueira da Foz foram os concelhos da região do Baixo Mondego que registaram os acréscimos populacionais mais significativos, na ordem das 1.419, 973, 879 e 706 pessoas, respectivamente.



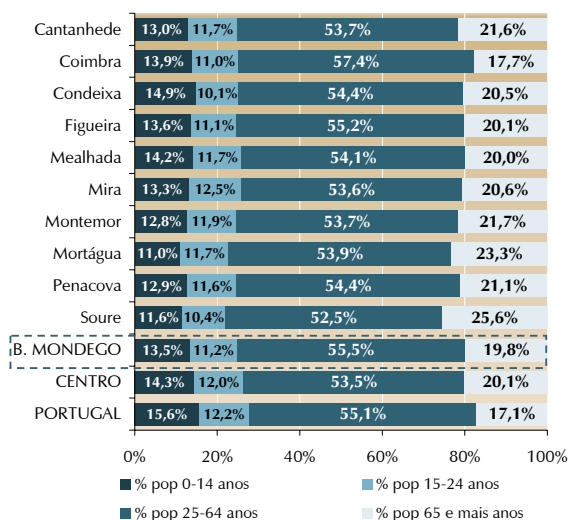
G. 27: Decomposição da taxa de crescimento populacional 2001-2005: componente natural e migratória



Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente (2005)

4.45. O Baixo Mondego revela, quando comparado com o país, uma estrutura etária onde a franja da população idosa assume uma maior expressão, em detrimento das camadas mais jovens da população.

G. 28: Estrutura etária da população residente, 2005



Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente, 2005

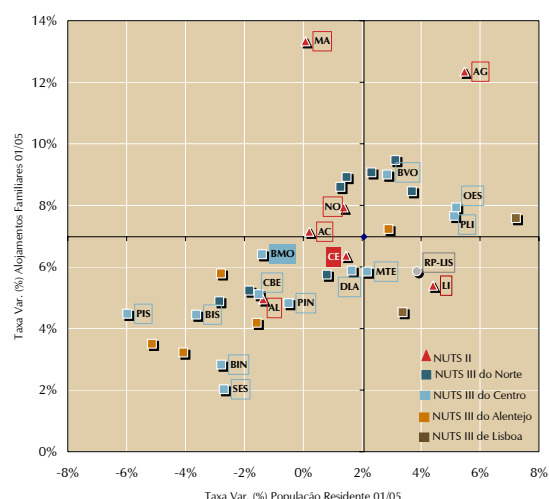
- No Baixo Mondego verifica-se uma situação positiva, em que a população jovem prevalece face à proporção da população idosa, embora em posição desfavorável face à média nacional, registando também um elevado peso de população em idade activa (66,7%).

- A condição vantajosa de posicionamento da região Baixo Mondego e concelhos da área de estudo em termos de dinâmicas demográficas actuais implica destacar:

- O excelente posicionamento dos concelhos de Coimbra, Figueira da Foz, Mira, Penacova, Mealhada e Mortágua (acima da média do Centro) em termos de disponibilidade de população activa e as insuficiências, a este nível, dos restantes concelhos com valores abaixo da média do Centro;
- Não obstante a citada prevalência de população jovem face à população idosa, alguns concelhos assumem, de forma mais intensa, a tendência actual de envelhecimento da população: Mortágua, onde a população com mais de 65 anos pesa 23,3% e Soure (25,6%).

4.46. O número de alojamentos familiares no Baixo Mondego cresceu a um ritmo ligeiramente inferior ao nacional e alinhado com o da região Centro, num cenário de perda populacional.

G. 29: Alojamentos e população residente, Taxa de variação 2001-2005



Fonte: INE, Censos 2001, Estimativas da População Residente 2005, Estatísticas da Construção

- Condeixa e Mealhada registam as maiores taxas de crescimento do número de alojamentos e da população residente – em ambos os casos superiores à média do Centro e do país.

- Soure e Mortágua são os concelhos onde o número de alojamentos cresceu menos, facto em consonância com a diminuição da população residente.

4.47. Prevaecem no Baixo Mondego dinâmicas concelhias diferenciadas na capacidade de criar os postos de trabalho necessários à absorção da população activa, gerando notórias oscilações na capacidade da população residir e trabalhar no mesmo concelho (localização do emprego).

- Coimbra e Figueira da Foz constituem as principais bolsas de força de trabalho do Baixo Mondego concentrando, conjuntamente, 59,1% da população residente empregada.
- Coimbra é o único concelho a gerar um número de postos de trabalho superior à mão-de-obra disponível para integrar o mercado de trabalho (grau de atractividade/repulsão superior a 100%) evidenciando, simultaneamente e comparativamente aos restantes concelhos da área, uma elevada capacidade de retenção da respectiva população residente empregada (84,8% da população residente empregada, trabalha e reside no concelho), o que é indicativo de uma adequação do perfil de competências da respectiva população às exigências que a especialização produtiva do concelho exige.
- Os concelhos de Mira, Mortágua e Penacova revelam uma elevada autosuficiência laboral, evidenciando uma reduzida proporção de postos de trabalho (abaixo dos 16%) ocupados por população não residente no concelho.
- Condeixa-a-Nova indicia dificuldades de fixação da respectiva população residente que exerce actividades laborais, registando fluxos de saídas que movimentam, de dentro para fora, mais de metade da população residente empregada (taxa de mobilidade extra-regional= 54,6%), dado com reflexos no grau de localização do emprego com apenas 45,4% da população a trabalhar e simultaneamente a residir no concelho.
- As dinâmicas internas de Soure permitem verificar uma elevada proporção de saídas (52,1%), justificada pelo desequilíbrio existente entre oferta e procura de trabalho e, portanto, de uma reduzida dimensão do mercado de trabalho (grau de atractividade/repulsão de 57,8%), que se traduz numa reduzida taxa de localização do emprego (47,9% da população residente empregada reside e trabalha no concelho)

Q. 11: Movimentos pendulares e indicadores de mobilidade, 2001

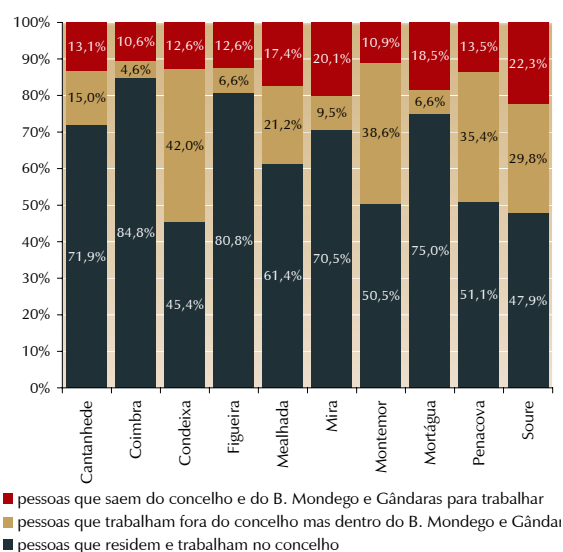
Indicadores de Mobilidade		Cantanhede	Coimbra	Condeixa	Figueira	Mealhada	Mira	Montemor	Mortágua	Penacova	Soure
Movimentos Pendulares de População (nº de pessoas)	População residente empregada (nº de pessoas residentes no concelho que têm emprego, dentro ou fora do concelho) (1)	16.093	69.598	6.626	26.455	9.308	5.181	10.282	4.103	6.940	7.933
	Entradas (nº de pessoas que trabalham no concelho mas que residem noutros concelhos) (2)	2.608	23.505	1.192	4.104	2.028	607	1.407	548	660	784
	Saídas (nº de pessoas que residem no concelho mas que trabalham noutros concelhos) (3)	4.527	10.564	3.616	5.087	3.595	1.529	5.092	1.027	3.397	4.133
	Saldo de Emprego (se negativo - concelho fornecedor líquido de mão-de-obra; se positivo - concelho importador líquido de mão-de-obra) (4) = (2) - (3)	-1.919	12.941	-2.424	-983	-1.567	-922	-3.685	-479	-2.737	-3.349
	Emprego (nº postos trabalho gerados no concelho) (5) = (1) + (4)	14.174	82.539	4.202	25.472	7.741	4.259	6.597	3.624	4.203	4.584
Importância dos movimentos (em %)	Taxa mobilidade extra-regional (% da população residente empregada que sai do concelho para trabalhar) (6) = [(3)/(1)]*100	28,1%	15,2%	54,6%	19,2%	38,6%	29,5%	49,5%	25,0%	48,9%	52,1%
	Taxa bruta de atracção (% dos postos de trabalho do concelho preenchidos por população não residente) (7) = [(2)/(5)]*100	18,4%	28,5%	28,4%	16,1%	26,2%	14,3%	21,3%	15,1%	15,7%	17,1%
	Grau de atractividade / repulsão (taxa de repulsão, se inferior a 100%; taxa de atracção, se superior a 100%) (8) = [(5)/(1)]*100	88,1%	118,6%	63,4%	96,3%	83,2%	82,2%	64,2%	88,3%	60,6%	57,8%
	Grau de localização do emprego (% da população que trabalha e simultaneamente reside no concelho) (9) = [(1)-(3))/(1)*100	71,9%	84,8%	45,4%	80,8%	61,4%	70,5%	50,5%	75,0%	51,1%	47,9%

Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Censos 2001

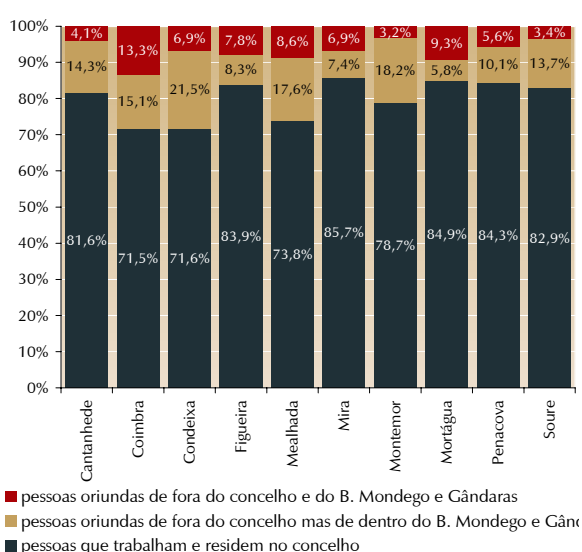
4.48. As dinâmicas de emissão e recepção de mão-de-obra assumem contornos heterogêneos nos concelhos do Baixo Mondego, que globalmente se apresenta como uma região fornecedora líquida de força de trabalho mas com importantes diferenças concelhias, em larga medida concebidas pela respectiva dimensão territorial, populacional e do mercado de trabalho e pelos impactos do nível de dinamismo económico em termos da relação procura-oferta de trabalho.

- Condeixa-a-Nova (42,0%), Montemor-o-Velho (38,6%), Penacova (35,4%) e Soure (29,8%) são, em termos relativos, os grandes emissores líquidos de mão-de-obra no interior dos limites territoriais do Baixo Mondego. Note-se que a dimensão económica destes concelhos é consideravelmente diferente e que, como tal, a significância destes valores percentuais se traduz em patamares diferentes de volume de emprego, sendo que o número de pessoas que residem nestes concelhos e que trabalham noutros é, respectivamente, de 3.616, 5.092, 3.397 e 4.133 pessoas.
- Soure (22,3%), Mira (20,1%) e Mortágua (18,5%), delimitam a coroa de concelhos que apresentam as mais importantes relações laborais de emissão de força de trabalho para fora do Baixo Mondego face à dimensão do respectivo mercado de trabalho e disponibilidade de população residente apta a desenvolver actividades laborais.
- As heterogeneidades ao nível do grau de localização do emprego são evidentes, com a população que reside e trabalha no concelho de origem a variar entre 45,4% para Condeixa-a-Nova e 84,8% para Coimbra, dependendo da capacidade gerar condições de empregabilidade e gerir a respectiva força de trabalho
- Coimbra, Condeixa-a-Nova, Mealhada e Montemor-o-Velho assumem as maiores proporções do emprego preenchidas por população oriunda de outros concelhos, quer pertencentes ao Baixo Mondego, quer de fora da região (28,5%, 28,4%, 26,2% e 21,3%, respectivamente). Em termos absolutos, o número de postos de trabalho de cada um destes concelhos preenchidos por população não residente é de, respectivamente, 23.505, 1.192, 2.028 e 1.407 pessoas.
- No conjunto do emprego total gerado no Baixo Mondego, a representatividade da população residente que trabalha no seu concelho de origem atinge níveis acima dos 70% para a totalidade dos concelhos da área de estudo verificando-se, em particular, a situação do concelho de Mira (85,7%) com uma elevada intensidade de utilização de recursos internos no preenchimento dos postos de trabalho gerados no respectivo território.

G. 30: Destino laboral da população residente nos concelhos Baixo Mondego, 2001



G. 31: Origem residencial das pessoas ao serviço nos concelhos do Baixo Mondego, 2001



Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Censos 2001

4.49. Os fluxos de mobilidade de pessoas são ditados, não só pela necessidade de ajustamento entre procura e oferta de mão-de-obra e postos de trabalho, mas são, simultaneamente ditados pela necessidade em suprir localmente o perfil de competências exigido por determinadas profissões.

- O concelho de Coimbra, o único “importador líquido” de força de trabalho da região é especialmente receptor de mão-de-obra oriunda dos concelhos limítrofes como, Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho ou Miranda do Corvo, desenvolvendo, por outro lado, fluxos direccionados especialmente para o comércio, saúde e acção social e educação que coincidem com a estrutura dos fluxos de saída de Coimbra para outros concelhos com especial destaque, territórios extra-regionais como Lisboa, Leiria e Aveiro. Coimbra, enquanto bacia de emprego da região é simultaneamente um dos principais centros de distribuição e recepção de trabalhadores da região e exteriores a esta.
- Os critérios de proximidade em termos de fronteiras e a pólos de especial dinamismo económico como capitais de distrito assim como o perfil de especialização, entre outros, ditam a orientações dos movimentos laborais existentes. O sector terciário é o principal dinamizador dos fluxos de entradas e saídas, tal como o comércio, administração pública, educação, saúde e acção social, seguido pelo sector secundário com a construção e alguma indústria (fabricação de produtos minerais não metálicos) e primário com enfoque na agricultura, produção animal, caça e silvicultura.

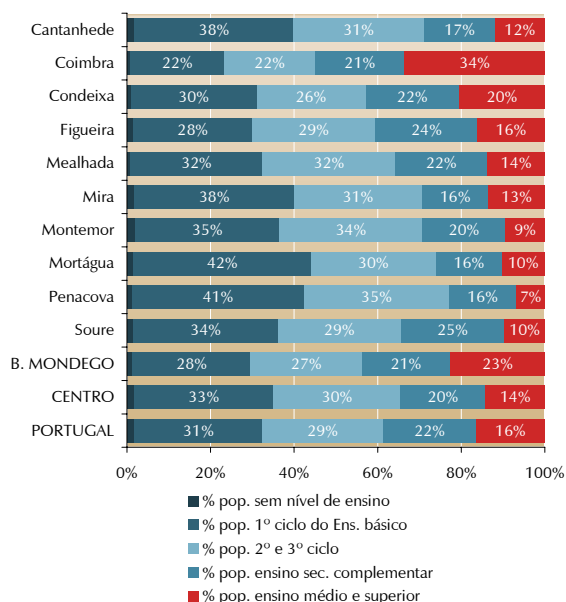
Q. 12: Entradas e saídas de mão-de-obra, por concelho e sector de actividade, 2001

Âmbito Geográfico	“Saídas de Mão-de-Obra” [Saídas do concelho para trabalhar, por ordem decrescente de importância no fluxo total de saída]		“Entradas de Mão-de-Obra” [Entradas no concelho para trabalhar, por ordem decrescente de importância no fluxo total de entrada]	
	Principais concelhos de destino	Principais sectores de destino	Principais concelhos de origem	Principais sectores de entrada
Cantanhede	Coimbra, Anadia, Mealhada, Aveiro, Mira, Oliveira do Bairro	Comércio por grosso; Construção; Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	Coimbra, Montemor-o-Velho, Mealhada, Mira, Figueira da Foz	Comércio por grosso; Construção; Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; Educação; Saúde e Acção Social
Coimbra	Lisboa, Cantanhede, Mealhada, Leiria, Aveiro	Comércio por grosso; Saúde e Acção Social; Educação; Administração pública; Construção	Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho, Miranda do Corvo, Penacova, Mealhada, Cantanhede, Soure, Lousã	Comércio por grosso; Saúde e Acção Social; Educação; Administração pública; Construção
Condeixa	Coimbra, Soure, Pombal, Lisboa	Comércio por grosso, Saúde e Acção Social; Administração pública; Construção; Educação; Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	Coimbra, Soure, Pombal, Lisboa, Penela, Montemor-o-Velho	Comércio por grosso; Construção; Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; Saúde e Acção Social; Educação
Figueira	Coimbra, Lisboa, Pombal, Montemor-o-Velho, Leiria	Comércio por grosso; Construção; Educação; Administração pública;	Montemor-o-Velho, Pombal, Coimbra, Soure	Comércio por grosso; Construção; Administração pública; Indústrias de pasta, papel e de cartão
Mealhada	Coimbra, Anadia, Cantanhede, Aveiro, Águeda	Comércio por grosso; Construção; Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; Alojamento e restauração	Coimbra, Cantanhede, Anadia, Penacova, Mortágua	Comércio por grosso; Construção; Alojamento e restauração; Educação; Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; Transportes, armazenagem e comunicações
Mira	Aveiro, Cantanhede, Vagos, Coimbra, Ílhavo	Comércio por grosso; Construção; Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	Cantanhede, Vagos, Coimbra, Figueira da Foz, Ílhavo	Comércio por grosso; Construção; Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; Educação
Montemor	Coimbra, Figueira, Cantanhede, Lisboa, Soure	Construção; Comércio por grosso; Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; Administração pública; Transportes, armazenagem e comunicações	Coimbra, Figueira da Foz, Soure, Cantanhede	Construção; Comércio por grosso; Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; Educação
Mortágua	Coimbra, Mealhada, Anadia, Santa Comba dão, Águeda, Tondela, Lisboa	Construção; Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; Comércio por grosso; Educação	Santa Comba Dão, Penacova, Coimbra, Tondela	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; Construção; Comércio por grosso; Educação
Penacova	Coimbra, Mealhada, Lisboa, Mortágua, Anadia, Vila Nova de Poiares	Construção; Comércio por grosso; Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; Famílias com empregados domésticos	Coimbra, Vila Nova de Poiares, Arganil, Santa Comba Dão, Tábua	Construção; Comércio por grosso; Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; Educação
Soure	Coimbra, Pombal, Figueira da Foz, Condeixa-a-Nova, Leiria, Montemor-o-Velho, Lisboa	Comércio por grosso; Transportes, armazenagem e comunicações; Administração pública; Construção	Coimbra, Montemor-o-Velho, Condeixa-a-Nova, Pombal, Figueira da Foz	Comércio por grosso; Construção; Educação; Saúde e Acção Social; Administração pública

Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Censos 2001

4.50. A região do Baixo Mondego evidencia uma estrutura de habilitações marcada por uma maior expressão do ensino secundário complementar e ensino médio e superior face aos contornos médios nacionais e da região Centro, justificada pela localização em Coimbra de um dos maiores e mais prestigiados pólos universitários nacionais.

G. 32: Habilitações da população activa residente, 2001



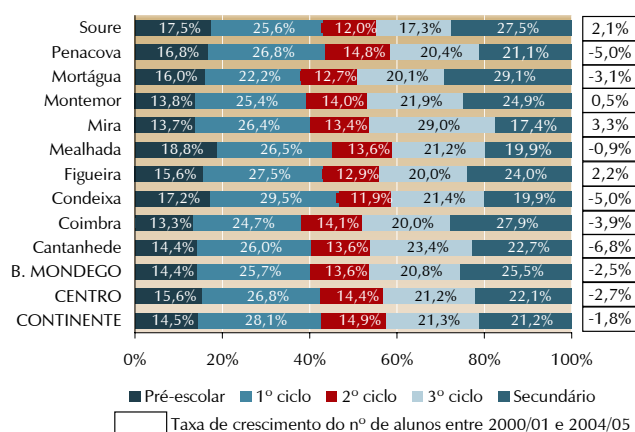
• A estrutura de habilitações determinada ao nível do Baixo Mondego apresenta contornos muito favoráveis, ocultando disparidades concelhias significativas, destacando-se:

▫ O concelho de Coimbra pelo elevado nível habilitacional da população residente, onde cerca de um terço da população detém um nível de instrução médio ou superior. Condeixa acompanha, embora de forma mais modesta, o cenário verificado em Coimbra, com o qual estabelece fronteira, assim como, de forma distanciada mas próxima da média nacional, a Figueira da Foz, onde também se concentram instituições de ensino superior.

▫ Os concelhos de Penacova, e Mortágua evidenciam pesos relevantes da população com habilitações baixas (1º ciclo) e uma reduzida proporção de população altamente qualificada (apenas 7% em Penacova e 10% em Mortágua).

4.51. A região do Baixo Mondego sentiu com particular acuidade a tendência de diminuição do número de alunos inscritos que se fez sentir na generalidade do país.

G. 33: Taxa de crescimento do nº de alunos e estrutura dos alunos matriculados, no ano lectivo 2004/2005



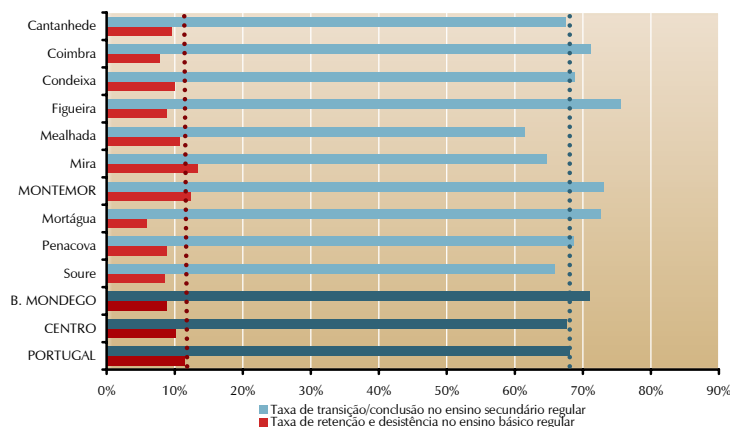
• Os concelhos de Mira, Figueira da Foz, Soure e Montemor destacam-se apresentando taxas positivas do crescimento do número de alunos.

• A redução do número de inscritos foi sentida de forma mais gravosa em Cantanhede, Condeixa e Penacova.

• Ao nível da estrutura dos alunos matriculados existem situações concelhias contrastadas, embora, globalmente, se verifique, face ao país, uma maior predominância do ensino secundário.

4.52. Os indicadores de sucesso/insucesso escolar assumem, no Baixo Mondego, valores favoráveis ao nível do ensino secundário e insatisfatórios no que respeita ao ensino básico, quando comparados, quer com a média nacional, quer com a região Centro.

G. 34: Indicadores de sucesso / insucesso da educação, ano lectivo 2004/2005.



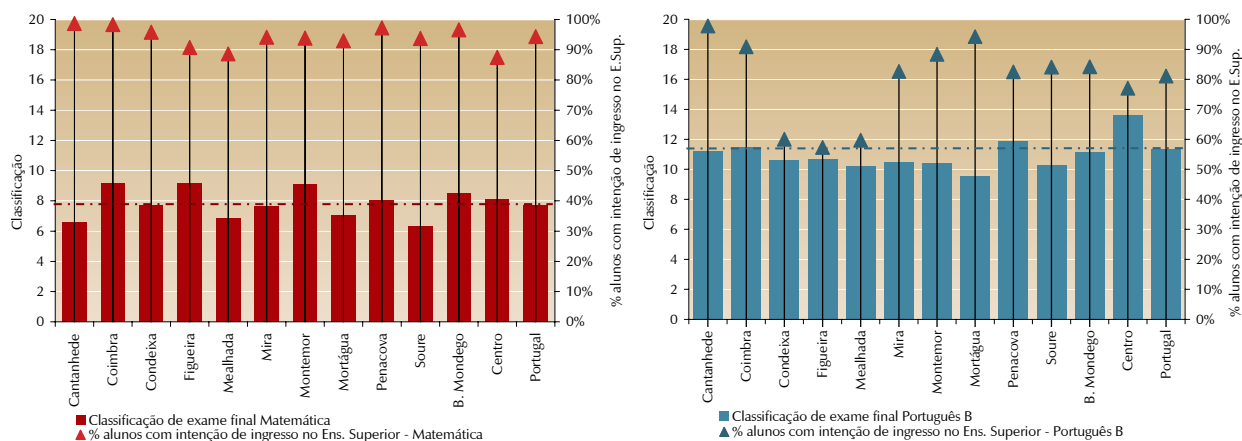
Fonte: INE, Retrato territorial de Portugal 2005 (com base em dados do Min. Educação, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo)

- Face à referência nacional, a taxa de sucesso no ensino secundário assume valores positivos na Figueira da Foz, Montemor, Mortágua e Coimbra, e, menos positivos, na Mealhada, Mira e Soure.
- Mira e Montemor apresentam taxas de insucesso no ensino básico elevadas, acima da média nacional, contrastando com os valores globalmente positivos que caracterizam a região.

4.53. As classificações obtidas pelos alunos do Baixo Mondego nos exames finais, são superiores à média nacional na disciplina de Matemática e alinhadas com os valores nacionais no Português B.

- As classificações no exame final de matemática obtidas em Coimbra, Montemor, Figueira e Penacova ultrapassam a média nacional e da região Centro, enquanto Soure e Cantanhede apresentam os valores menos favoráveis.
- Coimbra e Penacova registaram as médias mais elevadas no exame final de Português, superando a classificação média do país e da região Centro.

G. 35: Médias das classificações de exames finais do 12º ano, 2005



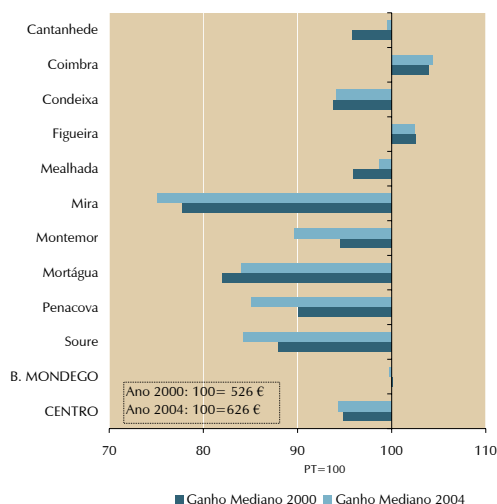
Nota: Apenas inclui as classificações dos alunos internos do ano lectivo 2004/2005.

Fonte: Ministério da Educação, Júri Nacional de Exames, Relatório Final – Exames Nacionais dos Ensinos Básico e Secundário 2005

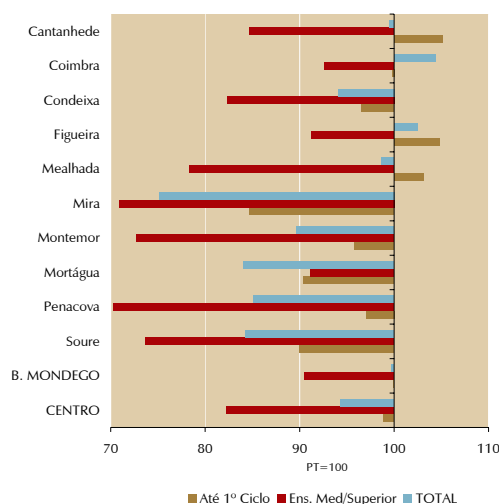
4.54. O posicionamento do Baixo Mondego no referencial de salário mediano é mais favorável no contexto da região Centro do que no nacional, destacando-se, ainda assim, os registos de Coimbra e Figueira da Foz com um salário superior à média do país.

- As fortes diferenças intra-regionais em termos de perfil etário e habilitacional reflectem-se, naturalmente, em diferenças significativas ao nível dos salários praticados: enquanto em Mira, Mortágua, Penacova e Soure o salário mediano varia entre os 75% e os 85% da média nacional, em Coimbra e Figueira da Foz ultrapassa a média nacional em 4% e 2%, respectivamente.
- O salário mediano no Baixo Mondego ultrapassa o registo do Centro, qualquer que seja o nível de habilitações em análise, mas o diferencial positivo é mais expressivo entre os trabalhadores com habilitações ao nível do ensino médio/superior. No entanto, quando comparado com a média nacional, são os trabalhadores com habilitações de nível médio (2º e 3º ciclo do ensino básico) que beneficiam de uma posição mais favorável. Esta diferença deve ser lida à luz do insuficiente desenvolvimento de algumas actividades utilizadoras intensivas de conhecimento e mão-de-obra altamente qualificada, nomeadamente serviços avançados, quando comparado com a realidade da Grande Lisboa.

G. 36: Ganho mediano



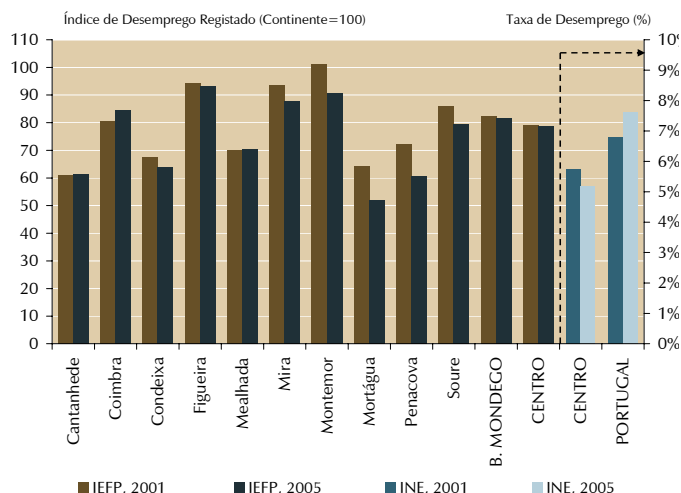
G. 37: Ganho mediano nos extremos do perfil habilitacional, 2004



Nota: trabalhadores por conta de outrem, com horário completo.
Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, 2004

4.55. A região Centro apresenta um nível de desemprego inferior da média nacional, contudo a estrutura do desemprego por habilitações do Baixo Mondego, evidencia, por sua vez, uma situação mais problemática para a população com habilitações mais elevadas, face aos valores médios nacionais.

G. 38: Índice de desemprego registado nos centros de emprego do IEFP, 2001-2005

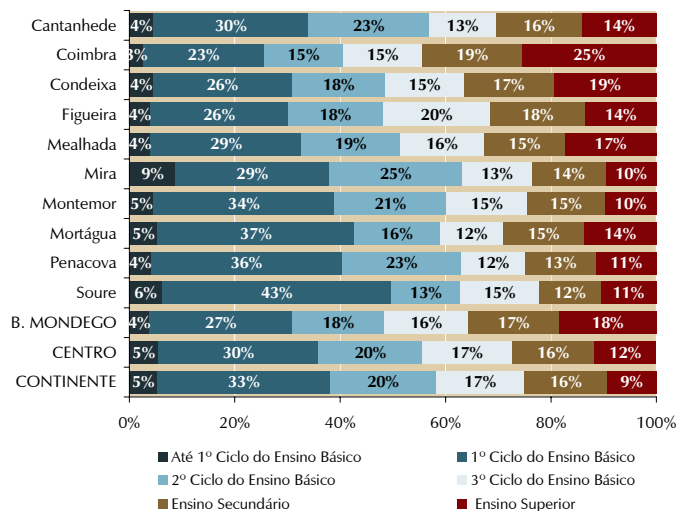


- O Baixo Mondego, globalmente, apresenta índices de desemprego registado, para 2001 e 2005, acima dos valores médios da região Centro mas abaixo da base nacional.

- A destacar do conjunto dos concelhos da área de estudo, o facto de Coimbra, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, evidenciar para os dois anos analisados, índices de desemprego acima da média do Centro, e destes, apenas Montemor-o-Velho, no ano de 2001, registou valores acima da média nacional (101,1 para 2001).

- A tendência de evolução das taxas de desemprego determinadas pelo INE para 2001 e 2005 indicam uma tendência de crescimento ao nível nacional e de redução ao nível particular da região Centro (7,6% e 5,1%, respectivamente para o ano de 2005).

G. 39: Estrutura do desemprego por nível de habilitações, 2006



- A elevada proporção de licenciados e bacharéis na região do Baixo Mondego confere a estas situações de desemprego, mais notórias que no país, condição que assume contornos particularmente gravosos nos concelhos de Coimbra (25%), Condeixa-a-Nova (19%), Mealhada (17%) e Figueira da Foz (14%).

- No concelho de Soure, metade da população desempregada detém habilitações até ao 1º ciclo (Mortágua e Penacova registam 40% e 43%, respectivamente), contrastante com Coimbra, onde essa faixa de desempregados representa apenas 26%.

Nota: calculado com base no nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego na população em idade activa do ano respectivo (comparação de cada âmbito geográfico com o Continente)

Fonte: AM&A com base em dados do IEFP. Estatísticas Mensais do Desemprego e INE. Censos 2001 e Inquérito ao Emprego

PROGRAMA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
BAIXO MONDEGO



baixo mondego
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

AMBM - Associação de Municípios do Baixo Mondego

2008